

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:

Reflexões e Práticas na
Ilha Mem de Sá - Sergipe

Claudio Roberto Braghini
Cristiane Santos Picanço
José Wellington Carvalho Vilar
Lício Valério Lima Vieira
(Orgs.)



Claudio Roberto Braghini
Cristiane Santos Picanço
José Wellington Carvalho Vilar
Lício Valério Lima Vieira
(Orgs.)



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:

Reflexões e Práticas
na Ilha Mem de Sá - Sergipe



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe

Aracaju

2020

Copyright© 2020 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)

Vanina Cardoso Viana Andrade

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Jaime José da Silveira Barros Neto
José Wellington Carvalho Vilar
Diego Lopes Coriolano
Herbet Alves de Oliveira
Adeline Araújo Carneiro Farias
Alexandre Santos de Oliveira
João Batista Barbosa
Manoela Falcon Gallotti
Sheyla Alves Rodrigues
Caique Jordan Nunes Ribeiro

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa
Odélsia Leonor Sanchez de Alsina

Planejamento e

Coordenação Gráfica

Adilma Menezes Oliveira

Projeto Gráfico da Capa

Adilma Menezes Oliveira
José Wellington Carvalho Vilar

Diagramação

Adilma Menezes Oliveira

Editoração

Kelly Cristina Barbosa

Produção Visual

Jéssika Lima Santos
Júlio César Nunes Ramiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Turismo de base comunitária [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na
T938 Ilha Mem de Sá -Sergipe/ Claudio Roberto Braghini, organizador-
Aracaju, 2020.
286 p.: il.

Formato: e-book
ISBN 978-65-87114-00-2

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Desenvolvimento gastronômico. 4.
Ilha Mem de Sá-Sergipe. I. Braghini, Claudio Roberto. II. Picanço,
Cristiane Santos. III. Vilar, José Wellington Carvalho. IV. Vieira,
Lício Valério Lima.

CDU: 338.48

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Kelly Cristina Barbosa / CRB-5/1637

[2020]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330.

Tel.: +55 (79) 3711-3222. E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:

Reflexões e Práticas
na Ilha Mem de Sá - Sergipe

PREFÁCIO

A trajetória que descreve a história deste livro iniciou-se há dez anos com a importante parceria envolvendo o Instituto Federal de Sergipe, a partir do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo e, nele, com o seu Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS), a Embrapa Tabuleiros Costeiros e a Associação Comunitária do Povoado Ilha Mem de Sá e Adjacências, norteadas pelo projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda-SE”, coordenado pela Embrapa, e direcionado para a promoção da gestão participativa do povoado Mem de Sá, com a identificação coletiva de mecanismos para a potencialização das atividades produtivas e identificação de novas estratégias para o desenvolvimento territorial por sua população tradicional.

Este documento norteador já abrigava algumas ideias resultantes dos contatos estabelecidos com os moradores do povoado e que pareciam indicar possíveis caminhos para o desenvolvimento local com a autogestão, a partir do Ecoturismo, assim como do fortalecimento do incremento da produção de alimentos a partir da Agroecologia. Estes elementos encontravam terreno fértil na parceria desenhada em 2009, e que o GPTEC, em sua multidisciplinaridade, soube transformar em importante campo de ensino e pesquisa participativa, conforme apresentado nas páginas deste livro.

Daquele contexto inicial de construção da proposta para a presente publicação percebe-se a evolução nas demandas por reflexões e iniciativas concretas com as populações locais, especialmente junto aos povos e comunidades tradicionais, por uma nova abordagem para o

turismo – o Turismo de Base Comunitária – TBC (ou Ecoturismo de Base Comunitária – EBC), fundamentada, exclusivamente, pela autonomia das famílias, pelo fortalecimento da identidade social destes grupos (com a valorização dos seus saberes e ofícios), pelas relações de reciprocidade e pela melhoria da renda destes sujeitos, integrando as atividades econômicas tradicionalmente executadas (agricultura sustentável nos quintais, pesca artesanal e o extrativismo), a cultura, a sustentabilidade ambiental, o patrimônio natural, a história, a tradição explicitada nos saberes, nos ritos, nos contos, nas danças, nas festas, na religiosidade, na gastronomia e no turismo autogestionado.

Destaca-se, nas reflexões empreendidas, o papel central da participação dos atores locais “que mantém uma relação direta com o ambiente e com os sujeitos que promovem e renovam o sentido de comunidade e pertencimento”, conforme destacado em um dos seus capítulos. Na centralidade da participação social é que se estruturam as bases do TBC, evidenciando os desafios colocados para os professores, pesquisadores e estudantes no diálogo com os comunitários no sentido de que as percepções sobre as oportunidades advindas deste formato de turismo emergem e se consolidam a partir da própria comunidade.

Este livro encontra-se estruturado em três partes e dez capítulos que apresentam e analisam (1) a interação entre o conhecimento teórico referente ao TBC para, em seguida, (2) abordar as ações do IFS em relação ao tema e, finalmente, (3) voltar-se para a realidade do povoado Ilha Mem de Sá, situado no estuário do rio Vaza Barris, no município de Itaporanga d’Ajuda, em suas dimensões sociocultural, histórica e ambiental, além das perspectivas locais para o avanço do turismo comunitário a partir da pesquisa participativa, fornecendo pistas para novas reflexões e proposições semelhantes em outras localidades de Sergipe, ao mesmo tempo em que destaca a importância do “olhar” sobre as especificidades locais no TBC.

PREFÁCIO

Neste livro, portanto, as/os autores/as se propõem a essa tarefa, munidos de informações importantes para o avanço do TBC nos campos do ensino, da pesquisa e, principalmente, do desenvolvimento, razão maior da sua emergência e ampliação. Para isso, ancoram-se na realidade da Ilha Mem de Sá, portando as “lentes” do TBC, seus conceitos, princípios e metodologias, o que resulta em material de leitura essencial para estudantes, professores, técnicos e pesquisadores interessados no conjunto de temas que afloram das reflexões sobre esta proposição de turismo e contribuam para a construção de novos conhecimentos e, principalmente, para a sustentabilidade das comunidades tradicionais e o empoderamento dos atores locais.

MSc. Evandro Almeida Tupinambá

Dr. Fernando Fleury Curado

Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju - SE

APRESENTAÇÃO

Pensar, fazer e compreender o turismo não são tarefas das mais fáceis para o mundo acadêmico na sua rotina contemporânea de Ensino, Pesquisa e Extensão, principalmente quando se trata do Turismo de Base Comunitária (TBC), como é o caso dos territórios costeiros e estuarinos da Ilha Mem de Sá, foco empírico do presente trabalho.

Neste desafio intelectual e de ações, o Instituto Federal de Sergipe, por meio do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão de Turismo, desenvolveu uma série de atividades na Ilha, localizada no município de Itaporanga d'Ajuda - SE. Foram anos de discussão e de práticas que envolveram professores, alunos e a comunidade insular e flúvio-marinha, na perspectiva de encontrar caminhos para a implantação de um turismo onde a própria comunidade se tornasse protagonista do planejamento e da gestão turística, entendida em seu sentido maior de interconexão com a vida social, cultural e econômica da localidade, do seu entorno e de outros territórios.

Dentre as muitas preocupações do mundo acadêmico está o desafio de registrar e divulgar os resultados das diferentes atividades desenvolvidas ao longo do trabalho intelectual, de planejamento e de execução de ações. Ademais, deve-se levar em consideração a alegria e o prazer das descobertas, em permanente estado de inovação e de avaliação das práticas. No caso da Ilha Mem de Sá, não poderia ser diferente. Foram visitas técnicas, oficinas, cursos, sensibilização, vivências, aulas, dentre outras estratégias implementadas por docentes e discentes do IFS. Foram muitos os desafios, e muito o esforço de toda uma equipe empenhada em sair dos “muros” da instituição, da rotina

administrativa convencional, para desenvolver práticas educativas que implicam em mudanças de comportamento e de mentalidade a partir do trabalho coletivo, porque solidário, horizontal e comunitário.

Nesse contexto, são aqui apresentados alguns resultados da produção bibliográfica oriunda de trabalhos desenvolvidos por professores e estudantes do IFS, inicialmente em parceria com pesquisadores da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros e a comunidade insular. Esse conjunto de trabalhos, agora sistematizados em forma de capítulos de livro, pretende, de forma comprometida, divulgar os resultados das experiências vivenciadas na Mem de Sá, e em certa medida, “devolver” à comunidade os resultados de um trabalho árduo, dedicado, comprometido e feito coletivamente.

A obra está composta por três partes e dez capítulos interconectados a partir das seguintes ideias básicas: o significado do TBC que norteia os trabalhos empíricos; a contribuição do IFS, enquanto instituição pública de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, com práticas pedagógicas voltadas para tecnologias aplicadas em Ciências Sociais, nesse caso o turismo; e as práticas efetivas levadas a cabo em termos de conhecimento da realidade local, e as possibilidades e desafios de desenvolvimento do TBC na Ilha Mem de Sá.

Na primeira parte, é feita uma reflexão sobre os alicerces que sustentam o Turismo de Base Comunitária, e neste sentido, os pesquisadores Claudio Roberto Braghini, Thatiana Carvalho Santos e Lício Valério Lima Vieira apresentam uma discussão a respeito da trajetória histórica do TBC e o seu significado no protagonismo de comunidades receptoras no fornecimento de produtos ou prestação de serviços turísticos (Capítulo 1).

Na segunda parte deste livro estão as contribuições do IFS para o TBC, através dos seus cursos de Turismo. Para tanto, Claudio Roberto Braghini e Cristiane Santos Picanço debatem sobre o contexto da relação entre o IFS e a Ilha Mem de Sá. Está registrado nesse segundo capítulo o histórico dessa troca de experiências, construído por meio de Ensino, Pesquisa e Extensão entre o IFS e a localidade Mem de Sá (Ca-

pítulo 2). Esses mesmos autores, em parceria com duas alunas, hoje egressas do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Emanuella Santos de Carvalho e Joyce dos Santos Muricy, apresentam no terceiro capítulo, considerações a respeito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o Ecoturismo em pequenas comunidades com a construção e utilização de tecnologias sociais (Capítulo 3).

A terceira parte do livro está dedicada às experiências vivenciadas na Ilha durante os diferentes momentos que o IFS esteve presente. Para a contextualização territorial, José Wellington Carvalho Vilar e José Carlos Santos Cunha discutem o processo histórico de apropriação da paisagem costeira transitando da tese da “invisibilidade” territorial até os momentos atuais de valorização social e da configuração geográfica insular (Capítulo 4). Já o pesquisador e historiador Amâncio Cardoso Neto proporciona os elementos que demonstram o processo de ocupação histórica da região costeira sergipana, mais especificamente da foz do rio Vaza Barris, do estuário e da Ilha (Capítulo 5).

O capítulo 6, de autoria de Jurema Nascimento Ribeiro, Tâmilés Santos Andrade e Claudio Roberto Braghini, faz considerações sobre as experiências gastronômicas na Mem de Sá, além de se debruçar sobre aspectos culturais que ancoram a identidade cultural da Ilha.

A discussão sobre os diferentes saberes locais e o patrimônio natural da Ilha estão retratados no capítulo 7, sob a responsabilidade dos autores Livia Carolina de Andrade e Silva e Claudio Roberto Braghini. A preocupação central deste capítulo está voltada para a relação entre o patrimônio natural e o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha.

Mas esta obra não estaria completa se não houvesse uma preocupação com o amanhã da Mem de Sá. A partir dessa inquietação, os capítulos seguintes apresentam temáticas que envolvem o que se quer ou o que se espera para o futuro da comunidade. Nesse sentido, Claudio Roberto Braghini, Lício Valério Lima Vieira, João Luiz Santana Brazil e Bento Rafael Santana da Cruz se debruçam sobre os caminhos para a implementação

do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha (Capítulo 8). Por sua vez, os pesquisadores Luiz Carlos Gonçalves, Chirlaine Cristine Gonçalves, Sueli José Pereira Correa e Flávia de Oliveira Paulino, têm como foco de contribuição a capacitação voltada para o desenvolvimento de um produto alimentício inovador, a linguíça de Aratu Vermelho para as marisqueiras, com a utilização de matéria prima local, o que se configura como um atrativo lastreado na concepção de sustentabilidade local e uma alternativa para fortalecer a Economia de Base Comunitária (Capítulo 9).

Por último, a experiência de diálogos e intercâmbio entre duas comunidades litorâneas sergipanas que tentam desenvolver o TBC, Ponta dos Mangues e a Ilha Mem de Sá (Capítulo 10), abrem espaço para discutir as formas de resistência comunitárias locais face às transformações territoriais e, ao mesmo tempo, revisita as práticas socioeconômicas para o reconhecimento das potenciais e fragilidades do Turismo de Base Comunitária com vistas ao futuro.

Diante de todas esses diagnósticos, análises, proposições, vivências, discussões e engajamento, o IFS espera ter desenvolvido o seu papel no que diz respeito à intensificação das relações entre academia e sociedade, e ainda, deseja que a produção do conhecimento técnico, tecnológico e científico se dê em conformidade com o respeito às especificidades comunitárias na busca por melhores condições de vida e de proteção da natureza, e na geração de autonomia à comunidade da Ilha.

Em síntese, desejamos uma boa leitura sobre a experiência educativa, inovadora e participativa do IFS, a partir da proposta de TBC na Ilha Mem de Sá. Sua natureza insular, seu entorno territorial, a cultura, a gastronomia e seu povo, dão o tom dos desafios e das possibilidades de desenvolvimento sustentável da atividade turística em bases comunitárias no litoral sergipano.

Os organizadores

Aracaju, janeiro de 2020

ORGANIZADORES/AUTORES

Claudio Roberto Braghini

Doutor em Geografia pelo PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA - UFS; Especialista em Ecoturismo pelo SENAC/CEATEL; Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), atuando na linha de pesquisa de Gestão do Turismo de Base Comunitária. Professor EBTT lotado na Coordenadoria de Curso Superior de Gestão de Turismo (CGT) do IFS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) e membro do Grupo de Pesquisa em Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC), ambos no Instituto Federal de Sergipe.

E-mail: braghini.claudio@ifs.edu.br



Cristiane Santos Picanço

Mestre em Educação (UFS); Especialista em Gestão de Marketing e Vendas (UNIT-SE); e Graduada em Administração Hoteleira (CENTEC - BA). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), atualmente lotada na Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer (COHL). Professora pesquisadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) vinculado à Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS.

E-mail: cristiane.picanco@ifs.edu.br



José Wellington Carvalho Vilar

Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr), Espanha; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Licenciado e Bacharel em Geografia pela UFS. Atualmente, é Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS), lotado na CSA (Coordenadoria de Saneamento Ambiental), Campus Aracaju. Professor colaborador do PPGEO (Programa de Pós-graduação em Geografia) da UFS e Professor Permanente do PPMTUR (Programa de Pós-Graduação em Turismo) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC-IFS).

E-mail: wellington.vilar@ifs.edu.br



Lício Valério Lima Vieira

Doutor em Geografia (UFS); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS); e Graduado em Geografia (UFS). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Exerceu o cargo de Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH-SE). Atualmente, é coordenador do Mestrado em Turismo (PPMTUR) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS).

E-mail: licio.vieira@ifs.edu.br



AUTORES

Amâncio Cardoso

Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Especialista em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe; Licenciado em História pela UFS. Professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe, desde 1994. Ministra aulas nos cursos de Turismo da mesma instituição. Pesquisa e publica artigos sobre História de Sergipe e Patrimônio Cultural. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, desde 2002.

E-mail: amancio.cardoso@ifs.edu.br

Bento Rafael Santana da Cruz

Consultor e Pesquisador na área de Planejamento Regional e Local com ênfase em desenvolvimento e implantação de Tecnologias Sociais relacionadas ao Turismo e Educação para a Sustentabilidade.

E-mail: bentorscruz@gmail.com

Chirlaine Cristine Gonçalves

Doutora em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal de Campina Grande; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba; e Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba. Professora da Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalho (COSSET) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Atualmente, é Pro-Reitora de Pesquisa e Extensão do IFS.

E-mail: chirlaine.cristine@ifs.edu.br

Emanuella Santos de Carvalho

Mestre em Turismo pelo PPMTUR - IFS; e Tecnóloga em Gestão de Turismo pelo IFS. Membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS), vinculado à Coordenadoria do Curso Superior em Turismo

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS); e associada à ONG Centro da Terra: Grupo Espeleológico de Sergipe.
E-mail: manucarvalho.ecoaventura@gmail.com

Flávia de Oliveira Paulino

Doutora em Higiene e Processamento Tecnológico dos Produtos de Origem Animal. Atuou como Auditora Nacional do Grupo Carrefour e como Gerente de Qualidade e Responsável Técnica na Fábrica de Conservas Império/Friganso. Atualmente, é docente do curso de Graduação em Biotecnologia da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPB. É membro dos Grupos de Pesquisa de Biotecnologia Aplicada à Saúde, Ecologia Aquática e Etnobiologia e Ciências Ambientais do Diretório Geral de Pesquisa do CNPq.
E-mail: flavia@cbiotec.ufpb.br

João Luiz Santana Brazil

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Tiradentes (UNIT); e Graduado em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).
E-mail: joao.s.brazil@gmail.com

José Carlos Santos Cunha

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFS. Professor de Educação Básica do Governo do Estado de Sergipe. Professor). Secretário de Educação do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE (2013/2015). Exerce o mandato eletivo de Vereador do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE para o período de 2017/2020. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
E-mail: carlos.cunha@ifs.edu.br

Joyce dos Santos Muricy

Licenciada em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; e Graduada em Tecnologia em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Colaboradora voluntária do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura GPTEC-IFS vinculado à Coordenadoria do Curso Superior em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

E-mail: joymuricy@yahoo.com.br

Jurema Nascimento Ribeiro

Graduada em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo - pela Universidade Tiradentes (UNIT); e Graduação em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe.

E-mail: juribeirosp@bol.com.br

Lívia Carolina de Andrade e Silva

Graduada em Tecnologia e Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Atuou como pesquisadora na área de Ecoturismo e Desenvolvimento Local Sustentável.

E-mail: liviacarolina.as@gmail.com

Luiz Carlos Gonçalves

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba; Especialização em Gestão de Turismo e Hospitalidade pela FAL; e Graduação em Hotelaria pela Universidade São Francisco. Atuou como consultor em Pousadas, Hotéis e Restaurantes. Foi professor nos Cursos de Turismo e Gastronomia da Universidade Tiradentes (UNIT), Estácio de Sá (FASE), Faculdade Serigy (UNIRB), e Centro Federal de Educação Profissional (CEEP e SENAI - Sergipe). Atualmente, é professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe.

E-mail: luiz.goncalves@ifs.edu.br

Sueli José Pereira Correa

Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes; Especialista em Controle de Qualidade em Carnes, Leite, Ovos e Pescados pela Universidade Federal de Lavras e em Turismo e Hospitalidade pelo Instituto Federal do Ceará (IFC); Graduada em Tecnologia em Gastronomia pela UNIRB - Faculdade Serigy; Graduada em Análise de Sistemas pela Universidade São Francisco (1993); e Técnica Industrial em Alimentos pelo SENAI – Campinas - SP. Atualmente, é Técnica em Alimentos e Laticínios da Universidade Federal de Sergipe e professora coordenadora do curso de Tecnologia em Gastronomia da Faculdade UNIRB. Consultora técnica em qualidade de alimentos, credenciada pelo SEBRAE/SE.

E-mail: sue.correa@hotmail.com

Tamiles Santos Andrade

Graduada em Tecnologia em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe - IFS

E-mail: tamilesandrade64@hotmail.com

Thatiana Carvalho Santos

Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais e Graduada em Ciências Biológicas Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe. É também graduada em Gestão de Turismo (2016) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Atualmente, coordena Projetos de Desenvolvimento Local em comunidades no Litoral Norte do Estado de Sergipe e é coordenadora/pesquisadora da Tecnologia Social em Gestão da Qualidade do Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação (IPTI).

E-mail: thati.carvalho@gmail.com

SUMÁRIO

prefácio	5
APRESENTAÇÃO	8
ORGANIZADORES/AUTORES	12
PARTE I	
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EM BUSCA DE SIGNIFICADOS	
CAPÍTULO 1	
REFLEXÕES SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - TBC	23
<i>Claudio Roberto Braghini; Thatiana Carvalho Santos; Lício Valério Lima Vieira</i>	
1.1 Introdução	23
1.2 Breve trajetória e características do TBC no Brasil	24
1.3 Na trama de significados do TBC	31
1.4 Avanços e desafios do TBC	38
1.5 Considerações finais	46
Referências	47
PARTE II	
A CONTRIBUIÇÃO DO IFS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)	
CAPÍTULO 2	
CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ	55
<i>Claudio Roberto Braghini; Cristiane Santos Picanço</i>	
2.1 Introdução	55
2.2 Contexto histórico da relação entre o IFS e a Ilha Mem de Sá	56
2.3 O projeto de desenvolvimento do ecoturismo	60
2.4 Elaboração do plano de desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária	82
2.5 Dificuldades e lições aprendidas	84
2.6 Construção do conhecimento pela comunidade	86
2.7 Considerações finais	87
Referências	90

CAPÍTULO 3	94
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM COMUNIDADES LOCAIS	
<i>Cristiane Santos Picanço; Claudio Roberto Braghini Emanuella Santos de Carvalho; Joyce dos Santos Muricy</i>	
3.1 Introdução	94
3.2 A integração entre a educação tecnológica, ecoturismo e tecnologias sociais	95
3.3 A organização da proposta de capacitação para o ecoturismo na Ilha Mem de Sá	99
3.4 A experiência da capacitação de condutores locais na ilha	100
3.5 Considerações finais	109
Referências	110
PARTE III	
A ILHA, A COMUNIDADE E AS POSSIBILIDADES DO TBC	
CAPÍTULO 4	113
A ILHA MEM DE SÁ NO CONTEXTO DO LITORAL SUL DE SERGIPE: DA “INVISIBILIDADE” HISTÓRICA À APROPRIAÇÃO DAS PAISAGENS	
<i>José Wellington Carvalho Vilar; José Carlos Santos Cunha</i>	
4.1 Introdução	113
4.2 Mem de Sá: Uma ilha no estuário do Rio Vaza Barris	115
4.3 A ilha e seu entorno socioambiental	119
4.4 Da “invisibilidade” à valorização territorial	122
4.5 A apropriação das paisagens e o uso e ocupação do solo na ilha	127
4.6 Considerações finais	132
Referências	133
CAPÍTULO 5	137
HISTÓRIA, CULTURA E TURISMO NA ILHA MEM DE SÁ, ITAPORANGA D’AJUDA/SE	
<i>Amâncio Cardoso</i>	
5.1 Introdução	137
5.2 A ocupação histórica da foz do Vaza Barris e da Ilha Mem de Sá	138
5.3 História recente da Ilha Mem de Sá	142
5.4 Proposta de roteiro turístico pela Ilha Mem de Sá	144
5.5 Considerações finais	150
Referências	151

CAPÍTULO 6	153
SABORES, SABERES E O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA COMUNIDADE MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA, ESTADO DE SERGIPE	
<i>Jurema Nascimento Ribeiro; Tâmilés Santos Andrade; Cláudio Roberto Braghini</i>	
6.1 Introdução	153
6.2 Metodologia	156
6.3 Patrimônio cultural e identidade cultural	158
6.4 Patrimônio gastronômico e identidade culinária	160
6.5 A ilha mem de sá e sua comunidade	165
6.6 Gastronomia da comunidade e o ecoturismo	168
6.7 Considerações finais	176
Referências	177
CAPÍTULO 7	181
SABER TÉCNICO E SABERES LOCAIS PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O PATRIMÔNIO NATURAL NA ILHA MEM DE SÁ, EM SERGIPE	
<i>Lívia Carolina de Andrade e Silva; Cláudio Roberto Braghini</i>	
7.1 Introdução	181
7.2 A Ilha Mem de Sá e o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária	184
7.3 Patrimônio natural da Ilha Mem de Sá	186
7.4 Considerações finais	202
Referências	204
CAPÍTULO 8	208
DA ILHA QUE TEMOS À ILHA QUE QUEREMOS: CAMINHOS PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ	
<i>Cláudio Roberto Braghini; Lício Valério Lima Vieira; João Luiz Santana Brazil; Bento Rafael Santana da Cruz</i>	
8.1 Introdução	208
8.2 Desejos e prioridades da comunidade	214
8.3 Possibilidades e desafios para o ecoturismo local	218
8.4 Considerações finais	226
Referências	228

CAPÍTULO 9	231
DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO GASTRONÔMICO PARA O FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ, SERGIPE	
<i>Luiz Carlos Gonçalves; Chirlaine Cristine Gonçalves Sueli José Pereira Correa; Flávia de Oliveira Paulino</i>	
9.1 Introdução	231
9.2 Metodologia	236
9.3 Resultados e discussões	241
9.4 Considerações finais	245
Referências	247
CAPÍTULO 10	250
COMUNIDADES LITORÂNEAS QUE SE VISITAM E SE FORTALECEM PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SERGIPE	
<i>Thatiana Carvalho Santos Claudio Roberto Braghini</i>	
10.1 Introdução	250
10.2 O ecoturismo de base comunitária: caminhos para comunidades litorâneas de Sergipe	251
10.3 Breve caracterização das comunidades	256
10.4 Reconstrução da caminhada	257
10.5 A experiência da Ilha Mem de Sá	261
10.6 A experiência do povoado Ponta dos Mangues	265
10.7 A percepção das comunidades em foco	267
10.8 Considerações finais	274
Referências	275

PARTE I



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EM BUSCA DE SIGNIFICADOS

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - TBC

Claudio Roberto Braghini
Thatiana Carvalho Santos
Lício Valério Lima Vieira



1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo visa desenvolver uma reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) como um referencial conceitual para as demais produções desta obra. Para tal, partimos do pressuposto que o TBC é uma forma de organização ou gestão da atividade turística, com o protagonismo das comunidades receptoras no fornecimento de produtos ou prestação de serviços turísticos. A linha de argumentação parte do entendimento do TBC como um fenômeno social no mundo contemporâneo. Nesse sentido, no Brasil, reconhece-se a importância da iniciativa pública do Ministério do Turismo, com o Edital 01 de 2008 (MTUR, 2008), que gerou um impulso para algumas iniciativas de TBC, e também permitiu ampliar o conhecimento do público, de forma geral. Pesquisadores e profissionais da área se dedicaram a contribuir com reflexões e artigos nas publicações derivadas deste edital.

A discussão aqui proposta se fundamenta basicamente na pesquisa bibliográfica e documental, além de apresentar uma gama de referências nacionais e estrangeiras, mas não se caracteriza necessariamente como uma revisão bibliográfica no seu sentido mais amplo.

Para os profissionais e interessados na temática há a pretensão de contribuir e esclarecer o significado de TBC. Dessa forma, espera-se que o texto sirva como suporte acadêmico aos estudantes e professores que se dedicam ao ensino, pesquisa e extensão, na medida em que são apresentados diversos autores e obras, incluindo as de Sergipe.

Igualmente, busca-se também estabelecer a relação entre Ecoturismo e TBC, considerando a história do IFS com os cursos tecnológicos na área de turismo e a relação construída com a Ilha Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda, através de uma série de projetos de pesquisa e extensão.

1.2 BREVE TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO TBC NO BRASIL

O TBC, conforme a visão de diversos autores, pode ser tratado como um fenômeno mundial que se associa à possibilidade de se desenvolver melhorias nas condições de vida de comunidades com carências sociais e econômicas e comunidades tradicionais (HARRISON; SCHIPANI, 2007; BARTHOLO; SANSOLO e BURSZTYN, 2009; MANYARA; JONES, 2009; GOODWIN; SANTILLI, 2009; WEARING, MCDONALD, 2010; ZAPATTA et al, 2011; SALAZAR, 2011 e BARRETO et al, 2017).

Nessa abordagem, o TBC se alinha à concepção de desenvolvimento para comunidades locais, como sugere Cavaco (2011).

O turismo é, então, encarado como um veículo de desenvolvimento das comunidades rurais e remotas, mas um turismo responsável e solidário, com iniciativas e atividades de pequena e média dimensão, geridas pelas próprias comunidades (TBC, Turismo de Base Comunitária), ultrapassando barreiras internas às mesmas (governança, apropriação de recursos, gestão, implementação, representação da comunidade...); projectos com financiamento específico desde 2008 no Brasil (CAVACO, 2011, p. 145).

Devido à amplitude de entendimento e de conceitos existentes, tem-se chamado genericamente de TBC as distintas experiências que possuem como elemento comum a comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo em suas localidades (LTDS, 2011).

No Brasil, o surgimento das iniciativas tem registro nos anos 90 (BARTHOLO et al., 2009; MTUR, 2010). Nessa época, embora o mundo estivesse discutindo desenvolvimento sustentável e possibilidades de se pensar e praticar a atividade turística com mais respeito ao meio ambiente e responsabilidade do ponto de vista social e econômico, as políticas públicas brasileiras enfatizavam o aspecto econômico da atividade, em uma perspectiva mercadológica, o que desfavorecia o acesso do TBC nos espaços de discussão (KÖRÖSSY, 2008; IRVING, 2009; HENZ, 2010; BURGOS; MERTENS, 2015).

O tema passa a ser oficialmente discutido, pelo menos por parte de pesquisadores e entidades de diferentes regiões do país que já reconheciam a necessidade de abordá-lo, a partir dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL), eventos que começaram a ocorrer em meados dos anos 1990 e que resultaram no engajamento desses grupos em redes não formais e no desenvolvimento de pesquisas e projetos com o TBC. Embora esse cenário refletisse a existência de uma demanda real para o TBC, o tema praticamente não era tratado em políticas públicas e nem considerado uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil (IRVING, 2009).

A partir desse cenário, o TBC ganha visibilidade, resultando em certa pressão direcionada ao poder público, para o reconhecimento da sua importância, enquanto forma específica e inovadora de se desenvolver o turismo. A principal ação que reflete o reconhecimento do TBC pelo poder público brasileiro foi o lançamento, pelo Ministério do Turismo, do Edital 01/2008 (MTUR, 2008), que trouxe à luz da política pública a sua relevância, bem como gerou difusão e reflexão sobre

os significados, as características e os princípios em torno do TBC. O edital apresentou critérios específicos para disponibilizar recursos financeiros para comunidades envolvidas com este perfil de turismo. A chamada pública contou com a inscrição de quinhentas propostas de todo Brasil, das quais cinquenta foram selecionadas. Mas antes disso, o órgão chegou a atender demandas isoladas de iniciativas de TBC (BARTHOLO et al., 2009; MTUR, 2010; FABRINO, 2013).

A chamada pública resultou também em duas publicações. A primeira, intitulada “Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras” (MTUR, 2009), oferece artigos de diversos autores que já contribuía acadêmica e socialmente na área, como também descreve, de forma breve, as experiências em cada estado, representando um referencial muito importante para o TBC.

A segunda publicação, “Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: Desafio para a formulação de política pública” (MTUR, 2010), resgata os princípios tratados na primeira publicação, a história do processo relacionado ao edital, bem como, traz uma síntese das iniciativas contempladas e as ações desenvolvidas, dividindo-as em função do segmento de turismo (Ecoturismo, Turismo de Natureza, Turismo Rural e Turismo Cultural) ou em produção associada ao turismo e formas de organização.

Com relação aos conceitos sobre o TBC, na literatura é possível encontrar uma variedade. Pode-se interpretar que isso esteja associado à diversidade das experiências e realidades, além do fato de o TBC ter obtido uma maior dimensão e visibilidade no Brasil mais recentemente. De qualquer forma, verifica-se uma convergência entre a maioria dos conceitos mais conhecidos para uma abordagem multidimensional, envolvendo aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos.

Maldonado (2009) conceitua o TBC como sendo uma forma de organização empresarial lastreada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as

práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Coriolano (2009) afirma que o TBC é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas vinculadas à exploração do turismo. Esta autora aponta quatro princípios necessários ao TBC, são eles: **das necessidades sentidas** - as iniciativas devem surgir a partir das necessidades da população residente; **da participação** - diz respeito ao envolvimento profundo da comunidade na construção de um processo de desenvolvimento; **da cooperação** - refere-se às parcerias das iniciativas com o setor público e privado; da auto-sustentação - relativo à necessidade de mecanismos que garantam a gestão, manutenção e controle comunitário nos processos; e **da universalidade** - a população como um todo deve ser beneficiada com os êxitos obtidos e não apenas uma parcela dela.

Irving (2009) traz uma ampliação do olhar sobre o TBC elencando seis características essenciais para o seu desenvolvimento: inspiração endógena - que reflita os desejos dos grupos sociais locais; protagonismo social - no planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos; escala limitada - definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas; benefícios diretos à população residente; promoção da valorização da cultura local; e promoção do efetivo encontro entre atores locais e turistas - ambos devem ocupar simultaneamente o papel de agentes, sujeitos e objetos no processo.

O Ministério do Turismo (MTur), embora reconheça a existência das iniciativas, não aborda o TBC em sua classificação oficial de tipologias e também não adota um conceito. Todavia, admite alguns princípios comuns diante da diversidade de concepções sobre TBC: autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e

participação; valorização da cultura local e, principalmente, protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas nos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2010).

Aqui, foram apresentados alguns poucos conceitos para o TBC dentre os tantos existentes, mas sem comprometer a representatividade dos principais elementos que sustentam o arcabouço teórico sobre o tema. O que não se pode deixar de considerar é que, ao confrontar a prática do TBC com as suas bases conceituais, é possível que haja oscilação na coerência das iniciativas com relação a alguns dos princípios considerados fundamentais a este modelo de turismo. O fato é que cada iniciativa é única e se apresenta em uma condição própria e específica de existência e/ou maturidade com relação ao desenvolvimento do TBC e, portanto, pode se expressar mais forte em um aspecto do que outro, em momentos diferentes do seu processo.

Dentro do trabalho desenvolvido pelo IFS, reporta-se a casos de iniciativas de TBC em desenvolvimento, ou seja, que não possuem o TBC consolidado em seus territórios, mas que estão na busca de tê-lo. Essa é a maneira como os profissionais, que trabalham com ensino, pesquisa e extensão em Turismo no IFS, entendem as experiências existentes no estado de Sergipe.

O TBC possui, em sua essência, uma estreita relação com comunidades tradicionais e áreas protegidas e, muitas vezes, também envolve comunidades com poucas perspectivas econômicas. Embora esta não seja uma característica condicionante para considerar a experiência de base comunitária, as iniciativas do Brasil confirmam essa tendência (BARTHOLO et al, 2009; LTDS, 2011; HALLACK et al., 2011).

Nesse quesito há autores que consideram certa proximidade entre o TBC e o Ecoturismo, na medida em que ambos propõem o envolvimento da população residente em áreas naturais no desenvolvimento

da atividade turística, com vistas à promoção da preservação da natureza e da cultura relacionada, bem como, à promoção da experiência do encontro entre comunidade e turista em uma relação de ganhos para ambos. Suansri (2003), com o projeto *Responsible Ecological Social Tour (REST Project)*, já reforçava essa aproximação, em experiências na Tailândia, em turismo com perfil comunitário.

Para esclarecimento, apresenta-se o conceito do MTur (2010) para o Ecoturismo, onde se afirma ser um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Concorda-se com a essência das ideias apresentadas nas definições sobre o TBC, nas quais predominam elementos relacionados aos processos de organização comunitária, refletindo-se em um modelo de gestão da atividade voltado para o desenvolvimento local que inclui a conservação da natureza. Por outro olhar, TBC poderia ser pensado como um segmento turístico, mas admite-se que qualquer segmento possa ter uma gestão de base comunitária, tais como o Ecoturismo de Base Comunitária, Turismo Rural Comunitário, entre outros.

A Organização Não Governamental World Wild Foundation (WWF), instituição que atua em assuntos de conservação ambiental e processos participativos, define o Ecoturismo de Base Comunitária como um turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade (MISTRAUD, 2003). Vale ressaltar que nessa definição se reforça a questão da sustentabilidade ambiental associada à melhoria das condições de vida.

De certo modo, a experiência da Ilha Mem de Sá em Sergipe com o TBC é um exemplo de aproximação desse formato de turismo com o Ecoturismo e, por isso, aproxima-se do que se considera Ecoturismo

de Base Comunitária. O processo de desenvolvimento do TBC na Ilha foi iniciado com as ações propostas pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), a partir de uma parceria estabelecida com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, gestora da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Caju, localizada vizinha à Ilha e utilizada pelos seus residentes para extração de recursos naturais. Na ocasião, constatou-se a vocação para o Ecoturismo em ambos, Ilha e RPPN, o que desencadeou o interesse e necessidade de elaboração de projetos voltados para o estudo e desenvolvimento do Ecoturismo nesses locais, na perspectiva de se propor uma atividade sustentável para a localidade (SOUZA et al., 2010).

O IFS revela sua *expertise* no tema, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e seus grupos de pesquisa (GP-TEC, GPTER) com bases nos pressupostos do desenvolvimento local e ecodesenvolvimento, instituído a partir da reestruturação do Curso Superior de Ecoturismo (SOUZA et al., 2010; LIMEIRA; LIMA, 2017). Nesse sentido, a instituição, por meio dos professores e alunos do curso, desde 2009 trabalha na sensibilização dos residentes da Ilha Mem de Sá para o potencial turístico local, e se empenha em desenvolver projetos de pesquisa e extensão voltados para o Ecoturismo, com foco no modelo de gestão de base comunitária. A partir do conhecimento acumulado nessas ações e diálogos entre academia e comunidade, o IFS dá sua contribuição para o TBC de Sergipe, do Brasil e do Mundo, materializada nesta publicação, além de outras produções acadêmicas.

1.3 NA TRAMA DE SIGNIFICADOS DO TBC

A discussão em torno do significado do TBC é ampla e sugere a ideia de segmento turístico, de modelo de gestão e também abrange a associação com outros termos e expressões, com sentido afim ou consideradas sinônimas. Do ponto de vista de significados, um segmento turístico se caracteriza por apresentar pelo menos três elementos: as características da oferta, a motivação do turista e as atitudes do prestador de serviço, da comunidade receptora e do turista (MTUR, 2010).

No esforço de se pensar porque algumas pessoas expressam a ideia do TBC como segmento turístico, em parte pode ser atribuído pelo desconhecimento e por outra parte, pela percepção da existência de fluxo de visitantes para localidades com iniciativas que ganham evidência ao serem exibidas e divulgadas como turismo comunitário.

De forma mais detalhada, pode-se considerar uma situação em que uma localidade com iniciativa de turismo comunitário tenha sido divulgada, exposta para o público. Como consequência, amplia-se a repercussão da iniciativa de TBC, chegando a pessoas que se interessam pela temática. Nesse caso, além da divulgação em si, a iniciativa carrega certo simbolismo, servindo como exemplo ou materialidade do TBC, que contrasta com o fenômeno turístico de massa. Portanto, a iniciativa atrai interessados em conhecer a experiência, contribuir e valorizá-la. Como consequência, parece que se evidencia um perfil de turista, aquele que busca tais propostas e estaria atento ao tipo de oferta existente naquela comunidade, incluindo o reconhecimento de que o prestador de serviço é essencialmente da própria comunidade.

Nessa linha de pensamento, a descrição feita pode sinalizar a construção de um segmento turístico focado na prestação de serviços pelas comunidades, que valoriza a interação com o turista, trocando saberes, vivenciando experiências locais e fortalecendo relações. Em princípio, cria-se uma perspectiva que tenderia a formação

de um mercado turístico, um segmento e modalidade de turismo, como um “turismo nas comunidades”. Entretanto, cabe aprofundar a discussão, para melhor compreensão da complexidade envolvida no cenário conceitual apresentado.

Pontuado esse aspecto, que envolve a descrição de um cenário e possibilidades de interpretação, é importante explicar que a experiência no IFS com ensino, pesquisa e extensão permite afirmar que o TBC é, muitas vezes, entendido de forma equivocada, como modalidade ou segmento turístico e não como uma forma ou modelo de gestão.

Esse desalinhamento é observado nas próprias publicações do Ministério do Turismo vinculada ao Edital 01/2008. Foram produzidos dois livros com conteúdo complementares, onde se tem, no primeiro livro (MTUR, 2009), uma fala do Ministro do Turismo à época, reconhecendo, de alguma forma, o TBC como segmento, como pode ser verificado em Bartholo et al. (2009), enquanto que o segundo livro (MTUR, 2010) apresenta a distribuição das iniciativas em diversas categorias, o que sinaliza que o TBC estava sendo entendido como uma forma de gestão do turismo local, com protagonismo da comunidade na oferta dos serviços e produtos turísticos. Seja como for, mais importante que procurar uma justificativa para esse “equivoco” em torno da classificação do TBC, é a oportunidade de enriquecer a discussão sobre a complexidade em que ele se insere a partir da exposição de algumas visões existentes na literatura, apresentadas a seguir.

A maioria dos autores utilizam turismo comunitário e Turismo de Base Comunitária como sinônimos, porém há manifestação sugerindo uma distinção, que se insere nessa provocação quanto ao entendimento do TBC como segmento ou modalidade, em contraponto com a ideia de uma forma ou modelo de gestão do turismo. Nessa discussão, Silva, Matta e Sá (2016) admitem uma diferenciação no uso das nomenclaturas, turismo comunitário e Turismo de Base Comunitária. Como segmento, tipologia ou modalidade o turismo

comunitário se caracterizaria por prever vivências que inclui diálogo com pessoas da comunidade, imersão no cotidiano, valorização da cultura e modo de ser/viver. Nesse sentido, pode haver participação, ação voluntária e troca cultural e o turista/visitante experimentaria coisas novas/diferentes.

No caso de Turismo de Base Comunitária, este se caracterizaria por ser um “modo de organização e gestão” da atividade, “organizado pela comunidade em rede interdependente, por meio de relações solidárias baseadas na confiança”, que valoriza a cultura, o respeito e se preocupa com a conservação ambiental; oferece serviços e produtos advindos da localidade, a partir do “fortalecimento de feiras livres, mercados populares, grupos culturais, associações e outras expressões” (SILVA; MATTA e SÁ, 2016, p. 84).

A partir de Sampaio et al. (2011), pode-se interpretar que os termos turismo comunitário e TBC são sinônimos, todavia consideram que apesar das experiências serem identificadas com as modalidades de Turismo Cultural, Ecoturismo e Agroturismo, essa forma de turismo não deve ser confundida com mais uma nova tipologia de atividade econômica. De maneira similar, pensa Fabrino (2013, p. 24) ao afirmar que o TBC configura uma proposta de desenvolvimento apoiada em bases endógenas, pensada a partir de diversos segmentos turísticos.

Outros pesquisadores importantes sobre o tema também têm concordância na ideia de que o TBC não representa um segmento turístico (IRVING, 2009; HALLACK et al., 2011; MIELKE; PEGAS, 2013; BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009), embora cada um tenha seu próprio entendimento e forma de expressar o significado do TBC.

Na visão de Irving (2009), o TBC vai além de uma forma de gestão, na medida em que permite estabelecer laços sociais, dando sentido mais amplo à ideia daquilo que é comum em uma comunidade. Nesse sentido, pontua-se que as relações estabelecidas entre as comunidades que incorporam o protagonismo previsto no Turismo de Base

Comunitária também permitem que sejam vistas no âmbito territorial em que se inserem, portanto, evidenciando as relações de poder e conflitos (CORIOLANO, 2003).

Por sua vez, Hallack et al. (2011) afirmam que o Turismo de Base Comunitária não é um segmento turístico, e sim uma prática turística que busca conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza e continuam:

Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (HALLACK et al., 2011, p. 10).

Mielke e Pegas (2013) consideram que Turismo de Base Comunitária não é um segmento, mas uma metodologia de trabalho. Bartholo et al (2009, p. 158) identificaram características das singularidades dos casos e estabeleceram algumas generalizações a respeito do conceito de TBC. Uma das lições extraídas é que turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado turístico, e, sim, a possibilidade de um novo paradigma que desloca o centro de referência do viajante para o encontro com o outro.

O debate sobre o significado do TBC se amplia ainda mais quando se reconhecem outros fenômenos sociais imbricados, como o turismo solidário, a economia solidária e as redes colaborativas. A vinculação com o turismo solidário, por exemplo, é tratada por vários autores (MARQUES, 2009; MORAES, 2014; BONI; VIEIRA, 2015; CRUZ, 2016; CONTI, ROCHA e VITEZE, 2018). Cruz (2016) destaca a importância de se considerar no turismo solidário três dimensões, que são o turista, a comunidade e uma esfera de organização, como a associação, que se caracterize como uma relação solidária,

(...) porque há uma troca de dois fatores positivos a cada um dos intervenientes, o turista solidário em busca da experiência turística e a comunidade em busca de dinamizar e impulsionar a sua cultura, economia e espaço (CRUZ, 2016, p. 36).

(...) o turista solidário é aquele que vai conhecer/experienciar uma cultura/tradições/costumes novos. Estimula a criatividade da comunidade, procura e dinamiza a cultura local; impulsionando a economia e em troca recebe a experiência turística (CRUZ, 2016, p. 36).

Moraes (2014, p. 194) descreve um turismo que se baseia na solidariedade como possibilidade de gerar oportunidades àqueles que possuem um saber local, saber autóctone, derivado de suas rotinas cotidianas em comunidade. Isso implica uma postura e sabedoria dos gestores com compromisso de empoderar lideranças comunitárias para que se estabeleçam compromissos para um turismo responsável no âmbito social e ambiental.

As atividades de turismo solidário passam pela responsabilidade individual de cada empreendedor que tem em suas práticas a especificidade e a individualidade que garantam o descortinamento de opções de lazer e recreação inusitadas para os visitantes turistas. Conceber esta relação de hóspede e hospedeiro a partir de saberes e fazeres significa impulsionar uma troca comunal, recíproca, na lógica da economia solidária (MORAES, 2014, p. 194).

Nesse caminho, ao pensar na postura dos interessados no TBC junto com a ideia de solidariedade, Silva e Arnhold Jr (2010) direcionam seu argumento para a relação do turismo com a dimensão ética necessária para se pensar e atuar em comunidades. A partir de dois exemplos ou casos, Acolhida na Colônia, em Santa Catarina, e Prainha do Canto Verde, no Ceará, destacam como ponto comum o processo de tomada

de decisão em uma participação coletiva pelos direitos ao uso da terra em que vivem, compartilhando e formulando propostas de políticas de inclusão econômica, social e cultural nas decisões locais. Ambas apresentam bases econômicas lastreadas na agricultura e na pesca artesanal. Os autores citam ainda que a organização, por vezes, depende de aportes externos, para que possam se estabelecer por meio da criação de cooperativas e associações.

Conti, Rocha e Viteze (2018) buscam estabelecer uma associação entre os princípios de economia solidária e os princípios de Turismo de Base Comunitária. Enquanto isso, Sampaio (2007) relaciona o TBC com a ideia de uma ecossocioeconomia:

por um lado sugere-se a denominação turismo de base comunitária, baseada na descoberta ou na experimentação de outros modos de vida que superem a hegemonia da sociedade de mercado. Por outro lado, não se quer substituir um pelo outro! Deseja-se que haja diversidade de modos de vida (SAMPAIO, 2007, p. 163).

Para Sampaio (2007), quatro princípios devem ser perseguidos por esse tipo de economia. O primeiro é a promoção da solidariedade nas relações sociais, diretamente associadas à valorização da cultura e saber local; o segundo, o fomento à geração de renda e trabalho, vinculadas a um associativismo, seja na forma de se produzir, como no distribuir; terceiro, o foco no uso responsável de recursos naturais e nas capacidades das comunidades locais; e o último, trabalhar no sentido de romper com a lógica utilitarista racional vinda das ações do Estado, estimulando o resgate dos significados das virtudes humanas (SAMPAIO, 2007).

Sampaio et al. (2011, p. 23) insiste em utilizar “turismo comunitário, solidário e sustentável” como expressão indissociável, cuja definição segue em construção. Nesse enfoque, os autores buscam caracterizar um fenômeno, quando afirmam que tal expressão

apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO et al., 2011, p. 27).

Observa-se a familiaridade e relação entre tais princípios e aqueles do TBC. A perspectiva de que o TBC auxilie no desenvolvimento local também é recorrente na literatura. Cavaco (2011), por exemplo, atrela o turismo comunitário ao desenvolvimento local, analisando casos na América Latina.

Como dito anteriormente, ainda não há consenso e não seria prudente analisar as bibliografias existentes sobre o TBC sob este viés, mas se pode sinalizar uma tendência futura nas produções acadêmicas com esse cuidado, isto é, os autores sensíveis à questão, expõem seu entendimento sobre os termos e significados.

Do ponto de vista da prática e das experiências em andamento, os princípios do TBC funcionam, na compreensão da equipe do IFS dedicada à temática, como referencial ou balizador para se pensar e avaliar um processo, sem necessariamente taxá-lo ou classificá-lo, mas principalmente, compreender se há um processo em andamento e como ele pode ser trabalhado para se consolidar como autogestão do turismo pelas comunidades.

Outro fenômeno que se associa às experiências de TBC no Brasil e integra em maior ou menor dimensão a economia solidária e o turismo solidário são as redes colaborativas de TBC. Tais redes podem ser vistas como estratégias para o fortalecimento das iniciativas de TBC, a partir de uma sinergia entre as comunidades envolvidas, buscando estabelecer referenciais para uma qualificação dos produtos e serviços e para os princípios postos em cada uma das redes formadas. As comunidades e sua oferta se inserem como pontos e nós da rede e as linhas representam as relações entre pontos.

Entre as redes que se institucionalizaram no Brasil, com objetivos vinculados à promoção do turismo com perfil comunitário e solidário, podem ser citadas: Rede Tucum, no Ceará (REDE TUCUM, 2019); Rede Acolhida na Colônia, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 2019); Rede Turisol, em conjunto com o Projeto Bagagem (PROJETO BAGAGEM, 2019); Rede Caiçara, no litoral do Paraná (REDE CAIÇARA, 2019); e Nhandereko - Rede de Turismo de Base Comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais (OTSS, 2019).

Há outras experiências que articulam várias comunidades, mas não se organizam em torno de uma rede formal, como no caso do Instituto Mimirauá e a as ações envolvendo a Pousada Uacari, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá (2019). Na Amazônia, uma iniciativa de grande repercussão e magnitude, que se associa a territórios de aprendizagem, é o Projeto Saúde e Alegria que inclui atualmente, nas suas ações, o turismo comunitário (PSA, 2019). Por sua vez, o projeto Rede Cidadã no Barco Solidário, no Rio Grande do Norte, prevê trabalhar com turismo comunitário, vinculado a comunidades de pescadores artesanais, na região litorânea.

Enfim, essa gama de redes mostra a diversidade, hora com foco específico em turismo comunitário e solidário hora em perspectivas mais amplas, com ramificações de projetos ou ações em TBC. São, portanto, referenciais, para se pensar em redes estaduais e analisar as possibilidades, as limitações e os desafios.

1.4 AVANÇOS E DESAFIOS DO TBC

Nas experiências vividas e retratadas nos capítulos deste livro, assim como nos registros que analisam as iniciativas de TBC no Brasil, e considerando ainda, os seus distintos estágios de desenvolvimento, é possível identificar uma série de elementos e condições que se configuraram como avanços e desafios para as comunidades que buscam desenvolver essa gestão do turismo.

Do ponto de vista acadêmico, é possível identificar de forma positiva, o desenvolvimento de estudos buscando compreender melhor o fenômeno, os aspectos metodológicos, como a seleção de indicadores para avaliação de processos, e ainda o diálogo possível com outras áreas de conhecimento. Enfim, a reflexão e discussão teórica permeiam a prática, estabelecendo possibilidades para a efetivação daquilo que é planejado, a participação da comunidade no processo de tomada de decisão e a concretização dos princípios reconhecidos nas publicações do Mtur (2009; 2010).

No meio científico, o TBC tem adquirido importância como objeto de estudo relacionado à mobilização e participação social (HALLACK et al., 2011). A participação sugere distinção entre as instâncias e o grau de poder de grupos, para tomadas de decisões.

Nesse sentido, a construção de laços, processos cooperativos e solidários, dentro de um espaço de aprendizagem mútua, aproximam-se da ideia de inovação social que o TBC pode proporcionar em uma comunidade. Nessa linha de pensamento, Gómez et al. (2015) esboçam laços e congruências entre Inovação Social (IS) e Turismo de Base Comunitária (TBC), na medida em que a base de ambos persegue o desenvolvimento local sustentável com melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas no processo, focam na cooperação ou caráter colaborativo, na equidade e no protagonismo e empoderamento comunitário, consciente de sua capacidade de transformação da própria realidade. Ainda na visão de Gómez et al (2015, p. 1222), “o caráter inovador do TBC se configura dado o seu modelo de autogestão, de governança que busca resultados para a melhoria da coletividade, do bem comum, na esfera local.”

O perfil das comunidades que vislumbram o TBC como opção, conduz o olhar para as formas de organização e enfrentamento das diversas dificuldades socioeconômicas. Nesse sentido, estudos e ações sobre economia solidária têm trazido contribuições, como descritos

anteriormente, e ainda tem influenciado essa relação também em Sergipe. Em nosso estado, a aproximação com o TBC foi apontada na Carta de Sergipe para o Turismo Comunitário (SESTUC, 2018), derivada do I Seminário Sergipano de Turismo Comunitário.

Na mesma linha de pensamento, aproximações são feitas com a agroecologia, na medida em que se valorizam as práticas tradicionais, menos impactantes e ecologicamente adequadas (SOUZA, 2017). A possibilidade de se desenvolver uma gestão do turismo com perfil comunitário se fortalece quando se busca valorizar a cultura e agregar valor à produção agroecológica. Tais elementos também estão presentes na Carta de Sergipe para o TBC, bem como foram discutidos no I Workshop de Agroecologia e Agroturismo, realizado pelo IFS em 2019. Ambas as aproximações do TBC com Agroecologia e Economia Solidária se situam na perspectiva de Desenvolvimento Territorial, que permite pensar uma articulação entre políticas e ações públicas com interface de iniciativa privada e comunidades.

O lançamento de um caderno contendo princípios e diretrizes para o TBC em Unidades de Conservação (UC), por parte do ICMBIO, é um reconhecimento dessa instituição com relação as potencialidades dessa forma de organização do turismo, principalmente na contribuição com a conservação da natureza associada à uma possibilidade de geração de renda para os Povos e Comunidades Tradicionais que residem dentro ou no entorno de UCs (ICMBIO, 2018).

Se por um lado, a ampliação das pesquisas e da contribuição de outras áreas de conhecimentos que envolvem práticas e elementos afins ou que dialogam com o TBC representa avanços para as iniciativas, por outro, ainda no âmbito acadêmico, quando se retratam estudos sobre TBC, cabe reforçar a atenção no uso genérico do termo comunidade. Cumpre dizer que comunidade se configura mais como uma noção do que conceito e comporta uma complexidade, quando se busca identificar grupos e desenvolver ações com estes, baseada

em justificativas vinculadas à vulnerabilidade e desigualdade (TITZ; CANNON e KRÜGER, 2018).

Blackstock (2005) discute a importância de se pensar o significado de comunidade que é utilizada nos projetos de turismo de base comunitária. Por vezes, o termo se refere a um grupo de pessoas numa mesma área geográfica, homogênea em termos de identidade e interesses. Quando se reflete sobre a discussão de participação local é que se percebe que a generalização não aprofunda um olhar para as relações internas e a heterogeneidade implícita, em especial quando se direciona para as instâncias de tomada de decisão, das relações de poder implícitas, os conflitos e as influências externas. Talvez, nesse aspecto, relacionado à participação local, a perspectiva da criação de laços, daquilo que é comum, seja importante para projetos de base comunitária, como aponta Irving (2009).

Outros avanços podem ser observados com relação à mudança, mesmo que sutil, no perfil do turista, aspecto que, de alguma forma, tem servido de estímulo para o aperfeiçoamento das comunidades com o TBC. Nesse caso, os turistas passaram a se sentir responsáveis por sua viagem e por isso, procuram de alguma forma minimizar possíveis impactos negativos que podem gerar. Além disso, há aqueles que escolhem realizar viagens engajadas com as questões sociais e ambientais (IRVING, 2009; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

No Brasil e em outros países, nota-se, por meio de publicações e páginas em redes de relacionamento, um aumento de comunidades envolvendo-se com ações que visam auxiliá-las no desenvolvimento e implantação do TBC.

Em Sergipe, além da experiência da Ilha Mem de Sá, com as ações realizadas pelo IFS retratadas aqui neste livro, identificam-se outras iniciativas recentes com TBC, com características e níveis de amadurecimento distintos, voltados para sensibilização e capacitação de Comunidades para o TBC e comercialização de roteiros, como no Povoado Ponta dos Mangues,

em Pacatuba, no Quilombo Santa Cruz, em Brejo Grande, ambos no Litoral Norte; no Quilombo Mocambo, município de Porto da Folha, na região do sertão; e na Ilha Grande, município de São Cristóvão, localizado na região metropolitana. Além destas, já houve ações pontuais com o TBC nos Povoados Pontal e Terra Caída, município de Indiaroba.

O IFS, mediante a realização de projetos de extensão, tem promovido intercâmbios entre comunidades com a finalidade de contribuir com o fortalecimento de iniciativas de TBC em Sergipe. O primeiro intercâmbio ocorreu no ano de 2013, entre a Ilha Mem de Sá e o Povoado Ponta dos Mangues, e o segundo, no ano de 2019, entre a Ilha Mem de Sá e o Quilombo Santa Cruz (Edital nº 17/2013/PROPEX/IFS; Edital nº. 08/2018/PROPEX/IFS). Esses projetos têm sido especialmente importantes pelo fato de sua metodologia prever etapas que envolvem professores, alunos e comunidades. Cada comunidade foi anfitriã uma da outra, o que envolveu planejamento coletivo. Da mesma forma, na fase de preparação, houve mobilização de cada comunidade para ser visitante e também, para a avaliação de todo o processo. Os resultados têm mostrado que cada etapa representa, para as iniciativas comunitárias, oportunidades de reflexão sobre suas potencialidades e desafios e de incorporação de novos aprendizados por meio da troca de experiência e reconhecimento entre elas. Um aprendizado igualmente importante para a equipe do projeto, do ponto de vista da formação e aperfeiçoamento profissional.

Do ponto de vista de política pública há movimentos no sentido de se reconhecer o TBC em legislações estaduais, como no Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018) e na Bahia (BAHIA, 2019), e há processos em andamento nos estados de São Paulo (ALESP, 2019) e Minas Gerais (ALMG, 2019). Tais conquistas também podem ser vistas como possibilidade ou desafio a outros estados para buscarem espaço nas políticas públicas estaduais.

Quanto aos desafios a serem enfrentados na concretização das iniciativas e dos projetos de TBC há aspectos relevantes a serem dis-

cutidos. O que não se pode ignorar é o fato de ser uma realidade as dificuldades para a consolidação dos projetos. Um ponto que deve ser considerado, e que pode atuar como um fator limitante ao sucesso das iniciativas, é o tempo concedido pelos agentes financiadores que tende a ser insuficiente e que normalmente varia de um a dois anos, para que estas se estabeleçam e/ou alcancem a sustentabilidade. É preciso considerar também o fato de ser comum a presença de agentes externos no desenvolvimento dos projetos junto às Comunidades que, com o fim do recurso, suspende ou diminui a atuação. De modo geral, as iniciativas de TBC precisam de um longo prazo para serem desenvolvidas (MIELKE; PEGAS, 2013), uma vez que os processos comunitários são complexos e tendem a ser lentos.

Por outro lado, discute-se ainda que a presença do agente externo ocorre, especialmente, pelo fato da comunidade não possuir conhecimento técnico suficiente para conduzir os seus processos com o TBC. Irving (2009) afirma que, embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do Turismo de Base Comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social.

Para Mielke e Pegas (2013), fragilidades na governança interna das comunidades e o baixo acesso ao mercado são os principais fatores responsáveis pela insustentabilidade das iniciativas. No primeiro caso, os autores acreditam que fatores relacionados à fragilidade na formação das lideranças e na legitimidade dos processos de tomada de decisões comprometem negativamente os processos cooperativos, colaborativos e construtivos do TBC. Nessas ocasiões as informações tendem a não circular com clareza suficiente para garantir o estabelecimento da relação de confiança e o engajamento da população residente, e o resultado é um cenário de desconhecimento sobre o que é o turismo, os benefícios e riscos, as metas e objetivos que pretendem alcançar, ge-

rando desinteresse pelo processo em desenvolvimento. Já com relação ao baixo acesso ao mercado, os autores afirmam que é decorrente da oferta de produtos de baixa qualidade ou pelo fato de estabelecerem tardiamente as relações comerciais com os intermediários. Esses autores ponderam ainda que nesses casos a intervenção de Organizações não Governamentais (ONGs) especializadas são quase que essenciais para implantação do TBC.

Mielke e Pegas (2013) também argumentam que a baixa utilização de metodologias de planejamento por parte das experiências de TBC no Brasil, como Plano de Negócios, Regimentos e Estatutos Internos, em geral, indica pouco amadurecimento relativo às discussões sobre responsabilidades, obrigações e direitos e deveres dos envolvidos nos projetos de TBC.

Por sua vez, ainda se identifica outros fatores apontados como responsáveis pelo baixo poder de competitividade por parte das comunidades, como o enfrentamento das pressões resultantes da globalização, o déficit relacionado à educação, formação profissional, serviços básicos de saúde e infraestrutura rodoviária das localidades, estratégias de comercialização ineficazes, baseadas no boca a boca ou nas redes de relacionamento que tendem a ser precárias, seja pela dificuldade de acesso à internet ou de recursos humanos capacitados para operar (MALDONADO, 2009; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

O que se tem normalmente são populações que desenvolvem ou se interessam em desenvolver o TBC constituídas por comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, etc. Estes grupos possuem suas próprias lógicas de organização que muitas vezes não atendem a critérios convencionais. Então, se analisadas pelo viés convencional, serão consideradas comunidades imaturas ou incapazes, eis aí um risco real de exclusão ou de desqualificação.

Ressalta-se aqui o que destaca Holanda (2016) quando faz um apanhado crítico sobre os argumentos de diversos autores que anali-

sam o TBC e questionam o turismo de massa. Do ponto de vista da autora, estes, contraditoriamente, tendem a condicionar o sucesso das iniciativas à adequação dessas comunidades aos modelos de organização empresarial, quando pontuam a falta de capacidade técnica, de profissionalismo, conhecimento de gestão de negócios e meios de promoção e comercialização inadequados e limitantes para o desenvolvimento do TBC.

Os itens citados sugerem uma necessidade de “empresarização” das iniciativas de TBC, convergindo-as para a mesma lógica de mercado do turismo convencional a qual esse perfil de turismo de base comunitária se contrapõe em sua essência. Nesse sentido, Holanda (2016) pontua ainda que esses aspectos considerados problemas de caráter “empresarial” são, na verdade, características coerentes com os valores das comunidades. A autora recomenda que sejam pensadas formas de organizá-las mais adequadamente às suas realidades, fora do enclave do mercado dominante.

Em relação à busca pelo protagonismo dos residentes, Souza e Santana (2015) reconhecem como desafios a deficiência nas estratégias para garantir a participação e o engajamento das comunidades nos projetos que promovem ações que visam à implantação e gestão das atividades turísticas.

No âmbito das redes colaborativas de TBC o desafio principal é consolidá-las, por meio de sinergias, estimulando novas iniciativas e avaliando os caminhos já trilhados. Nesse aspecto, as articulações comunitárias são relevantes, pois se configuram como espaços ou momentos de aprendizagem, de auto-organização, de valorização da identidade, como aquelas vinculadas às ações e princípios da economia solidária e da agroecologia.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de Base Comunitária tratado neste estudo é um fenômeno social em contraponto à ideia de turismo de massa, e numa perspectiva de gerar protagonismo das comunidades locais para a gestão das atividades turísticas, agregando o ônus e os benefícios que proporciona.

No Brasil, a trajetória histórica recente sugere que o TBC obteve pouco apoio público, com exceção do Edital 01/2008 do MTur, que evidenciou a relevância desse suporte para as iniciativas, sendo um marco nesse processo, pela difusão empreendida posteriormente.

Apesar da dedicação e estudos frequentes sobre o turismo comunitário ou TBC, reconhece-se entendimentos distintos ou, por vezes, sem o rigor na definição do significado. A equipe do IFS compartilha o entendimento do TBC como uma forma de gestão do turismo desenvolvida pela comunidade, mas reconhece a dificuldade de se identificar claramente o suporte conceitual.

Outro aspecto relevante é a intersecção ou o imbricamento com outros fenômenos importantes, tais como o turismo solidário e a economia solidária, estabelecendo-se uma trama de relações.

Por fim, há estudos que sinalizam como aspectos positivos, no sentido de possibilidades do TBC para agregar valor à produção local, o estabelecimento de redes para gerar sinergia entre os membros, assim como trabalhar com indicadores ou variáveis para avaliar as experiências de TBC, diante de seus princípios e práticas. Os desafios, entretanto, são muitos e aqui se delinham os seguintes: a falta de continuidade, a dificuldade de conciliar envolvimento comunitário com resultados a médio e longo prazos e a falta de preparo de gerenciamento da comunidade, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Acolhida na Colônia**. Quem somos. Disponível em: <<https://acolhida.com.br/sobre/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ALESP. **Projeto de Lei nº 365, de 2018**. Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000216009>. Acesso em: 05 set. 2019.

ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Projeto de Lei N. 150/2019**. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Texto original. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2019&n=150&t=PL. Acesso em: 05 set. 2019.

ALBA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Projeto de Lei Nº 23.080 de 2019**. Texto original. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-23.080-2019>. Acesso em: 06 set. 2019.

BARBOSA, L. M.. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará**. Universidade Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq. Mestrado Acadêmico em Geografia. Fortaleza, 2011. [Dissertação].

BARRETO, E. O.; LOBATO, A. S.; PEREIRA, P. V. V.; SERRA, D. R.. O Caracterização do turismo de base comunitária em polos turísticos do estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 113-127, fev./abr. 2017.

BARRETO, E. O.; TAVARES, M. G. C.. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, ago/out 2017, p.579-611.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501p.

BLACKSTOCK, K.. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 01, p. 39-49, 2005.

BONI, I. M.; VIEIRA, R.. Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 635-375, jul./dez. 2015.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Passos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-70, 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2012.

CAVACO, C.. Turismo rural comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina – Um olhar europeu. In: SOUZA, M. de; ELESBÃO, I. **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

CONTI, B. R.; ROCHA, L. R. V. G. da; VITEZE, N. N.. Economias e Turismo de base comunitária: conexões teóricas e os movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, vol. XII, nº 2. Dezembro, 2018.

CORIOLOANO, L. N. M. T.. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L. N. M. T; LIMA, L. C. (org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. p. 26-44. Fortaleza: Eduece, 2003.

_____. O turismo comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, SAN-SOLO e BURSZTYN. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

CRUZ, J. L. M. da. **Turismo solidário e serviço voluntário europeu**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestrado em Turismo, 2016. 108f [Dissertação].

FABRINO, N. H.. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILLO, L. A.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 13, n. 5, 2015, p. 1213-1227.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R.. Community-Based Tourism: a success?. ICRT – International Centre for Responsible Tourism. Occasional Papers. Paper 11, 2009. p. 1-37. Disponível em: < www.haroldgoodwin.info/uploads/CBTaSuccessPubpdf.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. C.. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **AmbientALMENTEsustentable**, v. 1, n. 11-12, p. 7-25, jan./dez. 2011.

HARRISON, D.; SCHIPANI, S.. Lao tourism and poverty alleviation: community-based tourism and the private sector. **Current Issues in Tourism**. v. 10, n. 2, jun. 2007. p. 194-230.

HENZ, A. P. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In.: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, VI, 2010. Caxias do Sul. **Anais...** Universidade de Caxias do Sul, 2010.

HOLANDA, L. A.. Empresarização do Turismo de Base Comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 249-262, ago. 2016.

IRVING, M. de A.. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: reinventar é possível? In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KÖRÖSSY, N.. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LIMEIRA, C. M. C. de R.; LIMA, E. R. V. de. Os IFS e a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda/SE: apontamentos sobre a qualidade de vida dos moradores. **Revista Transformar**, Itaperuna, RJ, v. 11, n. 2, p. 108-128, 2017.

LTDS - Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/CO-PPE/ UFRJ, 2011. 31p. (Relatório Técnico).

MALDONADO, C.. O TURISMO Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MAMIRAUÁ. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Manejo e desenvolvimento. Turismo de base comunitária. Programa de Turismo de Base Comunitária. Disponível em: <<https://www.mamiraua.org.br/turismo-comunitario>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MANYARA, G.; JONES, E.. Community-based Tourism Enterprises Development in Kenya: An Exploration of Their Potential as Avenues of Poverty Reduction. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 15, n. 6, p. 628-644, nov. 2007.

MARQUES, J.. **Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o desenvolvimento comunitário uma análise comparada Cabo Verde - São Tomé e Príncipe**. Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, 2009. [Dissertação].

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V.. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr./2013.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planeamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MORAES, W. V. de. Turismo solidário: uma proposta para Grão Mogol no Vale do Jequitinhonha. **Otra Economía**, v. 8, n. 15, jul-dez, 2014, p. 185-195.

MTUR – Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Ministério do Turismo – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88p.

____. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo. **Edital de chamada pública de projetos Mtur/Nº001/2008**. Seleção de propostas para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: MTur, 2008.

OLIVEIRA, D.. **Ascom Entrevista: “Ecosocioeconomia: uma gestão que privilegia outra economia”** (Carlos Sampaio/FURB). UNEB - Universidade Estadual

da Bahia. Entrevistas, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://portal.uneb.br/noticias/2018/07/11/ascom-entrevista-ecossocioeconomia-uma-gestao-que-privilegia-outra-economia-carlos-sampaio-furb/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

OTSS. Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Áreas de atuação. **Turismo de Base Comunitária**. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/turismo-de-base-comunitaria>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PROJETO BAGAGEM. **Projeto Bagagem**. Quem somos. Apresentação. Disponível em: <<https://www.projetobagem.org/home#!>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PROJETO SAÚDE & ALEGRIA. Educação em saúde para melhor qualidade de vida. Daniella Cristiane A. Bernardes. Francine Pinto de Azevedo Oliveira. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Ano 1, n. 2, jul-dez 2012.

PROJETO SAÚDE & ALEGRIA. Projeto Saúde e Alegria. Ecoturismo comunitário. Empreendimentos sustentáveis. Disponível em: <<http://www.saudeealegria.org.br/?projeto=empreendimentos-sustentaveis/ecoturismo-de-base-comunitaria>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REDE CAIÇARA. **Rede Caiçara de Turismo Comunitário**. Disponível em: <<https://redecaicara.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

REDE TUCUM. **Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Quem somos. Disponível em: < <http://www.redetucum.org.br/rede-tucum/quem-somos/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 7884, de 02 de março de 2018**. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/59c9d4f6aca1854c83258248005b0f60?OpenDocument&Highlight=0,turismo,comunit%C3%A1rio>. Acesso em: 04 set. 2019.

SALAZAR, N. B.. Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 20, n. 1, 20th Anniversary Issue, p. 9-22, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAÚJO, J. R.; MENDEZ, E. O.. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. p. 23-30. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I.. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SILVA, F. P. S. da; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. de. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, ago. 2016.

SILVA, Y. F.; ARNHOLD JUNIOR, M.. Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F.. Espaços de diálogo na Comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 235-248, 2010.

SOUZA, J. C. de. Turismo Rural Comunitário como vetor para o fortalecimento de cadeias agroalimentares familiares e agroecológicas. X Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Universidade Federal de Santa Catarina. Análise Crítica e Tendências do Turismo Rural no Brasil. **Anais...Porto Alegre: Pacartes**, 2017. p. 101-108.

SOUZA, R. P. de; SANTANA, L.. Possibilidades a partir do Turismo de Base Comunitária na Contra Costa da Vera Cruz – Distrito de Baiacu – BA. **Revista de Iniciação Científica – RIC**, Cairu, v. 2, n. 1, p. 01-13, jan 2015.

SUANSRI, P.. **Community Based Tourism Handbook**. REST Project. Thailand: Responsible Ecological Social Tour-REST, 2003.

TITIZ, A.; CANNON, T.; KRÜGER, F.. Uncovering ‘Community’: Challenging an Elusive Concept in Development and Disaster Related Work. **Societies**, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2075-4698/8/3/71#>>. Acesso em 18/08/2019.

WEARING, S.; MCDONALD, M.. The Development of Community-based Tourism: Re-thinking the Relationship Between Tour Operators and Development Agents as Intermediaries in Rural and Isolated Area Communities. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 10, n. 3, 2002, p. 191-206.

ZAPATTA, M. J., HALL C. M., LINDO P, VANDERSCHAEGHE, M.. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**. v. 14, n. 8, nov. 2011. p. 725-749.

PARTE II



A CONTRIBUIÇÃO DO IFS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

CAPÍTULO 2

CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ

Claudio Roberto Braghini
Cristiane Santos Picanço



2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o contexto que interligou as ações do Instituto Federal de Sergipe (IFS) com a Ilha Mem de Sá, no sentido da construção do conhecimento científico e tecnológico sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), e que permitiu integrar ensino, pesquisa e extensão em turismo, responsável pela geração de conhecimento entre comunitários, estudantes e pesquisadores.

O entendimento da dinâmica do TBC na Ilha Mem de Sá requer o conhecimento de fatos e processos que fornecem elementos para atuais e futuros estudos. Dessa maneira, no presente capítulo discute-se a origem das relações entre o IFS e a Ilha Mem de Sá, os passos seguidos para dar sequência às etapas do projeto inicial para elaborar um Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha, as estratégias utilizadas para esta finalidade e as adversidades encontradas.

As fontes de pesquisa para a elaboração deste texto se compõem de documentos do banco de dados do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS), documentos da Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS, de artigos acadêmicos e dos

relatos de professores pesquisadores que participaram ativamente da construção dessa história.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE O IFS E A ILHA MEM DE SÁ

O primeiro contato de pesquisadores do IFS com a Ilha Mem de Sá ocorreu em 2009, mas as razões são anteriores. A partir de 2006, professores e a coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Ecoturismo iniciaram esforços para desenvolver as ações de pesquisa e extensão, bem como fomentar a aproximação do curso com o mercado de trabalho, buscando a ampliação de oportunidades de estágio para estudantes. Por essa perspectiva, estabeleceu-se uma aproximação com a Embrapa Tabuleiros Costeiros que à época pensava em possibilidades de implantação do Ecoturismo na Reserva do Caju, em seu Campo Experimental de Itaporanga (CEI), a partir de seu Macroprograma 4 – Gestão Ambiental da Reserva do Caju (TUPINAMBÁ, 2006). Assim, originou-se uma relação que envolveu estágio supervisionado na Reserva do Caju, além do desenvolvimento de atividades de extensão e visitas técnicas. Grupos de estudantes do curso de Ecoturismo participaram também de ações do programa Embrapa-Escola, conduzindo e organizando visitas monitoradas à Reserva do Caju, para alunos de diferentes níveis escolares.

Cabe registrar que a metodologia de trabalho da Embrapa consistia no desenvolvimento de ações fundamentadas em Macroprogramas, que eram subdivididos em Planos de Ação (PA). Entre os Planos de Ação do citado Macroprograma 4, o PA 01 se propôs a estabelecer uma gestão participativa, envolvendo as comunidades do entorno. Por esse viés, houve o reconhecimento, por parte da Embrapa, do vínculo histórico entre a comunidade da Ilha Mem de Sá e a área da Reserva, antigamente chamada Fazenda do Caju.

O período em que se estreitou essa relação entre o IFS, Embrapa e a comunidade da Ilha, ocorreu, coincidentemente, em um cenário histórico especial no âmbito da educação profissional do país¹, o que resultou, em Sergipe, na transição do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE) para o atual Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Com as novas diretrizes da Educação Profissional, os cursos tecnológicos tiveram que se adequar às normas do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o que levou o Curso de Ecoturismo a elaborar uma nova proposta pedagógica, passando a ser denominado de Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, que se mantém atualmente. Acompanhando essas transformações, o Grupo de Pesquisa Educação e Ecoturismo, modificou sua denominação e escopo para Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) visando se alinhar à nova configuração do curso e ampliar suas possibilidades de investigação no turismo. A transformação para IFS gerou, aos poucos, uma nova estrutura no campo da pesquisa e extensão na instituição, na medida em que começou a fomentar programas nesse âmbito, garantindo recursos financeiros, por projeto aprovado em edital do próprio IFS, durante sete a nove meses, para estudantes bolsistas e professores pesquisadores, principalmente após 2011.

1 Em dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 veio consolidar as políticas adotadas pelo Governo para a Educação Profissional, ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica, constituídos pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ); Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Essa Lei ratificou, como finalidade e características dos Institutos Federais, a promoção da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior vislumbrando a otimização da infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos de gestão destas instituições (PICANÇO, 2011).

Nesse ínterim, a Embrapa elaborou, em 2008, o Macroprograma 6, intitulado Desenvolvimento Participativo da Comunidade da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda (CURADO, 2009), com duração de dois anos (2009-2011), e a seu convite, o IFS se firmou formalmente como parceiro para desenvolver um planejamento para o Ecoturismo na Ilha.

A comunidade da Ilha Mem de Sá compreendia, conforme Curado (2009), um povoado com uma população de aproximadamente 75 famílias e 375 pessoas, que viviam há décadas em isolamento geográfico em relação ao seu município, Itaporanga d'Ajuda. A pesca era a sua principal atividade econômica, em especial a do rio Vaza Barris, além do preparo da farinha de mandioca ou macaxeira e do aproveitamento do coco.

A Embrapa Tabuleiros Costeiros atuou na comunidade no estímulo à auto-organização para a implementação e gestão de melhorias nos processos produtivos agrícolas, tendo como princípio a agroecologia e a qualidade alimentar. Os esforços foram conduzidos de maneira a articular parceiros públicos e privados para o desenvolvimento local. Este fato ampliava a perspectiva da viabilidade do projeto em turismo na localidade, pois o Ecoturismo não era entendido como atividade única geradora de desenvolvimento e sim, inseria-se no ambiente das demais atividades.

No IFS, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para o turismo, foram focalizadas no Ecoturismo, essencialmente devido ao perfil de curso tecnológico. Sendo assim, embora os professores envolvidos nas ações junto à Ilha Mem de Sá e Reserva do Caju reconhecessem o Ecoturismo como um segmento da atividade turística, conforme a orientação do Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), os trabalhos se fundamentaram no Ecoturismo como um fenômeno social, mais complexo que a ideia de segmento, baseando-se em Fennel (2002), Lindberg e Hawkins (2002); Pires (2002); Mitraud (2003).

O GPTEC-IFS buscava conceber o Ecoturismo como modelo de gestão da atividade turística com perfil participativo, e a comunida-

de, como protagonista e beneficiária dos serviços turísticos, além da preocupação com a conservação ambiental e as condições básicas, ou seja, o que propõe o Ecoturismo de Base Comunitária. Com a mudança do Curso Superior de Tecnologia de Ecoturismo para Gestão do Turismo, essa concepção do GPTEC-IFS sobre o Ecoturismo não se modificou, mas se adaptou à nova proposta do itinerário formativo do curso, permitindo gerar ações para o TBC, alinhando-se às tendências e amplitude que o novo curso propunha, mantendo linhas de pesquisa em Ecoturismo.

Para a Embrapa e o IFS, a capacidade de autogestão da Ilha Mem de Sá sempre foi um desafio a ser perseguido e o processo participativo, mediado pela coordenação da Embrapa e um grupo representante da comunidade da Ilha, seguia essa orientação. Portanto, é relevante destacar que na perspectiva da comunidade, buscou-se constituir ao longo do planejamento, um grupo de trabalho da Ilha (GT-ILHA), integrando equipe do GPTEC-IFS e representantes locais. O processo permitiu gerar um documento que expressou a vontade da comunidade e entendimento da equipe do IFS.

Pode-se afirmar, em síntese, que os primeiros contatos entre IFS e a comunidade da Ilha Mem de Sá ocorreram devido à parceria institucional com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, à iniciativa de professores pesquisadores da área de turismo, e, paralelamente, às mudanças significativas na estrutura administrativa do IFS, que influenciaram as ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

A formalização dessa relação resultou no projeto denominado “Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe” (BRAGHINI; PIKANÇO; CUNHA; CARDOSO, 2009), operacionalizado por meio da parceria técnico-científica entre pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros e do IFS, especificamente do GPTEC-IFS, vinculado à Coordenadoria de Ecoturismo (atual Coordenadoria de Tecnologia em

Gestão de Turismo - CGT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). O IFS estabeleceu uma relação formal com o Macroprograma 6 da Embrapa Tabuleiros Costeiros, “Desenvolvimento Participativo da Comunidade da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d’Ajuda”, que envolvia também ações na Reserva do Caju. Nesse Macroprograma integrou-se o Plano de Ação de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Ilha Mem de Sá.

É importante destacar que o projeto original nasceu sem recursos financeiros próprios, e também não foi elaborado a partir de um edital público específico. Foi um projeto gerado a partir de compromissos pessoais entre administração e pesquisadores, visando à parceria técnico-científica com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, como citado anteriormente. Quando ocorreu a estruturação da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão no IFS (PROPEX-IFS) não havia edital para que o projeto fosse formalmente reconhecido na instituição, o que de certa forma trouxe prejuízo à sequência das ações no tempo previsto no projeto inicial. Assim, o IFS e a Ilha Mem de Sá caminharam juntos no projeto durante 05 anos, de 2009 a 2013.

2.3 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

O projeto foi criado com o objetivo geral de estudar o desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e Ilha Mem de Sá e implementar ações. Tratou-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, participativa, com algumas intervenções. Em termos específicos, buscou-se: elaborar o diagnóstico da Ilha Mem de Sá e Reserva do Caju, de forma participativa, considerando aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, bem como realizar o inventário turístico das localidades, com vista ao desenvolvimento do Ecoturismo; efetivar ações preparatórias para o desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá e Reserva do Caju; e construir o Plano de Ação de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Ilha Mem de Sá e Reserva do Caju.

Com o andamento dos trabalhos e adequação de recursos e interesses, tanto do IFS, quanto da EMBRAPA, os objetivos foram reavaliados, resultando em uma decisão consensual de limitar o campo de pesquisa para a Ilha Mem de Sá, o que levou a reconstrução do nome do projeto para “Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe”. A Reserva do Caju continuou como um espaço acessível ao IFS, para visitas técnicas e outros estudos. Em 2011, foi reconhecida formalmente como Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju (ICMBIO, 2011), e a Embrapa passou a direcionar esforços para a elaboração do seu Plano de Manejo (EMBRAPA, 2013), aprovado em 2014. A parceria formal da Embrapa com o IFS para o projeto de Ecoturismo na Ilha se encerrou em 2012, embora o diálogo e a colaboração voluntária tenham se estendido pelos anos seguintes.

Os novos objetivos propostos foram alcançados mediante a realização de várias atividades, às vezes de forma simultânea, conforme é apresentado nos tópicos a seguir. Conectado a isso, e sem perder de vista o viés tecnológico e interdisciplinar do curso de Ecoturismo/Gestão de Turismo do IFS, algumas atividades acadêmicas foram realizadas nesse sentido, a exemplo do projeto de extensão denominado Re-conhecer Pedra Bonita, em 2009, a primeira atividade do GPTEC-IFS com a comunidade Mem de Sá, com a aplicação da metodologia de mapa falado (SOUZA; BRAGHINI; ARAÚJO, 2010).

2.3.1 SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE PARA O ECOTURISMO

Ainda que se entenda a sensibilização da comunidade de modo processual e contínuo, houve um evento que simbolizou formalmente essa ação, em julho de 2010, utilizando-se de metodologia participativa, com a utilização de vídeos, palestra e discussões. Foram apresentados filmes sobre turismo e iniciativas de comunidades que se tornaram protagonistas na oferta de serviços turísticos e a partir daí ampliou-se um deba-

te sobre o significado de Ecoturismo e hospitalidade. Os pesquisadores explanaram sobre o papel do IFS, suas possibilidades e limitações, descrevendo cada uma das ações previstas no projeto, os documentos que deveriam ser gerados e os resultados esperados (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Oficina de sensibilização - fase de grupos de trabalho – GT1, na Ilha Mem de Sá, em 2010.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Figura 2: Socialização das respostas dos grupos na oficina de sensibilização, na Ilha Mem de Sá em 2010.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Os moradores da Ilha se organizaram em grupos e responderam questões elaboradas pela equipe de pesquisadores e estudantes envolvidos no projeto, possibilitando o levantamento de alguns aspectos relevantes para o diagnóstico. Consideraram-se elementos que eles próprios identificaram como potencialidades para o turismo, além de possíveis problemas advindos da atividade turística e sugestões de nomes de pessoas que poderiam fornecer certos serviços turísticos (Quadro 1).

Quadro 1: Questões de sensibilização sobre o Turismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, agosto de 2010.

Questões discutidas	Respostas consensuadas
O que a Ilha Mem de Sá tem a oferecer aos visitantes?	Bons pratos: mariscos, peixes, caranguejo, guaiamum, siri, ostras, aratu, massunim e arraia. Cultura: Samba de Coco, Reisado, Festa do Caranguejo e Festa da Padroeira. Passeio de barco em torno da Ilha: Porto da Areia e Mandú. A história da comunidade: sua origem e tradições. A casa de farinha desativada que leva o nome do morador mais antigo. O campo de futebol da Ilha.
Quais os benefícios do turismo na Ilha?	Trazer desenvolvimento econômico (produção e consumo no local); aumentar a agricultura e a pesca; trazer conhecimento, aprendizagem, sugestões, troca de experiências e de informações.
Quais problemas podem ser gerados com o turismo na Ilha?	Acúmulo de lixo, prejuízo ao meio ambiente, geração de confusões por vinda de pessoas "boas e ruins", perda da tranquilidade, tornar o local mais conhecido pode trazer mais gente e talvez até não turistas.
O que falta na Ilha Mem de Sá para atender bem o visitante?	Um bom ponto de embarque e desembarque (não ponte); "marinheiros" preparados para atender ao turista; embarcações estruturadas e com segurança; construção de uma praça, melhora do campo de futebol, construção de pousada, local adequado para servir as comidas típicas, abastecimento de água adequado para a comunidade e para atender aos visitantes,
O que tem que ser melhorado na Ilha para os moradores e por consequência aos visitantes?	um posto de saúde, melhora (ampliação) da estrutura da escola, local específico para realização da Festa do Caranguejo, melhoramento da infraestrutura do saneamento da Ilha, tais como: calçamento, regularização da estrutura de acesso, com uma possível nomeação de ruas, entre outros.
Quem poderia trabalhar no turismo na Ilha?	Hospedagem: Guel; Transporte: Tintin (embarcação maior), Evandro, Salvador; Alimentos e bebidas: Domingas (D. Pequena), Vicentina, Denise, D. Mariazinha; Guia /Condutor local: os estudantes locais; Lazer: os estudantes e professores; Acesso à internet: ponto da internet na escola; Correio: Marquinhos; Artesanato: Joseilda (artesanato com PET, jornal), Ângela (casca de coco, crochet); Salvador (madeira, casca de coco); Elenilde (crochet); D. Leda (crochet); Construção de barcos: Paulo e Carlinhos.

Fonte: Braghini; Picanço (2011).

Ao final da sensibilização, durante a avaliação do evento, algumas questões foram colocadas pelos comunitários, tais como: caso o Ecoturismo se desenvolvesse na Ilha, haveria alguma fonte de recurso financeiro para implantação de melhorias de meios de hospedagem e infraestrutura? Como os moradores interessados poderiam ser orientados a ter acesso a tais recursos e às informações para empreender?

Os professores do GPTEC-IFS se pronunciaram comprometendo-se com o projeto que viria a ser desenvolvido, ressaltando que não caberia a este projeto dar conta de todas as questões expostas, mas sim, preparar a comunidade por meio de cursos e do Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, para conduzir projetos que pudessem contribuir com a solução de tais aspectos.

Observou-se, na conclusão do evento de sensibilização, a manifestação do interesse em realizar as ações propostas, o acolhimento e a iniciativa dos moradores presentes. Esse momento foi o marco inicial do projeto, em que IFS e comunidade assumiram um compromisso conjunto.

2.3.2 ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Logo após o encontro de sensibilização, que por sua vez, configurou-se como um momento riquíssimo de aprendizagem e troca de conhecimentos e de experiências, foram definidas as etapas que deveriam contemplar a elaboração do diagnóstico, ou seja: caracterização ambiental e socioeconômica e inventariação do patrimônio natural e histórico cultural.

A caracterização ambiental e socioeconômica foi feita a partir de dados secundários e visitas de reconhecimento, envolvendo a participação dos estudantes de graduação em Gestão de Turismo (CUNHA, 2013). Por sua vez, a inventariação do patrimônio natural foi elaborada recorrendo-se a dados secundários e trabalho de campo, integran-

do saberes científicos e populares. Do mesmo modo, inventariou-se o patrimônio histórico e cultural também com dados secundários, desta vez, com pesquisa documental, e com dados primários, através de entrevistas com moradores.

Algumas estratégias foram fundamentais para a construção do diagnóstico e permitiram um maior entrosamento entre os membros do GPTEC-IFS e a comunidade insular. As oficinas participativas se qualificaram como um desses procedimentos. Pôde-se, através das reuniões, conhecer os desejos e necessidades da comunidade, bem como possibilidades e desafios a partir do uso da Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Considerou-se nesse processo a leitura técnica e a leitura comunitária. A leitura técnica consistiu em análise feita principalmente pela equipe do IFS. Nesta etapa, a comunidade contribuiu com o fornecimento de informações, por meio de entrevistas, respondendo a alguns questionários. A leitura comunitária se efetivou pela construção do conhecimento coletivo nos encontros de discussão baseados em ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e entrevistas com grupo focal.

A realização das oficinas participativas teve como objetivo principal atender às seguintes demandas de informações: por que mudar e quais os desejos da comunidade para o turismo que são compartilhados?; qual o diagnóstico da realidade local?; quais as forças e fraquezas, as ameaças e oportunidades? Em última análise, visava-se subsidiar a elaboração de um Plano Estratégico de Ação Ecoturística.

Ao propor uma discussão a respeito de por que mudar, o grupo explicitou a necessidade e o desejo de mudança da sua realidade, além de analisar as causas dessa necessidade. O convite à ideia de sonho compartilhado teve como objetivo a construção de um exercício de utopia comum ao grupo. Destes sonhos resultaram a missão do grupo e a direção que ele desejava seguir (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Oficina participativa - Da Ilha que temos à Ilha que queremos, em 2012.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Figura 4: Diagnóstico com ratificação e retificação de informações, em 2012.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Após o levantamento dos sonhos, compartilharam-se as ideias registradas agrupando em aspectos comuns. Foram criadas listas dos desejos e foi solicitado que os moradores estabelecessem um grau de prioridade para cada item. Isso possibilitou organizar os desejos e as prioridades da comunidade para o desenvolvimento da atividade turística na localidade. Posteriormente, organizaram-se as ideias/

sonhos por prioridades, em listagens separadas por temas associados à infraestrutura, marketing, equipamentos e serviços (CRUZ; BRAZIL; BRAGHINI, 2013).

Para o passo seguinte, o diagnóstico da realidade, o qual visava identificar as potencialidades e limitações, foi preciso reunir dados e informações coletadas em outros encontros e fazer sistematização e análise. As informações foram checadas, retificadas, ratificadas e complementadas em oficinas participativas, dividindo-se em temas. O diagnóstico incluiu o levantamento de ameaças e oportunidades percebidas externamente, e as fraquezas e forças observadas internamente, na Ilha e na comunidade, para o desenvolvimento do turismo (BRAZIL; CRUZ; BRAGHINI, 2014).

2.3.3 INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E HISTÓRICO CULTURAL

A inventariação do patrimônio natural e histórico cultural buscou identificar dentre os elementos pesquisados, aqueles que seriam adequados ao Ecoturismo. Com esta finalidade, optou-se por utilizar questionários e entrevistas junto à comunidade da Ilha Mem de Sá, estabelecendo-se, por meio de diálogos, que seria gerado um documento que contemplasse as diferentes percepções da população local quanto à oferta turística. Nesse sentido, empregou-se também a metodologia de educação patrimonial, como instrumento que possibilitava um maior envolvimento da comunidade (HORTA, 2003; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Parte das ações desses levantamentos foi feita de forma associada às atividades de extensão da Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia de Ecoturismo e em trabalhos de conclusão de curso de estudantes. O inventário do patrimônio natural foi sistematizado por Andrade e Silva (2014) que trabalharam com a perspectiva de incluir o

conhecimento local sobre a fauna, a flora e a dinâmica dos ambientes, e um dos resultados desse inventário está no capítulo 7 deste livro.

Outro levantamento importante foi feito por Silva, Silva e Braghini (2011) sobre aspectos relativos ao saneamento ambiental, considerando os tipos de moradias, o destino dos efluentes residenciais e dos resíduos sólidos, o acesso à água e relatos de doenças. Essas informações conduziram o pensamento sobre a relevância dessa temática, das dificuldades e necessidades da comunidade, além da melhoria das condições de vida e consequentemente do turista.

As informações referentes ao levantamento do patrimônio histórico e cultural foram armazenadas e organizadas por Santos Neto, Braghini e Andrade e Silva (2014). O capítulo 5 da presente coletânea se insere como resultado desse processo. Outra contribuição para o inventário cultural, focado na gastronomia, pode ser encontrado em Ribeiro, Andrade e Braghini (2011) e nos capítulos 6 e 9.

As ações preparatórias se efetivaram, em um primeiro momento, através de cursos e oficinas de capacitação de jovens para a condução de grupos, elaboração de roteiros e vivência experimental de roteiro ecoturístico. Do mesmo modo, foi planejada a proposta do curso em hospitalidade, para contemplar os participantes que trabalhavam, ou poderiam vir a trabalhar com transporte, hospedagem e alimentos e bebidas. Posteriormente, foram ofertadas novas capacitações, com um viés mais dirigido para a comercialização dos serviços turísticos locais, vislumbrando a orientação de construção de roteiros turísticos, de empreendedorismo e associativismo na hospitalidade².

2 Os cursos ofertados à comunidade em todas as ações preparatórias descritas nesse capítulo foram desenvolvidos mediante a participação voluntária de docentes e estudantes do IFS, além de colaboradores externos. A contribuição dessa equipe foi decisiva para que a proposta se concretizasse. Registra-se aqui essa parceria: a) Docentes do IFS - Amâncio Cardoso dos Santos Neto, Ártemis Barreto de Carvalho, Célia Maria Cardoso de Rezende Limeira, Chirlaine Cristine Gonçalves, Claudio Roberto Braghini, Cristiane Santos Picanço, Jaime José da Silveira Barros Neto, Jorginaldo Calazans dos Santos, José Carlos Santos Cunha, Lício Valério Lima Vieira, Luiz Carlos Gonçalves, Mirela Carine

O primeiro curso do conjunto das ações preparatórias foi o de Formação de Condutores Locais que teve como objetivo a capacitação de jovens moradores da Ilha Mem de Sá para a apresentação e condução de visitantes no povoado e em seu entorno, reconhecendo para a execução dessa atividade, o patrimônio natural e cultural local. A perspectiva era de proporcionar aos participantes uma visão das possibilidades e necessidades do Ecoturismo, contemplando seus princípios de conservação ambiental, valorização da cultura, além da geração de renda alternativa e outros benefícios à própria comunidade.

O curso de Condutores foi planejado para 15 participantes e ofertado em duas etapas, compreendendo a carga horária total de 80 horas. A parte I, intitulada “Turismo, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente”, realizou-se no Campo Experimental de Itaporanga - Reserva do Caju, entre maio e junho de 2011, e contou com a parceria da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Para a sua execução houve um acordo e divisão de custos e ações entre IFS, Embrapa e Associação de Moradores da Comunidade da Ilha Mem de Sá e do Povoado Caibros, em Itaporanga d’Ajuda. Nessa etapa foram trabalhados os seguintes módulos: Relações Interpessoais, Aspectos Conceituais e Legais do Turismo, Patrimônio Cultural, Condicionantes Ambientais, Educação Ambiental, Ecossistemas e Biodiversidade Local (Figura 5 e 6).

Santos Araújo e Queila Pahim da Silva; b) Colaboradores externos - Fernando Curado (EMBRAPA) e Lucileide Rodrigues da Silva (SENAI); c) Acadêmicos de Turismo do IFS: Bento Rafael Santana da Cruz; Emanuella Santos de Carvalho, Lívia Carolina Andrade e Silva (participantes do PROEXT).

Figuras 5 e 6: Apresentação de mapas da Ilha Mem de Sá construídos pelos participantes, no curso de condutores locais, na Reserva do Caju, em 2011.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS/2011.

A parte II do curso de Condutores Locais, intitulada “Roteirização e Operacionalização Turística”, ocorreu entre julho e agosto de 2012. Nesta etapa os recursos foram oriundos do Programa de Pesquisa e Extensão do IFS (PIBEX) e a comunidade contribuiu, como contrapartida, com o espaço para as aulas. Foram ofertados os seguintes módulos: Técnicas de Orientação em Campo, Técnicas de Condução de Grupos, Roteirização Turística, Operacionalização Turística, Segurança e Primeiros Socorros e Aspectos Mercadológicos no Turismo.

Na conclusão do curso os participantes desenvolveram uma atividade avaliativa, no dia 17 de agosto de 2012, que consistiu na organização e operacionalização de um roteiro ecoturístico na Ilha Mem de Sá, para uma equipe do IFS. Na avaliação em grupo, foram verificados os seguintes tópicos: material impresso do roteiro (estética, sequência lógica, redação); material impresso com informações relevantes sobre a Ilha (aspectos geográficos, histórico-culturais e ecológicos); criatividade do roteiro (dinamismo, grau de interesse que a proposta despertaria); qualidade dos serviços de alimentação (sabor, apresentação, higiene, quantidade); qualidade do serviço de transporte (segurança, estado de conservação, higiene); e comprometimento do grupo em relação ao desenvolvimento do trabalho.

Na avaliação individual, foram observadas: apresentação pessoal, abordagem (apresentação da proposta do trabalho e do roteiro desenvolvido), postura (cordialidade, empatia, presteza), contextualização e interpretação dos atrativos, exploração adequada dos atrativos do ponto de vista da sustentabilidade, ações de controle e domínio do grupo, oratória (dicção e linguagem) e adequação e limite do tempo para cada atividade.

A atividade contou com o envolvimento da comunidade como um todo e ficaram evidentes o comprometimento, empenho, união e organização do grupo. Os participantes conseguiram interligar o saber fazer ao ambiente natural da localidade, ou seja, aplicaram a relação entre o ambiente e o modo de vida deles para o Ecoturismo. A atividade foi conceituada por todos da equipe avaliadora como muito satisfatória (Quadro 2).

A equipe que avaliou a atividade reconheceu o desafio da proposta e o entendimento de que, por se tratar de uma primeira atividade, as dificuldades foram superadas com maturidade pela comunidade. Foram observados pontos frágeis, mas também foi reconhecido o potencial dos participantes para a condução de turistas, a confiança que demonstraram e as expectativas positivas do grupo. Um dos pontos registrados como surpreendente, foi a parte do roteiro em que houve a representação da cata do aratu, demonstrando o cotidiano da comunidade e as suas tradições. Com a prática do roteiro foi possível vislumbrar a apropriação do conhecimento, e em função disso, constatar que a parcela da comunidade que participou do curso de Condutores Locais poderia trabalhar de forma autônoma para o desenvolvimento do Ecoturismo na localidade.

Quadro 2: Análise e recomendações dos avaliadores sobre o roteiro ecoturístico proposto no Curso de Condutores Locais. Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe, agosto de 2012.

Aspectos analisados	Recomendações
Material impresso	<ul style="list-style-type: none"> - Especificar as atividades que seriam realizadas de forma mais detalhada; - Aproveitar o informativo impresso sobre a localidade, contextualizando os atributos da Ilha: sua história, lendas e cultura. - Abordar as características da culinária, da fauna e flora local, e apresentar aspectos geográficos, com mapas e fotos diversas. Esses elementos costumam motivar uma visita guiada à localidade.
Roteiro	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a criatividade no roteiro com a exploração de outros pontos da Ilha e atrativos alternativos. Uma das propostas seria a realização de uma volta completa na Ilha, evitando passar pelo mesmo lugar duas vezes. Talvez associar ao roteiro a visitação a localidades do entorno, como o Mosqueiro e a Reserva do Caju; - Proporcionar a experimentação e a utilização dos sentidos, efetuando uma interpretação ambiental e diversas sensações, como: sentir o cheiro das plantas e frutas do lugar, experimentar a culinária, tocar na água, sentir a textura da terra, segurar as redes de pesca, “ouvir” o silêncio; - Promover uma parada para o banho de rio, e ou, uma caminhada no manguezal; - Ordenar o roteiro com a parte fluvial e terrestre de forma sequencial, para evitar que o turista entre e saia do barco muitas vezes; - Sugerir locais para fotos, com as paisagens mais atraentes.
Embarcação	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o condutor do barco e a tripulação; - Orientar os turistas quanto aos procedimentos de embarque e desembarque, para que sejam feitos por uma pessoa de cada vez, e reforçar a necessidade de que os demais passageiros permaneçam sentados. - Ajudar o turista a sair do barco, pegando em seu antebraço, ao invés das mãos. - Utilizar colete salva vidas e aproveitar a colocação para orientar os turistas quanto a maneira correta de sua utilização.
Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar informativos com o nome dos pratos e oferecer opções de alimentos para aqueles que tenham alguma restrição alimentar.
Oratória e condução	<ul style="list-style-type: none"> - Falar em tom adequado, ou utilizar um recurso eletrônico de áudio, e direcionar contato visual para várias pessoas; - Agir com liderança para evitar a dispersão do grupo; - Aprimorar o conhecimento a respeito da Ilha para transmitir segurança e interesse dos turistas quanto às informações transmitidas.

Fonte: Picanço; Carvalho; Muricy (2012).

A segunda capacitação, advinda das ações preparatórias, denominada Curso de Hospitalidade, realizou-se no período de agosto a outubro de 2012, com carga horária total de 68 horas e, assim como a parte II do Curso de Condutores Locais, foi efetivada com recursos do PIBEX do IFS e apoio da comunidade local com a concessão do espaço para as aulas.

O curso foi ofertado aos moradores da Mem de Sá que trabalhavam ou tinham interesse em prestar serviços aos visitantes nas áreas de alimentos e bebidas, transportes e meios de hospedagem na localidade. Foram apresentados para o Curso de Hospitalidade, os seguintes módulos: Meios de Hospedagem, História da Ilha Mem de Sá, Hospitalidade no Turismo, Meios de Transporte para Pequenas Localidades, Educação Ambiental, Formação de Preços, Higiene e Segurança Alimentar, Gastronomia, Aspectos Conceituais do Turismo e Segurança e Primeiros Socorros.

A avaliação do curso de Hospitalidade realizou-se em duas etapas. Uma prova escrita, individual, proposta por cada professor em seu módulo e uma avaliação coletiva, em que os participantes expuseram suas opiniões a respeito da proposta executada. Esta avaliação coletiva ocorreu no dia 31 de outubro de 2012, em um espaço de eventos de uma moradora local e contou com a participação da professora responsável pelo PIBEX, na condição de mediadora, de duas alunas bolsistas e dos participantes do curso. Os participantes responderam às perguntas definidas anteriormente em um roteiro, e ao final, eles apontaram os aspectos que julgaram negativos e positivos, apresentando inclusive algumas sugestões (Quadro 3). Além de terem avaliado a proposta do curso, os participantes também se autoavaliaram, e consideraram-se como regulares. Argumentaram que poderiam ter se envolvido mais, contribuindo nas respostas aos professores e que gostariam de ter sido mais ativos.

Quadro 3: Análise e depoimento dos participantes sobre o curso de Hospitalidade. Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, outubro de 2012.

Categorias analisadas	Aspectos	Análise e depoimento dos participantes
Sobre a estrutura do curso e a qualidade da proposta	Adequação do conteúdo à necessidade de qualificação para trabalhar com o turismo.	O curso ofertado serviu como complemento do curso de Capacitação de Condutores Locais. Sentiam-se mais seguros para trabalhar com o turismo, devido ao conteúdo apresentado, principalmente sobre atendimento pessoal, como trabalhar com a manipulação de alimentos e quanto à formação de preços. Aprenderam também como valorizar melhor os produtos da própria Ilha.
	A relação do conteúdo teórico abordado com a prática da comunidade no desenvolvimento do Ecoturismo local.	O curso contemplou variados conteúdos diretamente relacionados à realidade da comunidade. Antes disso, sentia-se dificuldades para estabelecer os preços dos produtos e serviços ofertados. Como exemplo, foram citados a venda de mariscos, que tinha uma diferenciação de preço muito grande dentro da própria comunidade, devido à presença de atravessadores.
	O conteúdo atendeu a expectativa da aprendizagem? A carga horária foi satisfatória?	Sim. Mas os alunos gostariam de ter tido mais aulas de Gastronomia, pois esta foi realizada em apenas um dia e também de Formação de Preços, para sanarem eventuais dúvidas.
Sobre o trabalho do professor	Pontualidade	Compreenderam as dificuldades enfrentadas pela equipe, em alguns dias, devido à distância do IFS para a Ilha e no geral, avaliaram que os professores foram pontuais.
	Didática	Os professores transmitiram o conteúdo de forma clara, sucinta e de acordo com a realidade local.
	Uso de recursos didáticos	Gostaram dos recursos utilizados e ressaltaram que todas as aulas foram bem organizadas.
	Qualidade do material didático impresso	Apreciaram o material recebido, que será utilizado no dia a dia da comunidade.
Sobre a infraestrutura do local das aulas	Espaço das aulas	Consideraram o espaço bom, principalmente por ser próximo às suas residências. O barulho e a passagem de pessoas do lado de fora incomodaram o andamento das aulas para alguns alunos.
	O lanche	Agradeceram pela preocupação com o lanche servido. Disseram que a equipe foi além do que esperavam.
	Qualidade dos banheiros	Praticamente não o utilizaram.

Continuação

Categorias analisadas	Aspectos	Análise e depoimento dos participantes
Avaliação geral da proposta do Curso de Hospitalidade	Aspectos negativos	O cancelamento do módulo Segurança e Primeiros Socorros; a insegurança de que poderiam esquecer alguns conteúdos; e o fato das aulas terem sido ministradas em um espaço aberto, sofrendo interferências externas.
	Aspectos positivos	O incentivo à integração do grupo, despertando o interesse em trabalharem juntos; disponibilidades dos professores; conteúdos abordados pelos professores, que os fizeram repensar sobre a postura de cada um e convivência dentro da comunidade; motivação para a aprendizagem, surgindo a sugestão de novos cursos como gastronomia e artesanato utilizando materiais da própria Ilha.

Fonte: Picanço; Carvalho; Muricy (2012).

Com o encerramento dos dois cursos, de Condutores Locais e de Hospitalidade, a equipe do GPTEC-IFS organizou um evento no dia 05 de novembro de 2012 para o encerramento dessa etapa das “Ações Preparatórias” com a seguinte programação: no período da manhã foi oferecido um *city tour* para os participantes concludentes, na cidade de Aracaju, e logo após um almoço no Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto. Ambos operacionalizados por docentes do Curso de Gestão de Turismo do IFS. Nesse mesmo dia, houve a solenidade de entrega dos certificados, no IFS, com a participação da Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão, do Gerente de Cursos Subsequentes e Superiores do IFS, do Chefe Geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros, além dos professores e bolsistas do IFS que estiveram envolvidos nos Cursos.

2.3.4 NOVAS AÇÕES PREPARATÓRIAS

Em paralelo à execução desses cursos, a equipe do GPTEC-IFS obteve a aprovação de um projeto de extensão submetido ao Ministério da Educação (MEC), o Projeto de Pesquisa e Extensão Universitária -

PROEXT 2013 - MEC³, com recurso financeiro, gerando fôlego para a execução de mais dois cursos para comunidade da Ilha Mem de Sá, que se somaram às Ações Preparatórias.

Nesta perspectiva, o GPTEC-IFS realizou uma visita à referida localidade, em 16 de maio de 2013 e dialogou com a comunidade local sobre o projeto do PROEXT: “Ecoturismo e Desenvolvimento Local Sustentável na Ilha Mem de Sá - Itaporanga d’Ajuda/SE”. A visita teve por finalidade apresentar a comunidade aos novos bolsistas, realizar uma conversa informal com os comunitários para sondar o interesse dos mesmos sobre a continuidade de ações que se somavam ao projeto inicial.

Assim, na tentativa de ofertar à comunidade novos cursos que estivessem de acordo com as suas expectativas, foi realizado um questionário com alguns moradores, considerando as atividades que já tinham sido ofertadas por projetos anteriores. Dessas entrevistas, obtiveram-se as seguintes respostas: o interesse da comunidade pela continuidade do processo e sugestão da realização dos cursos aos sábados, para melhor atender ao público alvo, principalmente os jovens que estudavam e trabalham durante a semana; proposta de realização de palestras para envolver toda a comunidade, para que esta pudesse ficar ciente das atividades que já ocorreram e as que seriam concretizadas. Quanto ao local para a realização dos cursos, a comunidade sugeriu que estes fossem ministrados na Escola Municipal Valdemar Fontes Cardoso, aos sábados, e durante a semana, em um restaurante de uma moradora local que disponibilizou o espaço. Neste encontro foi possível observar também a expressão de angústia de alguns moradores quanto ao loteamento de terrenos da Ilha, para terceiros.

Mediante esse contato, a comunidade foi convidada a participar de um encontro de sensibilização, no dia 27 de junho de 2013, na própria

3 Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Edital PROEXT 2013. Processo Nº: 114317.480.140071.13042012. Projeto de Extensão coordenado pelo Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira, do IFS (VIEIRA; PICANÇO; BRAGHINI, 2013).

Ilha, e nesta data foram apresentados, além do projeto supracitado, outros projetos de pesquisa e extensão de docentes do IFS, que também envolviam a Ilha Mem de Sá (Figuras 7 e 8).

Figura 7: Participação da comunidade na sensibilização e compromisso na continuidade das oficinas preparatórias, em 2013.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Figura 8: Mediação para sensibilização, esclarecimentos e acordos sobre a nova fase das oficinas preparatórias, em 2013.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS.

Neste evento, o GPTEC, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), fortaleceu o seu compromisso

com a comunidade da Mem de Sá de contribuir com o planejamento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha, derivado do projeto inicial de 2008 (Quadro 4).

Quadro 4: Projetos desenvolvidos pelo GPTEC-IFS com foco na Ilha Mem de Sá, entre 2013 e 2015.

Modalidade do projeto Orientador/Colaboradores	Título	Objetivo
1. PROEXT/MEC Orientador: Prof. Lício Valério Vieira. Coorientadores: Cristiane Picanço, Claudio Roberto Braghini. Colaboradores: Emanuella Carvalho, Bento Cruz, Bruno Marques, Joyce Muricy, Livia Silva, e Paulo Henrique Miranda. Publicação: VIEIRA; PICANÇO; BRAGHINI, 2013.	Ecoturismo e desenvolvimento local sustentável na Ilha Mem de Sá - Itaporanga d'Ajuda/SE.	Desenvolver atividades que reflitam no fomento do desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, município de Itaporanga d'Ajuda (SE), através da interação do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFS com a comunidade local.
2. PIBIC Orientador: Prof. Claudio Roberto Braghini. Colaboradores: Carla Vanessa Silva, Agildo Santos, John Lenno Silva e Luciano Souza. Publicação: BRAGHINI, 2012.	Conflitos territoriais na RPPN do Caju e possibilidades do turismo local sustentável.	Analisar os conflitos territoriais da RPPN do Caju e as interfaces com o turismo no Litoral Sul de Sergipe, na perspectiva de proteção dos recursos naturais, sobrevivência e melhoria das condições de vida da comunidade da Ilha Mem de Sá a partir do Ecoturismo local.
3. PIBIC Orientador: Prof ^a . Cristiane Santos Picanço. Colaboradores: Jádriel Reis, Emanuella Carvalho, Agildo Santos Publicação: PICANÇO, 2013.	O planejamento de marketing na construção de estratégias de comunicação e distribuição de produtos turísticos locais: o caso da Ilha Mem de Sá.	Organizar um plano de marketing com foco na comunicação e distribuição mercadológicas, como referencial para a comercialização do produto turístico Ilha Mem de Sá junto às agências de turismo e instituições de ensino de Aracaju-SE, visando ampliar e movimentar a economia da Ilha.

CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ

Modalidade do projeto Orientador/Colaboradores	Título	Objetivo
4. PIBIC Orientador: Prof ^a Fabiana Faxina Colaboradores: Marcelo Augusto Rego, Lara Brunelli. Publicação: FAXINA, 2013.	Avaliação da Sustentabilidade da comunidade da Ilha Mem de Sá.	Identificar indicadores e elaborar um instrumento de avaliação de sustentabilidade para a comunidade da Ilha Mem de Sá nas dimensões social, econômica e ecológica.
5. PPTAE Orientador: Nelma Guimarães. Coorientador: Prof. Lício Valério Vieira. Colaboradores: Marília Gabriela Carvalho, Adinoia Lima e Marcos Antonio Prado. Publicação: GUIMARÃES; VIEIRA, 2013.	Indicadores da gestão do (Eco) Turismo de Base Comunitária na Ilha de Mem de Sá.	Analisar os indicadores da gestão do Ecoturismo de Base Comunitária da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda/SE.
6. PIBEX Orientador: Prof. Claudio Roberto Braghini. Coorientadora: Fabiana Faxina. Colaboradores: Thatiana Carvalho, Bento Rafael Cruz e João Luiz Brazil. Publicação: BRAGHINI, 2013.	Comunidades litorâneas que se visitam e se fortalecem para o Ecoturismo de Base Comunitária em Sergipe	Fortalecer os processos de desenvolvimento do (coturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda, Litoral Sul e Povoado Ponta dos Mangues, em Pacatuba, no Litoral Norte de Sergipe, a partir da troca de experiências entre as duas comunidades.
7. PIBEX Orientador: Prof ^a . Fabiana Faxina. Coorientador: Prof. Luiz Carlos Gonçalves. Colaboradores: Dayse Klésia Santos. Publicação: GONÇALVES; FAXINA, 2013.	A gastronomia enquanto atratividade na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE: uma proposta de roteiro turístico.	Desenvolver um roteiro turístico na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE, que envolva desde a observação da pesca e da mariscagem ao preparo de pratos utilizando técnicas da alta gastronomia pela comunidade local.

Modalidade do projeto Orientador/Colaboradores	Título	Objetivo
8. PIBEX Orientador: Prof. Claudio Roberto Braghini. Coorientador: Prof. José Carlos Cunha. Colaboradores: João Luiz Brazil, Bento Rafael Cruz. Publicação: BRAGHINI; CUNHA, 2012.	Planejamento Estratégico Participativo para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda/SE	O projeto tem o caráter de uma pesquisa aplicada e objetiva analisar as perspectivas de desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d' Ajuda, de forma participativa e nesse processo elaborar um Plano de Ação para o Ecoturismo estabelecendo diretrizes e metas para o período de 2013 a 2016.
9. PIBIC JR Orientador: Prof. Luiz Carlos Gonçalves. Coorientadora: Profa. Fabiana Faxina. Publicação: GONÇALVES; FAXINA, 2013.	Determinação da contaminação por coliformes fecais e <i>Salmonella</i> spp. em ostras utilizadas para consumo humano na comunidade da Ilha de Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda, Sergipe.	Analisar amostras de ostras obtidas em pontos de pesca costumeiros coletados para consumo próprio e comercialização pelos pescadores artesanais da região da Ilha de Mem de Sá, objetivando a verificação de possível contaminação por coliformes fecais e <i>Salmonella</i> spp.

Organização: Autores, baseado em acervo de dados do GPTEC-IFS (2019).

Esses projetos previam o período de realização entre junho de 2013 a abril de 2014. Apenas o projeto PROEXT teria um prazo diferenciado para execução, que compreendia, agosto de 2012 a julho de 2013. Vislumbrou-se que estas ações possibilitariam um diálogo ainda maior com os moradores da Ilha para a construção de um modelo de turismo autogerido pela comunidade, que movimentasse a economia local, fornecendo novas possibilidades de renda, sem perder de vista o respeito pelo patrimônio cultural e ambiental.

Dentre os projetos citados, o PROEXT foi aquele que se propôs a realizar mais dois cursos de capacitação: Roteiros Turísticos e Hospitalidade, desta vez, privilegiando conhecimentos de empreendedorismo com base no associativismo (Quadro 5).

Quadro 5: Estrutura dos cursos vinculados ao PROEXT-MEC para a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe, em 2012 e 2013.

Curso Período/ Carga horária	Objetivo	Estrutura
Curso: Capacitação em Roteiros Turísticos. Período: julho a agosto de 2013. Carga horária: 54 horas.	Capacitar a comunidade para estruturar e operacionalizar dois roteiros turísticos na Ilha Mem de Sá e entorno.	Módulo I – Biodiversidade Local; Módulo II – Dinâmica do Manguezal Aplicada ao Turismo; Módulo III – Técnicas em Agroecologia; Módulo IV – Noções de Elaboração de Roteiros; Módulo V – Estruturação de Preços; Módulo VI – Técnicas de Condução de Grupos; Módulo VII – Patrimônio Cultural Local Aplicado ao Turismo; Módulo VIII – Pesca Artesanal Local Aplicada ao Turismo; Módulo IX – Segurança e Primeiros Socorros; Módulo X – Atividade Multidisciplinar.
Curso: Capacitação em Empreendedorismo e Associativismo na Hospitalidade. Período: setembro a novembro de 2013. Carga horária: 60 horas.	Capacitar a comunidade para trabalhar com serviços turísticos na Ilha Mem de Sá, com base em ações coletivas, visando benefícios comuns.	Módulo I - Associativismo e Empreendedorismo; Módulo II - Zoneamento dos Empreendimentos da Cadeia Produtiva do Turismo; Módulo III - Agência de Receptivo; Módulo IV - Economia Criativa; Módulo V - Gestão de Bares e Restaurantes; Módulo VI - Transporte para Pequenas Comunidades; Módulo VII - Hospedagem para Pequenas Comunidades; Módulo VIII - Produtos da Agricultura Familiar e Artesanato; Módulo IX - Viabilidade Econômica de Projetos; Módulo X - Qualidade no Atendimento ao Visitante; Módulo XI - Atividade Multidisciplinar.

Fonte: VIEIRA; PICANÇO; BRAGHINI; CARVALHO, 2014.

A atividade avaliativa do curso de Capacitação em Roteiros Turísticos se constituiu da criação e operacionalização de um roteiro turístico na Ilha Mem de Sá. De forma prática, os participantes se mobilizaram para a construção da proposta e desenvolveram a criatividade e o trabalho coletivo. O roteiro foi desenvolvido no dia 27 de agosto de 2013, com a participação de docentes e estudantes de turismo do IFS. O percurso contemplou a saída da Orla Pôr do Sol⁴ em direção à Ilha, com paradas em pontos estratégicos (anteriormente mapeados por GPS), passagem pelos canais do manguezal e caminhada pela Ilha. Essa atividade demonstrou à comunidade uma opção possível de roteiro, que poderia ser utilizado comercialmente.

O curso de Capacitação em Empreendedorismo e Associativismo na Hospitalidade utilizou uma metodologia de avaliação mais tradicional, baseada em aspectos qualitativos e quantitativos, aplicada individualmente pelos professores dos módulos.

2.4 ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Os princípios que sustentaram a elaboração do plano⁵ se vincularam ao saber-fazer tecnológico em turismo, no campo das ciências sociais aplicadas. Ao mesmo tempo, a participação de professores e estudantes do IFS, com uma abordagem junto à comunidade, conferiu o caráter de construção participativa e democrática.

4 A Orla Pôr do Sol é uma localidade do Bairro Mosqueiro, em Aracaju, transformado em espaço turístico pela prefeitura, com a implementação de equipamentos como passarelas de madeira, restaurante, centro de informações, piers e organização de barqueiros com oferta de passeios no estuário do Rio Vaza Barris.

5 A partir do PROEXT, houve uma adequação no título do projeto, que inicialmente era "Elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá". Porém, as bases conceituais e a proposta se mantiveram.

A metodologia participativa aplicada ao projeto se desenvolveu em consonância com o Ministério do Turismo, na medida em que se iniciou da criação coletiva de um espaço sistemático de conversação, explicitação e negociação de diferentes interesses e da aprendizagem compartilhada, envolvendo variados saberes e referências (BRASIL, 2008; IBASE, 2006). Por essa perspectiva, buscaram-se alternativas técnicas e políticas capazes de aprimorar práticas sociais e fortalecer a gestão de Ecoturismo de Base Comunitária no povoado da Ilha Mem de Sá.

Nesse processo discutiram-se os desejos da comunidade da Ilha Mem de Sá, as necessidades de mudanças e aquilo que seria possível realizar, de acordo com os objetivos propostos, os responsáveis, as possíveis parcerias e o prazo para consecução. Entendeu-se a necessidade de se buscar estabelecer os primeiros contatos e sinalizar caminhos para constituir pactos territoriais.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico foi concebido com o intuito de orientar o que fazer e como fazer, descrevendo estratégias, procedimentos e ações para se chegar à condição futura, considerando-se o que precisaria ser feito para mudar. Dessa maneira, seguiu o critério de flexibilidade, possibilitando fazer ajustes e adaptações, podendo ser aperfeiçoado ao longo da sua execução. A sua elaboração se constituiu de um longo processo, concluído em 2013, quando foi disponibilizado à comunidade da Ilha, atendendo ao compromisso assumido em 2008.

Vale ressaltar que no capítulo 8 da presente obra são discutidos aspectos referentes aos resultados obtidos nessa fase de construção do plano, contemplando os desejos e prioridades da comunidade, os desafios e possibilidades, e a gama de diretrizes propostas para o Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá.

2.5 DIFICULDADES E LIÇÕES APRENDIDAS

Nas atividades acadêmicas, as dificuldades enfrentadas também sinalizam lições aprendidas e que devem ser registradas para contribuir com o conhecimento científico na área. A partir deste entendimento, alguns obstáculos encontrados, descritos anteriormente, são aqui resgatados, com discussão mais ampliada.

A falta de recursos financeiros para subsidiar os custos de deslocamento e alimentação de professores e estudantes pesquisadores, somadas à superposição de atividades dos professores envolvidos e aos processos de qualificação profissional, colocaram as ações de pesquisa e extensão num segundo plano, pela dificuldade de se cumprir todos os compromissos e responsabilidades inerentes à função docente. Isso trouxe uma reflexão constante dos professores pesquisadores se haveria ou não condições de assumir ações da magnitude do projeto para a Ilha Mem de Sá. De qualquer maneira, a posição da equipe determinou que a responsabilidade assumida com a comunidade seria prioridade, mesmo com as dificuldades impostas. A equipe reforçou a ideia de que estabelecer ações pontuais, sem continuidade, intervindo em comunidades, não teriam eficácia, e sustentou-se a perspectiva de processo em médio e longo prazo, para que se obtivessem transformações discutidas e preconizadas na teoria associada à autogestão comunitária para o turismo local.

Outro aspecto relevante foi observar que é possível desenvolver pequenos projetos, envolvendo extensão e pesquisa. E neste caso, os professores reconhecem a importância do compromisso, da responsabilidade e iniciativa de estudantes para escrever e trabalhar nesses projetos.

A dificuldade de se sensibilizar a comunidade já era de conhecimento dos pesquisadores, mas deve ser reforçada, na medida em que alguns moradores são os primeiros em se aproximarem e darem um voto de confiança aos processos de intervenção e pesquisa das uni-

versidades e institutos de educação superior. Na sequência, o grupo de interessados pode se modificar e é preciso estar preparado para isso, entendendo e atuando de forma a uma contínua sensibilização para o que está sendo proposto, buscando incluir o maior número de moradores. É certo que sem a apropriação da proposta de se assumir a autogestão das ações de turismo pela própria comunidade, as chances de atingir os princípios ou características do TBC são limitadas.

No caso da Ilha Mem de Sá, desde o início percebeu-se uma dificuldade em se reconhecer e delimitar o espaço público, pois antes, os moradores se reconheciam como próximos e respeitavam os espaços de cada família, sem cercamentos. No entanto, na medida em que começou a ocorrer uma expansão imobiliária, modificou-se essa realidade. Os problemas para a gestão dos resíduos sólidos em áreas comuns, a disponibilização e distribuição de água e a manutenção de serviços de fornecimento de energia elétrica, entre outros, ganharam maior magnitude, e nesse contexto ampliou-se a necessidade de se definir quem deveria gerenciar tais ações perante os órgãos e fornecedores de serviços públicos, e também diante das intervenções privadas, quais poderiam interferir na dinâmica dos manguezais e rio.

As consequências advindas dessas questões impuseram à entidade representativa local a se fortalecer e se organizar para administrá-las, o que levou também a se analisar o turismo e suas interferências com um olhar mais crítico. Nessa abordagem, entendeu-se que a Associação de Moradores começou a ter maior grau de confiança da própria comunidade local.

Por sua vez, o afastamento da Embrapa trouxe uma dificuldade, na medida em que o projeto do IFS, de Ecoturismo numa perspectiva comunitária, seria um dos elementos para auxiliar no desenvolvimento social da comunidade da Ilha Mem de Sá e não o único. Isso indica que o afastamento da Embrapa enfraqueceu o processo de desenvolvimento da comunidade e trouxe o risco de se direcionar maior importância

ao turismo. Perseguir na busca de reeditar a parceria com a instituição pode ser relevante, em especial pelo crescimento do interesse na agroecologia e as iniciativas em torno de quintais produtivos.

O fenômeno que ocorre na Ilha Mem de Sá não se deve apenas às ações locais, por isso deve ser entendido no contexto territorial e, para tal, há que se considerar as obras de infraestrutura viária na região, bem como a construção dos equipamentos e fornecimento de serviços turísticos na Orla Pôr do Sol, no povoado Mosqueiro em Aracaju.

2.6 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PELA COMUNIDADE

Na comunidade, o contato com o IFS e discussões geradas a partir das oficinas, cursos, visitas técnicas e projetos, têm contribuído para a construção de conhecimento e do saber fazer em turismo pelos moradores envolvidos. Entretanto, tal construção tem outras referências que se complementam às ações do IFS, na medida em que colocam a comunidade diante da prática de receber e prestar serviços de turismo. O papel do IFS passou a ser de parceria esporádica na qualificação, via ensino, pesquisa e extensão.

As outras referências marcantes são: o aumento do fluxo de visitantes, o projeto Aratu⁶ e as iniciativas empreendedoras de alguns moradores. O fomento e a ampliação da visitação foram motivadas pela construção da estrutura da Orla Pôr do Sol pela Prefeitura Mu-

6 O Projeto Aratu objetivou desenvolver o Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá e foi gerado por estudantes do curso de Gestão de Turismo com visão empreendedora e com experiência em trabalhos com comunidade, sob orientação e coordenação de professores do IFS, e apoio da FUNCEFET-SE (Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe). O projeto foi aprovado com recursos financeiros em edital da Petrobrás. Iniciou-se em 2013, mas grande parte dos recursos financeiros foi liberada posteriormente, em 2014-2015. O projeto continuou suas ações, mas ainda não consolidou uma prática de TBC efetiva. Na verdade, ele tem gerado movimentos e contatos com grupos e redes de Turismo de Base Comunitária de outras partes do Brasil e do exterior.

nicipal de Aracaju. Ampliaram-se os passeios de embarcações no rio Vaza Barris e nos seus afluentes, a exemplo do Paruí, com roteiros que conduzem visitantes com diferentes interesses à Ilha, a partir de catamarãs, lanchas e motos aquáticas, e alguns desses se distanciam da ideia de sustentabilidade ambiental e do Turismo de Base Comunitária.

Paralelamente a este processo, cabe destacar de forma marcante a organização da Associação de Moradores e que atualmente se denomina Associação Comunitária da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe (ACIMS). A ACIMS passou a ser mais ativa, no sentido de articular com autoridades e instituições públicas, visando à manutenção e melhoria de infraestrutura e serviços na comunidade. Essa mobilização é relevante para a autonomia e gestão dos aspectos públicos da Ilha e pode gerar maior criticidade para avaliar e discutir as iniciativas para o desenvolvimento do turismo e o andamento dos projetos com viés comunitário, como a perspectiva de formação da Cooperativa de Turismo, prevista no projeto Aratu.

Esse contexto sugere possibilidades de novas atividades de pesquisa e extensão, não apenas na área de turismo, mas em questões de saneamento ambiental, produção agroecológica, cultura, associativismo e cooperativismo, entre outras.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo destaca a produção de conhecimento até o período de 2013, com vínculo ao projeto original que iniciou a relação entre IFS e comunidade da Ilha Mem de Sá. Entretanto, cabe reconhecer que outros projetos de pesquisa e extensão e trabalhos de conclusão de curso se desenvolvem a partir de 2012 tendo como espaço territorial a Ilha, assim como estudos de pós-graduação, que estão gerando novos conhecimentos.

Do ponto de vista da construção do conhecimento da comunidade, em uma perspectiva territorial, há ações e acontecimentos planejados e outros determinados pela dinâmica de interesses pessoais, diante das transformações do entorno que se refletem na Ilha, como pavimentação de vias, estrutura da Orla Pôr do Sol e ampliação dos serviços turísticos, além do aumento da exposição da Ilha na mídia. O presente texto trouxe um convite para se entender o turismo na Ilha Mem de Sá, enriquecido pela perspectiva de se pensar a história do lugar, da relação com o IFS e com a Embrapa Tabuleiros Costeiros.

A presença do IFS pode ser vista como um agente catalisador de um processo de reflexão contínuo e disseminação de boas práticas no turismo com foco na sustentabilidade da comunidade. Nesse processo, construiu-se também o saber-fazer do IFS a partir do ensino, pesquisa e extensão, consolidado em documentos acadêmicos e na formação de gestores de turismo.

Nesse contexto, observa-se a escassez de trabalhos que discutam pelo menos quatro aspectos considerados marcantes para o protagonismo da comunidade e autogestão para desenvolver ações de turismo. O primeiro corresponde ao problema fundiário, na medida em que ocorre a valorização da terra, estimulada pelo turismo. Embora a comunidade em questão não tenha enfrentado problemas fundiários como em outras comunidades que trabalham com o Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil, há que se discutir, de forma contundente, sobre os desejos dos moradores em permanecerem no local, um mapeamento dos terrenos, os valores e interesses, de forma a dimensionar a transformação que poderá ocorrer. Pesquisas que elaborem mapeamentos e histórico de valorização da terra trariam informações e conhecimento científico, ou seja, um melhor entendimento da dinâmica territorial e referencial para a comunidade.

O segundo aspecto vincula-se a resultados econômicos e sociais, pois há poucas reflexões sistematizadas sobre a contribuição do turis-

mo na vida da comunidade em termos de renda, advindo dos serviços de guiamento, transporte fluvial, alimentos e bebidas e hospedagem. O terceiro ponto baseia-se na busca pela consolidação de um turismo com perfil comunitário e, portanto, perpassa pela possibilidade de gerenciamento comunitário dos serviços e estabelecimento de mecanismos de controle e fluxo de informações sistematizadas sobre a movimentação turística.

Finalmente, registra-se a necessidade de se consolidar informações sobre a capacidade de gestão de visitantes, dado o caráter insular, tais como a aplicabilidade de indicadores, monitoramento e manejo em diversas dimensões implícitas na ideia de sustentabilidade.

As ações na Ilha Mem de Sá fazem parte da aplicação prática da teoria aprendida diante da realidade enfrentada pelos moradores e parcerias estabelecidas. Um processo que certamente terá o olhar e acompanhamento dos professores, pesquisadores e estudantes dos cursos de turismo do IFS, sem o papel de protagonista, que cabe à comunidade.

O Projeto Aratu finalizou-se em 2015 e ainda não há um relatório sistematizado com a avaliação do projeto, mas é possível apontar alguns aspectos positivos que se refletem atualmente na gestão do turismo pela Associação Comunitária da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe (ACIMS), como as planilhas para agendamento e escala no guiamento, serviço de alimentação e transporte de turistas, entretanto, também recebeu críticas e resistências por parte de moradores em decisões na gestão do projeto e por processos previstos e não concluídos, como a Sede da Cooperativa de Turismo, com restaurante comunitário.

Paralelamente, é possível assegurar o empoderamento da ACIMS, que no contexto dos acontecimentos locais, passou a receber apoio, foi ouvida pelo Ministério Público e se traduziu também no aporte de recursos financeiros advindos de multas ambientais. Isso também trouxe o fortalecimento das ações comunitárias, com novas parcerias institucionais e investimento em infraestrutura. Em algumas tomadas

de decisão mediadas pelo Ministério Público, registra-se a importância das diretrizes construídas e propostas no Plano de Ação para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá.

Em síntese, registra-se aqui uma parte significativa da história do processo de relação em forma de extensão, ensino e pesquisa entre o IFS, enquanto instituição pública, e a comunidade da Ilha Mem de Sá. Tais práticas são importantes para os atuais e futuros projetos, bem como para as ações que venham a se desenvolver na localidade com foco no turismo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE & SILVA, L. C.. **Patrimônio natural e o desenvolvimento do Ecoturismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá, Sergipe**. Instituto Federal de Sergipe. Monografia do Curso de tecnologia em Gestão de Turismo. Aracaju, SE, 2014.

BRAGHINI, C. R. **Comunidades litorâneas que se visitam e se fortalecem para o (Eco) turismo de base comunitária em Sergipe**. Projeto de Extensão – PIBEX. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

BRAGHINI, C. R.; CUNHA, J. C. S.. **Planejamento Estratégico Participativo para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda/SE**. Projeto de Extensão – PIBEX. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2012.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.. **Relatório da sensibilização para o Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe**. Série Documento 1/5. Instituto Federal de Sergipe. Aracaju: GPTEC-IFS, 2011.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; CUNHA, J. C. S.; CARDOSO NETO, A.. **Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda**, Sergipe. Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe. Coordenadoria de Ecoturismo. Aracaju, SE, 2009.

BRAGHINI, C. R.. **Conflitos territoriais na RPPN do Caju e possibilidades do turismo local sustentável**. Projeto de Iniciação Científica – PIBIC. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Mtur, 2008.

BRAZIL, J. L. S.; CRUZ, B. R. S.; BRAGHINI, C. R. **Ecoturismo de base comunitária: possibilidades e desafios para a comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda/SE.** Anais...VIII Simpósio de Turismo Sertanejo. João Pessoa, PB, 2014, pp. 169-174.

CRUZ, B. R. S.; BRAZIL, J. L. S.; BRAGHINI, C. R.. **Ecoturismo de base comunitária: desejos e necessidades da comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE.** Anais... VIII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Salvador, BA, 2013.

CUNHA, J. C. S.. (Org.). **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do povoado Ilha Mem de Sá – Município de Itaporanga d'Ajuda/Sergipe.** Série Documento 2/5. Aracaju: GPTEC-IFS, 2013.

CURADO, F. F.. **Gestão Participativa para o desenvolvimento da comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda – SE. Macroprograma 6.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Relatório de elaboração do Plano de Manejo da RPPN do Caju,** 2013. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2013.

FAXINA, F.; GONÇALVES, L. C.. **A gastronomia enquanto atratividade na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE: uma proposta de roteiro turístico.** Projeto de Extensão -PIBEX. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

FAXINA, F.. **Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda/SE.** Projeto de Iniciação Científica-PIBIC. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

FENNEL, D. A.. **Ecoturismo: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.

GONÇALVES, L. C.; FAXINA F.. **Determinação da contaminação por coliformes fecais e *Salmonella* spp. em ostras utilizadas para consumo humano na comunidade da Ilha de Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda, Sergipe.** Projeto de Iniciação Científica – PIBIC JR. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

GUIMARÃES, N. O; VIEIRA, L. V. L.. **Indicadores da gestão do (Eco)turismo de base comunitária na Ilha de Mem de Sá em Itaporanga D'Ajuda/SE.** Projeto de Pesquisa - PPTAE. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

HORTA, M. de L. P.. **O que é Educação Patrimonial.** 2003. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf >. Acesso em: 01 ago. 2019.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, jul. 2006.

ICMbio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 2011**. Institui a criação da Reserva do Patrimônio Natural do Caju. Brasília, 17 jan 2011.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF, 2003. pp. 315-362.

PICANÇO, C. S.. **Desafios da educação profissional e tecnológica: a experiência do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS**. 2011, 259f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

PICANÇO, C. S.. **O planejamento de marketing na construção de estratégias de comunicação e distribuição de produtos turísticos locais: o caso da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda/SE**. Projeto de Iniciação Científica – PIBIC. Editais PROPEX. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

PICANÇO, C. S.; CARVALHO, E. S.; MURICY, J. dos S.. **Ações preparatórias para o desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda – SE**. Relatório final de avaliação do projeto de Pesquisa e Extensão - PIBEX (Edital nº: 09/2012/PROPEX), Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe. Aracaju, Sergipe: 2012, 96 f.: il.

PIRES, P. dos S.. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RIBEIRO, J. N.; ANDRADE, T. S.; BRAGHINI, C. R.. **O papel da gastronomia no Ecoturismo da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda – Litoral Sul de Sergipe**. Anais... VI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Natal, RN, 2011, p. 1296-1304.

SANTOS NETO, A. C.; BRAGHINI, C. R.; ANDRADE & SILVA, L. C.. **Inventário do patrimônio histórico, cultural e natural da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, SE**. Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda, Sergipe. Série Documento 3/5. GPTEC-IFS, 2014.

SILVA, M. L. N.; SILVA, B. M. G.; BRAGHINI, C. R.. **Saneamento ambiental para o desenvolvimento do Ecoturismo na comunidade Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE**. Anais... VI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Natal, RN, 2011, pp. 1240-1248.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2010, p. 235-248.

TUPINAMBÁ, E. A.. **Gestão ambiental na Reserva do Caju**. Macroprograma 4. Transferência de tecnologia e comunicação empresarial. Projeto. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006.

VIEIRA, L. V. L.; PICANÇO, C. S.; BRAGHINI, C. R.; CARVALHO, E. S.. **Relatórios das Ações Prioritárias para o Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda - SE**. Série Documentos 4/5. Aracaju: GPTEC-IFS, 2014.

VIEIRA, L. V. L.; PICANÇO, C. S.; BRAGHINI, C. R.. **Ecoturismo e desenvolvimento local sustentável na Ilha Mem de Sá - Itaporanga d'Ajuda - SE**. Projeto de Extensão. Edital PROEXT/MEC 2013. Instituto Federal de Sergipe, 2013.

VIEIRA, L. V. L.; PICANÇO, C. S.; BRAGHINI, C. R.. **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda - SE**. Projeto de Extensão. Edital PROEXT-MEC 2013. Ministério da Educação. Aracaju: GPTEC-IFS, 2015.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM COMUNIDADES LOCAIS¹

Cristiane Santos Picanço
Claudio Roberto Braghini
Emanuella Santos de Carvalho
Joyce dos Santos Muricy



3.1 INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT) valoriza a integração dos conhecimentos científicos com o técnico, contribuindo para a formação do indivíduo, possibilitando a construção de uma leitura crítica do mundo do trabalho. Neste âmbito, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, vinculado ao Instituto Federal de Sergipe (IFS), atuou com atividades de pesquisa e extensão com o objetivo maior de promover o desenvolvimento do Ecoturismo em uma pequena comunidade, pertencente à Ilha Mem de Sá, povoado do município de Itaporanga d'Ajuda - SE.

1 A versão original deste trabalho foi publicada no VII CONNEPI – Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação, em Palmas – Tocantins, 2012. A versão apresentada aqui em forma de capítulo, inclui pequenas mudanças do texto original (reorganização de parágrafos e linguagem) e inserção de imagens fotográficas e de novas referências.

A Comunidade Mem de Sá está localizada em uma Ilha fluvial do Rio Paruí, afluente do Rio Vaza Barris, localizada no município de Itaporanga d'Ajuda, distante 23 km da sede do município e 53 km da capital do Estado de Sergipe, Aracaju. O município de Itaporanga d'Ajuda ocupa 757 km² de área, e faz limite territorial com Estância, Salgado, Lagarto, Campo do Brito, Laranjeiras, São Cristóvão, Areia Branca e o Oceano Atlântico.

À época da realização deste estudo, a Ilha apresentava uma população de aproximadamente 75 famílias e 375 pessoas (CURADO, 2009). A pesca era a principal atividade econômica local, em especial no estuário do Rio Vaza Barris, e a agricultura, de cunho familiar.

Para alcançar o propósito do desenvolvimento do ecoturismo na localidade, realizou-se com um grupo de pessoas desta comunidade uma Oficina de Capacitação de Condutores Locais, com o intuito de habilitá-los para a condução de turistas na localidade, considerando os aspectos de conservação e identidade territorial.

Por essa perspectiva, o presente trabalho discute a importância da educação tecnológica para o desenvolvimento do turismo na referida comunidade, vinculando ensino, pesquisa e extensão, e nesse conjunto, a construção e utilização de tecnologias sociais se traduzem em metodologias desenvolvidas na interação dos saberes populares, e apontam soluções para fomentar a transformação social.

3.2 A INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, ECOTURISMO E TECNOLOGIAS SOCIAIS

A construção da educação profissional e tecnológica no Brasil compreende uma rica história pautada em discussões acerca da dualidade entre ensino intelectual e ensino instrumental. Décadas de diálogos e debates sobre a EPT tomaram espaço nos ambientes acadêmicos, políticos e sociais, na tentativa de organizar essa modalidade de educação

e lhe permitir maior autonomia através de instrumentos legais que a respaldassem (PICANÇO, 2011).

Nesse universo, as antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs), hoje Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs) representam uma das formas do ensino de qualidade na formação de jovens para o mundo trabalho, valorizando a integração e interdependência do conhecimento propedêutico com o conhecimento técnico de base operacional, e, em função desta conduta, constituem-se como referência na educação profissional no país.

Por essa perspectiva, os Institutos Federais trazem em suas concepções e diretrizes que a educação profissional e tecnológica não é apenas instrumentalizadora de pessoas, porque, para além disso, possibilita ao indivíduo desenvolver, a partir da prática interativa, a sua capacidade de gerar conhecimentos baseados na realidade local. A EPT não se resume a ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas sim:

Proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (BRASIL, 2007, p. 45).

Vista como uma prática social, a educação pode e deve contribuir com a sociedade em uma escala de grande relevância, subsidiando a formação dos indivíduos e seu potencial criativo no processo de desenvolvimento. Tal assertiva implica na relação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) - representantes do nível superior da educação profissional e tecnológica - com a dinâmica tecnológica do mundo do trabalho, vislumbrando nesta relação a contribuição destes cursos, conforme expressam alguns dos seus objetivos, ou seja:

[...] Cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo

tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico; Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho [...] (BRASIL, 2002, p. 18).

Diante de suas múltiplas relações com a cultura e a sociedade, a educação não pode dissociar o saber do fazer, assinala Dencker (2002). A reflexão deverá ser não só para a produção do conhecimento, mas também, para as possíveis consequências de sua aplicação. O ensino superior não é responsável somente pela transmissão do conhecimento (ensino), inclui também a sua construção (pesquisa) e difusão à sociedade (extensão), apresentando influências na realidade social a qual está inserido.

Desse modo, é possível observar a envergadura do curso superior de tecnologia quanto à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em suas várias dimensões, o que inclui nesse âmbito as tecnologias sociais, as quais se constituem em um conjunto de atividades relacionadas ao desenvolvimento e ou aplicação de técnicas transformadoras, com a interação da população e apropriadas por ela, com a finalidade de melhorar as condições de vida e promover soluções para a inclusão social (ITS, 2004). Segundo Rodrigues e Barbieri (2008), a tecnologia social requer a emancipação dos atores envolvidos e não somente a importação de soluções produzidas por especialistas. Trata-se de um trabalho coletivo com vistas a beneficiar tanto os usuários quanto os produtores da tecnologia.

Neste contexto e sob a orientação das diretrizes dos IFs, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, vinculado ao Instituto Federal de Sergipe, por meio do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS), atuou com atividades de pesquisa e extensão com o projeto denominado “Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e Comunidade da Ilha Mem de Sá em Itaporan-

ga D'Ajuda, Sergipe" (BRAGHINI; PICANÇO; CUNHA; CARDOSO NETO, 2009)².

Tal projeto iniciou-se a partir de uma parceria técnico-científica com a Embrapa Tabuleiros Costeiros no ano de 2009, com o objetivo de analisar as potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo na localidade e buscar a realização de todas as ações propostas em parceria com a comunidade, o que se enquadra nos parâmetros da tecnologia social.

Uma das justificativas para a execução do projeto foi a identificação da falta de perspectivas sociais para os jovens da referida comunidade, pois aqueles que não se identificavam com a pesca e a agricultura familiar, principais atividades econômicas da Ilha, ou não conseguiam atender as suas expectativas financeiras com essas atividades, tendiam a buscar alternativas de sustento saindo da Ilha para trabalhar nas áreas urbanas.

Nesse cenário, o Ecoturismo poderia ser considerado uma alternativa de renda para a comunidade, pois a sua base de utilização dos recursos naturais e do patrimônio cultural e natural de forma sustentável, tenderia a propiciar o desenvolvimento local, conforme pontuam Araújo e Silva (2006), melhorando as condições de vida para a população, além da promoção do conhecimento para a formação de uma consciência ecológica e sensibilidade ambiental nesses indivíduos.

O referido projeto também se amparou no potencial do Curso de Gestão de Turismo de construir processos de gestão turística em pequenas comunidades nos moldes das tecnologias sociais, ou seja, de permitir a assimilação dos conhecimentos ao seu uso e reaplicação, eliminando, assim, a possibilidade de apropriação privada dos conhe-

2 O IFS e a EMBRAPA reavaliaram os objetivos do projeto e decidiram em comum acordo limitar o campo de pesquisa apenas para a Ilha Mem de Sá, o que levou a reconstrução do nome do projeto para "Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe".

cimentos. Nesse viés, a novidade tecnológica passa a ser conhecida e de domínio público, uma condição necessária para viabilizar sua replicação. Por esse modelo, o conhecimento não é exclusivo de um grupo, seja por sua produção ocorrer por meio de processo participativo, seja pela necessidade de torná-lo disponível para outras comunidades com problemas semelhantes (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

3.3 A ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO PARA O ECOTURISMO NA ILHA MEM DE SÁ

A partir do “Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo” e com o objetivo de implementar uma das suas etapas, denominada de “Ações Preparatórias para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá”, previu-se a realização de duas oficinas de capacitação, contemplando os moradores da comunidade: a primeira, intitulada de “Oficina de Capacitação de Condutores Locais” (que se referiu à segunda parte do curso de Formação de Condutores Locais), foi concretizada em agosto de 2012. E a segunda, denominada de “Oficina de Hospitalidade”, foi realizada em setembro e outubro de 2012, para os moradores que tinham interesse em prestar serviços aos visitantes nas áreas de alimentos e bebidas, transportes e meios de hospedagem (PICANÇO; CARVALHO; MURICY, 2012).

As etapas que precederam as “Ações Preparatórias” foram: elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre o turismo na localidade, sensibilização da comunidade e realização do inventário turístico. Tais ações foram executadas com o envolvimento de docentes e discentes do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS entre os anos de 2009 e 2011³.

³ Maior detalhamento do inventário e do diagnóstico estão presentes no capítulo seis e sete deste livro.

A Oficina de Capacitação de Condutores Locais foi organizada para oitenta horas de curso, dividida em duas partes, e a escolha das datas e dos participantes (um total de quinze) foi feita junto com a comunidade. Outra decisão importante foi a escolha do local do curso, na própria Ilha Mem de Sá, ou no Campo Experimental de Itaporanga, a Reserva do Caju, da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Em cada dia de curso foram elaborados relatos e registros efetuados pelos próprios discentes e pesquisadores envolvidos no projeto, e, ao final, uma avaliação dos participantes e da equipe do IFS, responsável pelo projeto. O processo de planejamento e organização das oficinas envolveu docentes e discentes na elaboração dos planos dos módulos, material de apoio, alimentação, transporte, contatos, administração dos documentos, entre outros.

3.4 A EXPERIÊNCIA DA CAPACITAÇÃO DE CONDUTORES LOCAIS NA ILHA

As dificuldades socioeconômicas da Ilha Mem de Sá se caracterizaram pela escassez de empregos e pelos problemas advindos da falta de profissionalização. Para que os jovens pudessem concluir seus estudos se fazia necessário deslocamentos diários até a sede do município de Itaporanga d'Ajuda, pois o povoado possuía apenas uma Escola Municipal que ofertava o Ensino Fundamental somente do primeiro ao quinto ano.

Frente a essa realidade bastante preocupante, o Ecoturismo na comunidade se apresentou como uma alternativa viável, uma vez que oportuniza uma diversificação na economia local e tenta evitar ou diminuir o êxodo rural dos jovens, criando, portanto, perspectivas de inclusão social.

Nesse sentido, algumas premissas foram consideradas na experiência da capacitação, a exemplo da necessidade de um estudo diagnóstico e o posterior desenvolvimento de um plano de ação, tendo em

vista um processo de construção pautado nas dimensões da sustentabilidade e organização social. É válido registrar que na construção do Ecoturismo e do Turismo de Base Comunitária, a população precisa estar ciente de todo o processo, aprendendo, contribuindo e fortalecendo os vínculos com o seu território (LINDBERG; HAWKINS, 2002; FENNEL, 2002; BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012). Esse envolvimento participativo é imprescindível para a autogestão do turismo local e, conforme esclarece a literatura, constitui-se uma das premissas das tecnologias sociais (RODRIGUES; BARBIERI, 2008; ITS, 2004). Senso assim, a qualificação de uma parcela da comunidade se compõe de uma das ações concretas para viabilizar o turismo na localidade.

Como parte da primeira ação do projeto junto à comunidade Mem de Sá, destaca-se a realização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), desenvolvido em 2009, sob a orientação do GPTEC-IFS. Participaram desse processo educativo quarenta pessoas, entre os períodos da manhã e da tarde, sendo cinco professores efetivos do Instituto Federal de Sergipe (IFS), sete estudantes pesquisadores do IFS e vinte e oito moradores da Ilha Mem de Sá, dos quais, três eram integrantes da Associação de Moradores da Comunidade Ilha Mem de Sá e Caibro (ACIMS).

A dinâmica da sensibilização desenvolveu-se com as seguintes etapas: explanação sobre o significado de Ecoturismo, seus princípios e características básicas; discussão sobre hospitalidade e educação patrimonial; questionamento à comunidade sobre o seu interesse e entendimento a respeito do turismo na localidade e seu modelo mais adequado; e divisão em grupos de trabalho para identificação dos potenciais atrativos turísticos, infraestrutura e serviços.

Na sequência das atividades propostas, um dos docentes responsável pelo projeto apresentou os seguintes questionamentos aos participantes: “Você deseja que o Turismo se desenvolva aqui?”, “Se a resposta for sim, você vai apoiar e ajudar esse desenvolvimento do turismo?”

“Até que ponto?”. Para essas questões todas as respostas foram positivas, evidenciando o interesse pela atividade turística na ilha.

No momento seguinte, foram projetados vídeos sobre turismo, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), discutindo-se os elementos que compõem o setor turístico e a importância para as populações receptoras. Igualmente, foi exibido outro vídeo que permitiu refletir sobre problemas em certas localidades e o protagonismo de comunidades no Ceará, frente ao desenvolvimento do Turismo. Essas atividades levaram à discussão de uma proposta do Ecoturismo como um caminho mais viável para a Ilha Mem de Sá, capaz de aliar conservação ambiental e benefícios socioeconômicos à comunidade.

Posteriormente, foi apresentada aos participantes a metodologia de trabalho do IFS na Ilha Mem de Sá, com ações de Pesquisa e Extensão, e, especialmente sobre esta última ação, foi também exposto o detalhamento da Oficina de Capacitação de Condutores Locais e da Oficina de Hospitalidade.

Após a explanação da proposta do grupo de pesquisa, foi feita a divisão dos participantes em dois Grupos de Trabalho para discutir sobre as potencialidades e possíveis consequências relativas ao turismo na Ilha, de acordo com as seguintes questões apresentadas: O que a Ilha Mem de Sá tem a oferecer aos visitantes? Quais os benefícios do turismo na Ilha? Que problemas podem ser gerados com o turismo na Ilha? O que falta na Ilha Mem de Sá para atender bem o visitante? O que deve ser melhorado na Ilha para os moradores e por consequência aos visitantes? Quem poderia trabalhar no turismo na Ilha, com serviços de hospedagem, transporte, restaurante (alimentos e bebidas), condutor local, lazer, acesso à internet, artesanato?

Sobre o primeiro questionamento, “O que a Ilha Mem de Sá tem a oferecer aos visitantes?”, os moradores organizaram suas ideias com as seguintes visões e percepções: **pontos de pesca:** Pedra do Barrão, Pau

do Coqueiro, Pedra do Murici, Pedra Grande; **portos:** Porto da Areia, Porto dos Caibros, Porto do Murici, Porto do Rock, Porto da Folha, Porto do Mandu, Porto do Barrão e Porto do Pau D'Arco; **outros locais:** Ilha do Boi, Croa do André e poço perto da Reserva do Caju; **culinária:** peixe (tainha, robalo, carapeba e mero), ostra, aratu, guaiamum, caranguejo, siri, água de coco, manga, coco, goiaba, banana, caju, cocada, cocada com castanha, doce de banana, doce de caju, e doce de manga; a **tranquilidade e o sossego; diversão:** Grupo de Samba de Coco Nova Geração, Grupo de Reisado e a Festa do Caranguejo que existe há cerca de 11 anos e a festa de Santa Luzia.

Acerca da segunda questão, “Quais os benefícios do turismo na Ilha?”, os residentes apontaram os seguintes aspectos: geração de trabalho e renda (guia, transporte fluvial, passeios, artesanato); divulgação do lugar; venda de mariscos, pescados, doces, e frutas; desenvolvimento do artesanato com coco, com a casca da ostra e com maçonins.

Ao serem questionados sobre “Que problemas podem ser gerados com o turismo?”, foram registradas as seguintes respostas: o lixo deixado pelos visitantes e vendedores participantes da Festa do Caranguejo (à época, o lixo era enterrado ou queimado e as latas, levadas à Itaporanga, sede do município); turistas violentos e armados que participam da Festa do Carnaguejo; perda do sossego do lugar; aumento da violência, do barulho e da bagunça; e perda da privacidade por se tratar de uma Ilha de pequenas dimensões. Vale ressaltar que durante a realização da festa do caranguejo outros problemas foram mencionados: o pequeno espaço para sua realização e o aumento do número de policiais no referido evento anual, que preocupa a comunidade.

A respeito da pergunta “O que falta na Ilha para atender bem o visitante?”, a comunidade entrevistada respondeu: atracadouro para embarcações; lazer; um ponto de turismo; estrutura para refeições; lugar para hospedagem; água encanada; falta investimento em restaurante e pousada.

Outra questão versou sobre “O que tem que ser melhorado para os moradores e visitantes?”. Registraram-se os seguintes depoimentos: a união da comunidade; conflito com o padre que afastou algumas pessoas das festas religiosas; divisão da comunidade a partir dos conflitos entre vereadores e candidatos; patrocínio de eventos paralelos na Festa do Caranguejo devido a esses conflitos; fornecimento de água; as estradas inadequadas; a escola; as embarcações; a segurança náutica; e a capacitação para o pessoal da Ilha.

Questionou-se também quem poderia trabalhar com o turismo na Ilha, e os moradores indicaram alguns nomes de pessoas que já ofereciam alguns serviços relacionados ao turismo, além dos nomes de outros moradores que tinham vocação para tais serviços.

Foi possível observar naquele momento as inquietações dos comunitários a respeito do turismo e a identificação dos mesmos com a proposta do Ecoturismo apresentada pelo GPTEC-IFS. A riqueza dos testemunhos levou ao entendimento do amadurecimento da comunidade quanto à necessidade de preservação do seu espaço no tocante às áreas naturais, riquezas culturais e sociais, o que permitiu a condução dos trabalhos do grupo, conforme as etapas já previstas no projeto.

Na continuidade das ações do projeto, foram selecionados os participantes da Oficina de Capacitação de Condutores Locais pela Associação de Moradores da Comunidade da Ilha Mem de Sá e Caibro, sendo nove mulheres e seis homens, no total de quinze pessoas. Todos foram identificados como residentes da comunidade e apontados com o seguinte perfil sociodemográfico: faixa etária entre dezenove a trinta anos, solteiros, ensino médio completo, desempregados e com renda familiar entre R\$ 622,00 a R\$ 1.244,00.

A Oficina foi estruturada em duas partes com carga horária total de oitenta horas e condicionou-se para obtenção do certificado de conclusão, uma frequência mínima de 75% e alcance de rendimento satisfa-

tório na atividade avaliativa, constituída de elaboração e execução de um roteiro turístico na Ilha Mem de Sá.

A “Oficina de Capacitação de Condutores Locais” teve por objetivo habilitar os comunitários para a condução de grupos de turistas na localidade, fornecendo a estes condutores os elementos necessários para uma reflexão crítica acerca do turismo. O seu desenvolvimento considerou os aspectos de conservação e identidade local. Esta oficina foi dividida em duas partes, com carga-horária de quarenta horas cada. A Parte I recebeu o título de “Turismo, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente” e a Parte II, “Roteirização e Operacionalização Turística”.

Para a concretização da primeira parte da Oficina de Capacitação de Condutores Locais, entre maio e junho de 2011, foi firmado um convênio com a Embrapa Tabuleiros Costeiros e o IFS. O curso foi realizado na Reserva do Caju, legalmente denominada Campo Experimental de Itaporanga d’Ajuda (CEI), localizado às margens da Rodovia SE 100, km 03, cerca de 28 km de Aracaju.

Ao final da parte I da oficina houve uma avaliação qualitativa da atividade com a participação dos docentes do IFS, Embrapa e comunidade, e através das falas registradas foi possível constatar a satisfação dos alunos e o interesse dos mesmos na aplicabilidade dos conhecimentos. As temáticas e discussões dessa fase possibilitaram aos participantes o conhecimento de alguns conceitos utilizados em turismo, o valor da relação interpessoal, a importância do seu saber-fazer relacionado à gastronomia e à pesca enquanto patrimônio cultural, bem como o valor que tem para o visitante o contato com o modo de vida e a cultura da comunidade e questões de sustentabilidade local.

Em junho de 2012, com o objetivo de retomar os diálogos com a comunidade e sondar o interesse da mesma com a continuidade do curso, foram realizadas uma reunião e uma oficina de sensibilização, que fortaleceram a parceria firmada anteriormente e confirmaram a necessidade e pertinência de continuidade do projeto. Sendo assim, a

segunda parte da Oficina de Capacitação de Condutores Locais ocorreu entre julho e agosto de 2012. Dessa vez, os encontros com a comunidade ocorreram na própria Ilha, em um salão de eventos disponibilizado por um dos moradores. O curso foi ministrado por docentes do IFS e uma colaboradora externa (Figura 1, 2, 3 e 4).

Figura 1: Aulas do módulo Patrimônio Cultural com o Professor Amâncio Cardoso do IFS.



Fonte: Acervo de Amâncio Cardoso/2011.

Figura 2: Aulas com a Professora Cristiano Santos Picanço do IFS.



Fonte: Acervo de Emanuella Santos de Carvalho/2012.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA
O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM COMUNIDADES LOCAIS

Figura 3: Aulas com o Professor Lício Valério Lima Vieira do IFS.



Fonte: Acervo de Emanuella Santos de Carvalho/2012.

Figura 4: Parte da Equipe de professores do IFS responsáveis pela Oficina de Condutores Locais.



Fonte: Acervo de Emanuella Santos de Carvalho/2012.

Para a efetivação de cada módulo/disciplina os docentes prepararam um plano de ensino, organizaram a apresentação com recursos de multimídia e elaboraram materiais impressos como atividades e apostilas. As aulas se desenvolveram por meio de uma metodologia de exposição de conteúdos e participação dos discentes através de de-

poimentos, leitura e interpretação de estudos de casos, dinâmicas e exercícios práticos individuais e em grupo.

Os módulos com carga horária de oito horas foram realizados em período integral, com dois intervalos de quinze minutos para o lanche da manhã e da tarde. Os docentes utilizaram os serviços da comunidade no fornecimento das refeições e transporte fluvial. Dentro da metodologia adotada neste trabalho, os participantes elaboraram um roteiro turístico na Ilha Mem de Sá, a fim de conduzirem um grupo composto por professores, facilitadores e convidados.

Observa-se no contexto apresentado que se estabelece a transferência de tecnologia social através da educação tecnológica promovida pela transmissão de conhecimentos científicos e práticos, por meio da participação de docentes e discentes integrantes do projeto de extensão e na transformação dos saberes da comunidade em um produto criado pelos próprios comunitários, ou seja, um processo de condução da atividade turística nos moldes do Ecoturismo.

A capacitação oferecida gerou para os jovens condutores a oportunidade de desenvolverem novas atividades, e por consequência, permanecerem na comunidade e contribuírem com o crescimento da economia local. Por esse fio condutor se edificam as tecnologias sociais que, conforme elucidam Rodrigues e Barbieri (2008), voltam-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias.

Vale ressaltar que essas práticas educativas não se constituíram em um simples curso de capacitação convencional, mas em um trabalho que ocorreu de forma integrada, que trouxe melhorias à população, e promoveu, aos docentes e discente do IFS, a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, quando estes imergiram na Ilha Mem de Sá e também aprenderam com a realidade local. Observa-se nesse contexto que a educação tecnológica é de suma importância, pois se constitui na união entre o saber e o fazer,

de forma crítica e consciente, oferecendo subsídios para que os jovens considerem uma escolha cidadã em sua conduta profissional. Nesse sentido, é possível vislumbrar que as tecnologias sociais na área de turismo se afirmam e podem ser instrumento de transformação.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência apresentada nesse capítulo evidencia a importância da educação profissional e tecnológica na área do turismo e as possibilidades do uso das tecnologias sociais neste setor econômico, tendo em vista uma gestão do turismo local mais responsável e sustentável. Considerando essa assertiva e por meio das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFS, através do GPTEC-IFS, em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, viabilizou-se a “Oficina de Condutores Locais da Ilha Mem de Sá”, capacitando previamente jovens e adultos, para o desenvolvimento do turismo na localidade.

A concretização desta proposta acentua o compromisso dos Institutos Federais em oportunizar o desenvolvimento do indivíduo, a partir da prática interativa, gerando conhecimento com base na realidade local, valorizando o saber fazer e difundindo o conhecimento técnico, científico e tecnológico.

O projeto proporcionou conhecimentos à comunidade, compondo-se como uma base para a atuação profissional dos jovens que se capacitaram para uma nova possibilidade de trabalho: o turismo. Igualmente, motivou-os a reflexões sobre sua vida pessoal, profissional e social, e sobre sua contribuição na comunidade onde estão inseridos.

Do mesmo modo, orientou sobre a necessidade de definição do perfil de turista que eles pretendiam receber na Ilha, sinalizando que a atividade, além de oportunizar o desenvolvimento, também pode trazer danos ao ambiente natural e à população receptora e, para minimizá-los, é necessário planejamento e capacitação de forma continuada.

Assim, compreende-se que a utilização de metodologias desenvolvidas na interação dos saberes populares com os conhecimentos técnico-científicos, neste caso as tecnologias sociais, apontam soluções efetivas de transformação social, construindo novos paradigmas e fortalecendo os atores sociais. Mas sem perder de vista, que esta é apenas a materialização de uma fase do processo, que exige continuidade, autonomia e exercício de ações coletivas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. S.; SILVA, E. L.. Ecoturismo, desenvolvimento sustentável e planejamento: política brasileira e potencialidades do Sertão Paraibano. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2006, p. 64-72. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416211007.pdf>>. Acesso: 04 ago. 2012.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501p.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.. **Relatório da sensibilização para o Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe**. Série Documento 1/5. Instituto Federal de Sergipe. Aracaju: GPTEC-IFS, 2011.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; CUNHA, J. C. S.; CARDOSO NETO, A.. **Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e Comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe**. Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe. Coordenadoria de Ecoturismo. Aracaju, SE, 2009.

BRASIL. MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 10 ago.2012.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 29/2002**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Diário Oficial da União. Brasília, 03 de dezembro de 2002. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/>

pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer292002.pdf>. Acesso em: 10 ago.2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2012.

CURADO, F. F. **Gestão Participativa para o desenvolvimento da comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda – SE. Macroprograma 6**. Aracaju: Embraa Tabuleiros Costeiros, 2009.

DENCKER, A. F. M.. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

FENNEL, D. A.. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). Apresentação do conceito de Tecnologia Social. In: **Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2004. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.org.br/files/Digite_o_texto/Caderno_de_Debate_-_Tecnologia_Social_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2012.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002.

PICANÇO, C. S.. **Desafios da educação profissional e tecnológica: a experiência do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS**. 2011, 259f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

PICANÇO, C. S.; CARVALHO, E. S.; MURICY, J. dos S.. **Ações preparatórias para o desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda – SE**. Relatório final de avaliação do projeto de Pesquisa e Extensão - PIBEX (Edital nº: 09/2012/PROPEX), depositado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe. Aracaju, Sergipe: 2012, 96 f.: il.

RODRIGUES, I; BARBIERI, J. C.. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. In: **Revista Administração Pública – RAP** n. 06, volume 42, p. 1069-1094, nov/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/03.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

PARTE III



A ILHA, A COMUNIDADE E AS POSSIBILIDADES DO TBC

CAPÍTULO 4

A ILHA MEM DE SÁ NO CONTEXTO DO LITORAL SUL DE SERGIPE: DA “INVISIBILIDADE” HISTÓRICA À APROPRIAÇÃO DAS PAISAGENS

José Wellington Carvalho Vilar
José Carlos Santos Cunha



4.1 INTRODUÇÃO

O espaço litorâneo de Sergipe está dividido, conforme o Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO-SE), em três setores: norte, centro e sul. No entanto, recentemente, Vilar *et al.* (2016) propôs uma nova regionalização baseada em critérios sociais e ambientais, atualizando a divisão do litoral sergipano nos seguintes termos: Litoral Norte, Litoral Metropolitano e Litoral Sul. Em ambas classificações, a Ilha Mem de Sá está situada no setor sul do litoral, mais especificamente nos domínios da planície costeira do município de Itaporanga d’Ajuda.

O objetivo do presente capítulo é contextualizar a Ilha Mem de Sá no âmbito do litoral sergipano e do estuário do Rio Vaza Barris, ou seja, pretende-se compreender a referida Ilha em termos da dinâmica territorial da planície litorânea e do domínio do ambiente estuarino, considerando a dimensão histórica e a apropriação das paisagens. Basicamente, o texto está dividido em quatro partes. Na primeira, a preocupação gira em torno dos aspectos mais gerais que contextua-

lizam a Ilha. Na segunda, destacam-se as principais características do entorno da Mem de Sá. Na terceira, discute-se o modelo histórico de ocupação que transita da “invisibilidade” e da “interdição” territorial à atual valorização do litoral. Na quarta parte, a escala de análise corresponde ao universo geográfico insular, com ênfase, respectivamente, na apropriação social das paisagens e nas formas atuais de uso e ocupação do solo. Na verdade, são duas escalas de análise imbricadas no texto, uma local e outra regional, ambas preocupadas com as mudanças territoriais que afetam o meio ambiente, as paisagens e a vida da comunidade insular.

Em outros termos, a geografia da Ilha Mem de Sá é aqui concebida como um convite ao conhecimento de um espaço singular, cuja natureza tropical, litorânea e estuarina produzem um cenário geográfico onde se processam fenômenos do meio natural e antrópico, num contexto cultural e de conflitos ambientais pelo uso dos recursos, o que enriquece a análise geográfica em sua busca pelo entendimento da relação sociedade-natureza, da apropriação social das paisagens e do espaço habitado de uma Ilha fluviomarina em território sergipano.

Em termos metodológicos, o trabalho foi realizado a partir dos seguintes procedimentos: 1) Revisão da literatura a respeito da Ilha Mem de Sá, sobre o litoral sergipano e sobre o estuário do rio Vaza Barris; 2) Análise da cartografia do litoral sergipano; 3) Mapeamento do uso do solo atual, feito com base nas imagens de satélite disponíveis no *google Earth*, bem como cálculos das áreas das classes identificadas; 4) Trabalho de campo para reconhecimento da Ilha, contato com a comunidade e confirmação da acurácia dos mapas produzidos; 5) Observações diretas e entrevistas livres com os moradores; e 6) Sistematização dos dados e redação final do texto.

4.2 MEM DE SÁ: UMA ILHA NO ESTUÁRIO DO RIO VAZA BARRIS

Numa primeira aproximação, é possível situar a Ilha Mem de Sá na periferia oriental atlântica do Estado de Sergipe, num contexto estuarino da bacia costeira do rio Vaza Barris (Figura 1), dominada pelo clima tropical úmido e subúmido.

Figura 1: Situação Geográfica da Ilha Mem de Sá.



Organização: José Wellington Carvalho Vilar. Elaboração: Cleverton dos Santos /2016.

O acesso à Ilha Mem de Sá é feito geralmente por rodovias e pelos canais estuarinos. No primeiro caso, o acesso viário se dá pela rodovia SE-100 ou pela SE-270 até alcançar o Porto dos Caibros, no riacho Água Boa, para se realizar a travessia até o cais da Ilha, denominado localmente Porto da Areia. No caso da via estuarina, a partir do Mosqueiro, na Zona de Expansão de Aracaju, é possível chegar à Mem de Sá pelo rio Santa Maria, Vaza Barris e Riacho Paruí. São trajetos relativa-

mente curtos e realizados sem dificuldade, embora não haja transporte regular, seja fluvial ou mesmo rodoviário.

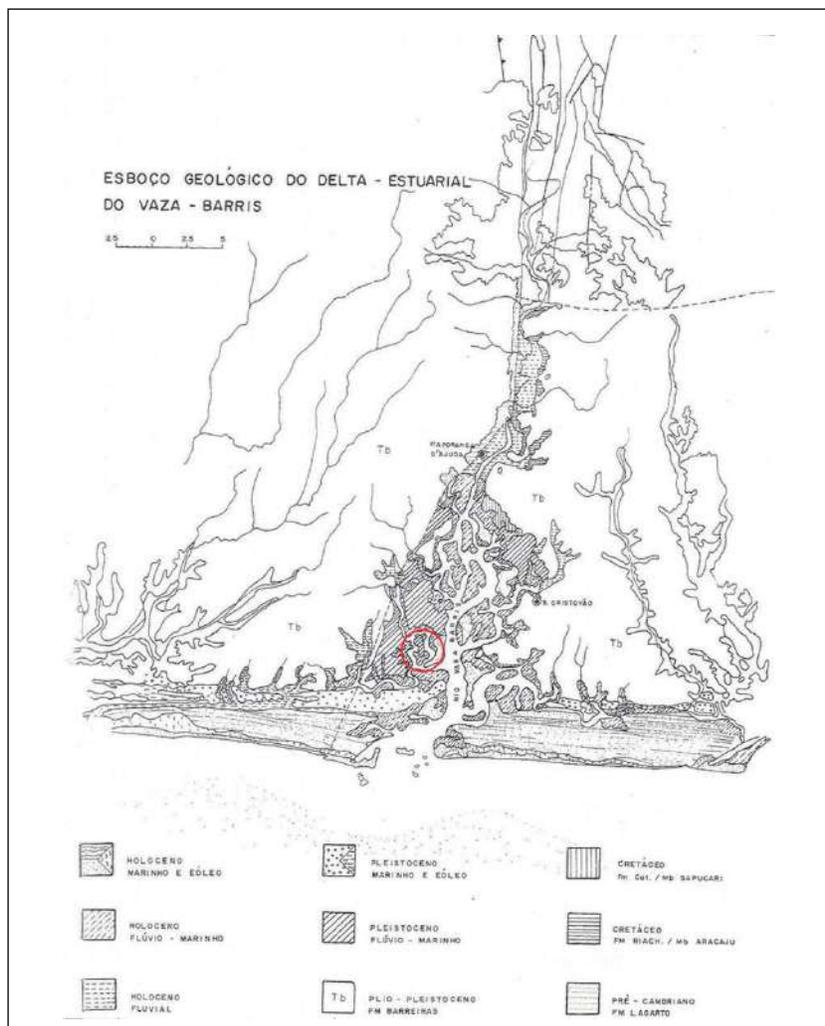
Considerando as unidades de planejamento territorial da bacia hidrográfica do Rio Vaza Barris em Sergipe, a Ilha Mem de Sá situa-se no curso inferior, denominado de Baixo Vaza Barris. Tal unidade geográfica de planejamento apresenta uma superfície de 405,0 km² que abrange parcialmente os seguintes municípios: Itaporanga d'Ajuda, São Cristóvão e Aracaju, na Zona de Expansão Urbana. Estende-se, aproximadamente, da sede municipal de Itaporanga d'Ajuda até a foz do rio, entre Aracaju e Itaporanga d'Ajuda, num percurso fluvial de pouco mais de 29,0 km.

Vale ressaltar que os chamados condicionantes geoambientais da contextualização da Ilha estão associados aos elementos geológicos, geomorfológicos, biogeográficos, climáticos e hidrográficos, com forte associação com os recursos hídricos e com a utilização antrópica do solo. Esses elementos naturais, em constante interação com as atividades humanas, são responsáveis pela formação de unidades de paisagem, a síntese geográfica do território.

Em primeiro lugar, é conveniente fazer algumas breves incursões na geologia e na geomorfologia costeira de Sergipe. O esquema clássico de evolução paleogeográfica do litoral sergipano, proposto por Bittencourt et al (1983), evidencia seis eventos geológicos que vão da transgressão marinha mais antiga que afogou o baixo curso dos rios, constituindo os estuários, até a última regressão marinha responsável pelas formas atuais do modelado costeiro.

Por sua vez, Monteiro (1987) identifica onze fases da evolução paleogeográfica do quaternário na desembocadura do rio Vaza Barris, com destaque para os momentos de deposição de material pleistocênico e holocênico. O mapa com o esboço geológico do estuário do Vaza Barris, proposto por Monteiro (1987), indica depósitos holocênicos e pleistocênicos de origem fluviomarina na Mem de Sá (Figura 2).

Figura 2: Esboço Geológico do Delta-Estuarial do Vaza Barris.



Elaborado a partir do mapa Geológico do Estado de Sergipe. SICT - SE, 1983, com destaque para a Ilha Mem de Sá.

Fonte: MONTEIRO, M. da G. C. O quaternário na desembocadura do Vaza-Barris. **Cadernos Sergipanos de Geografia**, Nº 18. Agosto de 1987, p. 16.

No tocante à cobertura vegetal atual e às demais formas de utilização da terra, no Baixo Vaza Barris Sergipano predomina a vegetação de mangue, sempre associada ao ecossistema manguezal, mata de restinga e resquícios de Mata Atlântica, além de pastagens, áreas de cultivo e de outras formas de uso claramente humanizados.

A Ilha e seus arredores imediatos são dominados pela vegetação de mangue, pelo apicum e pelo ecossistema de manguezal ocupando a planície de maré (*tidal flat*), caracterizada pela baixa energia, pequena elevação topográfica e pela presença da zona intermarés e infra marés. Nesse ambiente, a energia das correntes de maré supera a das ondas e os sedimentos são submetidos à exposição durante as fases de refluxo de maré baixa. Esses ambientes correspondem às áreas de preservação permanentes (APP) providas de acesso e hidrovias naturais.

Por sua vez, a mata de restinga é uma associação perenifólia, cujas árvores se diversificam quanto à espécie e altura, no entanto, na Ilha se apresenta em forma de mosaico, destacando-se árvores frutíferas, a exemplo do cajueiro (*Anacardium occidentale*) e da mangueira (*Han-cornia speciosa Gomez*).

Outro condicionante natural do estuário do Vaza Barris corresponde ao clima. O domínio estuarino e a posição litorânea definem uma área de intensa pluviosidade que gira entre 1200 a 2000mm anuais, concentrando-se no período outono-inverno, entre os meses de abril a agosto. As temperaturas também são elevadas com pequena amplitude térmica anual, mensal e diária. Por sua vez, há um excedente hídrico em torno de três a cinco meses no Baixo Vaza Barris e a capacidade de armazenamento está relativamente bem distribuída ao longo do ano (CARVALHO, 2014; CARVALHO, 2012).

Segundo Mendonça Filho (1998), o estuário do rio Vaza Barris é alimentado por vários cursos d'água, com destaque, além do rio principal, para os rios Santa Maria e Paramopama, na margem esquerda,

e o Tejupeba e riachos Água Boa e Paruí, na margem direita. É exatamente na margem direita do baixo Vaza Barris sergipano, onde está situada a Mem de Sá, na confluência entre os riachos Paruí e Água Boa.

O estuário do Vaza Barris pode ser classificado em três setores: inferior, médio e superior. Nas porções mediana e superior, os canais são mais estreitos diferenciando-se dos canais estuarinos inferiores onde o vale é mais aberto e a influência marinha é mais evidente (MENDONÇA FILHO, 1998). No espaço mediano e superior do estuário, o efeito das correntes de maré é ainda marcante, distribuindo a carga sedimentar em bancos de areia, ilhas arenosas e de vasas. Segundo Mendonça Filho (1998) e Carvalho e Fontes (2006), as principais ilhas desses setores estuarinos apresentam dimensões variadas e são assim denominadas: Caramindó, Veiga, Góis, Grande, Pequena, Saco, Gameleira, Paiva, Cabras, Nova, Vagem, Jiboia, Fundão, Abrete, Urubu e a Ilha Mem de Sá, que aqui nos interessa mais de perto.

4.3 A ILHA E SEU ENTORNO SOCIOAMBIENTAL

Como foi visto, a ilha Mem de Sá está situada no domínio ambiental da planície fluvio-marinha, com a presença marcante do ecossistema de manguezal, em associação com o estuário e os ambientes das planícies de maré, além dos terraços ocupados pela vegetação de restinga. Em síntese, do ponto de vista dos geossistemas, a Ilha faz parte da planície costeira, dominada pelas águas mixohalinas do estuário, pela restinga arenosa e pela planície de maré. Nesses ambientes, a ação humana tem sido ambígua, complexa e contraditória, variando entre iniciativas de proteção integral e de uso sustentável, a degradação ambiental e geração de conflitos. E tais ações se coadunam com a trajetória da ação humana na Ilha, na planície de maré e na superfície arenosa, nos canais estuarinos e na zona costeira como um todo.

Boa parte da Mem de Sá está assentada na planície de maré, uma subunidade da planície costeira, que, por sua vez, está estratificada em termos geomorfológicos em dois ambientes classificados como geotopos na paisagem: a planície de maré inferior (*slikke*) e a planície de maré superior (*shorre*) chamada regionalmente de apicum. Na planície de maré inferior, quase inteiramente coberta na preamar e exposta na baixa-mar, predominam depósitos argilosos e lamosos colonizados por mangues do tipo *Rhizophora*, conhecido regionalmente como mangue vermelho ou mangue sapateiro, já no apicum são predominantes os depósitos arenosos. Situados entre o mangue e a vegetação de restinga, o apicum ocupa a posição topográfica mais elevada da Ilha. Na carta topográfica de Estância se registra um ponto cotado de 14 metros, na parte central da Mem de Sá.

Em termos de ocupação humana no entorno da Mem de Sá, vale destacar os povoados, os assentamentos rurais para efeitos de reforma de agrária e as atividades econômicas locais. Na margem esquerda do rio Vaza Barris destaca-se o povoado Pedreiras, em São Cristóvão. Segundo Torres (2015), a principal ocupação do povoado é a pesca em moldes artesanais, além da agricultura familiar em pequenas roças de subsistência. Na margem direita, observa-se os assentamentos Docelina Folador, Darcy Ribeiro e Padre Jósimo Tavares, situados em terras de Itaporanga d'Ajuda.

A vida econômica nos arredores da Ilha gira em torno de três atividades básicas: agricultura de pequena escala, extrativismo e pesca tradicional. As atividades agrícolas são dificultadas pelos solos da planície costeira que se caracterizam de maneira geral pela baixa fertilidade natural e pela elevada acidez, embora se registrem esforços da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para mitigar essa limitação pedológica.

A pesca tradicional, base da economia local e do entorno estuarino, corresponde ao fundamento da organização comunitária onde o espa-

ço fluviomarinho e oceânico é permeado por recursos ambientais de uso comum, compartilhados por praticamente todas as comunidades do baixo Vaza Barris.

Há também registro de carcinicultura no contexto regional da Ilha (CARVALHO; FONTES, 2006; WANDERLEY; SANTOS, 2007), na fazenda Água Boa, Nossa Senhora de Lourdes e no empreendimento Canaã Carcinicultura, todos situados no município de Itaporanga d'Ajuda.

Os manguezais, ao longo dos canais estuarinos do riacho do Paruí e Água Boa e também no interior da Ilha, funcionam como bioestabilizadores dos ambientes locais de planície de maré, além de se configurarem como nichos de peixes, crustáceos e moluscos, ou seja, são habitats naturais para muitas espécies que constituem a base alimentar mais tradicional da população humana da Ilha. Ademais, ao mesmo tempo que apresenta alta produtividade biológica, esse tipo de ecossistema se caracteriza pela elevada fragilidade ambiental.

No entorno imediato da Mem de Sá é também marcante a presença da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) do Caju. O zoneamento da RPPN do Caju, proposto por Melo et al (2013), define três áreas que se limitam diretamente com a Ilha Mem de Sá ou com o rio Paruí: zona de visitação, zona de proteção e zona silvestre. A zona silvestre conta com características ambientais relacionadas aos berçários de peixes, moluscos e crustáceos e está situada no encontro dos riachos Paruí e Água Boa na porção leste da Mem de Sá. A zona de proteção compreende um mosaico de ambientes (mangue, vegetação de restinga, dunas e apicum) e situa-se na margem direita do Riacho Paruí. E a zona de visitação está constituída por duas áreas naturais com pouca alteração humana localizado na margem direita do riacho Paruí, mais ao norte, nas proximidades da confluência com o rio Vaza Barris.

4.4 DA “INVISIBILIDADE” À VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

Embora se tenha uma preocupação com os elementos que configuram a tradicional base natural da geografia física e sua relação com a ocupação humana, as dimensões histórica e cultural não podem ser olvidadas nesta apresentação geográfica da Ilha Mem de Sá, de seu entorno imediato e do espaço regional. Aposta-se claramente numa abordagem onde o natural se entrecruza com o cultural e com a dimensão histórica, produzindo assim uma geografia unitária, cheia de vida, de formas, cores, sabores, odores e de sensações. Em síntese, onde o tempo e o espaço ganham protagonismo.

Ao tratar de formação territorial de Sergipe, Santos (2015, p. 218) defende de maneira acertada a ideia que “a faixa litorânea parece ter ficado à margem de um projeto territorializador oficialmente definido, ou seja, alheio ou excluído de um esforço de integração espacial, do aparelhamento administrativo e de iniciativas econômicas mais organizadas”.

Numa perspectiva mais ampla, Vilar e Araújo (2010) entendem que o litoral sergipano pode ser compreendido em termos geográficos de ocupação territorial por cinco momentos, assim descritos: “território do vazio”; ocupação dos fundos dos vales estuarinos; construção de infra-estrutura viária; ocupação para veraneio e o turismo convencional; e, mais recentemente, a densificação seletiva e pontual do território pelo que se convencionou denominar de imobiliário turístico.

A tese clássica do historiador Alain Corbin (1989), que concebe o litoral como “território do vazio”, não pode ser entendida literalmente como vazio demográfico, espaço desocupado e sem dono. O litoral sergipano foi paulatinamente ocupado por uma série de vetores espaciais, e a Ilha Mem de Sá sofreu influência na sua configuração territorial da maioria desses vetores. A ocupação dos fundos do vale se processou paulatinamente e somente na última década infraestruturas viárias foram concluídas facilitando o acesso e intensificando a ocupação para veraneio e abrindo caminhos para a exploração turística da Ilha.

No Brasil, três teses são defendidas na literatura a respeito do litoral como “território do vazio”: uma associada a necessidade de defesa (MORAES, 2006), outra vinculada ao desprestígio social e cultural dado aos espaços costeiros até a primeira metade do século XX (FREYRE, 2004, DANTAS, 2010) e, por último, a tese do terreno de marinha como restrição territorial à ocupação da linha de costa e das reentrâncias dos estuários (SANTOS, 2015).

As três teses encontram referências empíricas no litoral sergipano. No primeiro caso, a localização de São Cristóvão, capital da província até 1855, em forma de acrópole e a ocupação urbana nos fundos dos vales, são evidências da tese da defesa contra os ataques de invasores externos. Com efeito, a invasão holandesa no século XVI e as estratégias coloniais de Portugal também contribuem para comprovar essa necessidade de consolidar a ocupação e de monitorar o território.

No segundo, caso, o desprestígio social e cultural da praia é tão evidente que um estudioso de fôlego como é Gilberto Freyre (2004 [1937]:72) é incisivo em muitos momentos de sua vasta obra:

A água nobre é hoje a do mar (...). Entretanto, faz pouco mais de um século que essas praias ilustres não eram senão imundice. Faz pouco mais de um século que nelas só se fazia atirar o lixo e o excremento das casas; se enterra negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste.¹

Por último, a tese mais recente que vincula ao instituto dos terrenos de marinha à “interdição” da costa para assentamentos humanos, também contribui para o entendimento da tese maior do território do “vazio”, proposta por Corbin em seu *“L’Occidente et le désir du rivage”* entre 1750 e 1840, ou seja, entre meados dos séculos XVIII e XIX,

1 O original da obra de Freyre é de 1937, e se refere ao século XIX.

momentos iniciais da invenção da praia no imaginário ocidental. No Brasil, somente no início do século XX, esse desejo da praia e do mar assume contornos mais evidentes, com práticas marítimas europeias, filtradas pela força do lugar, que vão conformar a nossas cidades litorâneas tropicais com uma geografia peculiar.

Uma última questão, aparentemente contraditória, refere-se à existência dos chamados povoados costeiros ou comunidades litorâneas, em sua maioria vinculadas às atividades pesqueiras e extrativistas e às populações excluídas. Se até meados do século XIX, a costa sergipana era um território “invisível” e “interditado”, porque periférico e excluído, e a visibilidade do litoral se limitava praticamente às cidades dos fundos dos vales estuarinos, é somente nos dias de hoje que se valorizam o modo de vida, a identidade cultural e a imagem da praia e da planície costeira. Não se deve esquecer que a transferência da capital de São Cristóvão para as “praias” do Aracaju é um produto de 1855, e que só se consolida nas primeiras décadas do século XX. “Território do vazio” com uma população “invisível” e desarticulada territorialmente dos núcleos urbanos originais, essa era a situação geográfica do litoral sergipano, que não exclui a Mem de Sá.

Na verdade, de um espaço “interditado” e de certa forma “invisível”, o litoral sergipano, principalmente os setores mais costeiros, dominados pelos ambientes de praia, dunas, cordões, terraços, planície de maré, pequenas ilhas e lagoas, passa atualmente por um processo de reestruturação territorial e adquire um novo valor social e um ressignificação cultural; novos interesses econômicos e estratégias geopolíticas também relativizam, hoje, a histórica restrição territorial (VILAR; ARAÚJO, 2010; SANTOS, 2015).

As estratégias oficiais de territorialização do litoral sergipano até a primeira metade do século XIX são responsáveis por essa “invisibilidade” e por essa “interdição”. É evidente a função marginal e periférica que assumem os espaços praias e as ilhas estuarinas em relação aos ciclos econômicos dominantes até o período imperial,

ou seja, o gado, o algodão e o açúcar. A industrialização, a urbanização e o turismo correspondem a vetores territoriais recentes de ocupação da zona costeira em geral e das praias em particular. A seletividade espacial ao longo da história territorial do litoral sergipano salta aos olhos.

Em Sergipe, Rodrigo Santos (2015) defende de maneira enfática que os povoados costeiros estabeleceram fortes mecanismos de trocas entre si e entre os assentamentos dos territórios “oficiais”. Uma defesa nesses moldes não encontra lastro histórico e enfraquece a tese robusta do litoral como “território do vazio”, em suas três manifestações (geopolítica, desvalorização sociocultural e terreno de marinha). Talvez a deficiência maior das ideias de Rodrigo Santos (2015) seja terminológica, porque é clara a dificuldade de distinguir litoral, um espaço mais amplo, de costa, um território mais restrito em termos de superfície territorial. E vale ressaltar que essa distinção é vital na medida em que se encontra na literatura uma expressiva riqueza terminológica, a exemplo de litoral, espaço litorâneo e sublitorâneo, zona costeira e costa, litoraneidade, litoralização e insularidade (CORBIN, 1988; DANTAS, 2010; SANTOS; VILAR, 2018).

Outro aspecto bastante questionável em Santos (2015) é considerar o litoral como um todo homogêneo, quando na verdade se trata de um espaço heterogêneo, cuja ocupação se processa de forma seletiva. É exatamente essa seletividade espacial a responsável pela configuração territorial em forma de manchas, linhas e pontos, uma urbanização difusa, rarefeita e não somente concentrada, como foi até meados do século XX.

O litoral é hoje o espaço sergipano mais valorizado econômica e socialmente, com mais incidência de área construída e de concentração demográfica, de urbanização e metropolização. Embora não seja uma ocupação linear, e sim difusa e descontínua, o litoral assume na atualidade novas formas e novos conteúdos, porque é (re)significado.

O valor da casa de praia como primeira ou segunda residência, o “culto” ao sol, ao mar e também ao estuário, a abertura de condomínios horizontais fechados em ambientes costeiros e a recente implantação do imobiliário turístico são evidências desse novo momento (SANTOS; VILAR, 2018).

Tal dinâmica histórica de ocupação territorial do espaço litorâneo sergipano também se estende ao entendimento da Mem de Sá como habitat humano. Pode-se defender o modelo histórico da “invisibilidade” e da “interdição” da Ilha que de um espaço “vazio” passa a um território cheio de possibilidades. Seu isolamento territorial ou geográfico permitiu a “invisibilidade” social por muito tempo, mas também permitiu o desenvolvimento de territorialidades associadas à apropriação econômica, funcional e simbólica dos recursos e do próprio espaço, seja como representação dos modos de vida ou como mediação com o meio ambiente insular, estuarino, das marés, da vasa do manguezal e também do ambiente arenoso do extrativismo e do cultivo do coco.

A valorização sociocultural do litoral sergipano hoje também está vinculada ao aumento de impactos antrópicos num ambiente de elevada fragilidade ambiental. É precisamente para mitigar esses impactos que uma série de iniciativas vem sendo tomadas, seja pelo poder público, a exemplo das ações do Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO) e do projeto ORLA, e as iniciativas da Embrapa Tabuleiros Costeiros, seja pelos projetos de compensação, como é o caso do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) da Petrobras.

4.5 A APROPRIAÇÃO DAS PAISAGENS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ILHA

A historicidade da Mem de Sá, interpretada aqui pelo olhar territorial, convida agora a uma discussão sobre a apropriação das paisagens geográficas pelos atores locais e regionais e sobre o uso e ocupação do solo atual.

As práticas espaciais associadas à pesca e ao extrativismo do marisco e de crustáceos estão na base da vida social na Ilha. Segundo Aragão e Melo e Souza (2011, sn), a alteridade na Mem de Sá envolve a questão ambiental, indissociável da cultura da pesca e da apropriação dos recursos na escala local.

As demarcações e uso dos pontos de pesca realizadas pelos nativos refletem a sabedoria ecológica, ambiental e social permeadas pelo acesso coletivo aos recursos naturais. Os pontos de pesca são reconhecidos em particularidades invisíveis a estranhos, ou seja, a leitura do ambiente de pesca somente é decifrada por aqueles que compartilham um pertencimento comum, também reconhecido como uma forma de apropriação do ambiente, relações de poder e território (ARAGÃO; MELO e SOUZA, 2011, sn).

Na visão de Santana (2010), a Ilha Mem de Sá está formada por uma população de aproximadamente 75 famílias (em torno de 375 pessoas) que vivem há décadas em situação de isolamento geográfico em relação à Itaporanga D'Ajuda e ao Litoral Sul do Estado de Sergipe. A vinculação com Aracaju, mais especificamente com a Zona de Expansão, intensifica-se a partir da construção da Orlinha Pôr do Sol. Essa iniciativa urbanística tem incentivado roteiros turísticos no estuário e na foz do rio Vaza Barris e contribuído para consolidar produtos turísticos, como é o caso da Croa do Goré e da Ilha dos Namorados. No

trabalho de campo foi informado a respeito da formatação de um roteiro saindo da Orla do Mosqueiro em direção à Mem de Sá. O consumo de paisagens turísticas do estuário e a possibilidade de um modelo de Turismo de Base Comunitária (TBC) na Ilha são evidentes. Essa “janela” aberta para o turismo também foi oportunizada pela construção de infraestrutura viária da SE-100 e pela contribuição institucional do Instituto Federal de Sergipe (IFS), por meio de ações de extensão, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Embrapa Tabuleiros Costeiros, através das iniciativas de governança territorial da RPPN do Caju (BRAGHINI, 2015).

Ainda conforme o entendimento de Santana (2010), embora sejam registradas múltiplas tarefas, observa-se na Mem de Sá uma divisão social do trabalho na qual aos homens cabe a pesca, e às mulheres, a atividade da cata de mariscos e crustáceos. Forma-se assim uma dualidade territorial, na qual em geral as mulheres exercem suas atividades de trabalho no manguezal da própria Ilha e arredores, enquanto o ambiente fluvial e marinho, estrito senso, é para os homens. A dicotomia terra-rio, espaço feminino-espaço masculino, esquema comum na comunidade pesqueira da Mem de Sá, evidencia a divisão social e territorial do trabalho, cujo papel feminino é “invisibilizado” e desvalorizado.

Em meio a essa situação de pouca visibilidade há, ainda a desconsideração do trabalho feminino em áreas de manguezais. Nessas áreas as mulheres coletam moluscos e crustáceos, mas esse trabalho é menos valorizado entre os próprios pescadores porque não está ligado diretamente à captura de peixe no rio. Essa visão é decorrente da própria formação de pescadores que privilegia a aprendizagem do saber ligado à pesca aos homens, cabendo à mulher outras atividades produtivas. Quando uma mulher pesca, ela o faz desenvolvendo a chamada pesca pequena, ou pesca da beira ou “ajudando” o marido no barco (SANTANA, 2010, p. 6).

É recorrente na literatura consultada (DIEGUES, 1997; SOUZA, C. S. et al., 2010; SANTANA, 2010; VIEIRA et al, 2010; MOTA, et al. 2011; ARAGÃO, M. C. O. e MELO e SOUZA, 2011; BRAGHINI e VILAR, 2013; SANTOS, 2015; e TORRES, 2015) a valorização da paisagem natural, da conservação e da preservação ambiental. Tal situação também foi confirmada no trabalho de campo e nos contatos e nas entrevistas informais realizadas com a população local. Mas aqui não se pretende romantizar a vida na Mem de Sá, porque se entende que essas práticas espaciais e as variadas formas de apropriação do lugar e das paisagens não são neutras, não se processam sem conflitos pela posse da terra, dos recursos e do território.

A partir da tabela 1 e da figura 3 é possível analisar as formas predominantes de uso e ocupação atual do solo na Mem de Sá, com visível predomínio espacial do ecossistema de manguezal, uma vez que a superfície ocupada pela vegetação de mangue e pelo apicum, ou seja, a planície de maré, perfaz mais de 68,0% da área total de cerca de 2,2 km² da Ilha. Por sua vez, a classe de uso formada pelo coqueiral e mata de restinga juntas correspondem a quase 0,7 km² da superfície total que ocupa expressivos 31,8% da Mem de Sá.

Tabela 1: Ilha Mem de Sá: Áreas das classes de uso e ocupação do solo, 2016.

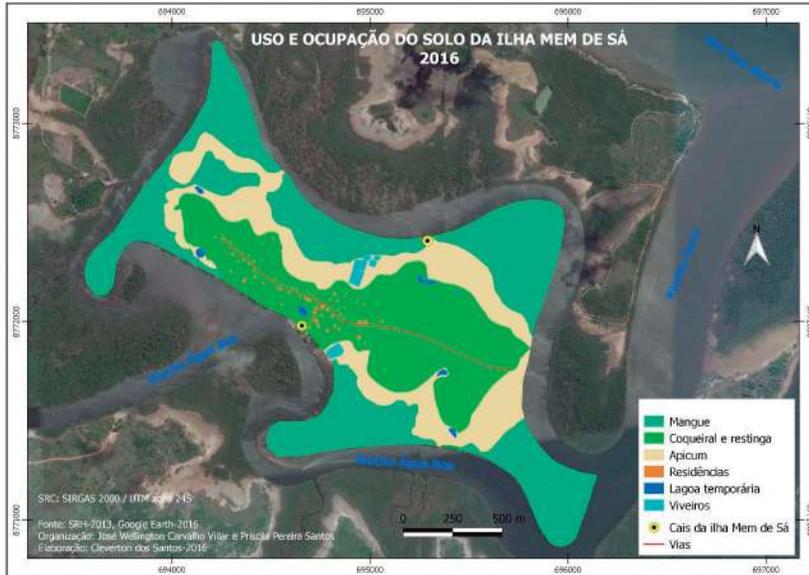
Classe de uso e ocupação do solo	Superfície km ²	%
Mangue	0,990	45,3
Coqueiral e Mata de Restinga	0,696	31,8
Apicum	0,502	22,9
Total	2,188	100,0

Fonte: Cálculos a partir do mapeamento do uso e ocupação do solo.

Organização: Cleverton dos Santos.

Elaboração: José Wellington Carvalho Vilar/2016.

Figura 3: Uso e ocupação do solo da Ilha Mem de Sá.



Organização: José Wellington Carvalho Vilar.

Elaboração: Cleverton dos Santos /2016.

No tocante às formas mais humanas de uso do solo, o mapeamento colocou em evidência os viveiros desativados, as residências e os “portos” (Figura 4, 5 e 6), embora ocupem superfícies territoriais muito pouco expressivas, seja em valores absolutos ou relativos.

Em conformidade com a cartografia a respeito das potencialidades e limitações à ocupação turística e de veraneio, publicada por Wanderley (2003), a Mem de Sá está quase totalmente inserida na APA Litoral Sul de Sergipe. Essa geógrafa destaca duas potencialidades para a Ilha: Ecoturismo e turismo contemplativo; e para empreendimentos turísticos ambientalmente integrados. No tocante às limitações à ocupação, Wanderley (2003) evidencia as restrições legais pela fragilidade dos ecossistemas e limitações para ocupação de veraneio por riscos sanitários inerentes a adensamentos residenciais.

Figura 4: Placa da construção do Atracadouro na Ilha Mem de Sá em 2011.



Fonte: Trabalho de campo/dezembro de 2017.

Crédito fotográfico: o autor.

Figura 5: Atracadouro na Ilha Mem de Sá – 2017.



Fonte: Trabalho de campo/dezembro de 2017.

Crédito fotográfico: o autor.

Figura 6: Construção do Atracadouro da Ilha Mem de Sá – 2019.



Fonte: https://camelempreendimentos.com.br/nossas_obras/atracadouro-de-itaporanga/
Acesso em: 8/9/2019.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação geográfica da Ilha Mem de Sá no contexto do Litoral Sul de Sergipe e do Estuário do Rio Vaza Barris, objetivo maior do presente estudo, foi realizada a partir de diversos olhares territoriais, históricos e culturais cada um contribuindo a seu modo para uma visão abrangente e ao mesmo tempo integrada.

No primeiro momento, a visão ambiental mais clássica identificou os elementos naturais sem desvinculá-los das ações antrópicas ensaiando uma proposta mais integrada, bem na linha da moderna geografia física, em seus esforços de síntese das unidades de paisagem e de busca pelos geossistemas.

No segundo e terceiro momentos, a história e o território ganharam protagonismo inserindo-se na vertente das práticas espaciais, da apropriação social das paisagens e das vivências na Mem de Sá e no seu en-

torno. Iluminados pela geografia cultural contemporânea, esse olhar destaca a “invisibilidade” da Ilha e sua “interdição espacial” durante muito tempo e, mais recentemente, sua ressignificação, seja em termos de possibilidade de uso turístico, seja das estratégias territoriais e das territorialidades construídas a partir do uso comum do espaço.

Num quarto momento, o uso e a ocupação do solo na Ilha Mem de Sá sofreu nas duas últimas décadas modificações, tanto de área ocupada quanto de superfície territorial. A fisionomia da paisagem já está bastante alterada, embora permaneça a identidade territorial insular forjada basicamente pela presença exuberante do manguezal, pelo estuário, pela planície de maré e pelo conhecimento empírico do meio ambiente local.

A Mem de Sá está assentada na planície costeira, no domínio do estuário, do ecossistema de manguezal e da planície de maré, além de passar por uma trajetória histórica que varia da “invisibilidade” às formas variadas e recentes de apropriação dos recursos, do território e das paisagens.

Embora a ideia de coletividade convide a espaços de diálogos, principalmente por se tratar de uma geografia insular, delimitada fisicamente em termos territoriais, são enormes as dificuldades para trabalhar de forma solidária e coletiva e caminhar na construção de uma Ilha realmente integrada ao seu meio ambiente, ao estuário como um todo, à sua planície de maré e ao espaço sublitorâneo, litorâneo e estritamente costeiro.

Na Ilha Mem de Sá, homem-natureza e sociedade-meio ambiente necessitam de caminhos para uma verdadeira integração.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. C. O.; MELO E SOUZA, R.. O cotidiano da pesca artesanal na Ilha Mem de Sá –Itaporanga D’Ajuda – Litoral Sul de Sergipe. **I Seminário Espaços Costeiros**. Salvador, UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.costeiros.ufba.br/> Acesso em 25/09/2016.

BITTENCOURT, A. C. S. P. et al. Evolução paleogeográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa sul do Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 13, nº 2, 1983, p. 93-97.

BRAGHINI, C. R.. Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano. **Tese de Doutorado**. PPGeo-UFS, 2015.

BRAGHINI, C. R.; VILAR, J. W. C.. **Dilemas e desafios da gestão territorial da RPPN do Caju, Litoral de Itaporanga d'Ajuda, Sergipe**. Revista OLAM – Ciência & Tecnologia, **2013**, p. **298-323**.

CARVALHO, M. E. S.. **Um olhar geográfico sobre as águas no Vaza Barris Sergipano**. São Cristóvão: EDUFS, 2014.

CARVALHO, M. E. S.. Vulnerabilidade hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris. **Revista RA'E GA**, 25 (2012), p. 186-217.

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L.. Estudo ambiental da zona costeira sergipana como subsídio ao ordenamento territorial. **Revista GeoNordeste**, ano XV, nº 2, 2006, p. 10-39.

CORBIN, A.. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DANTAS, E. W. C.. **Maritimidade nos trópicos. Por uma geografia do litoral**. Fortaleza: UFC edições, 2010.

DIEGUES, A. C.. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB- USP, 1997, p. 03-36.

FREYRE, G.. **Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Global, 2004.

MELO, A. F. R. de et al.. **Proposta de Zoneamento para a RPPN do Caju, Itaporanga D'Ajuda – Sergipe**. IV CONEFLO – III SEEFLO. Vitória da Conquista (BA), 2013. http://www.uesb.br/eventos/seeflor/publicacoes/2013/1073_PDFsam_Anais_IV_CONEFLO_III_SEEFLO.pdf. Acesso em 18/10/2016.

MENDONÇA FILHO, C. J.. Análise ambiental da Planície Costeira entre as desembocaduras dos Rios Sergipe e Vaza Barris (SE). **Monografia de Bacharelado em Geografia**, UFS, 1998.

- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2006.
- MONTEIRO, M. da G. C.. O quaternário na desembocadura do Vaza Barris. **Cadernos Sergipanos de Geografia**, nº 18. Agosto de 1987.
- MOTA, D. M. da et al.. **A mangaba, as catadoras e o extrativismo**. Belém: EMBRAPA, 2011.
- SANTANA, M. C. S.. O trabalho faz e (re)faz o gênero: rede de pescarias e catações na Ilha Mem de Sá /SE. 2010. http://fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277911848_ARQUIVO_MonicaSantana.ST17.FazendoGenero9.2010.pdf
- SANTOS, R. H. dos. Os Suaílis sergipanos: apropriação e formação de territórios pelas comunidades litorâneas. In: VARGAS, M. A. M. *et al.* (Orgs.). **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju. EDISE, 2015. p. 217-255.
- SANTOS, P. P.; VILAR. J. W. C.. A Territorialização da Segunda Residência no Litoral de Sergipe (Brasil). **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, nº 3, 2018. p. 197-218.
- SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. de. Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo v. 3, n. 2, 2010, p. 235-248.
- TORRES, R. P. de A.. A pesca no Povoado Pedreiras em São Cristóvão. In: VARGAS, M. A. M. *et al.* (Orgs.). **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju. EDISE, 2015. p. 257-288.
- VIEIRA, D. L. M. et al (Orgs.). **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: EMBRAPA, 2010.
- VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: EDUFS, 2010.
- VILAR, J. W. C. et al.. Atlas Digital do Litoral Sergipano: Contribuição ao Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro. In: FAPITEC, **Pesquisa em Políticas Públicas no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: EDUFS, 2016, p. 297-312.
- WANDERLEY, L. de L.. A cartografia ambiental das potencialidades e limitações à ocupação turística e de veraneio na APA Litoral Sul de Sergipe. In: ME-

NEZES, A. V. C. de *et al.* (Orgs.) **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2003, p. 501-508.

WANDERLEY, L. de L.; SANTOS, M. M.. A carcinicultura no litoral sul de Sergipe: aspectos ambientais e econômicos. **Revista GeoNordeste**, ano XVII, nº 2, 2007, p. 31-61.

CAPÍTULO 5

HISTÓRIA, CULTURA E TURISMO NA ILHA MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA/SE

Amâncio Cardoso



5.1 INTRODUÇÃO

Desde 2009, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) mantém atividades de pesquisa e extensão junto à Comunidade da Ilha Mem de Sá, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outras entidades. O povoado pertence ao município de Itaporanga d'Ajuda, no vale do Vaza Barris, e é na verdade uma Ilha fluvial formada por uma população de aproximadamente 75 famílias; em torno de 375 pessoas. A pequena Ilha localiza-se a 23 km da sede do município de Itaporanga d'Ajuda e a 53 km de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, próxima à foz do Vaza Barris. Ela atrai pesquisadores e estudantes pela diversidade de ecossistemas da área de entorno, além da cultura popular e da hospitalidade de seus habitantes.

O relativo isolamento geográfico possibilitou que seus moradores mantivessem sua sobrevivência econômica com base na pesca artesanal (coleta do aratu, do caranguejo e de peixes). Merece destaque a coleta do Aratu, executada tradicionalmente por mulheres que possuem técnicas, procedimentos e saberes específicos para realizar essa tarefa com êxito. Essa atividade constitui uma das principais marcas de identidade dos moradores da Ilha Mem de Sá, cujo ofício é uma herança dos Tupinambás, primitivos habitantes da região.

A paisagem na circunvizinhança é constituída por rios, riachos, ilhotas, praias fluviais e manguezais, além do entorno rural formado por pastos, roças e quintais. Aliado a isso, a comunidade possui suas tradições, lendas, folclore, religiosidade, gastronomia e saberes; ou seja, a sua riqueza patrimonial, cuja identidade local se fortalece a partir do sentimento de “pertença” que cada morador manifesta a seus visitantes. Tudo isso inspirou instituições, como o IFS, a promoverem com os ilhéus atividades de pesquisa e extensão para implantação do turismo cuja gestão fosse executada pela própria comunidade.

Foi nesse contexto que ministramos cursos sobre História e Patrimônio Cultural na Ilha Mem de Sá, além de coordenarmos pesquisas sobre o cotidiano local e buscarmos em arquivos documentos sobre a comunidade. Por fim, ocorreu a realização de uma oficina que objetivava a criação de um roteiro turístico com base em alguns dados já coletados, os quais pudessem ser utilizados pelos alunos do curso de Condutores Locais, ocorrido entre 2011 e 2012.

Assim, esse texto tem por objetivo apresentar um breve histórico da Ilha Mem de Sá, como também relatar a experiência do referido curso, voltado para seus moradores, os quais pretendiam executar uma proposta de roteiro baseada na própria história daquele território e na memória da população local.

5.2 A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA FÓZ DO VAZA BARRIS E DA ILHA MEM DE SÁ

Uma das áreas mais antigas de povoamento colonial em Sergipe é a região da foz do Vaza Barris, onde se localiza a Ilha Mem de Sá, nas proximidades dos municípios de São Cristóvão, Itaporanga d’Ajuda e Aracaju.

A área era povoada primitivamente por índios da nação Tupinambá, moradores do litoral brasileiro, que viviam sobretudo da pesca e

coleta de crustáceos como caranguejos e aratus; dois dos mariscos mais apreciados na culinária da referida Ilha (FREIRE, 2013).

No entanto, no final do século XVI, após a Guerra de Conquista do território da Capitania de Sergipe D'El Rey, em 1590, a região recebeu os primeiros sesmeiros luso-brasileiros.¹ Nessa época, o local foi atacado por tropas comandadas pelo governador interino da Bahia, Cristóvão de Barros, que expulsou, dizimou e escravizou milhares de Tupinambás que ocupavam a região, e desse modo garantiu a posse do território para a Coroa Portuguesa.

Um dos primeiros sesmeiros da região foi Thomé Fernandes, que em 1596 solicitou a El Rey Dom Felipe I de Portugal (Felipe II da Espanha) a doação de uma ilha chamada Patatiba, defronte de Tinharé, junto ao local onde está a atual São Cristóvão, antiga capital do Estado. Logo depois em 1600, mais dois sesmeiros solicitaram terras próximas à foz do Vaza Barris: João Dias e João Martins Bertanha. Eles, além de outros, declararam ter participado da Guerra de Conquista de Sergipe junto a Cristóvão de Barros, ajudando com armas e escravos (FREIRE, 1998).

A partir de 1602, a região próxima à foz do Vaza Barris foi utilizada pelos primeiros colonizadores para criação de gado, a exemplo das terras cedidas a Mathias Moreira. Décadas depois, em 1665, o capitão Manoel da Rocha Pitta recebeu por doação da Coroa, terras no Vaza Barris, por importantes serviços prestados na guerra de expulsão dos holandeses, ocorrida em 1637, cedendo armas, alimentos e escravos.

1 Aquele a quem se fazia a concessão de sesmaria (terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores), após a expulsão, escravização ou genocídio dos antigos habitantes, os índios. Após os ataques dos Luso-Baianos às terras dos índios que habitavam a Capitania de Sergipe, a Coroa Portuguesa passou a ceder terra àqueles que participaram e/ou colaboraram nas batalhas, como forma de compensação e pagamento, por conta da ajuda com armas, soldados, escravos, víveres, carros de boi, etc.

Logo após, em 1672, duas ilhotas junto à foz do Vaza Barris são doadas a Pantaleão de Souza, certamente por ter auxiliado também na luta contra a invasão dos batavos, fato comum à época. Geralmente, tais sesmeiros alegavam ao rei que queriam formar nessas terras roças ou pastos para criação, atividades que vigoram na região atualmente. Esses pedidos permaneceram durante o século XVIII, promovendo a ocupação da área circunvizinha à foz do Vaza Barris (FREIRE, 1998).

Até o século XIX, o topônimo Ilha Mem de Sá não comparece na literatura científica como acidente geográfico. Em 1897, por exemplo, o professor de Geografia, Silva Lisboa identifica sete ilhas fluviais na proximidade da foz do Vaza Barris em seu livro “Chorographia do Estado de Sergipe”. São elas: Traipu, Veiga, Grande, Pequena, Farosa, Jibóia e Paiva. Fica então a pergunta: Mem de Sá não fora registrada pelo fato de não haver ainda moradores naquele ano do final do século XIX? Ou porque possuía outro topônimo, só sendo denominada de Ilha Mem de Sá após o povoamento?

Apesar da dúvida, supomos que seus primeiros habitantes teriam chegado ao local somente no início do século XX. A nossa hipótese é explicada da seguinte maneira. Em primeiro lugar, colhemos junto a moradores da Ilha antigos documentos de pagamento de imposto territorial, por ocupação de terreno de marinha, junto à Exatoria de Itaporanga, entre os anos de 1937 e 1956 (Figura 1). Estes impostos foram pagos por Virgílio José do Nascimento, cujos descendentes ainda moram na Ilha Mem de Sá. Estes papéis são, salvo engano, os mais antigos testemunhos da ocupação da Ilha que pudemos compulsar.

E em segundo lugar, para reforçar nossa hipótese de povoamento da Ilha Mem de Sá, somente em 1959 ela é registrada como um “acidente geográfico” sem muita importância, “mas merecedora de registro como possuidora de ótimas terras para a cultura do coco e da mandioca”, pela Enciclopédia dos Municípios, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso defendemos a hipótese

de que somente na primeira metade do século XX, década de 1930, que a Ilha passa a ser povoada, tornando-se um topônimo notável.

Figura 1: Taxa de Ocupação de Terreno de Marinha na Ilha Mem de Sá, 1937.



Fonte: Acervo particular de Amâncio Cardoso.

Em terceiro lugar, em entrevista com os moradores da Ilha, todos lembram que os primeiros povoadores teriam chegado ali na primeira metade do século XX, sem saber com exatidão o ano. Portanto, isso confirma a documentação apresentada na figura acima. Ou seja, podemos asseverar que a ocupação da Ilha Mem de Sá por moradores fixos é historicamente recente; tem menos de um século.

5.3 HISTÓRIA RECENTE DA ILHA MEM DE SÁ

Ouvindo os próprios moradores da Ilha, cujo saber entre os mais antigos está fundado na oralidade, selecionamos alguns fatos que marcaram suas memórias e tiveram certo impacto no cotidiano dos ilhéus.

Segundo eles, na primeira metade do século XX foram fabricadas as embarcações que eram utilizadas pelas primeiras famílias que migraram para fixar residência em Mem de Sá. Barcos de madeira, a remo, já eram utilizados pelos Tupinambá; e essa tradição se preservou. Eles são movidos hoje em dia à vela (herança lusitana) ou a motor de popa e são os únicos meios de acesso ao povoado; fazendo o transporte de pessoas, móveis, mercadorias diversas, alimentos e serviços.

Como as embarcações tradicionais são imprescindíveis para os moradores da Ilha, alguns nomes de antigos fabricantes de barcos são lembrados, a exemplo de Sr. Maninho, Sr. Messias e os irmãos Manuel da Cruz e Carlos da Cruz, que também moravam na Ilha.

Outro marco na vida dos ilhéus de Mem de Sá foi a inauguração, em março de 1987, da Escola Municipal Valdemar Fontes Cardoso. Antiga-mente a escola funcionava em casa de taipa, onde atualmente reside a família do senhor Salvador Narciso dos Santos.

Esta antiga sede escolar foi construída mais ou menos em 1972, onde lecionava a Professora Eldete Rodrigues Narciso, filha do proprietário. Mas antes disso, a escola funcionava na antiga Igreja Católica da Ilha, cujo orago era Santa Luzia. Nessa época, a escola era dirigida por Dona Nide e Dona Lurdes.

A presença da escola na Ilha mudou o cotidiano de seus habitantes que não tinham oportunidade de estudar, sendo quase absoluto o índice de analfabetismo no local. Hoje, as antigas marisqueiras e donas de casa conseguiram ascender socialmente através da escolarização. Isto se reflete no poder de liderança social e intelectual das mulheres da Mem de Sá. Um exemplo desse poder feminino na Ilha é a presença

e participação dessas mulheres na formação e presidência da Associação Comunitária dos Povoados Ilha Mem de Sá, fundada em 1997.

Lembramos aqui a gestão de Adenise Cardoso Santos, cujo primeiro mandato se iniciou em 2012, época em que se intensificou o desejo de parcela dos moradores em implantar e investir no Turismo de Base Comunitária, assessorado por alunos e professores do IFS/Campus Aracaju, do curso de Gestão de Turismo.

Recuando ao ano de 1997, foi realizada a 1ª Festa do Caranguejo da Ilha Mem de Sá, sempre no mês de dezembro. Esse evento atrai muitos visitantes e celebra um dos crustáceos mais apreciados na culinária da região, cuja base é formada por mariscos e peixes dos rios e riachos circunvizinhos.

Com o sucesso desse festival, foi necessário equipar a Ilha com uma melhor infraestrutura para atender tanto aos visitantes como para consolidar um anseio dos moradores. Foi assim que, em 1999, teve início o abastecimento de energia elétrica. Antes, quando não existia eletricidade, os pescados eram salgados em gamela de pau e transportados para a venda nas feiras dos municípios de São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda, banhados pelo rio Vaza Barris.

Contudo, somente mais de uma década depois é realizado o abastecimento de água encanada na Ilha, mais precisamente em agosto de 2012. Com isso, aumentou a possibilidade de investimentos em atividades no âmbito do turismo, pois era o desejo de alguns habitantes que os visitantes apreciassem o local, usufruindo da cultura e da natureza do lugar. Assim, com base nesse objetivo, apresentamos a seguir uma proposta de roteiro para visita dentro do território da própria Ilha Mem de Sá.

5.4 PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO PELA ILHA MEM DE SÁ

O roteiro a seguir foi pensado e discutido na oficina do módulo sobre “Turismo e Patrimônio Cultural, de Meio Ambiente” realizado na Ilha Mem de Sá, Itaporanga-SE, no dia 07 de agosto de 2011, ministrado pelo professor Amâncio Cardoso (IFS), junto com alunos do curso de formação de condutores locais.

O objetivo foi elaborar uma proposta de roteiro na Ilha Mem de Sá direcionada aos visitantes e/ou turistas. A metodologia utilizada foi a dialógica, a partir da interação entre os saberes e experiências do docente e dos discentes/moradores, baseada na discussão dos princípios da educação patrimonial (conjunto de princípios e técnicas organizados e centrados nos patrimônios culturais de uma localidade, eleitos como fontes primárias de conhecimento).²

O roteiro é composto por cerca de 20 atrativos e a área da Ilha foi dividida em duas: “Ilha de Cima” e “Ilha de Baixo”. Segundo o testemunho oral da comunidade, a Ilha Mem de Sá foi povoada primeiramente por dois irmãos conhecidos por Júlio Grande e Tertuliano, os dois teriam dividido a área da Ilha em dois lotes, que correspondem hoje ao que se denomina Ilha de Cima e de Baixo, e depois teriam vendido pequenos lotes a outros adventícios.³

Esta proposta de roteiro é flexível, ou seja, pode ser modificada com base em alguns fatores, tais como: perfil do grupo visitante, disponibilidade de tempo, condições climáticas, interesses imediatos dos visitantes, entre outros. Portanto, essa proposta está aberta a alterações, adaptações e melhorias pelos próprios executores ou condutores locais.

² Para saber mais sobre educação patrimonial, ver MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celi-
na (Organizadoras). **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte:
UFMG, 2005.

³ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Francisco dos Santos, 69 anos, pescador aposentado, em dezembro de 2010, cujos avôs teriam comprado um terreno na Ilha, há mais de cinquenta anos, ao senhor Júlio Grande.

ROTEIRO – Parte 1:

- **Porto da Areia** – Nesta “porta” de entrada principal da Ilha Mem de Sá temos uma placa de inauguração do novo píer de atracação de barcos, homenageando o senhor Irineu Santos, primeiro presidente da Associação Comunitária e um dos mais antigos moradores, falecido em 2009. Neste lugar, o condutor deve fazer uma breve biografia do homenageado e explicar a importância do Porto da Areia para o acesso à comunidade, além de servir de área de lazer, com bares, barracas de palha e praia fluvial com boa balneabilidade.

Após entrar na Ilha, o condutor local pode levar os visitantes em direção à Ilha de Cima, área mais movimentada da comunidade porque mais habitada.

ILHA DE CIMA:

- **Largo da Festa do Caranguejo** – indo na direção oeste, a partir do Porto da Areia, os visitantes encontrarão o espaço ao ar livre onde se realiza a “Festa do Caranguejo”. O evento ocorre há quase duas décadas, na primeira segunda-feira depois do dia de Santa Luzia (13 de dezembro), padroeira dos moradores católicos da Ilha Mem de Sá. Organizada pelos próprios devotos, a festa é regada por muito caranguejo, crustáceo ligado à cultura piscosa e à culinária da região.

O condutor local, nesse momento, pode pedir ao visitante que saboreie o crustáceo após a visita à ilha num dos restaurantes do lugar. Dessa forma, o visitante pode experimentar várias iguarias feitas com caranguejo (fritadas, casquinhas, moquecas, ensopados), possibilitando uma preciosa experiência gustativa.

- **Largo das Mangueiras** – a Ilha de Cima tem um espaço coletivo ou largo com muitas mangueiras frondosas. Neste lugar, o condutor pode ficar à sombra das copas com o grupo para que saboreiem um gostoso suco de manga ou a fruta *in natura*, retirado da árvore ou apanhado no chão e, se possível, o visitante pode saborear outros derivados como doces, sorvetes, etc. Além disso, ele pode vender garrafas de néctar de manga; produto já fabricado na própria Ilha, reservando um tempo para mostrar o processo de fabricação do derivado e explicar para que serve o néctar e de que forma pode ser consumido.
- **Casa de “Seu Humberto”** – dando prosseguimento ao roteiro, os visitantes podem parar na casa de seu Humberto (88 anos), então morador mais antigo na Ilha, para conversar e conhecer velhas histórias de sua saudável memória sobre o antigo cotidiano de Mem de Sá. Esta experiência é carregada de significados que valorizam o saber dos habitantes do local, e asseguram a memória e a identidade das novas gerações, além de fazer com que o turista conheça as histórias e estórias através de um respeitado testemunho local.
- **Igreja Assembleia de Deus** – ao passar pela porta singelo do templo, o condutor pode dizer a data de fundação e por quem foi introduzida esta instituição religiosa na Ilha. Pois a comunidade sofre mudanças de costumes, nos valores morais e nas relações sociais a partir da chegada desta denominação evangélica cristã, uma vez que a região desde os primórdios foi catequizada por religiosos jesuítas junto aos indígenas do período colonial.

Uma antiga prova da presença da Igreja Católica através dos missionários jesuítas na região circunvizinha à Ilha Mem de Sá é a construção

de dois monumentos: a Casa e a Igreja erigidas no século XVII pelos seguidores de Santo Inácio de Loyola nas terras da antiga Fazenda Colégio (atual Iolanda), no povoado de Tejupeba, município de Itaporanga-SE.⁴

- **Largo dos Artesãos da Pesca** – Em Mem de Sá, os artesãos que confeccionam apetrechos ou utensílios de pesca se reúnem num largo da Ilha de Cima. Lá, o visitante pode ver e perguntar como se faz as redes de pescar, os jererés, as tarrafas, os barcos, as velas, remos, etc. Oportunidade ímpar de conversar com os moradores que produzem seus próprios instrumentos de trabalho ou parte deles.
- **Campo do Apicum** – área comunitária de lazer, onde o time local treina futebol de areia. O referido time, composto por moradores da Ilha, consagrou-se tricampeão nos campeonatos municipais entre 2010 e 2013.
- **Salão de Dona Ângela** – lugar de uma das moradoras mais conhecidas e influentes da Ilha. No salão ocorrem cursos, exposições folclóricas e fotográficas produzidas por ela. Mulher empreendedora, já foi candidata a vereadora pelo município de Itaporanga d'Ajuda. Ela ainda é professora primária e também proprietária de bar/restaurante. No salão de Dona Ângela pode-se assistir a uma apresentação do grupo folclórico de Reizado da Ilha Mem de Sá.
- **Mangabeiras** – o condutor deve oportunizar ao visitante conhecer a árvore símbolo de Sergipe, conforme decreto estadual de

⁴ Sobre estas importantes edificações jesuíticas construídas entre os séculos XVII e XIX, tombadas em 1943 pelo IPHAN, confira: ALVES, Francisco José. Fazenda Colégio: marcos do seu passado. **Jornal da Cidade**. Aracaju, 10-11 de maio de 2009. Caderno B - Cidades, p. 9.

1992. Caso seja possível, oferecer um saboroso fruto ou suco de mangaba. Ademais, ele pode falar das características da árvore, como o uso do leite de mangabeira e suas funções medicinais.

- **Visita ao Sr. “Gamela”** – conhecido contador de histórias e lendas da Ilha. Representante da sabedoria popular, com ele o turista vai aproveitar para “viajar” em suas lendas de pescadores e histórias que compõem o imaginário folclórico local.

- ILHA DE BAIXO:

- **Cata do Aratu** – Na Ilha de Baixo, área menos povoada da Ilha, é possível o visitante conhecer um dos principais patrimônios locais: o ofício de saber coletar e catar o Aratu (Aratus pisoni), crustáceo característico da região, cuja coleta é a ocupação de grande parcela de mulheres da ilha, as quais possuem uma técnica peculiar para apresar o aratu no mangue. Esta técnica deve ser explicada ao turista. Além disso, deve-se mostrar a habilidade de catar o aratu, como também o preparo dos pratos típicos a base desse crustáceo oferecidos na Ilha, e depois saboreá-los. Tudo isso se tornou uma das mais fortes representações da Ilha.
- **Escola Municipal Waldemar Fontes Cardoso** – Para além da função educacional, o prédio da escola serve de grande suporte para a comunidade. Ali ainda são realizadas reuniões entre os moradores e instituições parceiras. No local, o condutor deve apresentar uma breve notícia sobre seu patrono; a importância e função social da escola (aulas, reuniões de trabalho e comunitária). O local serve de sede improvisada da Associação de Moradores da Ilha Mem de Sá. Neste momento, o condutor deve in-

formar os benefícios sociais trazidos pela entidade à Ilha (água encanada, energia elétrica, organização da festa do caranguejo, ações de parceria com a Embrapa, IFS, UFS, Petrobras e Prefeitura de Itaporanga).

- **Igreja Católica** – Diante do templo, o condutor pode apresentar a data de fundação do prédio, dizer quem é o pároco atual, falar sobre a procissão da padroeira Santa Luzia, realizada em 13 de dezembro, o evento religioso mais esperado dos moradores. A igreja serve também aos visitantes dos povoados circunvizinhos e até de Itaporanga, sede municipal.
- **A Casa mais Antiga da Ilha** – Esta é uma opção para o visitante conhecer um modelo arquitetônico típico dos ribeirinhos da região. Ainda hoje funciona como residência de um de seus moradores. Nesta casa, funcionou a antiga escola de primeiras letras, portanto lugar de boas e velhas lembranças dos ilhéus.
- **Antiga Casa de Farinha** – o condutor deve apresentar esta benfeitoria que ainda mantém suas peças para fabricação da farinha (rodete, forno, prensa e rodo) e comentar sobre o processo de produção da farinha de mandioca, produto tradicional da culinária local e elemento importante para a fixação dos primeiros camponeses da Ilha que cultivam a lavoura de subsistência.
- **Chácara do Sr. Tupinambá** – Esta propriedade é do conhecido funcionário aposentado da Embrapa-SE. Ele começou prestando consultoria aos moradores e hoje é um deles. Senhor Tupi, como é carinhosamente conhecido, auxilia a comunidade em diversos empreendimentos agropecuários e beneficiamento do fruto da mangueira.

- **Retorno para o Porto da Areia** – Ponto de entrada e de saída da Ilha. Os visitantes ao retornarem para o Porto da Areia devem ser levados pelo condutor para apreciarem a região com um passeio de barco pelos rios, riachos e manguezais, tomar banho nas praias fluviais e saborear deliciosos pratos da culinária local à base de peixes e crustáceos, como o aratu, no restaurante e bar do local.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha Mem de Sá se localiza numa das áreas de maior intensidade de colonização dos primeiros povoadores de Sergipe no Século XVII, após a Guerra de Conquista do território empreendida pelo governo da Bahia, representando a Coroa Portuguesa. Apesar disso a pequena área insular manteve-se despovoada, pelo que as fontes indicam, até o início do século XX, cujo povoamento manteve-se relativamente insulado durante todo século.

Só mais recentemente, em fins do século XX, a população local manteve relação institucional com a EMBRAPA primeiramente, e depois com as demais instituições. Este relativo isolamento foi responsável pela preservação de costumes ancestrais de sua população, enriquecida por novos adventícios que vieram habitar a Ilha, seja por casamento, por parentesco ou amizade com antigos moradores.

Com isso, percebemos na Ilha crenças e atitudes tradicionais do povo sergipano, desde vocábulos peculiares ao sotaque característico do povo da região. No entanto, uma nova dinâmica de relações com outras instituições veio trazer mudanças no cotidiano, além de estabelecer novas relações dos moradores tanto com a sede do município quanto com instituições que passaram a atuar na Ilha de forma mais constante.

Exemplo disso é o fato dos Ilhéus voltarem seus olhares para a oportunidade de instituir uma proposta de turismo com caráter de

sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental no lugar. De certa forma, a proximidade das relações de parentesco entre os moradores, via de regra, tem sido um elemento facilitador para se organizarem na direção daquela atividade.

A sensibilização, planejamento, organização, execução de projetos, cursos e pesquisas, além de ações de caráter social de profissionais e alunos do IFS tem promovido relativa mudança na vida dos moradores, a ponto dos mesmos reconhecerem os benefícios da intervenção da instituição, e vice-versa, num intercâmbio intenso de saberes e atitudes.

Esperamos que um conjunto de outras ações em curso traga novas oportunidades e experiências positivas para a melhoria das condições de vida dos habitantes da Ilha Mem de Sá, e que ela sirva de exemplo para outras povoações da área no que diz respeito ao uso positivo dos recursos e técnicas aprendidas para o aprimoramento do trabalho, trazendo assim benefícios para o homem e a natureza da região.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J.. Fazenda Colégio: marcos do seu passado. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 10-11 maio 2009. Caderno B, Cidades, p. 9.

FERREIRA, J. P. (Org.) **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FREIRE, F. **História territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1906. Republicação fac-simile, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREIRE, F. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

GUARANÁ, A.. Glossário Etymológico dos Nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe. **Revista do IHGSE**, Aracaju, v. 3, fasc. 1-4, p. 297-326, 1916.

MENDONÇA, J. U. de; CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. **Sergipe Panorâmico**. 2. ed. Aracaju: UNIT, 2009.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SILVA, C. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe. 1920.

SILVA LISBOA, L. C. **Chorographia do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

CAPÍTULO 6

SABORES, SABERES E O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA COMUNIDADE MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA, ESTADO DE SERGIPE¹

Jurema Nascimento Ribeiro
Tamiles Santos Andrade
Claudio Roberto Braghini



6.1 INTRODUÇÃO

A cultura é transmitida de geração em geração e se expressa de várias formas. Já a gastronomia pode ser entendida como um dos aspectos culturais que define uma dada sociedade. Em muitas localidades é um elemento de motivação para atração de turistas, além de ser um dos nichos do turismo cultural, pois é considerada como parte integrante do patrimônio, possibilitando o conhecimento dos hábitos e costumes da comunidade. De forma simples, é possível afirmar que a comida não se restringe à posição de alimento, pois é possível obter uma série de informações sobre aqueles que ingerem os alimentos, desde sua origem, estilo de vida, herança cultural e até mesmo tradições religiosas.

¹ Publicado originalmente na PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, (ISSN 1695-7121, vol. 12, n. 2 p. 409-424, 2014), o artigo sofreu modificações para se adequar à proposta e ao formato de capítulo de livro. Foram feitas alterações na estrutura e adequações de linguagem e revisão do conteúdo, bem como do formato das referências.

O turismo cultural é motivado pela busca de conhecimento, de interação com outras pessoas que possuem costumes, tradições e hábitos diversos daqueles encontrados na localidade de origem. Furtado (2004, p. 2) compartilha dessa ideia, reforçando o papel da gastronomia como um elemento do turismo cultural uma vez que “as pessoas buscam novos conhecimentos, querem experimentar novos sabores, vivenciar outras culturas e a gastronomia pode ser o motivo principal ou o inicial para se conhecer determinado local”.

Segala (2003) elenca como um fundamento deste segmento o elo entre o passado e o presente, o contato e a convivência com o legado cultural, que apesar das influências e pela própria dinamicidade da cultura, ainda assim mantém uma estrutura reveladora que identifica os saberes e fazeres de cada comunidade.

Por meio do turismo cultural são criados mecanismos que viabilizam a valorização e revitalização do patrimônio, muitas vezes suscitando na comunidade o sentimento de integração e pertença. “Todo grupo necessita de uma cultura que o sustente para poder existir, vivenciada no sentido comum e repassada através da comunicação para manter o sentido de pertencer entre seus integrantes” (MARTINS, 2003, p. 43).

O aspecto cultural é relevante para a maioria dos segmentos do turismo, entretanto o modelo de turismo que se fortaleceu com caráter mercadológico, gerou impactos nas culturas e ambientes. De acordo com Honório e Barros (2003, p. 154), o turismo tradicional seria um seguidor deste “parâmetro de consumo e destruição”. Em contrapartida, as autoras apontam para uma outra possibilidade de turismo, o “turismo autosustentável que respeita e preserva a natureza, o patrimônio histórico e local e as manifestações culturais, expressões de vida de um povo” (HONÓRIO; BARROS, 2003, p. 154).

Outra premissa exposta aqui é que o Ecoturismo, com perfil de Turismo de Base Comunitária, focado na auto-gestão, poderia conduzir a um processo de valorização da cultura e conseqüentemente,

reforçar a identidade local. Isso implica estabelecer uma relação entre ecoturismo e patrimônio cultural e, neste contexto, insere-se a gastronomia local.

Nas pesquisas de Fennell (2002), a cultura seria inerente ao turismo, mas a motivação para o Ecoturismo seria o contato com as áreas naturais e não a cultura. Serrano (2001, p. 226), ao expor as motivações e expectativas do ecoturista, evidencia a busca pela “diferença (cultural, ambiental, cotidiana)” além de “informações sobre ambiente/cultura local (sem aspecto formal, necessariamente)”. Ao se referir ao ecoturista, Coriolano (2002, p. 52) classifica como um turista especial, ciente do valor da cultura e do modo de vida da localidade que visita, “uma pessoa que em razão da experiência com o meio ambiente dá sentido e conteúdo a sua vida e enriquece sua própria existência”.

Assim, a terceira premissa deste estudo é que a gastronomia de uma localidade se configura como um elemento cultural integrador entre o modo de produção artesanal da comunidade, que faz uso de recursos alimentares advindos dos ecossistemas presentes no território, e os interesses dos ecoturistas.

O reconhecimento da cultura local, do patrimônio cultural, considerando a opinião da comunidade, torna-se relevante para o processo de planejamento do Ecoturismo. A gastronomia pode revelar aspectos importantes na construção de produtos ecoturísticos que reforcem uma identidade ou evidencie certas peculiaridades. A perspectiva é que o reconhecimento da cultura do outro gere um movimento de autovalorização da comunidade.

O estudo apresentado aqui, de caráter prospectivo, insere-se no contexto de um projeto de pesquisa mais amplo, com a proposta de investigar as possibilidades da gastronomia como patrimônio cultural da comunidade e as possíveis ligações com o Ecoturismo, a partir da experiência com a Ilha Mem de Sá.

A perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá com vistas à sustentabilidade permitiu formular questionamentos, tais como:

1. Quais os produtos gastronômicos considerados típicos na localidade e que elementos são importantes para a identidade cultural da comunidade?
2. Desse patrimônio cultural gastronômico, quais relações podem ser estabelecidas com o Ecoturismo e que produtos ecoturísticos poderiam ser apresentados aos turistas de maneira a valorizar a identidade local?

O objetivo geral da pesquisa é identificar as conexões entre gastronomia, identidade cultural e o Ecoturismo na comunidade Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda SE. Os objetivos específicos foram: levantar os elementos de identidade cultural da Ilha Mem de Sá através de sua gastronomia; e relacionar gastronomia e turismo na comunidade como elementos importantes para o desenvolvimento local.

6.2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica se direcionou para a relação entre patrimônio cultural, turismo cultural, gastronomia e identidade. Depois da abordagem sobre gastronomia no Brasil, a ênfase se dirigiu a Sergipe. Posteriormente, discutiu-se possibilidade de uma associação com o Ecoturismo, considerando a importância da participação da comunidade.

As ações de campo se iniciaram pela delimitação das principais fontes de informações prévias na comunidade, com o apoio da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Estabeleceu-se diálogo com líderes comunitários para identificar moradores mais antigos, conhecedores da realidade local e estabelecer então, uma rede de relações.

Por meio de uma sensibilização realizada na comunidade e executada pelo Grupo de Educação e Ecoturismo (atual GPTEC-IFS), foi manti-

do o diálogo prévio com os líderes comunitários. A própria comunidade presente no encontro elencou nomes de algumas moradoras identificadas como “boas cozinheiras” e conhecedoras das tradições locais.

A pesquisa de campo evoluiu a partir de entrevistas com roteiro estruturado e aberto, objetivando coletar informações sobre aspectos socioculturais e econômicos da Ilha Mem de Sá, relacionados à gastronomia. A seleção das moradoras – nove (9) entrevistadas – foi definida a partir das relações estabelecidas durante a sensibilização citada.

Promoveu-se a identificação das iguarias típicas, de interesse ou com potencial para a composição de um produto turístico. Para isso foi aplicada a metodologia de inventário turístico, elaborado a partir do preenchimento de um formulário denominado Inventário do Patrimônio Imaterial – Gastronomia, no qual constam informação, descrição, caracterização e relevância da oferta turística, baseada em BENI (2006), e no Manual do Pesquisador Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) e no Inventário Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (PARANÁ, 2010).

A partir dos formulários, foram extraídas algumas informações aqui sistematizadas, tais como as classes de iguarias. Estas foram apresentadas em quadros onde os pratos foram considerados como variáveis. Foram apresentadas também algumas falas das moradoras entrevistadas que contribuíram para a discussão sobre peculiaridades da gastronomia local, seja no modo de preparo, nas técnicas e equipamentos ou nos produtos utilizados, percebendo ainda algumas modificações e influências.

Buscou-se, por fim, conduzir uma análise que permitiu sinalizar para uma integração entre gastronomia, patrimônio gastronômico no contexto do patrimônio cultural imaterial, identidade local e possibilidades para o desenvolvimento do Ecoturismo na localidade, face às ações do IFS e da Embrapa Tabuleiros Costeiros, então em curso.

6.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE CULTURAL

A gastronomia faz parte dos vários bens que compõem o patrimônio cultural de um povo, que não é formado somente por suas manifestações materiais, a exemplo dos monumentos, documentos, lugares históricos, sítios arqueológicos ou obras de arte. Ele é formado também pelas manifestações imateriais, como as representações religiosas, festivais de música, cinema, teatro, artesanato, manifestações populares, lendas e outros. Nesta categoria, a gastronomia se enquadra como patrimônio cultural imaterial, intangível, pois envolve o mais íntimo de um povo, sua essência.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, define como patrimônio cultural imaterial

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 4).

Grupos e indivíduos recebem conhecimentos dos que os antecederam e também os transmitem para os seus sucessores, promovendo a manutenção das suas expressões de vida, recriadas pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, fundamentos da vida comunitária. Tais atitudes geram um sentimento de identidade, pertença e desejo de revitalização, contribuindo assim para a consolidação do respeito à pluralidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

O patrimônio se revela como base da história, da memória, do referencial de um povo, criando assim uma identidade cultural, por isso, “da própria comunidade deve surgir a decisão do que deve ser preservado dentre seus produtos culturais” (NEVES, 2003, p. 53).

Para Martins (2003, p. 42), identidade é esse “sentido de pertencer que as pessoas trazem enquanto seres simbólicos que são. Esse ser de algum lugar pertence a algum grupo, sente afinidade com algo que lhe resgata como seu”.

A identidade cultural, vista como um conjunto de elementos que representa as relações entre indivíduos e grupos, envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas e tantas outras manifestações como a própria gastronomia. O patrimônio material ou imaterial sinaliza aquilo que se construiu, por uma comunidade, como símbolo duradouro e reflete o passado e o presente (ACOSTA, 2011).

Entretanto, os critérios que determinam o que venha a ser patrimônio pelo poder público, não consideram necessariamente a interpretação da comunidade. Nesse sentido, o turismo pode reforçar o caráter tendencioso ao definir o que mostrar ao visitante, independente das motivações da comunidade para elencar o que seria patrimônio cultural, como sugere Aréyzaga (2011). Nessa linha de pensamento, é reforçada a importância da participação da comunidade na construção do que seja seu patrimônio (HORTA, 2009).

A dinâmica da cultura mistura tradição e criação. A tradição na gastronomia está associada ao saber de certa comunidade vinculada aos recursos naturais da região e seus ciclos. A criação envolve invenção, experimentação e dessa maneira “tem a marca do passado, da história, da sociedade, do povo e da nação à qual pertence” (LEAL, 1998, p. 8). Assim, a realidade em que se insere a cultura de um povo não pode ser entendida como estática, imutável, pelo contrário, é dinâmica (VIERTLER, 1999). Isso amplia a complexidade da relação entre turismo e cultura de uma localidade, pois quando se busca valorizar a identidade cultural através do turismo, as trocas de informações, as interações entre turista e comunidade receptiva geram novas dinâmicas materiais e imateriais.

6.4 PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO E IDENTIDADE CULINÁRIA

A alimentação é uma das necessidades básicas do homem, contudo o seu papel vai além de uma necessidade biológica. Trata-se de “um complexo sistema simbólico de significados”, segundo Carneiro (2003, p. 1), que envolve aspectos sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos e até estéticos. Cerca de duzentos anos atrás, o estudo do fenômeno alimentação passou a ser estabelecido, tendo como base quatro enfoques distintos: o biológico, o econômico, o social e o cultural.

Erroneamente, a história da alimentação foi confundida por muito tempo com a história de determinados alimentos, no entanto ela não diz respeito somente a este aspecto. Os sabores não são vistos como meros ativadores do sentido do paladar, indicando que determinada coisa é comestível. “O gosto diferenciado é o que caracteriza os diferentes povos e as diferentes épocas de uma mesma cultura” (CARNEIRO, 2003, p. 124).

O termo gastronomia foi usado pela primeira vez em 1623 na França, porém somente em 1801, através de um poema de Joseph Berchoux, o termo ganhou notoriedade, passando daí em diante a designar a “boa mesa” (CARNEIRO, 2003). Etimologicamente, a palavra gastronomia vem do grego *gaster* (ventre, estômago), *nomos* (lei) e do sufixo *ia*, que forma o substantivo. Significa literalmente “estudo ou observância das leis do estômago” (FRANCO, 2001, p. 35). Desde a Grécia clássica, inúmeros escritores vêm se dedicando a escrever sobre ela.

A gastronomia diz respeito à culinária e às bebidas, aos materiais usados no preparo dos alimentos, aos utensílios que compõem a sua apresentação. Incluem-se também todos os aspectos relacionados à cultura, como por exemplo, vestuário, música ou dança que acompanham as refeições. Constituiu-se como a arte de cozinhar, mas intimamente ligada aos prazeres da mesa, e promove uma verdadeira integração dos alimentos e com isso extrai deles o que há de melhor, uma espécie de alquimia que alia cores, odores, sabores.

Segundo Franco (2001, p. 21), “é impossível precisar quando o alimento, necessidade humana sempre presente, se transformou em prazer da mesa”, mas é fato que a evolução das técnicas de cozinha acompanhou o homem ao longo de sua história e hoje estão firmadas nos comportamentos, em várias sociedades e culturas. O autor acrescenta ainda que a preparação e a partilha das carnes exigiam a reunião do grupo ou da família. Sendo assim, a refeição passou a ser “a ritualização da repartição de alimentos” e tornou-se tão rica em simbologia.

Para Córner (2004, p. 1), a alimentação é fator de diferenciação cultural, uma vez que a identidade é também comunicada pelas pessoas através do alimento, que reflete as preferências, as aversões, identificações e discriminações. A alimentação, segundo Schlüter (2003, p. 32), é um fator de diferenciação cultural, mas complementa que “permite a todos os integrantes de uma cultura (sem importar seu nível de renda) manifestar sua identidade”.

Com relação ao turismo, a gastronomia desempenha papel relevante nesta atividade, uma vez que independente do destino e do tempo que o turista ou visitante permaneça no local, ele irá se alimentar, provando muitas vezes da comida do lugar. Algumas regiões, aproveitando de suas tradições, cultura e história, utilizam a gastronomia para se divulgar, lançando roteiros gastronômicos como um produto turístico distinto. Em outros casos, quando o elemento motivador não é a gastronomia, criam-se rotas temáticas e culturais que permitem integrar vários elementos em um mesmo produto turístico (SCHLÜTER, 2003). Além de um atrativo turístico, Grechinsk e Cardozo (2008, p. 5) também consideram a alimentação como um serviço turístico que traduz a “identidade de uma localidade”.

Segundo Costa (2008), a gastronomia e sua relação mais expressiva com o turismo foi intensificada a partir de 1945, no período pós-guerra, graças ao turismo de massa. Acrescenta ainda que os festivais gastronômicos são grandes motivadores para o turismo, além de

recursos para reduzir a sazonalidade desta atividade. O autor destaca como um fato importante, a possibilidade de encontrar uma variedade de pratos diferentes e hábitos alimentares distintos em cada região visitada.

A diversidade étnica, social e cultural também é encontrada na área gastronômica e cada região apresenta suas singularidades, quer sejam advindas das influências da sua colonização, ou fruto do clima, solo e geografia de cada local.

A gastronomia brasileira é rica em cores, saberes e sabores, fruto de uma mistura de ingredientes portugueses (colonizadores), indígenas (habitantes nativos) e africanos trazidos para o trabalho escravo, mais tarde sendo ampliada para outros povos. Atualmente, as particularidades de uma região coexistem com a originalidade e criatividade do seu povo.

A gastronomia no Brasil tem origem com os indígenas, habitantes nativos e nas várias nações que compunham estes povos. A alimentação indígena tinha como alicerce a mandioca, na forma de farinha e de beijus, mas também de frutas, pescado, caça, milho, batata e pirões. Câmara Cascudo (2004, p. 103) chegou a definir o pirão como “sinônimo da própria alimentação brasileira”. E o divide em dois tipos clássicos, o escaldado e o cozido ou mexido.

Os portugueses trouxeram para o Brasil o requinte alimentar. Como afirma Corsi (2006, p. 52), “com a chegada dos portugueses e sua culinária, temos toda a influência árabe, as proibições da igreja e as ordens religiosas com a sua culinária mais elaborada”. Com eles vieram vários tipos de animais como os bovinos, caprinos, patos, gansos, entre outros. O cultivo de várias espécies também passou a ser adotado no país, como romã, arroz, mostarda, hortelã, cebola, alho, berinjela. Outra forte contribuição portuguesa foi o uso dos óleos na culinária, “com o azeite doce, importado das oliveiras e divulgado pelos mouros” (CASCUDO, 2004, p. 242).

A história do doce no Brasil começa com a chegada dos colonizadores, que utilizavam em sua maior parte matérias primas como o açúcar, ovos, farinha de trigo, leite de vaca e manteiga, adaptando o uso de outros ingredientes locais como a goma de mandioca, o leite de coco e as frutas tropicais.

Com a chegada dos africanos ao Brasil desde o fim do século XVI, vieram também “segredos” da horta e hortaliças, feijões e ervas. Preparavam os alimentos, assando, tostando ou cozendo-os. Como tempero tinham apreço pelas pimentas, espécies diferentes das encontradas nas Américas. Somaram à culinária nacional, elementos como o quiabo, o azeite-de-dende e o cuscuz. Apesar de em seu livro o cuscuz estar no capítulo Dieta Africana, Cascudo (2004, p. 190) afirma: “Certo é que portugueses e africanos vieram para o Brasil conhecendo o cuscuz. Aqui é que ele se fez de milho e molhou-se no leite de coco”.

A grande quantidade de imigrantes recebida pelo país entre os séculos XIX e XX, trouxe algumas novidades ao cardápio nacional e fortaleceu o consumo de diversos ingredientes, absorvendo, transformando e recriando pratos de diversas partes do mundo.

Por sua vez, a gastronomia sergipana é o resultado da junção da culinária indígena, africana e portuguesa, e apesar da semelhança com outros estados do Nordeste, guarda suas peculiaridades que se refletem nos pratos que têm como ingredientes (SERGIPE, 2010). Esta característica se deve principalmente ao processo histórico de ocupação do território sergipano, que tem início com a chegada dos colonizadores portugueses, seguindo-se da mão de obra escrava dos indígenas e africanos. Estrategicamente situado entre os rios Real e São Francisco, Sergipe serviu de corredor para ligar a Bahia, até então primeira sede administrativa colonial portuguesa, e Pernambuco, pólo econômico produtor da época.

A semelhança com os estados vizinhos não pode ser observada no que diz respeito à nomenclatura dos pratos. Por exemplo, pédemoleque

é conhecido como doce de amendoim, mas em Sergipe se trata de uma espécie de bolo feito com tapioca úmida, coco ralado, leite e açúcar, sendo enrolado em folha de bananeira. O pédemoleque, juntamente com o sarôio, o beiju molhado e o mal casado, fazem parte da herança culinária indígena e africana, nas quais o principal ingrediente é a macaxeira. Eles costumam ser comercializados nas ruas, nos mercados municipais, feiras livres e também em supermercados. As iguarias típicas do período junino são feitas à base de milho e também não foge ao dialeto peculiar, pois o que em outras localidades é chamado de curau, em Sergipe é conhecido por canjica, enquanto que canjica em Sergipe é chamado de mugunzá.

O pão de queijo, diferente do encontrado em Minas Gerais, é um pão recheado com requeijão e polvilhado com queijo ralado. “A carne frita é um ensopado, e os ensopados são guisados (cozidos). A carne assada no óleo é a carne frita” (ABRIL COLEÇÕES, 2009).

A feijoada sergipana é feita com feijão carioquinha e legumes variados, como abóbora, maxixe, quiabo e cenoura. Não tem o porco como seu principal tipo de carne, e costuma ser preparada com muito charque, turisticamente considerada “uma das atrações gastronômicas mais distintas de Sergipe” (WEN, 2008).

Dentre a diversidade gastronômica que o estado possui, muitas de suas comidas estão ligadas à vida litorânea, aos rios e estuários. O caranguejo é o crustáceo mais apreciado e utilizado em várias receitas, mas a forma mais apreciada é o caranguejo escaldado em água fervente e servido inteiro, o que proporciona o “ritual de quebra do caranguejo”. Outras espécies encontradas no manguezal são muito apreciadas, como o siri, que pode ser utilizado na casquinha, e o guaiamum, cozido e acompanhado do pirão.

A oferta dos chamados frutos do mar é reforçada pela grande quantidade de peixes oriundos do oceano e proveniente dos rios. E é dos rios que vem uma outra iguaria o pitu uma espécie de camarão grande e que lembra a lagosta.

Os coqueiros da orla sergipana fornecem o fruto mais utilizado na confecção dos pratos em nossas cidades litorâneas. O coco realça o sabor dos alimentos e é devido a esta capacidade de se misturar a distintos sabores e aromas que ele está presente na elaboração de pratos doces e salgados, como moquecas, ensopados, peixadas, caranguejadas, mariscadas, vários tipos de cocadas, mingaus, bebidas e nos tradicionais pratos das festas juninas (mugunzá, canjica, pamonha), além de ser consumido *in natura*, rico em sais minerais. Sua presença abundante na paisagem o torna uma das bases de sustentação da economia local (ABRIL COLEÇÕES, 2009).

Embora a cozinha sergipana tenha nos pescados o forte de sua matéria prima, a carne do sol é um prato que não pode ser esquecido. Feita com coxão mole, coxão duro ou patinho, “a carne do sol, um dos pratos do médio sertão, é resultante do processo mais antigo de conservação dos alimentos – a adição do sal” (SERGIPE, 2010, p. 19). Ela pode ser assada ou frita na manteiga de garrafa e servida com pirão de leite, feito com leite, margarina ou manteiga e farinha de mandioca. Pode ainda ser servida com macaxeira cozida.

6.5 A ILHA MEM DE SÁ E SUA COMUNIDADE

A comunidade Mem de Sá corresponde a um povoado de Itaporanga D'ajuda, cujo município apresenta cerca de 30.419 habitantes e faz parte do Estado de Sergipe, com cerca de 739,922 km² de área (IBGE, 2011). A história do município teve início com o grupo indígena liderado pelo cacique Surubi que chegou com seu povo à procura de melhores condições de vida. Lá chegando, batizou o rio que acompanhava o adensamento florestal de Irapiranga que mais tarde os portugueses rebatizaram de Vaza Barris (ITAPORANGA D'AJUDA, 2010).

O povo de Surubi, na localidade, chamou de Itaporanga vocábulo de origem Tupi que pode ser traduzido por pedra – bonita (*ita*=pedra,

poranga=bonita). A Ilha Mem de Sá é um povoado pertencente a este município, localizado em uma Ilha fluvial do Rio Paruí, afluente do Rio Vaza Barris.

Apesar do clamor pela existência de um potencial turístico, a localidade ainda não está estruturada para receber turistas, embora exista um fluxo de visitantes, especialmente nos fins de semana. São poucos os bares ou restaurantes que prestem serviço de forma regular durante a semana, para isso é necessário um contato prévio a fim de que a alimentação seja providenciada. Os visitantes advêm do entorno da Ilha, predominantemente brasileiros, na maioria das vezes pesquisadores e estudantes, exceto no evento da Festa do Caranguejo, que atrai pessoas de vários municípios sergipanos, bem como visitantes de outros estados. A Festa do Caranguejo tem um apelo gastronômico na sua origem, mas atualmente tem o perfil de um evento comercial com bandas de música de outras localidades.

A Ilha é composta por aproximadamente 75 famílias que sobrevivem da pesca e do aproveitamento de alguns produtos a exemplo do coco, entretanto, é a captura de mariscos e de peixes sua principal atividade econômica que garante o sustento das famílias. Esta prática se desenvolveu ao longo dos anos e é impregnada de “saberes ambientais” que merecem e precisam ser preservados.

A comunidade da Ilha Mem de Sá possui em suas práticas econômicas forte interação com a natureza. A extração de recursos naturais constitui a base de sua fonte de renda, o que ocorre desde o início da ocupação deste território.

As mulheres da comunidade possuem uma grande expressão social na Ilha e estão intimamente ligadas às discussões de melhorias e transformações da realidade por elas enfrentadas. No entanto, retratando o ambiente pesqueiro, as lideranças das famílias exercem poderes de forma diferenciada. No tocante à divisão social do trabalho, “a pesca apresenta-se como atividade tipicamente masculina, enquanto

a mariscagem (a pesca e cata ou descarte dos mariscos) é atividade predominante das mulheres” (ARAGÃO; CURADO; SOUZA, 2010, p. 9), destacando-se como objeto da mariscagem a captura de caranguejo aratu (*Goniopsis cruentata*). De acordo com os referidos autores, 63,6 % do cônjuge do chefe da família por eles entrevistados se intitulam marisqueiras.

O mesmo estudo indicou que a atividade pesqueira na Ilha é realizada principalmente em canoas motorizadas, mas o uso de transportes a remo ainda existe. O desembarque dos pescados acontece nos pequenos portos espalhados ao redor da Ilha.

A variedade de espécies capturadas pelos pescadores da Ilha inclui peixes, crustáceos e moluscos (Quadro 1), que se configuram, também, como fontes de proteínas da população local. Vale ressaltar que a variedade de espécies citadas não é de exclusividade da localidade e podem ser encontradas em várias partes do litoral brasileiro.

Quadro 1: Variedade de espécies capturadas pelos pescadores da Ilha Mem de Sá.

Nome popular	Espécie
Carapeba	<i>Diapterus rhombeus</i>
Robalo	<i>Centropomus paralellus</i>
Tainha	<i>Mugil curema</i>
Vermelha	<i>Lutjanus sp.</i>
Caranha	<i>Lutjanus griseus</i>
Aratu	<i>Goniopsis cruentata</i>
Camarão	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller)
Caranguejougá	<i>Ucides cordatus</i>
Siri	<i>Callinectes sp.</i>
Sururu	<i>Mytella sp.</i>
Ostra	<i>Crassostrea rizophorae</i>

Fonte: Adaptado de Junior, I. P. S. et al, 2010.

6.6 GASTRONOMIA DA COMUNIDADE E O ECOTURISMO

Uma das propostas do presente estudo foi a identificação dos produtos gastronômicos da comunidade da Ilha Mem de Sá, indicados pela população como representantes da sua identidade cultural, observando a relação entre os saberes e os fazeres da referida comunidade insular.

A partir das entrevistas com as moradoras, as “cozinheiras”, percebe-se que a base dos pratos considerados típicos está em consonância com os dados do quadro 1. Está fundamentada no aratu, crustáceo advindo dos manguezais na Ilha e no entorno, em peixes como a tainha comum nos estuários arraia, robalo, vermelha e carapeba – ambos marinhos. É possível afirmar que os pratos típicos da Ilha estão intimamente ligados à pesca artesanal, principal fonte de renda e que faz dos “frutos do mar” a base da alimentação da comunidade (Quadro 2).

Quadro 2 : Variedade de pratos típicos e iguarias da Ilha Mem de Sá.

Categorias	Variedade
Pratos Típicos	Feijão de Coco Tainha ao forno Ensofado de aratu Moqueca de arraia moqueada Moqueca de peixe Moqueca na folha Fritada de aratu Moqueca de peixe moqueado
Iguarias Regionais Doces	Doce de goiaba em calda Bolachinha de goma Mudinha Baba de moça Goiabada caseira Cocada cortada
Iguarias Regionais salgadas	Tortas Pastéis
Frutas	Caju, mangaba, coco, goiaba, acerola, banana, tamarindo, maracujá, cana, jenipapo, jaca, seriguela, e a manga encontrada em maior quantidade.

Fonte: Os autores – Inventário Gastronômico (2011).

A categoria iguarias salgadas – pastéis e tortas – não compuseram a inventariação, pois não foi identificada como uma prática frequente e tradicional daquela população. Mesmo fazendo uso de produtos locais para os recheios, um número mínimo de pessoas costuma produzi-las, geralmente em período de festa. Dentro das variedades citadas, os demais pratos são produzidos pelas diversas famílias.

O feijão de coco é um dos pratos favoritos dos moradores da Ilha. De composição simples, leva apenas feijão, coco e sal. É consumido em qualquer época do ano, mas é no período da semana santa que ele ocupa lugar em todas as mesas da comunidade. Pode ser acompanhado por ostra assada, aratu, caranguejo e siri cozidos e o molho vinagrete. A maioria prefere comê-lo com moquecas ou ensopados. Uma curiosidade sobre este prato é que originalmente ele era produzido com açúcar e uma leve pitada de sal, no entanto, hoje a maioria da população prefere sem o açúcar, apenas com o sal.

A tainha é o peixe encontrado em maior quantidade na região e pode ser preparada das mais diversas maneiras. Além de assada ao forno, pode ser frita, grelhada ou sob a forma de moqueca. O aratu é o crustáceo mais abundante e que se transforma no tradicional ensopado, apreciado por moradores e visitantes. Com a mesma base de temperos utilizados para a moqueca de peixe e o ensopado de aratu, que são cebola, tomate, coentro, extrato de tomate, além do leite de coco, é possível fazer outros ensopados, a exemplo do siri, caranguejo, sururu ou ostra.

A moqueca de peixe é uma das iguarias eleitas por aqueles que vivem na comunidade e que reconhecem nos seus hábitos alimentares um pouco da sua história. A moqueca de arraia moqueada é outro prato local que difere da moqueca anterior pela prática do moquém, técnica indígena que em 1558 já era retratada. De acordo com Jean de Lary, apud Cascudo (2004: p. 86), a técnica envolve a construção de uma grelha de madeira a partir de forquilhas de pau enterradas profunda-

mente, “enquadradas à distância de três pés e a altura de dois pés e meio; sobre elas assentam varas com uma polegada ou dois dedos de distância uma da outra”. Sugere-se ainda acender o fogo lento e baixo, sem gerar fumaça.

De uma forma menos elaborada que a relatada por Cascudo (2004), a comunidade acende um fogo simples, com três ou quatro blocos ao redor para que possa apoiar a grelha. Após a formação da brasa o peixe que está devidamente limpo e temperado apenas com sal, é colocado sobre a grelha para moquear. Há ainda os que dispensam o uso da grelha e fazem o moquéim diretamente sobre as brasas, mas em ambas as formas existe a preocupação de não produzir fumaça em excesso.

Para transformá-lo em moqueca, o peixe que foi moqueado é ligeiramente lavado, colocado em uma panela juntamente com os temperos e o leite de coco, misturando-os continuamente para não empelotar. As moradoras ressaltam que tanto a moqueca de peixe tradicional quanto a moqueada podem ser preparadas com peixes variados: arraia, tainha, vermelha, robalo, entre outros.

Muito procurada como tira gosto, a moqueca na folha é um dos pratos de maior expressão na Festa do Caranguejo, realizada pela comunidade todos os anos no mês de dezembro. A moqueca de aratu ou de peixe pequeno é feita de forma mais seca, para que possa rechear a folha de bananeira ou patioba. Depois as extremidades são amarradas com folha de pindoba, dando um formato de bala e são levadas para assar na grelha. De origem indígena, a moqueca na folha foi citada por Cascudo (2004, p. 150) como “descendente direta da técnica quinhentista, com as alterações que o tempo foi sugerindo”.

A fritada de aratu é mais um dos pratos que compõe a tradição alimentar da comunidade. Seu recheio pode ser substituído por siri, caranguejo, ostra ou sururu.

Ao se analisar a comunidade Mem de Sá sob a ótica dos avanços tecnológicos, econômicos e políticos, é possível perceber que certas

práticas e tradições continuam sendo mantidas, preservando o que se pode chamar de identidade cultural, porém não de modo inflexível, intocável, mas de forma aberta à própria dinâmica da cultura, sem perder suas características.

O fogão a gás pode ser utilizado como exemplo, pois o uso do mesmo trouxe maior agilidade e comodidade às moradoras. Contudo, o hábito de utilizar o fogo à lenha ainda existe, embora em menor proporção, e mesmo assim, promovendo a manutenção da tradição e também, de certa forma, uma economia doméstica. Outro caso, é o uso de utensílios como a panela de barro e os tachos para fazer doces, que apesar de terem cedido um maior espaço para as panelas convencionais de alumínio, ainda sobrevivem. De fato, o que se pode observar é que independente do utensílio ou da forma utilizada para se extrair o calor e promover a cocção, a técnica de preparo dos alimentos permanece a mesma.

Há também aspectos gastronômicos próprios, inseridas no modo de vida local. Durante o diálogo mantido com as entrevistadas foram observados modos peculiares nas maneiras de preparação dos pratos. São técnicas rústicas, utilizadas pelas “cozinheiras” ao longo da vida, repassadas de geração em geração ou até mesmo apreendidas durante o trabalho “em casas de família”.

Por mais simples que possa parecer, cada nova informação adquirida ajudou a compreender melhor o cotidiano dos moradores da Ilha. As singularidades pertinentes à preparação dos pratos surgiram aos poucos, e a cada visita foi possível granjear dados para a pesquisa.

A entrevistada Maria Domingas, mais conhecida como Dona Pequena, explicou que cozinhar na panela de barro “dá um outro sabor a comida”. Para a moqueca de arraia ela possui uma dica importante para que fique com um sabor agradável: quando a arraia preparada está fresca ela não deve levar cominho, pois o condimento altera o sabor. Esta prática foi confirmada por outras entrevistadas no que se refere a

qualquer tipo de peixe fresco, acrescentando ainda que o alho também é outro tempero evitado nos peixes frescos da Mem de Sá. Ao contrário das moquecas de muitas regiões, que sob a influência da culinária baiana fazem uso do azeite de dendê, as cozinheiras da Ilha preferem usar o colorau (urucum industrializado) e o extrato de tomate para dar sabor e coloração ao prato.

Vicentina dos Santos é uma alagoana que vive há 14 anos na Ilha. Sua adaptação ao modo de vida local e aos hábitos alimentares da Mem de Sá são comentados não só por familiares, mas por outros membros da comunidade. As técnicas aplicadas foram aprendidas com a sogra e a cunhada. Sobre o feijão de coco, comenta a entrevistada que a chegada da energia elétrica trouxe mais comodidade e agilidade no preparo dos alimentos, pois o uso do liquidificador contribuiu para isso, mas nada comparado ao sabor do feijão amassado no pilão.

Dona Maria Leda Pinto conta que antigamente o fato de tudo ser feito à lenha, não impedia que determinados pratos fossem produzidos. A fritada de aratu, por exemplo, que possui como recheio este crustáceo e uma massa feita à base de clara de ovos batida em neve, era despejada em uma frigideira, depois tampada e levada ao fogo. Para que ela ficasse assada, a tampa também era coberta com brasas.

A moradora Elenildes Cardoso relata uma forma diferente de moquear os peixes. É necessário fazer uma fogueira de coco seco para assá-los. São cocos que não se desenvolveram e que secam naturalmente no coqueiro e depois caem, e a comunidade costuma dizer que estes são os cocos que “pecam”. Após formação da brasa, colocam-se os peixes sobre a grelha. Relembra também e entrevistada que na época em que era criança, devido às condições precárias vividas pela população, a existência de muitas “verduras” era desconhecida: “o povo nem conhecia batatinha, se plantava muita batata doce, inhame e macaxeira”. Os temperos eram pouco utilizados, mas tinha o cominho em sua forma bruta, além de alho e cebola, e para dar a pigmentação averme-

lhada na comida recorriam ao “açafior” (urucum), que era posto na água morna para liberar a tinta que depois era adicionada à moqueca. Atualmente, se faz uso do corante industrializado.

Em uma das entrevistas, dialogando com Maria Ramos, consagrada na Ilha por seus doces, a dona Mariazinha, como é mais conhecida, enfatiza que se durante o preparo do doce de goiaba chegar alguém de “sangue ruim”, o doce começa a pular na panela e fica difícil dar o ponto certo. Essa é uma das superstições que fazem parte da cultura dos moradores da Ilha que, sem nenhuma outra explicação científica, é disseminada para os filhos, netos e bisnetos.

Dona Mariazinha também utiliza outras matérias-primas para fazer os seus doces, a exemplo do leite e da banana, mas foram as cocadas de diversos tipos, principalmente a mudinha, uma cocada de formato arredondado, feita com coco cortado em pequenas tiras, que a ajudaram durante muitos anos a complementar o sustento da família, por meio da sua comercialização. Hoje, aos 64 anos e já aposentada, costuma apenas prepará-los para o consumo familiar.

Além dos doces, dona Mariazinha também é reconhecida na comunidade por fazer as famosas bolachinhas de goma, prática que foi alterada, pois com o fechamento da casa de farinha não era mais possível extrair da mandioca o polvilho doce ou tapioca, como é mais conhecida a matéria-prima das bolachinhas. Saudosa da época em que produzia as bolachinhas, afirma que costumava assá-las no fogo à lenha. Para isso, colocava três blocos no chão, fazia o fogo no centro e quando este estivesse aceso, mas com poucas chamas, colocava uma espécie de latão e a fôrma com as bolachas sobre ele. A preocupação com a questão da intensidade do fogo se deve ao fato de que com o fogo alto a bolachinha poderia adquirir um aspecto de assada rapidamente, mas por dentro continuaria crua.

No decorrer da pesquisa de campo foi perceptível a questão da manutenção das tradições da comunidade. Um povo que embora não seja

detentor de grandes teorias acerca do que seja patrimônio cultural, identidade cultural, na prática faz uso dos seus conceitos e consegue se reconhecer nas suas tradições folclóricas, religiosas ou gastronômicas. Eles compartilham entre si histórias, valores e costumes, alguns desses últimos com alterações sofridas, como o uso do fogão a gás, ao invés do fogo à lenha, o uso do liquidificador ao invés do pilão ou a panela de alumínio em substituição à panela de barro, o que não descaracteriza a essência das suas práticas. Ao contrário, isso destaca o caráter dinâmico da cultura, como expõe Viertler (1999), e a atividade turística que poderia enriquecer sua prática, desvelando essas modificações ou proporcionando vivências gastronômicas nos moldes anteriores.

No questionamento inicial sobre a relação entre o patrimônio gastronômico e as possibilidades com o Ecoturismo proposto para a localidade, observou-se que os pratos típicos, aliados a melhorias na apresentação, integrando cuidados com a higiene e conservação dos alimentos, permitem agregar valor aos serviços oferecidos na Ilha.

A gastronomia é um patrimônio cultural, elemento marcante na identidade cultural, uma ação que liga a comunidade a sua história. E a presença do turismo pode contribuir também para esta preservação, quando incorpora aos seus roteiros e nas atividades práticas de vivências, o saber fazer da comunidade, que pode ser representado na confecção de uma rede de pesca, na produção dos pratos oferecidos que enriquecem a experiência do visitante e dos próprios moradores. A geração de material ilustrado sobre essa história e as receitas, produzidas em coautoria com os moradores da Ilha, permitem valorizar e materializar a cultura local. Outra estratégia interessante seria proporcionar a experiência ao turista na elaboração e degustação de pratos à moda antiga, associadas ao cotidiano e história local.

No âmbito dos eventos que envolvem manifestações culturais e religiosas, a gastronomia está presente e uma das possibilidades para uma experiência ao visitante seria a Festa do Caranguejo, que

poderia ter um momento de resgate da sua origem, que congregava moradores e parentes visitantes, numa prática de cata do caranguejo, preparo e consumo.

Um desejo evidenciado pela comunidade no processo de planejamento participativo e que se enquadra nesses moldes anteriores de vivência é a reativação da casa de farinha, importante para o produtor rural, pois o cultivo da mandioca seria resgatado e com ele a obtenção de outros produtos derivados, como a própria farinha, alimento imprescindível na mesa do nordestino, a puba e a tapioca (matéria-prima das bolachinhas de goma). Ao turista seria proporcionado conhecer de perto como e onde se produz a farinha, ver o local onde o homem do campo, tal qual um alquimista, promove a transmutação dessa raiz, fazendo uso de técnicas que lhe foram transmitidas de geração em geração, sedimentadas com o passar dos anos e que exigem a colaboração de vários membros da família para a execução, desde o plantio, à colheita, raspagem, lavagem, e o ralar das raízes, enfim todo o processo existente na fabricação da farinha. Há ainda a integração entre os moradores, pois a casa de farinha é de uso coletivo.

Outro exemplo é o coco, fruto, comercializado pelos moradores da Ilha nas feiras, geralmente para ser ralado e utilizado na culinária, no entanto a água de coco é raramente oferecida aos visitantes e é muito apreciada pelos turistas em toda a região Nordeste do Brasil. A produção de artesanato vinculado ao coco não é algo típico na localidade, entretanto pode-se consolidar uma produção artesanal nesse sentido, como forma complementar de renda. A manga é a fruta mais comum na Ilha e pode ser melhor utilizada, através sucos e doces, aproveitando as iniciativas e apoio da própria Embrapa Tabuleiros Costeiros que busca incentivar essa produção local, além do cultivo de quintais, visando à diversificação e melhoria da qualidade nutricional dos moradores.

As atividades do Ecoturismo também podem servir como forma de resgate dos saberes tradicionais, utilizando como recurso, “mediado-

res culturais”, no sentido de Russo (2005), advindos da própria comunidade para servirem como condutores locais. Essa prática que está sendo implantada na Ilha já teve o seu primeiro grupo de monitores locais formado.

Todas estas práticas devem ser direcionadas a preservar o saber fazer das pessoas da Ilha, e transmiti-lo às gerações futuras, mantendo o comprometimento com um desenvolvimento local. Esta relação precisa envolver a comunidade em um contexto de integração, desenvolvimento, manutenção e preservação dos recursos naturais e culturais, visando ao beneficiamento da mesma e de suas atividades econômicas.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ecoturismo se configura como uma modalidade que se enquadra no anseio da comunidade da Ilha Mem de Sá, que deseja se abrir para esta atividade, mas de uma maneira que seus costumes, hábitos, tradições e tranquilidade ainda sejam mantidos. A possibilidade de reunir conhecimento nativo como atrativo turístico proporcionaria à comunidade e aos visitantes o compartilhamento de informações e experiências.

A singularidade da Ilha Mem de Sá está associada a vários fatores no espaço e tempo: aspectos naturais de uma ilha fluvial, litorânea, com entorno de manguezais e áreas rurais; cenário rural; presença de uma comunidade com saberes e fazeres ligados à pesca artesanal, que vive em certo distanciamento do centro urbano do município de Itaporanga D’Ajuda; proximidade de um atrativo turístico recente de Aracaju, a Orla Pôr do Sol; problemas comuns de saúde, educação e acesso a serviços; conflitos inerentes ao convívio entre diferentes crenças religiosas; interesses distintos entre as diferentes faixas etárias; e perspectivas escassas de oportunidades de trabalho e renda para jovens.

A gastronomia na Ilha Mem de Sá se integra aos aspectos citados, aliando-se aos recursos pesqueiros existentes, ao modo de fazer os pratos como herança, que remonta uma regionalidade e influências portuguesa, indígena e africana, adaptadas aos utensílios domésticos disponíveis e possíveis em função do acesso à energia elétrica.

Em suma, uma série de considerações sobre a gastronomia da Ilha pode ser levantada: é um elo entre o novo e o antigo; são possibilidades de oferecer renda aos moradores e o desejo dos visitantes de terem experiências gastronômicas e aquisição ou troca de conhecimentos; a necessidade de manter hábitos e a de incorporar técnicas e procedimentos para atuar no Ecoturismo devem ser também considerados, além da história pessoal e da identidade da comunidade associadas às formas e alimentação.

REFERÊNCIAS

ABRIL COLEÇÕES. **Sergipe e Piauí**. São Paulo: Abril, 2009. (Coleção Cozinha Regional Brasileira. v. 17).

ACOSTA, E. Z.. Sobre patrimonio y desarrollo. Aproximación al concepto de patrimonio cultural y su utilización en procesos de desarrollo territorial. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 9 (1), 2011, p. 101113. ISSN 16957121. Disponível em: www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0111_09. Acesso em 10/03/2011.

ARAGÃO, M. C. O.; CURADO, F. F.; SOUZA, R. M. **Relações socioambientais na comunidade pesqueira Mem de Sá, Sergipe**. 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/.../GT1226520100830220543.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2010.

ARÉYZAGA, E. M. Entre la vocación turística y la devoción. Percepciones sociales del patrimonio cultural en un contexto turístico. El caso de Malinalco, Estado do Mexico. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 9(1), 2011. p. 115127. ISSN 16957121. Disponível em: www.pasosonline.org/Publicados/.../PS0111_10. Acesso em 10/03/2011.

BENI, M.. **Análise estrutural do turismo**. 9 ed. São Paulo: Ed. Senac. Brasil. Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de segmentação. Brasília: Ministério do Turismo. Brasil. Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. **Manual do Pesquisador Inventário da Oferta Turística**: instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CARNEIRO, H . **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASCUDO, L. da C . **História da alimentação no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2004.

CET. Centro de Excelência em Turismo – UNB. **Congresso de Gastronomia atinge nível científico**, 2010. Disponível em: http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1434:congressodegastronomiaatingenivelcientifico&catid=33&Itemid=100011. Acesso em: 15/08/2010.

CORSI, R.. **Antropologia e História da Gastronomia**, 2011. Disponível em: <http://www.scribd.com/.../AntropologiaeHistoriaDaGastronomia> UniFMU. Acesso em: 14/06/2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Ecoturismo e os hóspedes da natureza, IN: BARRETO, M.; TAMANINI E. (Orgs.). **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 3559.

CÓRNER, D. M. R. A.. Gastronomia Étnica no Turismo Gaúcho. **Revista Eletrônica – Unisantos**. 2004. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=1>. Acesso em 15/8/2010.

COSTA, E. R. C.. Gastronomia: uma sedução para o turista. **Revista Virtual Partes**. ISSN 16788419. 2008. Disponível em: <http://www.partes.com.br/turismo/gastronomico/gastronomia01.asp>. Acesso em: 25/04/2010.

CURADO, F. F. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE**. Macroprograma 6. Aracaju SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

FRANCO, A.. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

FENNELL, D. A.. **Ecoturismo**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FURTADO, F. L. A.. Gastronomia como Produto Turístico. **Revista Turismo**. 2004. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/gastronomia.html>. Acesso em: 15/08/2010.

GRECHINSK, P. T.; CARDOZO, P. F.. A gastronomia eslava em Irati como possibilidade de atrativo turístico. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. ISSN 16957121. v. 6, n. 2, 2008, p. 361375.

HONÓRIO, E.; BARROS, M.. Turismo, Cultura e Identidade: O Caso de Guassussê. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003, p. 153158.

HORTA, M. L.. 2009 **Educação Patrimonial**. [S.l.: s. n.]. Disponível em: <http://stoa.usp.br/biacavalcanti/files/616/4128/Educa%C3%A7%C3%A3%20patrimonial.doc>. Acesso em: 28/10/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itaporanga d'Ajuda – SE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?r=2&codmun=280320>. Acesso em 14/06/2011.

ITAPORANGA D'AJUDA. Prefeitura Municipal. **2010 A Cidade**. Disponível em: <http://www.itaporanga.se.gov.br/>. Acesso em: 12/10/2010.

JUNIOR, I. P. S.; SANTOS, B. A. C. CURADO, F. F.; ARAUJO, A. R. R.. Gestão dos recursos pesqueiros: em busca da sustentabilidade da pesca artesanal no povoado Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda – Sergipe - Brasil. In: **1º Congresso em Co-Innovación de Sistemas Sostenibles de Sustento Rural**, 2010.

LEAL, M. L. M. S.. **A História da Gastronomia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

MARTINS, C.. Identidade: percepção e Contexto, In: MARTINS C. (Org.) **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003, p. 3948.

NEVES, B. A. de C.. Patrimônio Cultural e Identidades. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003, p. 4961.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Inventário Cultural**, 2010. Disponível em: <http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>. Acesso em: 07/01/2011.

RUSSO. C.. R. Comunidades tradicionais e preservação cultural por meio do Ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN Z. (Orgs.) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri SP: Manole, 2005.

SCHLÜTER, R. G.. **Gastronomia e Turismo**. Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

SEGALA, L. V. Gastronomia e Turismo Cultural. **Revista Turismo**, 2003. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/gastronomia.html>. Acesso em: 15/08/2010.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento, habitação e do desenvolvimento Urbano – SEPLAN. **Sergipe Gastronômico: Guia Gastronômico dos territórios Sergipanos**. Aracaju SE: Seplan, 2010.

SERRANO, C. M. de T. O “produto” ecoturístico. In: ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Turismo, como aprender, como ensinar**, 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 27/02/2013.

VIERTLER, R. B.. A idéia de sustentabilidade cultural: algumas considerações críticas a partir da Antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Orgs.). **Cultura e Desenvolvimento. A sustentabilidade cultural em questão**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, 1999, p. 1737.

WEN, L.. **Culinária sergipana tem dialeto próprio**, 2008. Disponível em: <http://futibar.blogspot.com/2008/03/culinriasergipanatemdialeto-prprio.html>. Acesso em: 26/05/2011.

CAPÍTULO 7

SABER TÉCNICO E SABERES LOCAIS PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O PATRIMÔNIO NATURAL NA ILHA MEM DE SÁ, EM SERGIPE

Livia Carolina de Andrade e Silva
Claudio Roberto Braghini



7.1 INTRODUÇÃO

No cenário mundial, o turismo apresenta como requisito para atendimento de suas necessidades o uso do território, o controle e sua apropriação. Desta maneira, a busca por áreas naturais com potencialidades para essa atividade, como é o caso das áreas litorâneas, sobretudo do nordeste do país, exige escalas mais amplas de produção. Novos espaços são alvos de grandes empreendedores turísticos que visam ao uso e controle dos recursos naturais. A valorização das zonas litorâneas faz com que esses territórios sejam facilmente transformados em alvos de expansão dos negócios turísticos, o que ocasionam impactos diversos, dentre eles a destruição de ambientes naturais para a implantação de projetos turísticos (BECKER, 1995).

Boa parte do cenário do litoral brasileiro evidencia sinais do turismo sem planejamento, implicando conflitos socioambientais que envolvem diversos atores, com maior poder político e econômico, até aqueles que perdem o direito de usar o território, seja para o lazer ou como substrato de vida (SILVA; SOUZA, 2011).

Conforme Aragão (2011), a apropriação irregular de áreas públicas e a intensa ocupação e uso dos recursos naturais são sérios problemas na Zona Costeira que, além de comprometer a manutenção das paisagens naturais, põem em risco a sobrevivência das comunidades tradicionais ou tradicionalmente estabelecidas.

Neste contexto, onde as relações de poder são contraditórias e desiguais, o Ecoturismo surge como alternativa de desenvolvimento consciente, na perspectiva de um turismo alternativo ou de turismo sustentável (FENNELL, 2002; BRASIL, 2008; RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

Em sua essência, o Ecoturismo é uma atividade que tem como estratégia a conservação ambiental e o beneficiamento socioeconômico das populações locais, considerando-se os princípios da sustentabilidade (PIRES, 2002; KREG; LINDBERG, 1996; FENNEL, 2002; BRASIL, 2008; MITRAUD, 2003). Ao ser abordado sob um caráter participativo, ou de base comunitária, apresenta-se alicerçado no cotidiano das pessoas que mantém uma relação direta com o ambiente e com os sujeitos que promovem e renovam o sentido de comunidade e pertencimento (IRVING, 2009). Dentre os desafios de sua prática e a garantia de continuidade está a gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis galgadas em um processo contínuo de comprometimento e aprendizagem (MEYER, 1991).

Segundo Macedo (2011), o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC) é um aliado para o processo de construção e desenvolvimento da população autóctone, já que este se sustenta sobre a diversidade das culturas e sobre as expressões da vida humana. Sendo assim, é de fundamental importância levar em consideração as atividades realizadas pelos mesmos e considerar a utilização do meio ambiente natural a seu favor para o desenvolvimento da atividade ecoturística alicerçada em sua premissa mais fundamental, a sustentabilidade.

Coriolano (2006, p. 374) reconhece o Turismo de Base Comunitária como “uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação

ambiental e a resignificação cultural”, e ao mesmo tempo, aponta o turismo comunitário como uma estratégia de sobrevivência e forma de resistência das comunidades nos espaços onde se desenvolve, numa perspectiva de se reduzir a desigualdade social.

No contexto da preservação, Delphim (2005) afirma que o patrimônio natural assegura ao homem a possível fruição dos recursos naturais, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização. Além disso, possibilita o exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, fornecendo chaves para a proteção sinérgica de formações naturais significativas, em conjunto com comunidades faunísticas, florísticas, humanas e “sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser convertidos pelo homem ao mundo natural” (DELPHIM, 2005, p. 4).

O modelo de EBC surge no contexto de enfrentamento, em especial, da descaracterização dos territórios de comunidades tradicionais. Atualmente, há iniciativas de desenvolvimento do EBC na Ilha Mem de Sá, em Sergipe, como atividade complementar no processo de desenvolvimento local. A singularidade do local faz com que haja um contínuo aumento no número de visitantes, esportistas, estudantes e pesquisadores de diversas áreas que são atraídos pelas especificidades locais e das paisagens. Estes interesses refletem a importância da preservação de suas potencialidades, além de revelar um leque de possibilidades de sua utilização. Estas características deixam mais evidente a necessidade de elaboração de estratégias de preservação e educação ambiental com caráter participativo e integrador.

Neste sentido, a presente pesquisa buscou fazer uma relação entre o patrimônio natural e o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá. Para tanto, foi descrito o processo de desenvolvimento do EBC na Ilha, identificando as instituições envolvidas

no processo e a resposta da comunidade na gestão local. Além disso, foi feito um levantamento florístico e faunístico e das práticas agropecuárias exercidas na região. Os dados contaram com informações técnicas obtidas através de registros, documentos e análise de campo.

A relação entre os elementos naturais levantados com os possíveis usos pelo EBC foi feita a partir dos relatos da comunidade sobre seu saber-fazer local, seus usos e costumes fortemente integrados aos seus ecossistemas, os quais tornam-se importantes atrativos nesta vertente do turismo. Realizou-se um levantamento do patrimônio natural do ponto de vista técnico, com o preenchimento de fichas adaptadas do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006; 2011), no período de 2012 e 2013, totalizando uma média de 25 visitas a campo; entrevistas, consultas e diálogos com a comunidade, tendo como foco seu modo de vida, seu cotidiano e sua relação com os ecossistemas na prática do EBC. Dentre as entrevistas aplicadas na comunidade, destacam-se os relatos de Sr. Valdemir Narciso Santos, conhecido como Seu Bebê, que demonstra e ilustra o conhecimento popular sobre a dinâmica dos ambientes e a diversidade biológica. Além disso, foram feitos registros fotográficos dos locais inventariados, da fauna e da flora da região.

7.2 A ILHA MEM DE SÁ E O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A caracterização territorial da Ilha Mem de Sá e o papel do Instituto Federal de Sergipe foram discutidos em capítulos anteriores, dessa forma, resgata-se aqui alguns aspectos relevantes para contextualizar o valor do patrimônio natural no Turismo de Base Comunitária em curso.

A Ilha Mem de Sá situa-se numa região estuariana caracterizada por ecossistemas litorâneos como mata atlântica, restinga e manguezal. Possui aproximadamente 2,2 km de extensão, localizada entre

os riachos Água Boa e Paruí, afluentes do Rio Vaza Barris. Aproximadamente 375 moradores (75 famílias) vivem há décadas nesta localidade originada pelo povoamento iniciado por três famílias que, ao longo de várias gerações, estabeleceram uma profunda interação com os ecossistemas locais. A pesca artesanal no estuário do rio Vaza Barris e a agricultura familiar são suas principais atividades econômicas (CURADO, 2009).

Desde a sua ocupação, como forma de subsistência e posteriormente com o incentivo da Embrapa Tabuleiros Costeiros, a comunidade da Ilha Mem de Sá utiliza o modelo de agricultura familiar que pode apresentar características sustentáveis de produção. O preparo do solo é feito manualmente, a adubação normalmente se restringe ao uso de esterco, cobertura verde e resíduos de pescado. Vale ressaltar que a criação de animais, ainda bastante praticada, destina-se exclusivamente ao consumo familiar. As propriedades distribuem-se, em sua maioria, em pequenos lotes que são subdivididos em função da partilha entre herdeiros. Geralmente, em todos os grupos familiares de produção são cultivadas as mesmas espécies de hortaliças e tubérculos, com destaque para a mandioca e a macaxeira. Destas, alguns moradores realizam o beneficiamento no preparo da farinha, tapioca e sequilhos. Há também uma ampla distribuição de coqueiros (*Cocos nucifera L.*) que favorecem o extrativismo da palmácea e o aproveitamento do coco, e mangueiras (*Mangifera indica L.*) que em escala reduzida viabiliza a produção artesanal de néctar de manga.

Ademais, há um espaço agroecológico denominado Sítio Jardim Agroflorestal Tupinambá que se destaca na região por ser um sistema de produção que privilegia a biodiversidade. Este sistema de manejo agroecológico auxilia na conservação e melhoria do meio ambiente, contribui para a recuperação e aumento das áreas verdes e possibilita a produção de alimentos mais saudáveis e seguros. Alguns agricultores familiares encontram-se em conversão agroecológica, que consiste na

transição do modelo de agricultura convencional, com baixa diversificação, para o manejo agroecológico de sistemas de produção que privilegia a biodiversidade.

O Campo Experimental da Embrapa Tabuleiros Costeiros e a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju (RPPN do Caju), margeadas pelos rios Paruí e Vaza Barris, abrangem 910,81ha, que se destinam à conservação de caráter permanente, e desenvolvimento de pesquisas relacionadas à agroecologia e manejo sustentável do uso do solo em ecossistemas agrícolas.

Em 2005, a Embrapa afirma seu papel na viabilização de soluções científicas, tecnológicas e institucionais, com uma perspectiva territorial e participativa no processo de inclusão social, sustentabilidade ambiental e econômica, além de segurança alimentar e nutricional das comunidades em sua área de abrangência. Neste sentido, a Ilha Mem de Sá foi favorecida, dentre outros projetos, pelo macroprograma intitulado “Desenvolvimento participativo da Comunidade Mem de Sá” (CURADO, 2009) e posteriormente pelo “Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá e na Reserva do Caju” (BRAGHINI et al, 2009) elaborado pelo Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (atual Instituto Federal de Sergipe), permitindo maior diálogo entre as instituições e uma maior integração de esforços.

7.3 PATRIMÔNIO NATURAL DA ILHA MEM DE SÁ

Entre as atividades de subsistência desenvolvidas na localidade destacam-se a pesca artesanal, o extrativismo de caranguejos, ostras e maçonins, que se desenvolvem diretamente nos rios e manguezais do entorno da Ilha Mem de Sá.

O pescador artesanal possui um apurado conhecimento tradicionalmente herdado do ambiente natural, como também, com o saber-fazer de seus instrumentos de trabalho. Este, por sua vez, pertence

a uma atmosfera peculiar na qual se coadunam suas relações sociais e o ambiente habitado, e estes elementos compõem o cenário de sua própria existência (ARAGÃO, 2011).

Segundo Valencio e Martins (2004), para compreender o modo de vida dos pescadores artesanais é necessário compreender seu trabalho em sintonia com o ritmo da natureza e não exclusivamente por desígnios diretos das relações sociais. No entanto, o saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade torna-se condição *sine qua non* para a existência do próprio pescador. Nesse sentido, Aragão (2011) cita a fala do Seu Bebê, pescador artesanal:

A gente pensa que o peixe não tem experiência, mas ele tem. Por que é que pescador tem a experiência de pegar o peixe naquele horário? É porque naquele horário também ele vem procurar o que comer. É como a gente, tem a experiência de pescar ele naquele horário (ARAGÃO, 2011, p. 69).

Como já foi dito em capítulos anteriores, a comunidade da Mem de Sá vive basicamente da pesca artesanal e da mariscagem, e é a partir dos saberes herdados que são edificadas as noções de pertencimento a um patrimônio real (rio, manguezal, instrumentos de trabalho) e a um patrimônio imaterial (histórias, cantos, danças, festas, ritos, etc). Aragão (2010) afirma que o conjunto desses elementos configura uma lógica de sobrevivência singular, a qual deve ser analisada por seus fundamentos e a partir de seus sujeitos.

Durante o curso de Capacitação de Condutores Locais, promovido pelo IFS e Embrapa Tabuleiros Costeiros, os participantes representaram espacialmente seu conhecimento relativo aos ambientes que compõem a Ilha, bem como a presença e distribuição da flora e da fauna (Figura 1).

Figura 1 A e B: Mapas pictóricos da Ilha Mem de Sá com distribuição da fauna e da flora.



Fonte: acervo GPTEC-IFS, 2010.

O MANGUEZAL

Pela definição clássica de Schaeffer-Novelli (1995, p. 64), o manguezal constitui-se um “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés.” Em sua abrangência encontram-se espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), além de micro e macroalgas (criptógamas) que são adaptadas à flutuação de salinidade. Estas são caracterizadas por colonizarem sedimentos predominante-

mente lodosos, com baixos teores de oxigênio. Esse ecossistema ocorre em regiões costeiras abrigadas e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais. Desta forma, pode ser caracterizado como um importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços.

O manguezal da Ilha Mem de Sá está situado no estuário do rio Vaza Barris. Para Odum (2004), um estuário (*aestus*, maré) é uma massa de água costeira semi-cercada que tem uma ligação livre com o mar; deste modo, é fortemente influenciado pela ação das marés. No seu interior, a água do mar mistura-se com água doce proveniente da drenagem terrestre. Os estuários podem ser considerados zonas de transição ou ecótonos entre os habitats de água doce e marinho, embora muitas de suas características físicas e biológicas não sejam de transição, mas sim, específicas.

A ocorrência de manguezais no estuário do rio Vaza Barris está associada à planície de maré (fluviomarinha) de idade geológica recente (Holoceno). Seus rios percorrem terrenos de baixo declive e sofrem a ação das marés semidiurnas que ao vencerem a corrente fluvial a partir da foz sobem em caudal contínuo penetrando nos afluentes e elevando o nível das águas. Na extensão do estuário, o total dos espaços ocupados pelo ecossistema manguezal atinge 59,37 km² com predominância da espécie *Rhizophora mangle* que se desenvolve nas margens estuarinas dos rios e nas ilhas e ilhotas, até o limite da intrusão salina (SANTOS; FONTES, 2008).

Odum (2004) classifica o estuário como um sistema duplo com bom equilíbrio entre os componentes físicos e bióticos e, conseqüentemente, com elevada taxa de produtividade biológica. Do ponto de vista humano, ainda afirma:

Os estuários devem ser considerados como um meio ambiente de múltiplo uso, o que significa que devem estabe-

lecer compromissos entre os usos em conflito, em termos de bem-estar do conjunto. Uma vez que num estuário todos (homens e organismos) vivem a jusante dos demais, qualquer modificação ou poluição num ponto afeta pontos distantes em ambas as direções da maré e mesmo no mar adjacente. Consequentemente, o ecossistema inteiro do estuário deve ser estudado, controlado, ordenado, zonado, e regulados os usos humanos, em termos do conjunto. De outra forma os estuários não escaparão à tragédia das coisas comuns (ODUM, 2004, p. 578).

Os pescadores artesanais, por possuírem um estreito laço com o meio ambiente, adquirem uma aguçada sensibilidade de perceber o funcionamento dos ecossistemas locais, desenvolvendo saberes imprescindíveis para o sucesso do trabalho. O saber acerca dos manguezais como ambiente intimamente associado à produtividade biológica animal procede, em sua maior parte, das comunidades de pescadores. Deste modo, a pesca em estuário está intimamente relacionada à dinâmica dos manguezais. Na Mem de Sá, “o manguezal tem grande relevância no tocante a diversidade dos construtos sociais, como também, para a manutenção da diversidade ecológica” (ARAGÃO, 2011, p. 69). Estes pescadores artesanais distinguem as características dos tipos de mangue e reconhecem os atributos, as classificações e as funções de cada um.

Na Ilha Mem de Sá, constata-se a predominância das espécies de Mangue Vermelho (*Rhizophora mangle*), Mangue Branco (*Laguncularia racemosa*), Mangue Siriba (*Avicenia schaueriana*) e Mangue de Botão (*Conorcapus erectus*). O Mangue Vermelho ou Mangue Sapateiro (*Rizophora mangle*) é uma espécie típica de manguezal. Possui esse nome, porque quando sua casca é raspada, apresenta uma coloração avermelhada típica da espécie (Figura 2).

Figura 2: Presença de Manguê Vermelho (*Rizophora mangle*) ao longo do canal de manguezal, no entorno da Ilha Mem de Sá.



Crédito fotográfico: Bruno Almeida, 2012.

O Manguê Vermelho apresenta estrutura bastante ramificada com média de 6m de altura. As folhas são opostas, simples, ovaladas, com 12 cm por 5 cm, pecíolo relativamente curto com cerca de 1 cm de comprimento (LAMBERTI, 1966). A espécie reproduz-se através de sementes (propágulos) que germinam ainda presas à planta-mãe. As características morfológicas do Manguê Vermelho (*Rizophora mangle*) são bem conhecidas pela comunidade da Ilha, assim como, as adaptações e usos, e as normas de restrição.

O casco dele é bem vermelho e a madeira dele fica toda vermelha. Você tira uma peça dele... aí bate... Tira aquela casca... Ele fica todo vermelho. Fica bonito mesmo. O manguê vermelho ele cria "hasta". Mas ele já tem uma quantia de raiz. Bota uma pra lá... bota uma pra cá... Que a segurança dele é ali, naquela raiz. Eu acho que ali é a segurança da natureza mesmo dele. É um manguê duro. É forte, a madeira. Antigamente o pessoal tirava. Mas quando a lei foi vigorada, aí não pode (Seu Bebê, morador da comunidade Mem de Sá, setembro 2013).

O Mangue Branco (*Laguncularia racemosa*) pode atingir 12 metros de altura e diâmetro do tronco de 30 centímetros (COSTA, 2010). Suas folhas são opostas, simples, elípticas com 10 cm por 4 cm, pecíolo com 2 cm de comprimento e com duas glândulas colocadas em disposição oposta na sua porção distal (Figura 3).

Figura 3: Mangue Branco (*Laguncularia racemosa*) em manguezal na Ilha Mem de Sá.



Crédito fotográfico: Bruno Almeida, 2012.

É comum o mangue branco ramificar-se muito a curta distância do solo, assumindo um aspecto tipicamente arbustivo. Apresenta um sistema radicular pouco profundo, não ultrapassando 0,3m; as raízes laterais estão em disposição radiada atingindo cerca de 4 m de extensão (LAMBERTI, 1966).

Tem muita diferença do Mangue Branco pro Sapateiro quanto à folha, a fruta e a madeira. Porque o Mangue Branco ele cresce assim... como esses pés de arvores aí. Ele vai linheiro. Aí quer ver lugar de Mangue Branco grande e bonito? Suba aí nessa cabeceira do rio Vaza Barris pra Itaporanga. Aí tem uma parte... rapaz! É bonito demais! Quem diz assim que foi plantado... A natureza encheu aqueles mangues bem grandes. É tanto que uns tempos andaram tirando. Aí foi uma

proibição danada. Aí o Ibama chegou e não deixou mais explorar o mangue (Seu Bebé, morador da comunidade Mem de Sá, setembro 2013).

Já o Mangue Siriba (*Avicenia schaueriana*) possui hábito de árvore com média de 10 metros de altura com ramificações caulinares finas. As folhas são opostas, simples, elípticas com 8cm por 3 cm, de ápice arredondado, pecíolo com 1 cm de comprimento. Inflorescência axilar e terminal (Figura 4).

Figura 4: Mangue Siriba (*Avicenia schaueriana*) na margem do Rio Paruí, entorno da Ilha Mem de Sá.



Crédito fotográfico: Bruno Almeida, 2012.

O Siriba se apresenta muito ramificado horizontalmente e em disposição radiada, onde os ramos nascem em grande número e as raízes são geotropicamente negativas (LAMBERTI, 1966). As raízes se desenvolvem na horizontal a poucos centímetros abaixo da superfície. Destas estruturas partem os pneumatóforos expondo-se na superfície com o aspecto de “palitos”.

O Siriba é todo cheio de veia. Ele é todo capiado e a casca dele é meio amarelada. A folha é mais salgada. A inflorescên-

cia da Siriba é branca e é cheirosa, só que a fruta é como um caroço de uma árvore, um mato. É aquelas capazinha, e dali, daqueles miolinho faz uma maçã dentro, toda capiadazinha. [...] A semente dele é como uma espécie de repolho bem boladazinha, bem coisada. Agora, dentro tem aquele frutozinho e é aquele que quando cai na lama é que ele nasce (Seu Bebê, morador da comunidade Mem de Sá, setembro 2013).

Por sua vez, o Mangue de Botão (*Conocarpus erectus*) é encontrado no apicum, região de transição do manguezal, mais próximo ao ecossistema terrestre. As folhas verde-amareladas apresentam pecíolo levemente alado e as flores são reunidas em inflorescências globosas (COSTA, 2010). Possui caule com casca vermelho-escuro, cinzento ou acastanhado, muito fendido, tornando-se áspero, grosso e fácil de desprender. “Ele é de uma espécie de um cacho, como uva. Ele é da espécie que quando ele cai, ele já nasce” (Seu Bebê, morador da comunidade Mem de Sá, setembro 2013). (Figura 5).

Figura 5: Mangue de Botão (*Conocarpus erectus*) em área de apicum na Ilha Mem de Sá.



Crédito fotográfico: Moema Costa, 2013.

A RESTINGA

Enquanto ecossistemas costeiros, as restingas são fisicamente determinados pelas condições edáficas e pela influência das marés. Possui origem sedimentar geologicamente recente (início do período Quaternário). As comunidades faunísticas e florísticas possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes, a exemplo da salinidade, extremos de temperatura, forte presença de ventos, escassez de água, solo instável, insolação forte e direta, entre outros. Segundo a Resolução nº 261, de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a restinga é um conjunto de ecossistemas que compreende comunidades vegetais fisionomicamente distintas. Estão situadas em terrenos predominantemente arenosos, de origem marinha, fluvial, eólica ou combinações destas.

A restinga caracterizada na Ilha Mem de Sá é formada de uma associação arbustiva perenifólia que se apresenta baixa, xeromorfa, formando moitas com espécies de plantas suculentas. Essa região é constituída por pequenos alagadiços e áreas de drenagens. Há um crescente processo de ocupação e degradação ocasionado pelas instalações residenciais, por práticas da pecuária e implantação de tanques para criação e captura de peixes e crustáceos.

A área possui potencial para observação de aves. Estas são atraídas pela presença de áreas úmidas e abertas (lagos, brejos e ambientes alagáveis), pela vegetação herbácea, áreas arbustivas e árvores. Almeida *et al* (2013) realizou um levantamento da avifauna dos remanescentes de restinga da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, tendo como limite o rio Vaza Barris. O autor cataloga uma relação de 143 espécies de aves, e considera as seguintes aves de restinga: *Nothura maculosa*, *Dendrocygna autumnalis*, *Cairina moschata*, *Anas bahamensis*, *Netta erythrophthalma*, *Nomonyx dominica*, *Mesembrinibis cayanensis*, *Geranospiza caeruleascens*, *Herpetotheres cachinnans*, *Gallinula melanops*,

Antrorstomus rufus, Chordeiles pusillus, Phaetornis petrei, Amizilia fimbriata, Trogon curucui, Chloroceryle americana, Picumnus pygmaeus, Veniliornis passerinus, Dryocopus lineatus, Colaptes melanochloros, Dendroplex picus, Furnarius leucopus, Leptopogon amaurocephalus, Tolmomyias flaviventris, Todirostrum cinereum, Fluvicola albiventer, Myiarchus ferox, Empidonomus varius, Vireo olivaceus, Tachycineta albiventer, Hirundo rustica, Turdus rufiventris, Tangara cayana, Zonotrichia capensis, Sporophila bouvreuil, Cacicus cela e Gnomiropsar chopi. As espécies de passeriformes aqui registradas podem estar associadas às áreas arbustivas ou semi-arbustivas, sendo representadas por indivíduos insetívoros e/ou frugívoros.

E de pássaro assim, é saracura. É um casco meio marrom, e as pernas bem vermelhas. Aí ela gosta dessa restinga assim, desse mangue. Tem o sabacú, tem o socó, tem o prasto. Isso tudo é pássaro que se alimenta com coisa da maré. Não come grilo, só carangueijo, vaza-maré, algum peixe. A garça, ela se alimenta só de peixe. Vaza-maré é aqueles 'gorezinho' de apicum que fica aquele rebanho. Você chega nessas pocinha d'água, parece aquelas boiada de gado. Tem o tesouro. O tesouro só gosta de croa. Ele é marrom. O aratu também sobe pra restinga. Ele caminha muito... Ainda tem massarico, tem gaivota, tem o sabacu, tem o crasto, tem o socó, tem a saracura e tem outro tipo de saracura ainda maior do que (...), tem a saracura miúda e tem a saracura três-pote. É porque a cantiga dela é quase imitando o três-pote. Não tem um pássaro chamado Jesus-meu-Deus? Mas o Jesus-meu-Deus é da caatinga, mas ele vem por aqui (Seu Bebê - relato sobre as aves de restinga, setembro 2013).

O que dá mais dos animais que gosta dessas beiras de restinga assim são os que ficam naqueles matos que chama 'manibu'. Aquelas capoeiras assim. E guaxinim, ele mesmo gosta de sair do mangue quando a maré enche o mangue

todo. Quando ele não tem lugar já localizado para se atrepar assim em uma árvore ele sai. A maré vai enchendo... Ele vai comendo... Quando a maré enche, ele chega assim numa capoeira de mato dessa, que vê uma moita... Aí ele começa a dormir. Chega lá, fica (Seu Bebê, relato sobre a fauna da restinga, setembro 2013).

Tem umbredo, bredo bem verdinho. Ele dá uma espécie de uma planta que se chama boa-noite. Tem muito. Malissa, ela bota aquelas ramas. É tanto que quando a gente topa nela ela se fecha assim... Aí tem um espinho danado. A gente pensa que não tem, mas quando a gente pisa solta logo aquele espinho. Quando topa nela, ela se encolhe logo. Tem gente que diz: rapaz, você é cismado igual malissa! Quando topa você se encolhe (Seu Bebê, relato sobre a flora da restinga, setembro 2013).

O APICUM

Hadlich e Ucha (2010) caracterizam o apicum como uma área arenosa, ensolarada, e normalmente localizado na porção mais interna do manguezal, na interface médio-supra litoral. É desprovido de cobertura vegetal ou abriga vegetação herbácea, sendo, neste caso, designado apicum herbáceo (*Tanne herbacé*). Os apicuns associam-se aos manguezais, formando um estágio sucessional natural do ecossistema. É classificado como zona de transição de solo geralmente arenoso e desprovido de cobertura vegetal ou abrigando uma vegetação herbácea. Apesar de estar cercado pelo ecossistema do manguezal que abriga uma grande biodiversidade, o apicum, por outro lado, aparentemente apresenta baixa capacidade faunística e florística.

Alguns estudos apresentam baixo teor de matéria orgânica na superfície do apicum, entre 20 e 40 cm de profundidade, e um aumento significativo na concentração de matéria orgânica em sua profundidade (aos 60 cm), mais elevadas até que as superfícies do manguezal.

Na estação chuvosa ocorre uma inversão em relação à estação seca; as camadas inferiores do sedimento do apicum são tipicamente de manguezal, inclusive com restos de material botânico e valvas de ostras, denotando claramente sua origem a partir de um bosque de mangue assoreado naturalmente, caracterizando o apicum como área sucessional. A salinidade influencia a distribuição dos organismos no apicum, atuando como fator limitante. A salinidade intersticial, nos meses de verão, apresenta valores crescentes da margem do rio para o apicum, ocorrendo o inverso no inverno, enquanto no manguezal é mantido o equilíbrio da salinidade, caracterizando um decréscimo acentuado desses valores no apicum (SCHAEFFER-NOVELLI, 1999). O decréscimo de salinidade ocorrido no período de inverno pode ser explicado pela ocorrência do processo de lixiviação. Nesse sentido, os tanques de cultivo instalados nas áreas de apicum devem ser monitorados. Hadlich e Ucha (2010) afirmam que estes podem se tornar uma fonte potencial de poluição se forem manejados com excesso de fertilizantes e alimentos, o que pode ocasionar eutrofização do estuário.

No que tange à aplicação da legislação, em alguns documentos legais já se encontra a expressão “manguezal, em toda a sua extensão”, podendo considerar o apicum como parte do ecossistema manguezal se creditar a sua gênese (SCHAEFFER-NOVELLI, 1999).

Vale ressaltar que o apicum da Ilha Mem de Sá tem sido utilizado para diversas atividades, dentre elas a prática de lazer (futebol), criadouros de peixes e mariscos em tanques artesanais e outras atividades relacionadas à pecuária.

Onde o gado, quando chega no verão, que tem assim uma pastagem que pertence ao apicum, o que permite a ele fazer beber água é a folha do mangue que é salgada. Ali é quase um tipo de ração. Porque eles vêm... chega lá naquela folha de mangue salgada, e começa... Olhe, eles comem tanto essas folhas de mangue quando tem as pastagem que os mangues

chegam tudo a ficar peladinho. Mas ele só come a folha que ele alcança (Seu Bebé, relato sobre apicum, setembro 2013).

E a sujeira da água aquilo? Ali já ficou da natureza de Deus, né? É uma preservação que tem na água que eles se alimentam. O peixe de viveiro, se não colocar um pouco de ração, ele se alimenta da lama que tem no tanque. Aquela lama, quando é no inverno e cria aquele limo. Aí apodrece... E quando boia, aí a tainha vai lá e come Carapeba. Já o robalo, vermelho, caranha, eles se alimentam com os outros. Ele come aqueles menores. Mas a tainha não. A tainha só se alimenta da lama, da sujeira da água. É uma coisa interessante a gente perder tempo para observar as coisas... (Seu Bebé, relato sobre apicum, setembro 2013).

Tem uma planta que ela fica entre a terra doce e o apicum. Ela gosta mais é do apicum. Um chama malcazado e outro chama de capim duro. O pessoal quando faz viveiro aí, pega ele e planta por cima do parador do tanque que é 'mó' da terra sair. Desse tipo de capim é tanto que ele é tão durinho assim, que quando a pessoa vai assim descalço... aí ele tem aquelas pontinhas. A pessoa quando pisa por cima dele é todo cheio de pontinha (Seu Bebé, relato sobre apicum, setembro 2013).

A FAUNA DA ILHA MEM DE SÁ E ENTORNO

A Ilha Mem de Sá possui uma enorme variedade faunística. Sua fauna é caracterizada pelos ecossistemas associados à Mata Atlântica que estão representados pelos manguezais, brejos, lagoas e restingas. Somente no manguezal, há diferentes tipos de habitats disponíveis, como a copa das árvores, poças d'água, superfície do solo, o próprio substrato e os canais de água desse sistema.

Como fauna característica da região, é possível referenciar a carapeba (*Diapterus shombeus*), robalo (*Centropomus paralellus*), sardinha

(*Anchovia clupeioides*), tainha (*Mugil curema*), vermelha (*Lutjanus r.*), aratu (*Goniopsis cruentata*), camarão (*Xiphopenaeus kroyeri*), carangueijo-uçá (*Ucides codatus*), siri (*Callinectes r.*), sururu (*Crassostrea rizophorae*) e massunim (*Anomalocardia brasiliana*).

Foi registrado também a ocorrência de aves como o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), sanhaços (*Thraupis sayaca* e *T. palmarum*), carcará (*Polyborus plancus*), urubus (*Coragyps atratus*, *Cathartes aura*, *Cathartes burrovianus*), jandaia (*Aratinga aurea*), martim-pescador (*Ceryle torquata*), martim-pescador-verde (*Chloroceryle amazona*), socó (*Butorides striatus*), garça (*Egretta thula*), garça-grande (*Casmerodius alba*).

Alguns mamíferos como o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), os sa-güis (*Callithrix jacchus*), e algumas espécies de morcegos frugívoros (*Glossophaga* spp.) e insetívoros (*Molossus* spp. e *Myotis* spp.) também foram registrados.

Entre os répteis encontram-se a lagartixa (*Tropidurus hispidus*), uma espécie de lagarto.

Com base nas informações de moradores das imediações e nas observações pode-se destacar a diversidade de fauna com os termos populares:

- Aves: bem-te-vi, rolinha, anum preto, anum branco, garrincha, sanhaço, guriatã, peiga, café, cacurutado, xexéu, cebinho, pituarí, sofrê, martim-pescador, jaguriata, jandaia, puçaçu, juriti, pica-pau, socó, sabaue, maçarico, garça, garça preta, marreca, caboquinho, capa-capim, urubu preto, urubu rei, napupé, perdiço, carcará;
- Crustáceos e moluscos: camarões, siris, caranguejos, caranguejo-uçá, guaiamuns, aratus, chama maré, massunim, sarnambi;
- Mamíferos: cachorro, gato, boi, cavalo, mico-estrela, sagui;
- Peixes: carapeba, robalo, sardinha, tainha, vermelha;
- Anfíbios: sapo, camaleão, jaracaçu, jiboia, papapinto, duas cabeças, lagarto, lagartixa, briba.
- Insetos: mutucas, maruins, mosquitos, mariposas, borboletas, besouros e abelhas.

Dentro do contexto de identificação de outros elementos turísticos pode-se destacar o efeito da bioluminescência ocasionado pela presença de fitoplânctons, aqui descrita pelo morador da região:

Pode chegar a partir de seis horas em diante. Você coloca a mão na água. Chega tá aquele brilho... Dá mais em cabeceira que não tem ressaca. Não tem nada. Mas é só se o vento estiver calmo, porque quando ela sobe aquelas ondas, sai aquela poluição da terra... aí faz aqueles 'cumeró'. Aí você não vê, mas assim nessas cabeceiras, queima mais que... Nossa Senhora! Lá tem quadra que queima mais que aqui. Chega parece fogo! E bom é à noite. Porque é aí que a pessoa pode filmar mesmo assim. A pessoa pode colocar o celular ou a máquina fotográfica e a pessoa vê mesmo a claridade (Seu Bebé, setembro 2013).

Os tanques e poços são atrativos para as aves (garças, martins-pescadores, socós, urubus) que encontram seus alimentos (como os crustáceos cativos) disponíveis em abundância.

Esse tanque era da antiguidade. Era do pessoal assim mais velho, que zelava pra ter água para os animais. Era de tirar água do poço que serve pra colocar água numa planta. Aí a pessoa chegava lá e tinha água. Montava no cavalo, chegava lá, lavava o cavalo. O cavalo bebia água e ficava aquele tanque só reservado para os animais. Passarinho beber. Tinha muito pé de dendezeiro. Aí os passarinhos vinham... Os urubus vinham comer aqueles pés de dendê. Aí é um negócio muito delicado, sabe? (Seu Bebé, setembro 2013).

Dentre a fauna levantada, destaca-se o peixe mero por ser uma espécie criticamente ameaçada de extinção em função da pesca predatória e destruição dos manguezais. Este local é considerado berçário natural para as primeiras fases de vida dessa espécie antes de prosse-

guir seu ciclo em direção ao mar, onde ao atingir a fase adulta chega a alcançar mais de 200 kg.

Os moradores são orientados, quanto à pesca predatória, pelos pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros e recebem autorização do Governo Federal, expedida pelo Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente, para realizar a captura e transporte dos meros que serão utilizados nos trabalhos de pesquisa (BRASCAN, 2013).

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ecoturismo de Base Comunitária apresenta-se como alternativa de desenvolvimento socioespacial, galgado no âmbito da sustentabilidade, tendo como premissa o caráter participativo e democrático de gestão. Além disso, a atividade proporciona à comunidade a possibilidade de emergir como protagonista diante de uma oportunidade de efetiva tutela do meio ambiente com garantia de emprego e renda. Tendo em vista que o desenvolvimento econômico nem sempre está associado ao desenvolvimento local, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas e ações que se coadunem com este modelo de planejamento e gestão.

Na Ilha Mem de Sá há a perspectiva de implementação desse modelo de gestão da atividade turística, e esse processo iniciou-se com a sensibilização da comunidade, para que realmente se tornassem ativos e atuantes, objetivando a obtenção de resultados favoráveis. A comunidade foi incentivada a se envolver durante o planejamento e execução de várias fases. No âmbito do levantamento do patrimônio não foi diferente, buscando-se valorizar tanto os saberes populares quanto os saberes técnicos.

O reconhecimento do valor turístico a ser atribuído ao patrimônio natural, imbricado com o saber-fazer local, favorece a compreensão das pessoas sobre as potencialidades para o turismo, bem como as fra-

gilidades e cuidados necessários com os ambientes, a fauna e a flora, como bens de uso comum.

Pode-se dizer que em meio à natureza transindividual e difusa dos interesses e direitos de ordem socioambiental, a comunidade deve firmar o interesse e a motivação em buscar o bem comum. Isto porque na defesa de tais interesses e direitos não há uma vantagem pessoal e direta àquele que toma para si a tarefa de defesa de tais interesses e direitos.

Dentro do contexto dos riscos que sofre o ecossistema manguezal da região da Ilha Mem de Sá são garantidas algumas ferramentas de proteção que se apresentam como instrumento da população frente a degradação latente. A legislação ambiental brasileira, que tem como suporte a Constituição Federal, tem um papel significativo nas lutas para a consignação e criação de novos direitos. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) define o manguezal como área de preservação permanente (art. 3º) e tem como função ambiental o papel de preservar os recursos naturais, “a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 1965, s. p.).

Constata-se que, apesar do aumento do número de áreas de proteção que surgem como forma de ponderar a potencialidade lesiva da atividade humana, o Estado brasileiro é incapaz de tutelar por si a biodiversidade nacional. Desta forma, fez-se necessário enfatizar a atuação cidadã frente as lacunas da atividade pública, na proteção e repressão aos atos prejudiciais ao meio e à coletividade.

Neste contexto, o inventário do patrimônio natural pode se configurar como ferramenta para o desenvolvimento local. Este, quando vindo à público, pode sensibilizar e esclarecer sobre a necessidade de adequar os instrumentos de política econômica e ambiental, bem como direcionar os gastos públicos em prol dos objetivos do desenvolvimento sustentável, de modo a privilegiar os investimentos na preservação de áreas com concentração de bens de valor socioambiental.

Há uma necessidade de mais pesquisas e estudos referentes ao patrimônio natural da região estudada. Um banco de dados com informações referentes ao patrimônio natural, além de fazer papel de documento político, pode servir como atrativo turístico com finalidade informativa e educacional.

Pensar e agir no reconhecimento do patrimônio natural para as próximas gerações dentro do processo educacional, assim como fomentar roteiros turísticos que assumam essa responsabilidade que incluem as iniciativas do terceiro setor e os mestres de saberes de tradição oral como atrativos principais, são atos de coragem, respeito e democracia. Com isso, agrega-se valor cultural, social e econômico às comunidades, ampliando as possibilidades de promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. J. M., SOUZA, A. G., RUIZ-ESPARZA, J. M., & FERRARI, S. F. Avifauna dos remanescentes das restingas ao longo da zona de expansão urbana de Aracaju, Sergipe. **Scientia Plena**, v. 8, n. 12, 2013.

ARAGÃO, M. C. O. rios de reciprocidades: saberes tradicionais no contexto da sustentabilidade socioambiental na comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda - SE. 2011. **Dissertação** - UFS. São Cristóvão, 2011.

ARAGÃO, M. C. O., SOUZA & MELO, R. O Cotidiano da pesca artesanal na Ilha Mem de Sá - Itaporanga d'Ajuda - Litoral Sul de Sergipe. **Seminários Espaços Costeiros**. v. 1, 2011.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B. K. **Os impactos da política federal de turismo sobre a zona costeira**. Brasília: MMA, 1995.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; CUNHA, J. C. S.; CARDOSO NETO, A. **Estudo do desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva do Caju e comunidade**

da Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe. Projeto. Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe. Coordenadoria de Ecoturismo. Aracaju, SE, 2010.

BRASCAN, I. M.. Embrapa participa de projeto sobre a reprodução do peixe mero. Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/index.php?idpagina=artigos&artigo=8199>>. Acesso em: 24 setembro 2013.

BRASIL. Lei Federal Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Estabelece o Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 16 de set. 1965.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Mtur, 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T.. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M., SILVEIRA, M. L.. **América Latina**: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Dezembro 2006, p. 367-378.

COSTA, B. C. P. da. Avaliação ambiental de manguezais adjacentes aos campos petrolíferos de Macau e Serra (RN), como subsídio às medidas mitigadoras ao processo erosivo. 2010. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CURADO, F. F.. **Gestão Participativa para o desenvolvimento da comunidade de Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda – SE**. Macroprograma 6. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

DELPHIM, C. F. de M.. **O patrimônio natural no Brasil**. IPHAN. Rio de Janeiro. Relatório Interno. Inédito, p. 17, 2005.

DIAS, C. B.. Considerações ambientais. Dinâmica do sistema estuariano Timonha/Ubatuba (Ceará-Brasil). **Dissertação**. Universidade Federal do Ceará, 2005.

FENNEL, D. A.. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FONTES, A. L., CORREIA, A. L. F.. Diagnóstico ambiental físico do município de Aracaju como subsídio ao estudo de impacto ambiental na zona costeira do Estado de Sergipe. In: **Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009 Abr 3-7; Montevideo, Uruguay: Editorial Universidad de la República; 2009.

FONTES, A. L.; CORREIA, A. L. F.; ARAÚJO, H. M.; COSTA, J. J. C.. A Bacia Costeira do Rio Vaza Barris: condicionantes geoambientais e morfodinâmica das praias oceânicas adjacentes. In: **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física - II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física - Universidade de Coimbra**, maio de 2010.

HADLICH, G. M.; UCHA, J. M.. Apicuns: aspectos gerais, evolução recente e mudanças climáticas globais. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 10, n. 2, 2010.

IRVING, M. A.. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108 – 119.

LAMBERTI, A.. Contribuição ao conhecimento da ecologia das plantas do manguezal de Itanhaém. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. **Botânica**, v. 23, n. 1, 1966.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1996.

MACÊDO, D. de A. M.. **Análise do Ecoturismo como atividade sustentável para a Reserva do Caju em Itaporanga d'Ajuda - SE**. Aracaju, 2009.

MACEDO, R. F.; MEDEIROS, V. C. F. de A.; AZEVEDO, F. F. de; ALVES, M. L. B.. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, p. 2, 2011.

MELO, M. S. D.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B.; BARBOLA, I. D. F.; MORO, P. R.; GEALH, A. M.; ROCHA, C. H.. **O patrimônio natural dos Campos Gerais e a sustentabilidade regional**. Editora UEPG, 2007.

MEYER, M.. **Educação ambiental: uma proposta pedagógica**. In: Aberto, v. 10. n. 49, p. 41-45, 1991.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

ODUM, E. P.. **Fundamentos de Ecologia**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa. 7 ed., p. 563- 578, 2004.

OLIVEIRA, I. S. S.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A.. Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 45-54, 2008.

PIRES, P. S.. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A.. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: RAMALHO, A. L.; NEIMAN, Z. RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010, p. 25-42.

SANTOS, M. A. dos; FONTES, A. L.. Aspectos Fisiográficos da Zona Costeira do Município de Itaporanga D'Ajuda - Sergipe/Brasil: Uma Contribuição a Gestão Ambiental. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. Especial, p. 1536-1556, 2008.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.. Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: **Caribbean Ecological Research**, v. 64, 1995.

SEPLAN-SE/SUPES/GIGEC. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Superintendência de Estudos e Pesquisas. Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas. **Veja Sergipe**: visualizador da base cartográfica dos municípios litorâneos. DVD-ROM. Aracaju, 2008.

SILVA, M. S. F. da; MELO & SOUZA, R.. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. In: **Seminário Espaços Costeiros**, Anais, Salvador, 2011.

VALENCIO, N. F. L. da S.; MARTINS, R. C.. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 5. n.º 8, mar., 2004.

CAPÍTULO 8

DA ILHA QUE TEMOS À ILHA QUE QUEREMOS: CAMINHOS PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ

Claudio Roberto Braghini
Lício Valério Lima Vieira
João Luiz Santana Brazil
Bento Rafael Santana da Cruz



8.1 INTRODUÇÃO

O Ecoturismo emergiu como fenômeno mundial no âmbito de formas alternativas de turismo em oposição ao modelo de turismo na década de 1970, qualificado como massificado (FENNELL, 2002; PIRES, 2002; LINDBERG; HAWKINS, 2004). O Ecoturismo traz como expectativa a minimização dos impactos ambientais e culturais, bem como desponta como possibilidade de desenvolvimento local sustentável para comunidades, a exemplo das experiências na América Latina (LINDBERG; HAWKINS, 2004).

O Ecoturismo se aproxima de um modelo de gestão de base comunitária na perspectiva de empoderamento das comunidades locais, para que se tornem protagonistas dos serviços turísticos a serem por elas oferecidos localmente (HORWICH *et al*, 2004; WWF, 2011).

Na tentativa de entendimento e busca de elementos comuns às iniciativas de turismo comunitário na América Latina, Maldonado (2017) sugere uma classificação que evidencia a diversidade de experiências e

sentidos. O turismo comunitário, conforme WWF-Brasil (2011, p. 14), é aquele em que “as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais”.

Para Irving (2008), a perspectiva do turismo comunitário traz o sentido de encontro e de identidade entre moradores e visitantes, mas especialmente entre as próprias pessoas envolvidas em ações e objetivos comuns na comunidade. Assim, o encontro é a condição para o Turismo de Base Comunitária, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. O seu planejamento deve considerar “o compromisso ético, de respeito e engajamento de ‘quem está’ e de ‘quem vem’ e o intercâmbio real entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’ e, destes, com o ambiente no qual interagem” (IRVING, 2008 p. 114). Sem essa interação, destaca ainda Irving (2008), a troca de valores não se efetiva e o espaço da interação ganha contornos apenas circunstanciais.

Na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda - Sergipe, há um processo em andamento que busca fomentar a atividade turística, em especial nos segmentos do Ecoturismo e do Turismo Rural, com gestão de base comunitária. Esse texto resgata parte desse processo, isto é, das ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) por meio do projeto “Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na comunidade da Ilha Mem de Sá e na Reserva do Caju, Itaporanga d’Ajuda - SE” (BRAGHINI et al, 2013). A partir deste projeto base, a sua viabilização pelo IFS envolveu uma série de sub-projetos de iniciação científica, de extensão e inovação tecnológica.

A proposta de construção de um Plano Estratégico Participativo para o desenvolvimento da comunidade da Ilha Mem de Sá foi contemplada em projeto de inovação tecnológica, do programa de extensão, promovido pelo Ministério da Educação, Edital PROEXT 2013 - SIG

Proj. Nº 114317.480.140071.13042012 (VIEIRA et al, 2012). As atividades desse projeto integraram ações de sensibilização, planejamento participativo, identificação dos desejos e necessidades da comunidade, os pontos fortes, os pontos fracos, as fraquezas e as oportunidades para o turismo, e ainda, a geração de diretrizes para o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Ilha.

De forma breve, buscou-se, ao longo de todo o processo envolver e provocar reflexão dos moradores para o planejamento do turismo local, na perspectiva do protagonismo da própria comunidade como empreendedora de forma coletiva. As ações direcionaram para a busca de uma auto-gestão, bem como de um olhar crítico sobre o tipo de turismo mais adequado para minimizar impactos ambientais e sociais da localidade.

Este capítulo visa apresentar resultados e discussão desse processo, considerando um diagnóstico derivado de três origens: primeiro, nos condicionantes previamente levantados no projeto base (CUNHA et al, 2010), ratificados e complementados pela comunidade; segundo, no levantamento dos desejos e necessidades da comunidade da Ilha Mem de Sá, com foco no turismo; e em terceiro lugar, nos dados obtidos em oficina participativa com destaque para as oportunidades, fraquezas, pontos fortes e pontos fracos. Após o diagnóstico, foram elaboradas diretrizes como elementos para um prognóstico da implementação do ecoturismo com perfil de base comunitária.

A participação de pesquisadores alunos e professores do IFS, Campus Aracaju, tinha como base uma abordagem participativa junto à comunidade, conferindo o caráter de pesquisa-ação no sentido pedagógico. Os projetos desenvolvidos apostaram claramente no perfil aplicado das pesquisas, atrelado ao saber-fazer tecnológico em turismo, mais precisamente, no campo das ciências sociais aplicadas.

A metodologia participativa proposta desde o projeto base esteve em consonância com as diretrizes do Ministério do Turismo, pois pre-

viu a criação coletiva de um espaço sistemático de conversação, explicitação e negociação de diferentes interesses e da aprendizagem compartilhada, envolvendo variados saberes e referências (BRASIL, 2007; IBASE, 2012).

Na perspectiva de fundamentar as atividades e a própria pesquisa aplicada, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, as quais abrangeram produção acadêmica sobre Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo, bem como sobre planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo, baseando-se em WWF (2011), WWF-Brasil (2003), Mitraud (2003) e Petrochi (2008).

Em termos de procedimentos metodológicos, desenvolveu-se uma oficina participativa diagnóstica no ano de 2012, a qual consistiu basicamente na apresentação de informações obtidas anteriormente, chamadas de Diagnóstico Prévio (CUNHA et al, 2010), e dinamizou-se a apresentação à comunidade. A proposta inicial basicamente era apresentar as informações coletadas e ratificar ou retificar na perspectiva da comunidade local. Para tal, a equipe do IFS dividiu a comunidade em Grupos e cada facilitador apresentou o seu tema. Esse momento era seguido por discussões coletivas com a utilização de algumas perguntas-chave, para ampliar a gama de informações sobre cada temática. Cabe destacar que nesse processo cada grupo teve um facilitador da equipe do IFS e outro da comunidade, provocando a interação e a pró-atividade dos moradores. A intenção foi que essa prática permitisse a formação de um Grupo de Trabalho (GT-ILHA), bem como o intercâmbio entre membros da comunidade e do IFS para um planejamento participativo, além da troca de saberes e experiências.

A fase posterior, de levantamento de desejos da comunidade, ocorreu também em 2012, provocando a comunidade a expor seus desejos para Ilha, seus sonhos, sem limitações. Esse processo foi denominado de “Da Ilha que temos à Ilha que queremos”. As informações foram agrupadas em cinco temas principais, a saber: infraestrutura, educa-

ção e saúde, equipamentos e serviços, comunicação e marketing, e ainda, aspectos socioeconômicos. Ressalta-se que os desejos focalizaram aspectos sobre a melhoria das condições de vida e também incluíram o turismo.

De forma específica, discutiram-se então as prioridades, segundo os participantes. Utilizou-se posteriormente uma ficha contendo o quadro de prioridades na qual, cada item foi avaliado com um nível de 1 a 5, sendo que 1 representaria a de maior prioridade e 5 a de menor prioridade. As fichas foram aplicadas aos participantes e replicadas com outros moradores, atingindo 79 formulários respondidos. Tais respostas foram sistematizadas após cálculo de média simples pela equipe do IFS e apresentadas em gráficos de barras. Foram selecionados itens que obtiveram grau de prioridade até 1,5, o que abrangeu 14 itens, discutidos com a comunidade.

A terceira fase consistiu na aplicação da metodologia FOFA (Forças X Oportunidades X Fraquezas X Ameaças), que consiste em um instrumento metodológico utilizado em planejamento para estabelecer e gerar cruzamento de cenários, com a perspectiva de traçar objetivos estratégicos.

Essa metodologia também é denominada de SWOT que corresponde à uma abreviação em inglês de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (TI-FANY; PERTERSON, 1999). Neste contexto, cada cenário representou uma reflexão sistemática, que permitiu traçar possibilidades futuras, na perspectiva de encontrar alternativas para direcionamento do desenvolvimento do ecoturismo na Ilha.

Os ambientes/cenários foram divididos em fatores internos, possíveis de serem controlados por decisões da própria comunidade, e ainda, fatores externos, os quais não são de controle interno, mas a possibilidade de prevê-los permite um planejamento com menor risco de desvios dos objetivos.

Diante disso, foram cruzados os fatores com os pontos fortes e os pontos fracos expressos pela comunidade da Ilha Mem de Sá para o turismo. Os pontos fortes ou elementos estabeleceram vantagens para o turismo, enquanto que os pontos fracos representavam as desvantagens ou deficiências que deveriam ser melhoradas por esforço interno.

O resultado desse cruzamento é uma reflexão que permite evidenciar forças (F), oportunidades (O), fraquezas (F) e ameaças (A). As forças (F) resultam da confluência entre fatores internos e os pontos fortes e permitem utilizá-los de maneira favorável, enquanto que os mesmos fatores internos e os pontos fracos expõem as fraquezas (F), as debilidades que devem ser eliminadas ou minimizadas. Confrontados com os fatores externos, as oportunidades (O) resultam de aspectos favoráveis, os quais podem ser potencializadas diante dos pontos fortes existentes e serem mais trabalhados agregando vantagens. No caso das ameaças (A), são derivadas dos riscos externos diante dos pontos fracos evidenciados e que dificultam alcançar os objetivos, expondo vulnerabilidades (Quadro 1).

Quadro 1 - Modelo de Matriz FOFA.

X	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos fortes	Forças (F)	Oportunidades (O)
Pontos fracos	Fraquezas (F)	Ameaças (A)

Fonte: SEBRAE, 2013.

Cabe ressaltar ainda que as potencialidades são os aspectos positivos percebidos internamente. Os pontos de defesa são as forças e implicam preparação e reforço dos aspectos positivos para contrapor aos riscos que porventura possam sofrer no desenvolvimento do turismo na Ilha. As debilidades são aspectos internos a serem trabalhados no sentido de redução dos riscos externos ou diante das vulnerabilidades.

Posteriormente, optou-se por analisar as informações coletadas, os desejos e necessidades priorizados e discutir os problemas, trans-

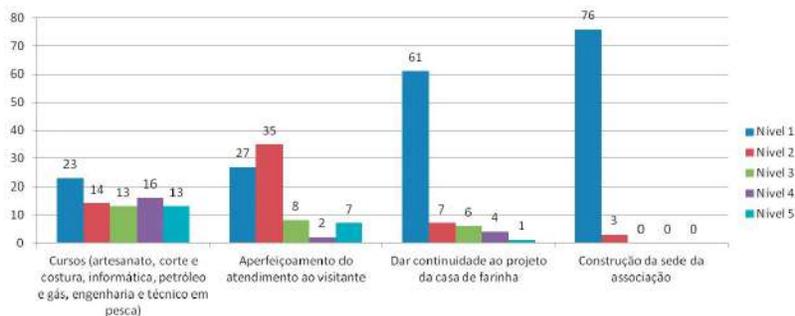
formando-os em possibilidades e desafios para o desenvolvimento do Ecoturismo com perfil comunitário.

Os resultados auxiliaram na proposição de ações estratégicas agrupadas em seis temas prioritários que se constituíram a base das diretrizes para o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá: infraestrutura, capacitação profissional, atrativos turísticos, organização social, pesquisa científica e práticas acadêmicas, e comunicação e marketing.

8.2 DESEJOS E PRIORIDADES DA COMUNIDADE

Nesta parte deste capítulo são apresentados os desejos e as prioridades elencadas pela comunidade da Ilha Mem de Sá durante a oficina participativa dos “Sonhos”. Para o Tema 01, Aspectos Socioeconômicos, dentre os desejos, destacaram-se a construção da sede da associação e a continuidade do projeto da casa de farinha (Figura 1).

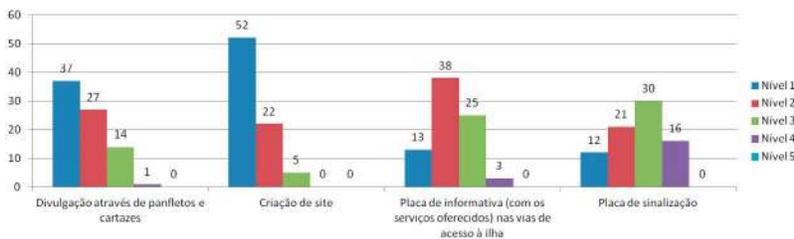
Figura 1 - Aspectos socioeconômicos em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Trabalho de campo/2013.

No Tema 02, voltado diretamente para questões de Comunicação e Marketing, os desejos prioritários registrados foram a criação do site e a divulgação através de panfletos e cartazes (Figura 2).

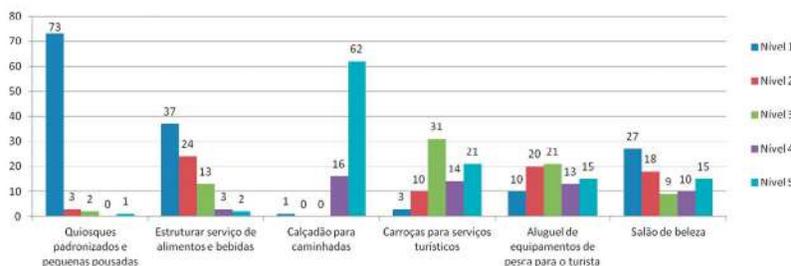
Figura 2 - Aspectos de Comunicação e Marketing em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Trabalho de campo/2013.

Em relação aos Equipamentos e Serviços (Tema 03A e 03B), foi observado o interesse na construção de quiosques padronizados e pequenas pousadas e estruturação de serviços de alimentos e bebidas (Figura 3).

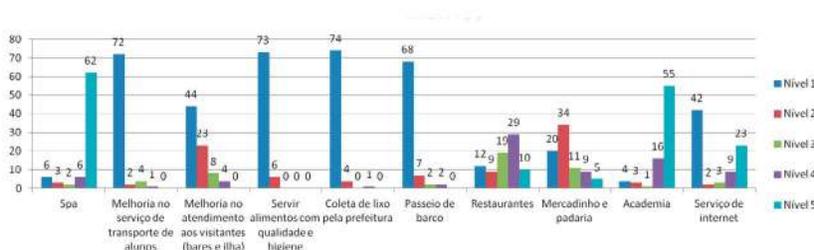
Figura 3 - Aspectos de Equipamentos e Serviços em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Trabalho de campo/2013.

Além disso, no Tema 3B, os desejos prioritários assinalados foram: a coleta de lixo pela prefeitura; serviço de alimentos com qualidade e higiene; e melhoria no serviço de transporte de alunos e do atendimento aos visitantes, aí inseridos os passeios de barco (Figuras 4).

Figura 4 - Aspectos de Equipamentos e Serviços em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.

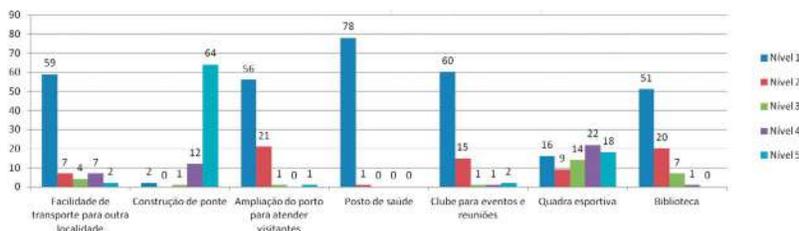


Fonte: Trabalho de campo/2013.

O aspecto de Infraestrutura também foi dividido em duas partes, Temas 04A e 4B, e foi observado que o desejo prioritário da comunidade entrevistada está relacionado à instalação de posto de saúde, à construção do clube para eventos e reuniões e uma maior facilidade de transporte para outras localidades.

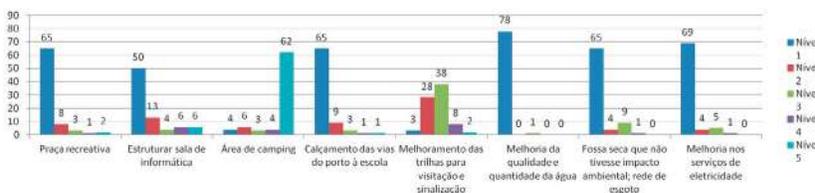
No Tema 4B a prioridade observada entre os desejos citados na oficina participativa foram os seguintes: melhoria da qualidade e quantidade da água e nos serviços de eletricidade. Neste tema, é importante destacar que três itens estão em terceiro lugar como os mais prioritários pela comunidade, que são: praça recreativa, calçamento das vias do porto à escola e a construção de fossas secas que minimizem os impactos ambientais na área de saneamento (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Aspectos de Infraestrutura em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.



Fonte: Trabalho de campo/2013.

Figura 6 - Aspectos de Infraestrutura em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá.



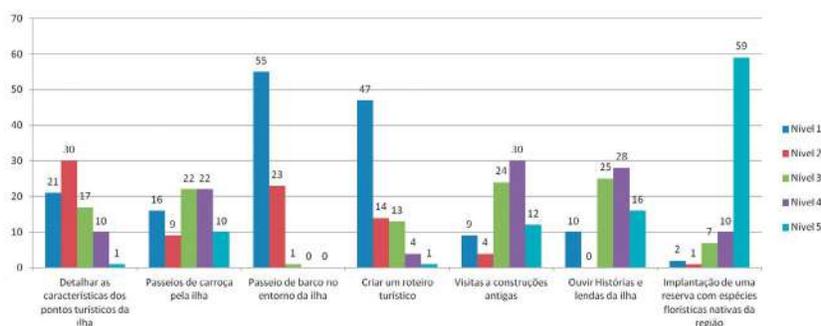
Fonte: Trabalho de campo/2013.

No Tema 05, Potencialidades, observou-se que os dois maiores desejos prioritários para comunidade consultada são o passeio de barco no entorno da Ilha e a criação de um roteiro turístico (Figura 7).

Os desejos e prioridades na comunidade, segundo os entrevistados, foram os seguintes itens em ordem crescente, considerando os cinco níveis de prioridade: posto de saúde (1,01); melhoria da qualidade e quantidade da água (1,02); construção da sede da associação (1,03); oferta de alimentos com a qualidade e higiene (1,07); coleta de lixo pela prefeitura (1,08); quiosques padronizados e pequenas pousadas (1,13); melhoria no serviço de transporte de aluno (1,16); passeio de barco (1,21); calçamento das vias do porto à escola (1,27); constru-

ção de praça recreativa e de fossas secas que minimizem os impactos ambientais, passeio de barco no entorno da Ilha (1,31); ampliação do porto para atender visitantes (1,34); clube para eventos e reuniões (1,35); criação do site (1,40); continuidade ao projeto da casa de farinha (1,44); e construção de biblioteca (1,46).

Figura 7 - Aspectos de Potencialidades a em grau de prioridade para a comunidade da Ilha Mem de Sá



Fonte: Trabalho de campo/2013.

8.3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O ECOTURISMO LOCAL

A partir dos resultados das prioridades levantadas pela comunidade, pode-se inferir que a principal questão para os moradores participantes das atividades está relacionada com a infraestrutura básica, isto é, associada às necessidades básicas da comunidade, como a construção da sede da associação de moradores da Ilha e a melhoria da quantidade e do acesso à água. Portanto, para os entrevistados, antes da implantação de estratégias de Ecoturismo, a comunidade entende que é necessário articular ações para a solução desses problemas existentes na Ilha.

Analisando as 14 (quatorze) prioridades inseridas com o nível até 1,5, é possível afirmar que cinco (5) estão associadas diretamente ao turismo (quiosques e pousadas padronizados, serviços de alimento com qualidade

e higiene, passeio de barcos, ampliação do porto e criação de site da Ilha). As demais prioridades podem ter relação indireta com a atividade turística, pois os benefícios de infraestrutura para a comunidade tendem a se estender aos visitantes, embora o inverso não seja sempre verdadeiro. Nesse sentido, os quiosques existentes à época na prainha fluvial do Porto de Areia, apesar de recentes, têm gerado diferentes olhares críticos pela própria comunidade, levantando desde questões estéticas até considerações sobre a qualidade dos serviços, tais como o tratamento dado por quem presta esses serviços e a qualidade e higiene dos alimentos e bebidas.

O abastecimento de água aparece como ponto emblemático na Ilha Mem de Sá, pois uma localidade sem acesso à água de qualidade, normalmente tem dificuldade de atender às necessidades do Ecoturismo (WWF, 2011). Cabe destacar que o fornecimento de água para a comunidade a partir de um poço comunitário é recente, e a discussão modificou-se da necessidade do acesso à água para o fluxo de fornecimento de forma igualitária e a sua qualidade.

O diálogo e reflexão sobre as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças (Quadro 2) direcionou e enriqueceu o diagnóstico participativo, além de permitir direcionar a reflexão para as possibilidades e desafios para o desenvolvimento do turismo na Ilha, na perspectiva de um prognóstico.

Durante a aplicação da metodologia de trabalho, observou-se dificuldade de percepção dos cenários ou aspectos externos que poderiam interferir no desenvolvimento do turismo na Mem de Sá. Entretanto, manteve-se a matriz resultante da oficina participativa e outros atributos foram enriquecidos na discussão seguinte.

As atividades desenvolvidas na Ilha permitiram identificar elementos que representam fortes potenciais para o turismo, a saber: localização estratégica, a tranquilidade da Ilha, aliada à hospitalidade marcante, a preservação dos manguezais no entorno, a cultura local com apresentações folclóricas, a exemplo, do samba de coco, e a gastronomia local, baseado em peixes, aratu, caranguejo, siri, ostra e sururu.

Quadro 2 - Possibilidades e desafios para o turismo na Ilha Mem de Sá, em 2012.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Localização estratégica para a tranquilidade	Saneamento básico precário
Manguezais preservados	Falta de um Centro de Atendimento ao Turista (Centro de Visitantes)
Cultura local (crenças e estórias e etc)	Falta de organização dos bares (padronização, preços, som alto e oferta de serviços)
Apresentações Folclóricas - Samba de coco	Falta estrutura para a gastronomia
Construção do píer, facilitando o embarque e desembarque	Falta de uma produção de artesanato
Culinária típica: peixes, aratu, caranguejo, ostra, sururu e siri	Falta de união da população
Trabalho de educação ambiental na escola	-
Sinal de celular, TV e internet (usa-se muito a internet via celular)	-
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Hospitalidade marcante e natural	Risco de degradação do produto turístico Ilha Mem de Sá por falta de saneamento ambiental adequado
Sítio de seu “Tupi”	Desconhecimento por parte dos turistas e dificuldade para chegar aos atrativos
Chegada de computadores para a Casa Digital	Falta de emprego para complementar a renda.
O potencial da orla Pôr do Sol	Melhorar o atendimento e serviços. Atendimento e serviços não profissionalizados Pesca excessiva nos mesmos lugares, aparentemente contribuindo para a diminuição dos peixes e crustáceos
-	Valorização das terras – especulação imobiliária

Fonte: Oficina participativa.

Vale ressaltar que mais recentemente, o sítio de Sr. Tupi, um morador recente da Ilha, apresenta práticas agroecológicas, como agroflorestas e

produção de biogel na sua propriedade, e isso pode agregar valor à visita à Ilha, evidenciando o local de visitação também com o perfil rural.

Nessa mesma condição de proporcionar elementos internos fortes, foi citado a existência de sinal de telefonia de celular, TV e internet via celulares, assim como a chegada de computadores para a Casa Digital.

Se por um lado, há oportunidade de explorar os atrativos citados, por outro, há a ausência de saneamento básico e de um centro de visitantes, a falta da organização dos bares, da produção de alimentos na gastronomia, assim como a inexistência de produção de artesanato local. Tais elementos evidenciam uma debilidade da comunidade para o desenvolvimento do turismo.

A mesma lógica pode ser usada para refletir sobre o desconhecimento dos turistas e as dificuldades de acesso aos atrativos citados, o que pode representar uma ameaça externa ao desenvolvimento do turismo local, assim como o desenvolvimento de outros atrativos concorrentes, localizados nas proximidades. De igual maneira, a pesca artesanal, ao mesmo tempo que representa um atrativo, trata-se de modo de vida importante na comunidade. Algo que afeta a vida humana na Ilha, tais como poluição advinda de barcos ou outras fontes poluidoras, assim como a sobrepesca, podem comprometer a subsistência de moradores e a até a gastronomia local.

Outros elementos que merecem ser destacados dizem respeito ao fenômeno da especulação imobiliária, atrelado à valorização das terras e ao aumento de interesses por moradias de segunda residência, o que tende a gerar a descaracterização do perfil comunitário na Ilha.

Entre as vulnerabilidades associadas às ameaças externas em adição às fraquezas, podem ser citadas: o risco de degradação do produto turístico Ilha Mem de Sá por falta de saneamento ambiental adequado; o desconhecimento por parte dos turistas; a dificuldade de acesso aos atrativos; o atendimento e os serviços não profissionalizados; a pesca excessiva nos mesmos lugares, aparentemente contribuindo para a

diminuição dos peixes e crustáceos; a valorização das terras geradas pela especulação imobiliária; o crescimento de segundas residências; a descaracterização do perfil comunitário da Ilha; e a emigração dos moradores atuais.

Por outro lado, refletindo-se do ponto de vista externo, a estruturação da Orla Pôr do Sol, no Mosqueiro, em Aracaju, favoreceu o fluxo de visitantes a partir do rio Vaza Barris. Tal oportunidade externa pode ser potencializadora de visitas à Ilha.

A partir das discussões sobre as prioridades e desejos da comunidade, as potencialidades que permitem aproveitar as oportunidades, assim como sobre o enfrentamento às ameaças e fraquezas, são estabelecidas ações estratégicas no sentido de estabelecer possibilidades, soluções e alternativas, para subsidiar as tomadas de decisões. As ações foram divididas em seis grupos e incluem a iniciativa de empreendedorismo coletivo para o turismo.

Em termos de infraestrutura na localidade em relação à falta de coleta de resíduos sólidos existentes nas trilhas, foram dadas soluções como a sensibilização da comunidade para melhor cuidado com os resíduos gerados, instalação de lixeiras nas trilhas e no caminho da Ilha e separação e reaproveitamento de todos os resíduos (metal, vidro, plástico e orgânicos).

Na oficina participativa foram citados também os problemas com os bares, tais como a falta de coleta adequada de esgoto e poluição sonora. Para tais problemas foram sugeridas as seguintes ações estratégicas: instalação da fossa séptica, uso de biogel e regularização do uso de som nos estabelecimentos.

Outros problemas de infraestrutura foram levantados pela comunidade, tais como: falta de posto de saúde, a queda de energia frequente e a irregularidade na vazão de água do poço. Para solucionar ou minimizar esses problemas sugeriram-se a instalação de um posto de saúde e de um sistema de eletricidade local, para pôr fim às quedas de

energia, e fiscalização semanal para verificar a regularidade da vazão da água do poço.

Em relação a potenciais atividades que poderiam ser desenvolvidas a partir do Ecoturismo, foram identificadas:

- Canoagem – Passeios de canoas e caiaques realizados no rio as margens dos manguezais;
- Pesca amadora – Prática de captura de peixes no rio. A modalidade esportiva pode praticar a soltura do peixe (pescue e solte);
- Acampamento (Camping) – Alojamento em meio natural com barracas;
- Caminhadas – Caminhadas simples não exigem preparo físico, apenas definições de paradas para descanso e lazer;
- Observação de fauna/flora e das paisagens – Realizadas em todo e qualquer passeio, seja de barco, a cavalo ou a pé, ou em equipamentos especializados, como mirantes e torres de observação. Exigem-se técnicas de interpretação ambiental com guias naturalistas especializados ou guias locais treinados;
- Visitas às comunidades locais/tradicionais – Proporcionam ao visitante trocas de conhecimentos, vivências e experiências culturais e experiências de regionalismos e marcas de miscigenação racial, tais como gastronomia, arquitetura, música, vestimentas e técnicas de subsistência, agricultura e pesca, agregam valor cultural ao roteiro ecoturístico;
- Visitas às propriedades rurais – Proporcionam ao visitante vivências da rotina do campo, aliada ao conhecimento sobre téc-

nicas de produção rural, tais como sistemas agroflorestais, cultivos agrícolas orgânicos, cultivo de ostras, incluindo degustação e venda de produtos.

Na temática Capacitação Profissional observou-se a dificuldade em identificar quais cursos de capacitação seriam necessários para qualificar melhor os moradores da Ilha. Diante disso, acredita-se que se deva buscar identificar demandas de capacitação em várias áreas profissionais em função do mercado, elaborar calendário anual de cursos e iniciativas de capacitação em Ecoturismo, desenvolver e apoiar projetos que visem à formação de uma rede de capacitação continuada para o turismo, além de investir na educação para o turismo na comunidade, abordando os impactos sociais e ambientais positivos e negativos.

No quesito Pesquisa Científica e Práticas Acadêmicas, identificou-se a falta de investigações aplicadas ao turismo e ao meio ambiente, além disso, muitas vezes não se têm retorno dos estudos realizados na localidade. Talvez algumas ações possam contribuir para minimizar esses problemas, como identificação de linhas de pesquisa específicas que contribuam para a aplicabilidade do turismo sustentável, direcionando-as para as necessidades locais e envolvendo a comunidade de forma que seus resultados contribuam para o desenvolvimento da localidade, a partir do estabelecimento de uma estratégia de identificação de entidades de pesquisa atuantes na região, melhoramento dos canais de comunicação com as entidades e a comunidade local de maneira a atender as suas expectativas.

Observou-se ainda que não foram citadas pesquisas sobre os ecossistemas, a fauna e flora, que podem ser relevantes, na medida em que dados gerados nesses trabalhos científicos podem ser organizados em espaços como museus naturais e tornarem-se atrativos ao turismo.

No sentido de uma articulação político-institucional, no tema Planejamento e Gestão, observou-se falta de articulação com o setor pú-

blico, privado e terceiro setor, além da falta de organização local para o desenvolvimento do turismo.

Na visão dos participantes, para otimizar os esforços devem ser promovidas ações de gestão política para sensibilizar governos e órgãos públicos, iniciativa privada e terceiro setor, com vista à valorização da importância do desenvolvimento do turismo sustentável na região; além de incentivar a criação e o fortalecimento de um grupo de trabalho local e promover capacitação em empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.

No tocante à dimensão Comunicação e Marketing, foram discutidas somente algumas estratégias de publicidade/propaganda e a inserção da Ilha Mem de Sá no mercado turístico. Foram identificados como problemas a falta de formatação e estratégias de marketing do produto “Ilha Mem de Sá” e um deficiente sistema de comunicação, tanto interno quanto externo. No sentido de vencer os obstáculos nessa temática, foram sugeridos estabelecer estratégias de marketing para aproveitamento do fluxo turístico regional, criar e fortalecer comissão para comunicação interna e externa, criar site, catálogo e vídeo promocional, sistematizar um banco de dados de contatos dos moradores que prestam serviços turísticos na Ilha, visitantes e agências de turismo e sistematizar a sinalização turística.

As características físicas de ambientes, como manguezais e rios, bem como o cenário rural do Ilha e de seu entorno, trazem uma perspectiva para o desenvolvimento do Ecoturismo. A relativa proximidade da localidade com um atrativo turístico de Aracaju, a Orla Pôr do Sol, que oferece passeios de barco, apontam para uma potencialidade da Ilha Mem de Sá como produto turístico do Estado de Sergipe. Entretanto, há uma comunidade sujeita às condicionantes que o turismo e as pressões de outra natureza podem se impor na localidade, e dessa feita, a autonomia e o preparo dos moradores para lidar com as transformações torna-se relevante.

Na análise do diagnóstico da realidade foi observado que a principal atividade de renda da comunidade é a pesca artesanal, mas devido à pesca predatória o recurso natural estaria diminuindo. Diante disso, surgiu a seguinte proposta para complementar a renda local: o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá. Este implica participação da comunidade em todo o processo do planejamento, de forma que ela possa se identificar e principalmente entender como funciona a gestão da atividade de Ecoturismo, para que se apropriem e tomem a iniciativa para algumas ações, na perspectiva de auto-gestão.

8.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desejos e prioridades levantados mostraram que as necessidades básicas são mais importantes, ante aos desejos pela atividade turística, o que demonstra lucidez coletiva, apesar das informações terem sido coletadas individualmente. Por outro lado, há sempre sentimentos de desconfiança da comunidade para quem chega à Ilha quanto a ações de pesquisa, extensão e promessas ou falta de clareza do que se pretende e os benefícios dos resultados para a comunidade.

Ressalta-se que num processo de planejamento, a materialização de ações para o turismo não é evidente para toda a comunidade e isso deve pautar as ações do próprio IFS na Ilha, como desafio ético, sem perder o foco da necessidade de planejar antes de estimular ações de mercado. Isso não significaria abdicar de ações que possam gerar visitação na Ilha, estimuladas pelo IFS, mas sim levantar ações possíveis de serem implementadas como uma fase de transição para um fluxo maior, enquanto as melhorias de infraestrutura básica pleiteadas são articuladas e viabilizadas.

Por outro lado, as propostas para o desenvolvimento de atividades turísticas fomentadas pelo IFS são aquelas que se compatibilizam com

a capacidade local de infraestrutura, de equipamentos e serviços, que não afetem de forma substancial a base de sobrevivência atual e nem a pesca artesanal.

Ações articuladas de melhoria de infraestrutura básica, exaustivamente apontadas como prioridades com esforços coletivos locais, possivelmente devam pautar o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá. Nesse sentido, o IFS pode desenvolver ações de pesquisa e extensão com ações de saneamento, paisagismo e construção civil, por exemplo. Seguramente, o processo de planejamento incluirá também a articulação com outras instâncias públicas e privadas para propor as melhores soluções para os problemas apontados.

A questão chave deste estudo é se o Ecoturismo poderia ser desenvolvido antes das melhorias de infraestrutura na comunidade. No entendimento dos autores, de acordo com as potencialidades naturais e culturais existentes na Ilha, pode-se trabalhar com determinado perfil de público que seja menos exigente quanto à infraestrutura, mas que perceba o valor do cenário e contato cultural, além da preocupação com a conservação ambiental. A visitação de grupos com foco educacional e científico pode promover fluxo de visitação nesse caminho. Além disso, há atividades nesse perfil que podem ser oferecidas e que não são impactantes de forma significativa, podendo ser monitoradas. O fluxo de visitação pode ser pequeno, mas com periodicidade, e não exigiria na maioria das vezes pernoite, reduzindo o impacto da estada sobre a ausência de infraestrutura de saneamento.

Outro aspecto relevante e de grande preocupação para o desenvolvimento do Ecoturismo com perfil comunitário é a questão da cooperação e iniciativas coletivas, as quais envolvem uma organização local madura. Esse aspecto é considerado vital, na medida em que a comunidade necessita estar organizada e articulada para auto-gestão das atividades turísticas de forma coletiva.

Por sua vez, a autonomia e empreendedorismo da própria comunidade, preconizada com ênfase no Ecoturismo de Base Comunitária, não podem ser atribuídos exclusivamente à associação de moradores. A própria associação não demonstra conseguir agregar esforços no sentido do turismo. Então, não se observaram esforços conjuntos, e sim, iniciativas isoladas no sentido de se estabelecer formas de associação ou cooperação que possam alavancar a qualidade do Ecoturismo proposto.

As possibilidades e diretrizes resultam de análises e sínteses técnicas, mas derivada de trabalho conjunto com a comunidade. As diretrizes traduzem a possibilidade de se perseguir e direcionar ações para o desenvolvimento do turismo, com compromisso do GPTEC-IFS de propor atividades comprometidas com a dinamização e inclusão da comunidade da Ilha Mem de Sá, a partir da organização social para auto-gestão do turismo.

A sistematização de ações na perspectiva de um planejamento estratégico representa o fechamento de uma fase entre GPTEC-IFS e comunidade da Ilha Mem de Sá. As fases seguintes do processo devem se traduzir em ações e experiências capitaneadas pela comunidade e parcerias estabelecidas. Nessa trajetória, o IFS através do GPTEC-IFS e dos cursos de turismo deverá registrar e participar com ações de ensino, pesquisa e extensão que lhes são peculiares.

REFERÊNCIAS

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; CARDOSO NETO, A.; CUNHA, J. C. S.. **Estudo do Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá Itaporanga d'Ajuda/SE**. GPTEC-IFS, 2009.

BRAGHINI, C. R. (Coord.). **Planejamento Estratégico Participativo para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda - SE**. Projeto de PIBIC 2012. Instituto Federal de Sergipe. Aracaju, abril de 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**. Brasília: 2007.

CORIOLOANO, L. N. M.. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005.

CUNHA, J. C. S.; BRAGHINI, C. R. B.; PISCANÇO, C. S.; VIEIRA, L. V. (Org.). **Diagnóstico prévio da Ilha Mem de Sá**. Aracaju: GPTEC-IFS, 2010.

FENNEL, D.. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

HORWICH, R. H.; MURRAY, D.; SAQUI, E.; LYON, J.; Godfrey, D.. O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2004. p. 257-284.

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICA. **Elaboração de Plano de Ação em Unidade de Conservação**. Rio de Janeiro, 2006, 22p. Programa Petrobras Ambiental. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 21 de março de 2012.

IRVING, M. A.. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.). **Nas trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: RIMA, 2008, p. 138-141.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2004.

MALDONADO, C.. O turismo rural comunitário na América Latina gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.25-44. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

PETROCCHI, Mário.. **Turismo: Planejamento e Gestão** – São Paulo: Futura, 2008.

PIRES, P. dos S.. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

SALAZAR, Sergio (Coord.). **Certificação em Turismo**: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. Brasília: WWF-Brasil, 2001.

SEBRAE. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília: SEBRAE, 2013.

TIFFANY, P., PETERSON, S. D.. **Planejamento Estratégico**: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

TREVIZAN, S. D. P. (Org.) & Col. **Comunidades sustentáveis**: a partir do turismo com base local. Ilhéus, BA: EDITUS, 2006.

VIEIRA, L. V. L.; BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; CUNHA, J. C. S.; CARDOSO NETO, A.; GONÇALVES, L. C.. **Ecoturismo e desenvolvimento local sustentável na Ilha Mem de Sá Itaporanga d'Ajuda/SE**. Projeto edital PROEXT MEC-2012. Aracaju: GPTEC-IFS, 2012.

WWF BRASIL. **Sociedade e Ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável. Vitae Civilis: WWF Brasil: Peirópolis, 2003.

WWF. **Guideline for community-based ecotourism development**. Le-dbury,UK: WWF-International. July, 2011.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo**: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, S. (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

CAPÍTULO 9

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO GASTRONÔMICO PARA O FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ, SERGIPE



Luiz Carlos Gonçalves
Chirlaine Cristine Gonçalves
Sueli José Pereira Correa
Flávia de Oliveira Paulino

9.1 INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno que envolve elementos com diversas perspectivas: o turista, na sua busca por experiências e satisfações; os prestadores de serviços, que concebem o turismo na expectativa de obtenção de lucros; o governo ao considerar a atividade como um fator de riqueza local, regional e até nacional; e a comunidade do destino, ao considerar de maneira acertada a atividade turística como geradora de emprego e renda (IGNARRA, 2013). Para Barbosa e Zanot (2005, p. 89), “o turismo é apresentado hoje como um setor capaz de promover a aceleração econômica e o incremento nas áreas social, cultural e ambiental”. Traz, junto ao desenvolvimento, impactos negativos e positivos, sendo necessárias políticas públicas para que o turismo de fato se sustente em uma dada localidade ou destino.

Para Sachs (1993), um novo conceito de desenvolvimento deve levar em conta a sustentabilidade social, que representa a distribuição de ren-

da e diminuição da desigualdade nos padrões de vida e a sustentabilidade econômica, privilegiando a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos. Considera ainda a sustentabilidade ecológica, de modo que o desenvolvimento econômico não comprometa a reprodução dos ecossistemas, e a sustentabilidade espacial, expressa no equilíbrio entre as relações do espaço rural e urbano, além da sustentabilidade cultural, nas suas ações de valorização das diversas formas de relação entre o homem e a natureza. Especificamente sobre a sustentabilidade na atividade turística, a Organização Mundial do Turismo (2003) indica que o turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico, ou seja, é capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações. Os destinos ou empreendimentos que investem no turismo sustentável geram trabalho e renda para as gerações presentes, assim como para as gerações futuras.

A busca pela sustentabilidade no turismo não é algo recente, o que não significa que se tenha alcançado um turismo sustentável em sua plenitude. No entanto, o movimento em direção a um modelo de turismo mais equilibrado, que privilegie a grandes e pequenos investidores e também mantenha a originalidade dos espaços turísticos e, principalmente, de pequenas comunidades que são núcleos receptores de visitantes, tem se ampliado e novas propostas vêm tomando forma. Isso se deve aos efeitos da globalização e do debate recente que critica o desenvolvimento industrial capitalista em favor de um desenvolvimento sustentável. Para Coriolano (2003, p. 164), “o turismo e o desenvolvimento acontecem em escalas locais e globais. Há que se identificar as tônicas e abordagens dadas ao processo de desenvolvimento e ao desenvolvimento do turismo nos diferentes lugares”.

Verificam-se na literatura que diversas instituições e órgãos de pesquisa do setor vêm demonstrando preocupações com as questões sociais, econômicas e ambientais devido aos impactos, geralmente atrelado ao turismo de massa. Nesse cenário, surgiram algumas tipologias

de turismo no Brasil propostas pelo MTur, a exemplo do Ecoturismo, comumente visto como mais “sustentável”, quando comparado ao turismo de massa (BRASIL/MTUR, 2010a).

Barbosa e Crispim (2015, p. 179) acrescentam de maneira acertada que “o Ecoturismo é um segmento da atividade turística que pode configurar-se em tipos de atividades econômicas sustentáveis, quando bem planejadas, e que em alguns casos tem apresentado bons resultados em comunidades”. Por essa linha de pensamento sobre o Ecoturismo, outras propostas com um viés mais equitativo e sustentável também despontaram nos últimos anos, a exemplo do Turismo de Base Comunitária (TBC), um modelo de gestão da atividade turística e uma alternativa ao turismo de massa, pois dentre as suas vertentes, tem-se a preocupação com a quantidade de pessoas que irão visitar as regiões receptoras.

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo no Brasil, houve o reconhecimento das iniciativas de TBC pelo próprio órgão “como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do país, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC” (BRASIL/MTUR, 2010b, p. 17). Segundo Coriolano (2006), o TBC está voltado para o interesse dos residentes, da valorização e manutenção da identidade local, como por exemplo a alimentação.

No turismo, a alimentação e seus serviços de gastronomia, que envolvem a nutrição, alimentos e bebidas (A&B), têm um papel de grande importância para o bom desempenho da atividade turística. Esta associação entre a alimentação e o turismo ocorre desde a produção de alimentos, os serviços de alimentação nas localidades turísticas, áreas A&B de pousadas e hotéis, até às refeições servidas nos transportes dos turistas (SANTOS, 2003).

Marquette (2007), com base nas informações da Organização Mundial do Turismo, sugere a inclusão de aconselhamento técnico ou de-

monstração dos procedimentos, os quais potencializam o atendimento aos padrões de higiene na produção da alimentação. Os alimentos preparados para serem servidos em restaurantes e meios de hospedagem nos destinos turísticos, devem primar pelo cuidado com a segurança e a qualidade no processo de preparação, evitando sua contaminação. E, além de saborosos e seguros, devem ter boa aparência. Desta forma, é relevante estimular a gastronomia local, sem agressão ao meio ambiente e com valorização da fauna e da flora local e regional.

Para o Turismo, a alimentação representa não apenas a satisfação de uma necessidade fisiológica do visitante, mas, muitas vezes, pode determinar a escolha do destino. Castelli (2006, p. 271) argumenta ainda que “a refeição tem sido uma ocasião ímpar para a prática da sociabilidade e da convivência na longa caminhada do homem para chegar até a sociedade contemporânea”.

Fagliari (2005) estudou a ligação do turismo com a gastronomia, visto que estas duas áreas se complementam, possibilitando a interação que pode vir a gerar experiências satisfatórias e inesquecíveis para os turistas. Para a referida autora,

a alimentação tem um importante papel nas viagens, tanto como oferta técnica quanto como atrativo turístico. É necessário que os profissionais envolvidos nessa área compreendam as relações existentes entre esses elementos, pois só assim é possível utilizá-los da maneira correta (FAGLIARI, 2005, p. 8).

A indústria de pescado utiliza uma vasta gama de espécies para a elaboração de produtos comestíveis, variando desde peixes, moluscos, crustáceos até mesmo anfíbios (BRASIL, 1984). O desenvolvimento de novos produtos à base de peixes e outros derivados da pesca podem agregar valor ao produto e à cadeia produtiva, em função da aceitabilidade do consumidor (BORDIGNON et al., 2010).

Nos últimos anos, o curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) tem desenvolvido atividades, incluindo ações de pesquisa e extensão regional, dentro da linha de Desenvolvimento Local Participativo e contemplando o Ecoturismo, propondo que a comunidade seja auto gestora e também empreendedora coletiva de ações ecoturísticas, atuando de forma responsável no desenvolvimento sustentável das localidades. Uma dessas localidades contempladas nas atividades é a comunidade da Ilha Mem de Sá, pertencente ao município de Itaporanga d' Ajuda, no Litoral Sul de Sergipe, que tem a pesca tradicional como uma atividade econômica muito relevante para seus moradores.

Na Ilha Mem de Sá, entre os pescados capturados pelas marisqueiras¹, está o caranguejo aratu vermelho (*Goniopsis cruentata*)². Vale ressaltar que a comunidade possui em suas práticas econômicas, forte interação com a natureza. A extração de recursos naturais constitui a base de sua fonte de renda, sendo as espécies que melhor representam os manguezais da Ilha, beneficiando a comunidade que utiliza destes recursos para o consumo e/ou comercialização de crustáceos, também explorando como iguaria gastronômica turística local (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014).

Nesse sentido, desenvolver um produto alimentício inovador, com a utilização de matéria prima local da Ilha Mem de Sá, configura-se como um importante atrativo com viés de promoção da sustentabi-

1 Segundo Vasconcelos *et al* (2012), marisqueiras são mulheres que trabalham na mariscação, e extraem crustáceos e moluscos nas regiões de manguezal. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_19/PDF/29.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

2 Aratu é o nome popular de diversos caranguejos semi-terrestres do mangue, principalmente da família dos sesarmídeos. Destas, a mais importante é o *Goniopsis cruentata* (Latreille, 1803), considerada uma importante espécie comestível. Possui "diversos nomes populares regionais como: "Aratu vermelho", "Aratu vermelho-preto", Aratu do mangue", "Maria-mulata", "Carapinha", "Espia-moça", "Túnica", "Anajá", "Bonitinho". (PLANETA INVERTEBRADOS, 2014). Disponível em: <http://www.planetainvertebrados.com.br/index.asp?pagina=especies_ver&id_categoria=25&id_subcategoria=24&com=1&id=190&local=2>. Acesso em: 10.05.2019.

lidade local e uma excelente alternativa de fortalecer a economia de base comunitária.

Diante o exposto, o presente capítulo tem como objetivo principal discutir sobre a capacitação em produção de linguça de aratu vermelho para as marisqueiras da Ilha Mem de Sá, bem como orientar sobre a manipulação correta do catado³, enfatizando aspectos de boas práticas de fabricação de linguça e de manejo adequado na pesca de crustáceos na perspectiva de minimizar impactos ambientais no manguezal.

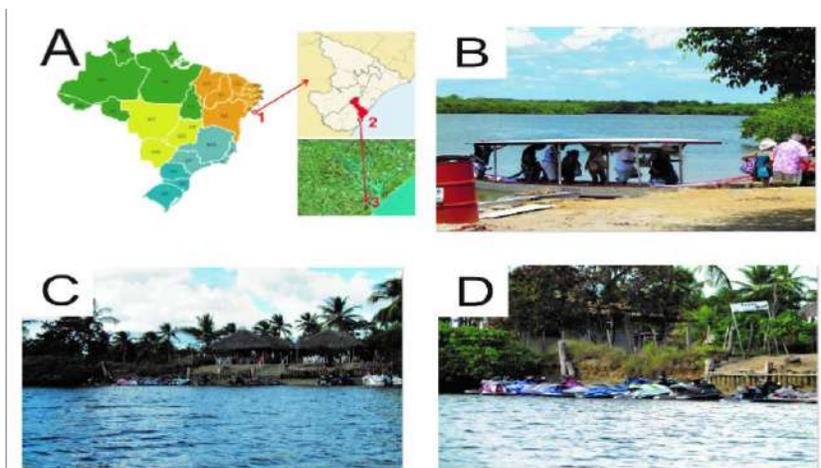
9.2 METODOLOGIA

9.2.1 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho foi realizado com as marisqueiras na própria comunidade, Ilha Mem de Sá (Figura 1), em janeiro de 2017, cuja mobilização dos atores sociais ocorreu através da pesquisa de campo, realizada para a Dissertação de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-Graduação do PRODEMA/UFPB (GONÇALVES, 2017). Vale ressaltar que o projeto foi previamente submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e obteve aprovação através do parecer de nº 1.462.973-2016.

3 Segundo Magalhaes *et al* (2011), catado é o nome popular utilizado pelos catadores e marisqueiras após a fervura dos caranguejos (do tipo, uçá, aratus, guaiamum, siri dentre outros) retirado a carne pré-cozida e condicionada em sacos plásticos de 1Kg, para serem comercializadas para população local, feiras, mercados e restaurantes. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v11n2/en/abstract?article+bn01011022011>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

Figura 1: Contextualização da área de estudo. A: Localização da Ilha Mem de Sá, município de Itaporanga D'Ajuda, Sergipe; B: Chegada de turistas na Ilha; C: Bares da Ilha; D: Cais.



Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.
Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

9.2.2 ETAPAS DO TRABALHO

A capacitação foi desenvolvida em quatro momentos: oficina de sensibilização e de boas práticas no manejo ambiental; observação do processo de obtenção do catado de Aratu Vermelho; oficina de boas práticas de manipulação de alimentos; e oficina de produção das linguças de Aratu Vermelho.

Etapa 1 - Oficina de Sensibilização e de Boas Práticas no Manejo Ambiental

As oficinas de capacitação para as marisqueiras da Ilha Mem de Sá foram divididas em duas partes: inicialmente realizou-se uma palestra de sensibilização ambiental nas instalações da escola pública da comunidade, no período da manhã, e utilizou-se como recurso a car-

tilha para educação ambiental de manguezais (ALVES, 2001). Nesse momento, foram abordados os seguintes temas: Educar para Proteger, abordando assuntos sobre aspectos geográficos, históricos e socioambientais da Ilha; e Legislação Ambiental e Educação Ambiental das Regiões do Manguezal. Posteriormente, as orientações das boas práticas no manejo ambiental foram repassadas durante visita *in loco* no manguezal da região.

Etapa 2 – Observação do processo de obtenção do catado de Aratu Vermelho

Na comunidade, a carne do Aratu Vermelho é conhecida popularmente como “catado”. Para o desenvolvimento do produto gastronômico, a catado de Aratu Vermelho foi adquirido das próprias marisqueiras que pescaram os crustáceos e os prepararam de forma artesanal, na própria comunidade. Após o expediente de trabalho no manguezal, as marisqueiras chegaram com o produto da pesca acondicionado em balaios ou baldes plásticos. Já em suas residências, foi preparado um caldeirão com água, em nível suficiente para ferver os aratus. Após fervura da água, esses crustáceos foram despejados diretamente na água quente durante 15 minutos. Após cozidos, adquiriram uma coloração avermelhada na carapaça; e a partir daí foram retirados da panela e transferidos para uma mesa limpa. Quando os crustáceos atingiram uma temperatura que permitia o manuseio, as marisqueiras usaram pequenos martelos ou soquetes de madeira para quebrar a carapaça e expor a parte cárnea. Começou-se então o processo de retirada das carnes das partes comestíveis e posterior desfiamento manual do produto. Uma vez desfiada, a carne foi acondicionada em embalagens plásticas de 0,5 Kg ou 1,0 Kg e seguiram para refrigeração em geladeira doméstica, até o momento da produção das linguças. É importante destacar que todo esse processo é realizado manualmente e diaria-

mente pelas marisqueiras, não existindo acúmulo de animais para dias subsequentes. A espécie de caranguejo Aratu Vermelho utilizada na oficina pode ser visualizada na figura 2.

Figura 2: Espécies de caranguejo Aratu Vermelho na produção de linguças.



Crédito Fotográfico: Planeta Invertebrados, 2019.

Etapa 3 – Oficina de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos

Nessa etapa, as atividades foram realizadas no local onde são preparados os catados. As marisqueiras receberam orientações sobre as boas práticas de higiene e manipulação de alimentos conforme a cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, baseada na RDC 216/2004 (BRASIL, 2001).

Etapa 4 – Oficina de Produção das Linguças de Aratu Vermelho

O repasse das técnicas para a produção da linguça de aratu vermelho foi realizado com a ficha técnica do produto, desenvolvido no Laboratório de Alimentos e Bebidas do curso de Gestão de Turismo do IFS, conforme demonstrada no quadro 1. Os custos de produção também foram apresentados durante a capacitação.

Quadro 1: Ficha Técnica de Custo e Fabricação da Linguiça, Aratu Vermelho.



Ingredientes	%	Quantidade Líquida	Unidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Bruto (R\$)
Catado de aratu vermelho	50,0	0,500	Kg	35,00	17,50
Proteína de soja	20,0	0,200	Kg	12,50	2,50
Toucinho	18,0	0,180	Kg	8,00	1,44
Sal	2,4	0,024	Kg	2,20	0,05
Alho em pó	0,20	0,002	Kg	39,20	0,08
Alho/cebola/salsa desidratado	0,10	0,001	Kg	44,90	0,04
Pimenta em pó	0,20	0,002	Kg	34,20	0,05
Páprica defumada	0,20	0,002	Kg	72,00	0,11
Goma xantana	1,00	0,010	Kg	48,00	0,48
Água gelada	8,00	0,080	Kg	7,00	0,56
Tripa suína desidratada	-	0,028	Kg	42,00	1,18
Custo total da receita (com o catado) R\$					23,99
Custo total da receita (sem o catado) R\$					6,49
Rendimento da receita (kg)					1,00
MODO DE PREPARO:					
1) Desfiar a o catado de Aratu Vermelho;					
2) Pesar todos os ingredientes, separadamente;					
3) Hidratar a proteína de soja em recipiente com água por 15 minutos;					
4) Hidratar a tripa em recipiente com água por 15 minutos;					
5) Em uma vasilha misturar o catado, a soja e o sal e mexer bem. Acrescentar o toucinho, os temperos e misturar novamente. Por último adicionar a goma xantana e a água gelada, misturando bem até obter uma massa de consistência pastosa;					
6) Deixar descansar por 30 minutos em geladeira, coberta com filme plástico;					
7) Embutir na tripa a massa, em gomos padronizados;					
8) Armazenar sob refrigeração durante 4 dias ou sob congelamento até 30 dias, devidamente identificados.					

Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

9.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa, nove marisqueiras da comunidade se comprometeram em ser multiplicadoras dos conhecimentos recebidos nas oficinas. Os participantes compreenderam a importância dos cuidados com o manguezal e o meio ambiente, principalmente com os crustáceos, que são os recursos naturais que podem ser utilizados para a produção de diversos produtos, como por exemplo, a linguça de aratu vermelho, a qual poderá servir como uma fonte alternativa de renda para a comunidade. As atividades desenvolvidas na comunidade Mem de Sá podem ser visualizadas na figura 3.

Figura 3: Realização da etapa 01 – Sensibilização dos pescadores da Ilha Mem de Sá e visita in loco ao manguezal. A) Cartilha utilizada como referência; B) Oficina de sensibilização; C, D, E) visita na região de manguezal utilizada para pesca extrativista.

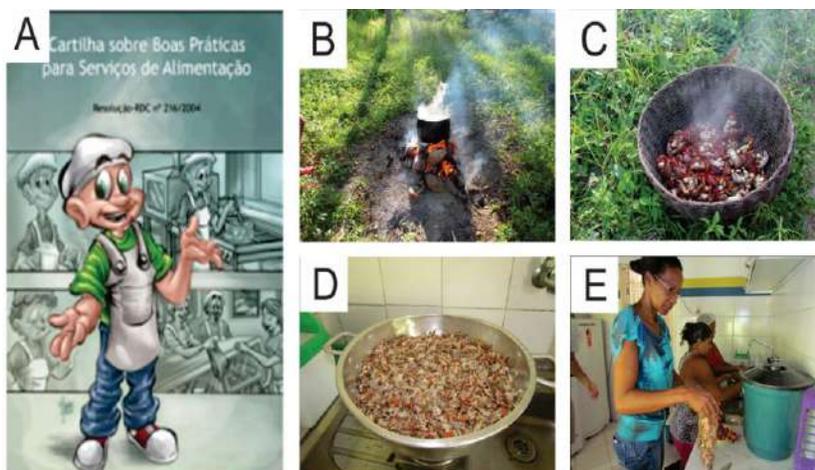


Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Na segunda etapa foram acompanhados todos os momentos de obtenção da carne do catado de Aratu Vermelho a fim de verificar e corrigir os pontos críticos, nos quais podem ocorrer contaminações desse produto. Nesse momento, respeitou-se o processo tradicional de

preparo do catado sem interferência, sendo feita apenas a observação pelo facilitador (Figura 4).

Figura 4 - Capacitação das boas práticas de higiene e manipulação do catado. A) Cartilha da ANVISA sobre Boas Práticas de Fabricação; B e C) Observação da produção do catado; D e E) Orientação para obtenção do catado com melhor qualidade higiênica.



Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.
Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Já na etapa 3, cinco marisqueiras participaram da oficina de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, em conformidade com a cartilha de Manipuladores de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, realizada no próprio local de obtenção do catado. As marisqueiras receberam orientações sobre as condições de higiene do local de produção, dos equipamentos e utensílios utilizados nos processos, higiene pessoal, potabilidade da água utilizada e controle de pragas. Foram ressaltadas as orientações sobre a manipulação do catado do Aratu Vermelho além do acondicionamento e armazenamento, considerados pontos críticos que devem ser controlados para evitar a contaminação desses alimentos.

Na etapa 4, “Oficina de Produção das Linguiças de Aratu Vermelho”, somente duas marisqueiras participaram do repasse das técnicas de elaboração da linguiça. Esse número reduzido de participantes ocorreu em função do pequeno espaço na cozinha cedida para a capacitação.

O fluxo de produção foi realizado com o auxílio da ficha técnica da linguiça de Aratu Vermelho. Foi feito o pré-preparo das linguiças, com as etapas de separação dos ingredientes e pesagens, conforme Figuras 5A, 5B, 5C e 5D.

Figura 5: Pré-preparo das linguiças de Aratu Vermelho. A, B e C) Separação e pesagem dos ingredientes; D) Preparo da massa para fabricação das linguiças.



Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Posteriormente, foi realizada a mistura manual da massa (Figura 5D), que permaneceu em repouso durante 30 minutos sob refrigeração para absorção dos temperos. Após o repouso da massa, foi realizado o embutimento das linguiças, em tripas naturais, previamente hidratadas em água potável. As linguiças foram amarradas em gomos de 8 cm, com auxílio de pedaços de barbantes (Figuras 6A, 6B, 6C).

Figura 6: Embutimento das linguiças. A) Preparo da tripa na embutideira; B) Embutimento do produto; C) Amarração em gomos.



Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

O produto linguiça (Figura 7A) foi levado para cocção em churrasqueira elétrica, por 30 minutos de cada lado (Figura 7B) e posteriormente foi feita a sua degustação no próprio local com os atores participantes da oficina. A capacitação foi finalizada com a entrega dos certificados para as marisqueiras participantes (Figura 7C).

Figura 7: Finalização das oficinas de capacitação ambiental e gastronômica na Ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, Sergipe, Brasil.



Crédito Fotográfico: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017.

9.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação realizada na Ilha Mem de Sá apresentou resultados satisfatórios para todos os envolvidos. As marisqueiras da comunidade pesqueira relataram que as oficinas propiciaram novos conhecimentos sobre o meio ambiente e o correto manejo durante as pescas do Aratu Vermelho a fim de preservar o manguezal.

Foram relatadas percepções positivas quanto à produção de produtos inovadores e com valores agregados, utilizando como matéria-prima principal o Aratu Vermelho da própria localidade. Também foram positivas as percepções das marisqueiras quanto aos novos conhecimentos sobre higiene e manipulação dos alimentos e sua importância

para garantir a segurança do alimento que será consumido pelos turistas e visitantes na localidade.

Embora o resultado da aplicação das oficinas tenha sido extremamente proveitoso para ambas as partes, cabe ressaltar que algumas dificuldades foram encontradas para o repasse das técnicas de produção. Inicialmente, as oficinas gastronômicas seriam realizadas no Laboratório de Alimentos e Bebidas do Instituto Federal de Sergipe. No entanto, por duas vezes, o encontro foi desmarcado pelas marisqueiras que justificaram a ausência devido aos compromissos com as atividades da pesca ou com seus afazeres domésticos.

Mesmo para a realização das oficinas na comunidade, houve dificuldade para reunir todas as marisqueiras, que justificaram a ausência pelas mesmas razões anteriores, incluindo também nas justificativas a baixa da maré nos horários marcados, que representa oportunidade de maior volume de pesca.

Em relação à ficha técnica, as marisqueiras apresentaram constrangimento devido à dificuldade com a própria leitura e o entendimento com os valores das unidades de medida. Nesse caso, sugere-se que em próximas atividades, seja incluída na ficha técnica, uma unidade de equivalência de pesos e medidas, para que as marisqueiras possam utilizar durante as suas produções. Ou ainda, uma ação de extensão com conteúdo de matemática básica, para facilitar o entendimento dos cálculos dos custos dos produtos desenvolvidos.

A linguixa elaborada à base do Aratu Vermelho apresentou-se com boa qualidade, superando as expectativas das marisqueiras. A degustação do produto, de caráter não científico, realizada apenas pelos condutores da pesquisa e marisqueiras, apresentou um produto com cor, aroma e sabor agradáveis, típico de espécies suculentas. Sugere-se a continuidade deste estudo para que análises sensoriais possam ser realizadas com fins científicos para comprovar a aceitabilidade e viabilidade comercial destes alimentos frente à potenciais consumidores.

Por fim, mediante toda a experiência adquirida no decorrer desse trabalho, verificou-se que o desenvolvimento de um produto gastronômico inovador, a partir de recursos naturais próprios da comunidade e de forma sustentável, foi fundamental no sentido de representar uma alternativa para incrementar os serviços turísticos com qualidade e promover, dessa forma, o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá.

PARCERIA

Este trabalho é fruto de pesquisa de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PRO-DEMA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e contou com a parceira do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para sua execução.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. R. P. **Manguezais**: educar para proteger. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. 96p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- BARBOSA, L. G. M.; ZAMOT, F. S.. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras. In: BARBOSA, L. G. M.; ZOUAIN, D, M. (Orgs.). **Gestão em turismo e hotelaria**: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004.
- BARBOSA, I. K. P; CRISPIM, M. C.. Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 1. Fev/abr. p. 176-192, 2015.
- BORDIGNON, A. C.; SOUZA B. E.; BOHNENBERGER L.; HILBIG C. C.; BOSCOLO W.; FEIDEN A.. **Elaboração de croquete de tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) a partir de CMS e aparas do corte em V do filé e sua avaliação**

físico-química, microbiológica e sensorial. Maringá v. 32, n. 1, p. 109-116, 2010

BRASIL, **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**, RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Decreto nº 120691. Brasília, 1984.

_____, **Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário da República Federativa do Brasil, 16 set. 2004. Disponível em: <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/NEVS/Alimentos/cartilha_gicra_final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Segmentação do Turismo. Marcos Conceituais.** Brasília – DF: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

CASTELLI, G.. **Gestão Hoteleira.** São Paulo: Saraiva, 2006. 586p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Passos. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 2, 2003, p. 161-171.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo comunitário:** indícios de mudanças. Anablume, São Paulo, 2006.

FAGLIARI, Gabriela. S.. **Turismo e alimentação.** Análise introdutória. São Paulo: Roca, 2005.

GONÇALVES, L. C.. **Fortalecimento do turismo de base comunitária na ilha Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda, SE, através da gastronomia.** Dissertação de Mestrado, UFPB- PRODEMA, 2017.

IGNARRA, L. R.. **Fundamentos do turismo.** 3ª Ed. São Paulo: Senac, 2013, 228p.

MAGALHAES et al.. **Saberes pesqueiros relacionados à coleta de siris e caranguejos (Decapoda: Brachyura) no município de Conde, Estado da**

Bahia. 2001. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v11n2/en/abstract?article+bn01011022011>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

MARQUETO, R F.. Gerenciamento Integrado ao Meio Ambiente no Turismo: Caso da Rota Gastronômica da Quarta Colônia. **Revista Produção On Line**, Florianópolis, v. 7, n. 3, novembro, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama do Turismo no Mundo (OMT)** – 2003. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatistica_e_indicadores_Turismo_no_mundo_2013.pdf>. Acesso em 08.04.2016.

PLANETA INVERTEBRADOS, **Espécies, aratu vermelho** 2014. Disponível em: <http://www.planetainvertebrados.com.br/index.asp?pagina=especies_ver&id_categoria=25&id_subcategoria=24&com=1&id=190&local=2>. Acesso em 10.05.2019.

RIBEIRO, J. N; ANDRADE, T. S; BRAGHINI, C. R.. Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Estado de Sergipe, **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 12, p. 409-424, 2014.

SACHS, I.. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, A. P. M.. Turismo e oferta alimentar, nos restaurantes de Balneário Camboriú – SC. 2003. 93 f. **Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria)** - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

VASCONCELOS et al. **Trabalho, meio ambiente e saúde em comunidades marisqueiras de Sergipe**, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_19/PDF/29.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CAPÍTULO 10

COMUNIDADES LITORÂNEAS QUE SE VISITAM E SE FORTALECEM PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SERGIPE

Thatiana Carvalho Santos
Claudio Roberto Braghini



10.1 INTRODUÇÃO

Em busca de novos caminhos para o turismo em Sergipe, ações como o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária (TBC) têm sido desenvolvidas, sobretudo no litoral. O curso de Gestão em Turismo do IFS tem atuado na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento de iniciativas no estado, especialmente na Ilha Mem de Sá. Uma dessas oportunidades foi a execução de um Projeto de Extensão que visava, através da troca de experiências, o fortalecimento dos processos de desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá, município de Itaporanga D’Ajuda e no Povoado Ponta dos Mangues, município de Pacatuba. Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo é apresentar os principais aspectos levantados durante o intercâmbio entre estas duas iniciativas de turismo com perfil comunitário¹.

As atividades ocorreram entre o mês de junho de 2013 e abril de 2014. As informações aqui apresentadas foram coletadas a partir de atividades participativas mediadas pela equipe do projeto e orientadas por questões previamente definidas e aplicadas aos participantes

do intercâmbio em dois momentos. O primeiro, na etapa do projeto referente ao diálogo entre as comunidades, que ocorreu nos dias do intercâmbio propriamente dito. E o segundo, na etapa de avaliação, que retrata a percepção das comunidades participantes sobre três pontos: as características de cada uma, aspectos do Ecoturismo de Base Comunitária e questões relacionados ao intercâmbio.

As duas experiências de turismo com perfil comunitário em Sergipe, descritas nesse estudo, demonstram a força da ideia que advém de outras partes do Brasil e da América Latina e continua a ecoar, no sentido da resiliência das comunidades locais face às transformações territoriais, principalmente nas áreas litorâneas.

10.2 O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CAMINHOS PARA COMUNIDADES LITORÂNEAS DE SERGIPE

A degradação ambiental vinculada às questões econômicas ganha dimensão social ampliada na década de 1970, e foi a partir dessas reflexões que novos conceitos referentes ao desenvolvimento e meio ambiente alcançaram a atividade turística. Observam-se manifestações para conceber formas alternativas de turismo, como contraposição ao fenômeno do turismo de massa (PIRES, 2002; NEIMAN; RABINOVICI, 2010). Nesse contexto, a partir de movimentos ambientalistas e da busca de novas visões de desenvolvimento econômico atrelado à qualidade ambiental e inclusão social, surgiu o Ecoturismo (MTUR, 2010), que propõe estabelecer uma relação entre a atividade turística em áreas naturais em consonância com as comunidades que vivem nestas ou em seu entorno.

Recorrendo à literatura, percebe-se uma ampla conceituação para este segmento do turismo. Pires (1998) relata os setores da sociedade que têm interesse no Ecoturismo – o *trade* turístico, área governamental e os organismos oficiais, as organizações não governamentais, as

populações residentes nos destinos, o público turista e suas diferentes motivações, além do meio acadêmico – e afirma que estes tendem a designar seus próprios conceitos de acordo com seus interesses, resultando em um grande número de terminologias e definições.

Frequentemente, o termo “Eco” é utilizado de forma inadequada e até enviesada, com o desejo de atender ao aumento da demanda por viagens na natureza resultante da vida atribulada nas cidades e incrementar os lucros. A indústria turística também se apropria do termo, mesmo que nem sempre cumpra na prática com o que se oferece. Essa realidade tende a confundir os viajantes e desta forma, algumas condicionantes devem ser verificadas para que de fato a atividade seja enquadrada como ecoturística.

Conforme Pires (1998), antes das condicionantes, a atividade deve acontecer na natureza, em seu estado natural sem alterações humanas significativas, sendo esta uma condição fundamental.

Em seu amplo estudo acerca do tema, Monforth (1993 apud PIRES, 1998) propõe que a prática ecoturística precisa satisfazer aos seguintes critérios: sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; possuir aspecto educativo; e prezar pela participação da comunidade local.

Dentre alguns conceitos reconhecidos atualmente tem-se o utilizado por Honey (2008) que reforça o papel do Ecoturismo como aquele que ajuda a educar o viajante; proporciona recursos para a conservação; beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o poder político de comunidades locais, e estimula o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos. Destaca-se, então, que o Ecoturismo tem um caráter interpretativo, de sensibilização e educação ambiental. Deste modo, os ecoturistas são pessoas que se apresentam motivadas para aprender sobre aspectos da natureza e das culturas visitadas (MARAFIGA; SEVERO, 2010).

O Ecoturismo se aproxima do TBC na medida em que ambos se preocupam com o desenvolvimento e envolvimento das comunidades

receptoras. Todavia, o primeiro evidencia fortemente a natureza, sendo condição fundamental para existir. Já no segundo, prevalece aspectos relacionados ao protagonismo das organizações comunitárias na gestão da atividade em prol do desenvolvimento local, embora considere a natureza importante e sua preservação seja desejada enquanto consequência desse modelo de gestão. Nesse sentido, cabe referenciar que qualquer segmento turístico pode ser de base comunitária, sendo um deles o Ecoturismo de Base Comunitária.

O TBC emerge como uma alternativa capaz de fortalecer a organização social e minimizar os impactos gerados pelo turismo convencional massificado. Por extensão, o termo Ecoturismo de Base Comunitária deriva das características dos atrativos presentes nas comunidades, do modelo de planejamento e gestão do turismo, conjugados aos fundamentos do Ecoturismo e do TBC. De acordo com Mitraud (2003), trata-se de um turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes de conservação da biodiversidade.

Sansolo e Bursztyn (2009), em estudo com 25 iniciativas com o TBC no Brasil, afirmam que a maioria destas está ocorrendo no Nordeste e detecta pontos similares entre elas, tais como: as iniciativas ocorrem em pequenas comunidades; 80% das ações analisadas estão no entorno ou no interior de Unidades de Conservação; tem na água (rios e praias) um grande atrativo, e contam com apoio, normalmente externo, de ONGs ou Universidades.

Vale ressaltar que as duas localidades que fazem parte deste estudo possuem características similares quanto ao seu modo de vida e à vulnerabilidade frente às transformações dos espaços litorâneos e identificam-se com os pontos convergentes das iniciativas estudadas neste último relato.

Nos últimos anos, a atividade turística no estado de Sergipe tem apresentado crescimento significativo. De modo geral, o turismo de-

envolve-se em direção ao que se conhece como turismo de massa, que na grande maioria é representada pelo binômio sol e mar (MACEDO et al., 2011).

Os grandes empreendimentos da capital Aracaju hospedam e fornecem serviços para os turistas e estes, por meio das principais agências receptoras, partem em viagens curtas, comumente chamadas de “bate e volta”, a partir da capital, para os demais atrativos e destinos turísticos já consolidados no litoral e interior do Estado, tais como os Cânions e a Foz do Rio São Francisco, e até mesmo na Bahia, como o Mangue Seco.

Dentre os principais atrativos de Sergipe se reconhece o litoral. Além da capital, alguns municípios ribeirinhos e os povoados dos litorais norte e sul fazem parte dos roteiros já existentes ou possuem potencialidades para serem utilizados turisticamente. Entretanto, em muitas localidades visitadas fora da capital não há ofertas de serviços estruturados, e o envolvimento de seus moradores com a prática da atividade turística ocorre de forma tímida e incipiente. Geralmente, os turistas usufruem das paisagens e belezas naturais destas comunidades, porém, pouco se mantém contato com os moradores e com a riqueza de seu patrimônio comunitário.

A tendência é de que, aos poucos, em busca de bons negócios, os empresários do turismo comecem a investir nestas comunidades com potencial, resultando em especulação imobiliária. Bursztyn *et al.* (2009) explicam sobre a articulação dos governos nordestinos entre as ações do PRODETUR/NE com políticas que favoreceram o investimento de grandes grupos transnacionais interessados em desenvolver polos turísticos, replicando megacomplexos hoteleiros e de lazer, gerando implantação das chamadas “ilhas de paraíso”, que culminou em impactos irreversíveis para as comunidades onde foram instaladas. No Litoral Sul de Sergipe, obras de estradas e pontes já foram realizadas por este programa com o propósito de impulsionar o turismo no

Estado, beneficiando empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e ampliando o espaço para novos investimentos (SANTOS; VILAR, 2012).

No Brasil, muitas colônias pesqueiras tornaram-se relevantes núcleos receptores de turistas, nacionais e internacionais, e acabaram perdendo as suas características e seus espaços para dar lugar a um turismo excludente, pois na grande maioria das vezes a população local fica à margem dos ganhos e benefícios gerados pelo turismo de massa (MACEDO et al., 2011).

Deste modo, semelhante a outras realidades, o turismo vem se instalando em Sergipe, sem garantia da participação das comunidades na construção do contexto turístico de suas localidades, como também, a preservação do ambiente e de suas práticas socioculturais. Esse cenário é recorrente em outros estados e regiões e foi na busca de alternativas democráticas e sustentáveis, que se iniciou no Brasil um movimento em prol de outros tipos de turismo.

Na Amazônia, por exemplo, desde os anos 1990 o Ecoturismo passou a ser visto como uma forma de desenvolvimento rural e como atividade mitigadora de pobreza, pois tendeu a reduzir a pressão sobre os recursos naturais, principalmente porque além de gerar renda, esta prática turística depende diretamente da manutenção de áreas naturais e sua biodiversidade (PERALTA, 2012). No Nordeste, sobretudo no Ceará, algumas iniciativas com o TBC já estão alcançando maturidade, a exemplo das comunidades que compõem a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM). A rede surgiu com a proposta de promover um desenvolvimento turístico que garanta às populações tradicionais a permanência em seu território juntamente com a continuidade das suas atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura (NASCIMENTO, 2012).

Diante deste contexto e motivados por essas iniciativas foi que, nos últimos anos, grupos de pessoas, ONGs, instituições acadêmicas e pes-

quisadores de Sergipe iniciaram seus projetos em busca da construção do TBC. As primeiras ações foram realizadas em 2011 (SANTOS; ARAGÃO, 2012) e desde então, municípios como Brejo Grande, Pacatuba, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba possuem iniciativas nesta linha, em estágios diferentes do processo de implantação.

Com a finalidade de fortalecer o processo de desenvolvimento com o Ecoturismo de Base Comunitária em Sergipe, através da troca de experiências, desenvolveu-se um projeto de extensão² que promoveu um intercâmbio entre duas iniciativas com processos de TBC em andamento, na Ilha Mem de Sá, no município de Itaporanga D'Ajuda, e no povoado Ponta dos Mangues, município de Pacatuba. As ações foram desenvolvidas por docentes e discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS, através do GPTEC-IFS³.

Assim, reforça-se que o objetivo deste capítulo é apresentar aspectos importantes dessa troca de experiências entre essas duas iniciativas. O Ecoturismo, como um segmento da atividade turística, não apresenta vínculo obrigatório com o protagonismo e empreendedorismo das populações locais, entretanto, as experiências descritas foram desenvolvidas na perspectiva de resiliência das comunidades e para tal, adquiriu o sentido e o perfil comunitário.

10.3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

2 Desenvolvido a partir do edital n°. 17/2013/PIBEX/PROPEX do Instituto Federal de Sergipe, intitulado, "Comunidades litorâneas que se visitam e se fortalecem para o (Eco)turismo de Base Comunitária em Sergipe", realizado com apoio financeiro de bancada e bolsas para estudantes de graduação.

3 Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS).

A Mem de Sá é uma ilha fluvial que se localiza no Município de Itaporanga d'Ajuda, Litoral Sul do Estado de Sergipe, distante 23 km da sede do município e 53 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de cerca de 2.200 m² de extensão e conta com uma população de 375 habitantes (IBGE, 2010). Está situada entre os riachos Água Boa e Paruí, afluentes do Rio Vaza Barris. Próximo da ilha encontra-se o Campo Experimental de Itaporanga e a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju, da Embrapa Tabuleiros Costeiros. A população residente na Ilha se originou pelo povoamento de três famílias. Atualmente a distribuição é de 18% crianças, 33% jovens, 32% adultos e 17% idosos. Considerando o gênero, 51% da população correspondem a homens e 49%, a mulheres. A pesca é a principal atividade econômica, em especial no Rio Vaza-Barris, e a agricultura realizada é de cunho familiar (CURADO, 2008).

O Povoado Ponta dos Mangues localiza-se no município de Pacatuba, Litoral Norte do Estado de Sergipe, distante 23 km da sede do município e cerca de 100 km da cidade de Aracaju, e conta com uma população de 641 habitantes (IBGE 2010). O povoado encontra-se à margem do canal Parapuça, com influência da foz do Rio São Francisco, e tem como características a presença de praias semidesertas, dunas, lagoas permanentes e temporárias, manguezais, vegetação de restinga e uma rica fauna associada a estes ecossistemas. A economia é baseada na pesca, mas também no cultivo do coco e da mandioca em menor escala (ICMBIO, 2010).

10.4 RECONSTRUÇÃO DA CAMINHADA

Em 2013, as duas comunidades envolvidas com o projeto possuíam processos com o TBC em andamento, conhecidos pelos integrantes da equipe do IFS, porém em fases diferentes de implantação. Os trabalhos de campo ocorreram em três etapas, resultando em seis encontros em

cada comunidade, o que culminou em um intercâmbio entre uma e outra, como se descreve na sequência.

A primeira etapa foi dividida em dois momentos, sendo que ambos ocorreram separadamente em cada comunidade. O primeiro consistiu em preparar os membros das comunidades, em especial os empreendedores em serviços turísticos, pescadores, barqueiros, produtores com perfil agro artesanal e artesãos, para atuarem como receptores, ou seja, como promotores do TBC em suas localidades (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Etapa 1A: Planejamento da Ilha Mem de Sá/Itaporanga D'Ajuda para receber o grupo de Ponta dos Mangues. Ilha Mem de Sá/Itaporanga D'Ajuda - SE, em 13 de setembro de 2013.

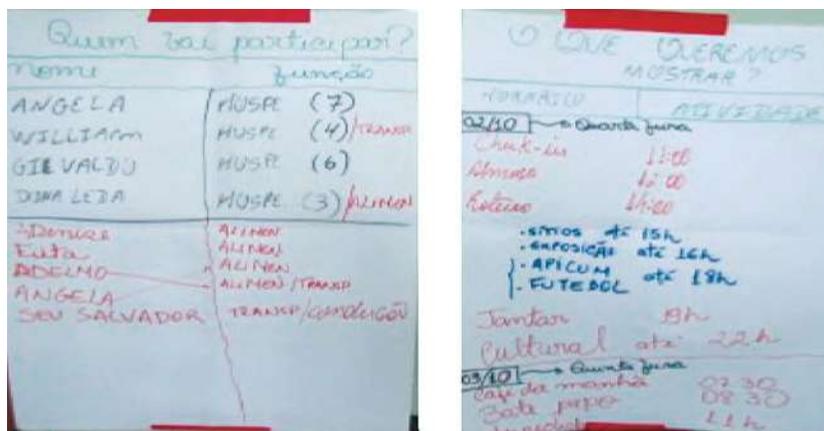


Figura 2: Etapa 1A: Planejamento da Ponta dos Mangues para receber o grupo da Ilha Mem de Sá. Povoado Ponta dos Mangues/Pacatuba-SE, em 24 de outubro de 2013.



Na ocasião, cada comunidade definiu aspectos e se organizou para ofertar à outra os serviços de hospedagem, alimentação, atrativos/roteiro e transporte, conforme aquilo que tinha disponível e/ou julgava relevante apresentar, por ser peculiar em sua localidade. Em momento posterior, considerou-se as comunidades como visitantes, ou seja, houve uma mudança dos papéis das comunidades que passariam de visitadas para visitantes. Assim, houve a necessidade de esclarecer aos membros como ocorreria a visita à outra comunidade, sempre deixando claro o formato do turismo a ser desenvolvido, tendo como base os princípios do TBC.

A segunda etapa consistiu no intercâmbio entre as comunidades. Ou seja, a comunidade da Ilha Mem de Sá, com 17 pessoas, visitou e pernitoou na comunidade de Pontas dos Mangues, e 16 pessoas de Ponta dos Mangues visitaram a Ilha Mem de Sá. Isso possibilitou que ambas tivessem a experiência de visitar e ser visitada. Durante esta etapa, além da experiência com os elementos que envolvem o turismo, houve espaço destinado ao diálogo com os envolvidos, no intuito de coletar os dados que contemplariam as seguintes categorias: caracte-

rísticas gerais da comunidade, início do processo de desenvolvimento do TBC, ações já realizadas, a prática atual inerente ao TBC, potencialidades e dificuldades e o momento atual.

A terceira etapa também foi composta por dois momentos, entre equipe do IFS e cada comunidade, sendo o primeiro correspondente à avaliação e o segundo, à elaboração do relatório e socialização. O intuito destes encontros foi o de gerar uma síntese do processo e posterior comunicação dos resultados às comunidades. As informações levantadas na avaliação foram agrupadas de forma a atender a três aspectos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Critérios e questões para avaliação do intercâmbio, com as comunidades da Ilha Mem de Sá e de Ponta dos Mangues, entre 2013 e 2014.

Aspectos relacionados às comunidades
1. Quais semelhanças vocês observaram entre a Ilha Mem de Sá e Ponta dos Mangues?
2. Quais diferenças vocês observaram entre a Ilha Mem de Sá e Ponta dos Mangues?
3. Quais atrativos ou potenciais atrativos turísticos podem ser destacados em Ponta dos Mangues?
4. Quais atrativos ou potenciais atrativos turísticos podem ser destacados na Ilha Mem de Sá?
Aspectos relacionados ao Ecoturismo de Base Comunitária
5. O que Ponta dos Mangues oferece para o Ecoturismo de Base Comunitária que não foi visto na Ilha Mem de Sá?
6. O que a Ilha Mem de Sá oferece para o Ecoturismo de Base Comunitária que não foi visto em Ponta dos Mangues?
7. Considerando as respostas das questões 5 e 6, o que desejariam incorporar para o Ecoturismo de Base Comunitária na sua comunidade?
Aspectos relacionados ao diálogo
8. Quais as dificuldades enfrentadas na hospedagem, alimentação, condução/recepção e transporte? Considere a comissão que você participou.
9. Quais as lições aprendidas ao visitar a outra comunidade?
10. Quais as lições aprendidas ao receber a outra comunidade?

Fonte: Organizado pelos autores, em 2019.

Dito isso, os aspectos apresentados a seguir referem-se às informações coletadas no dia do intercâmbio em cada comunidade, o que reflete a caracterização do processo de cada uma com o desenvolvimento

do TBC e as informações relativas a etapa da avaliação, que diz respeito a percepção das comunidades participantes sobre as características de cada uma, sobre aspectos do Ecoturismo de Base Comunitária e sobre aspectos do intercâmbio, com base nas perguntas que foram aplicadas.

10.5 A EXPERIÊNCIA DA ILHA MEM DE SÁ

No sentido de trazer um contexto para a experiência da Ilha Mem de Sá com o turismo, cabe um breve destaque sobre a parceria entre o IFS e a Embrapa Tabuleiros Costeiros. O início do processo do desenvolvimento do Ecoturismo na comunidade deu-se com a presença da Embrapa na perspectiva de fomentar o desenvolvimento local com ações e diversas parcerias de outras instituições como o IFS, na área de Ecoturismo, em 2009.

O Ecoturismo surgiu como proposta para ampliar as perspectivas de renda complementar da comunidade e principalmente para os jovens. A atividade ecoturística se adequaria ao perfil da localidade com o entorno de manguezais conservados, proximidade com a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) do Caju e a intenção de se valorizar as práticas comunitárias tradicionais da pesca artesanal, cata do aratu, entre outras. Nesse sentido, se reforçou a ideia de que o Ecoturismo seria possível se a comunidade se tornasse empreendedora e cada vez mais autônoma, reiterando o perfil comunitário da proposta.

Desde então, a parceria com o IFS possibilitou a realização de diversos projetos, incluindo cursos de capacitação em roteirização, condução de grupos e hospitalidade, além de cursos com temas de empreendedorismo na hospitalidade, abrangendo assuntos sobre transporte, alimentos e bebidas, condutores locais, hospedagem e artesanato. Esta parceria favoreceu a motivação dos moradores para a prática desta modalidade de turismo na localidade. Assim, foi identificado nestas ações uma possibilidade de melhoria na organização social e conse-

quentemente uma oportunidade de complementação da renda familiar dos participantes, resultado do aperfeiçoamento dos serviços, assim como do conhecimento adquirido por meio de novas práticas.

Dentre as potencialidades relatadas pelos próprios moradores está a condição de ser uma Ilha e destacaram a culinária, que tem como base os mariscos e pescados com evidência no aratu; os quintais produtivos; o samba de coco, dança tradicionalmente praticada pelos membros da comunidade, e o manguezal preservado. Além destes, a festa do caranguejo que ocorre todo ano no período de dezembro, atrai visitantes da região e se configura como um importante momento cultural da comunidade, tendo como foco a gastronomia local, gerando renda extra. As manifestações etnoculturais, o modo de vida, a hospitalidade e a beleza das paisagens naturais, aliado à posição geográfica privilegiada, próximo à capital, Aracaju, importante polo emissor de turistas, colocam a Ilha Mem de Sá como um dos principais destinos ecoturísticos do Estado de Sergipe.

A condição de isolamento confere à comunidade características peculiares positivas e negativas com relação ao Ecoturismo de Base Comunitária. Ao passo que, segundo os seus moradores, favorece a segurança e a tranquilidade. O acesso, por meio da travessia já é considerado um passeio, tendo em vista as belas paisagens que circundam a Ilha e/ou que compõem o trajeto. Por outro lado, dificulta a atuação das políticas públicas municipais no que se refere à prestação dos serviços básicos e de infraestrutura na comunidade.

O fornecimento de energia elétrica e água, por exemplo, foi uma das principais dificuldades enfrentadas durante o processo de desenvolvimento do TBC na localidade, sendo resolvido quando os moradores organizaram-se em associação e com o apoio do Sr. Evandro Tupinambá (morador e pesquisador da Embrapa) que mediou ações com as entidades e pessoas envolvidas, a partir de um projeto junto ao Governo

Federal, realizado por meio da Empresa do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE).

No que se refere ao crustáceo denominado popularmente por aratu, sua coleta e comercialização é essencialmente realizada pelas mulheres da comunidade (Figura 3).

Figura 3: Etapa 2: Roteiro ofertado pela Ilha Mem de Sá para o grupo de Ponta dos Mangues, mostrando a participação das mulheres no catado de aratu. Ilha Mem de Sá/ Itaporanga D'Ajuda - SE, 02 de outubro de 2013.



Crédito fotográfico: Thiago Souza/2013.

A atividade pesqueira inter-relaciona saberes locais sobre o ambiente e os valores e crenças da população humana que habita a Ilha. A produção exige conhecimentos da técnica de catação e envolve conhecimentos tradicionais sobre o aratu, o manguezal, o rio e as marés, sendo importante conhecer todo o ecossistema ligado de forma direta ou indireta à vida desse crustáceo (SANTANA, 2009). Junto com a Tainha, o aratu faz parte dos itens mais significativos para a economia da Ilha Mem de Sá (ARAGÃO *et al.*, 2010).

A presença marcante dos quintais produtivos na Ilha Mem de Sá confere-lhe relevância ao ser considerado um potencial atrativo turístico. Santos *et al.* (2013) estudaram 13 quintais produtivos na Ilha

Mem de Sá e observaram que, de modo geral, estes apresentam características marcantes inerentes aos princípios da agroecologia, evidenciando dentre outros itens, o saber popular. Este estudo permitiu destacar o potencial destes espaços para a geração de alimentos, segurança alimentar e nutricional, na manutenção da agrobiodiversidade e preservação do conhecimento tradicional.

As principais dificuldades apontadas pelos moradores estão relacionadas com a infraestrutura, tais como a falta de saneamento básico, especialmente no que se refere à destinação do lixo e abastecimento de água, e a falta de cuidados com as áreas comuns. Além disso, também relatam as limitações referentes aos incentivos para melhoria dos serviços já oferecidos por eles aos visitantes e turistas, tais como barco com equipamento de segurança e ampliação dos leitos voltados à hospedagem. Vale ressaltar que as dificuldades estão relacionadas à oferta turística, tanto no que se refere à infraestrutura, como apontado, quanto à superestrutura turística, que, de acordo com Lemos (2001), diz respeito aos serviços prestados diretamente ao visitante.

No ano de 2013, as ações de planejamento com o TBC na Ilha Mem de Sá se consolidaram e as iniciativas se voltaram para a preparação de produtos ecoturísticos e o fortalecimento de ações coletivas para o gerenciamento desta atividade pelos comunitários. Ainda em 2013, a comunidade foi contemplada com a aprovação do projeto, financiado pela Petrobras, denominado Ilha dos Aratus, cujo principal objetivo era a implantação de uma cooperativa de turismo na comunidade, com previsão de início no ano de 2014, e que, de acordo com os moradores, espera-se que favoreça a aderência de novos participantes nas capacitações e ao grupo de trabalho.

Para os moradores envolvidos com o Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá, é imprescindível uma melhoria na organização social, assim como vem ocorrendo de forma gradativa ao longo

do curso de seu processo com o TBC. Também é necessária a participação mais efetiva dos comunitários nas ações e serviços, tais como no fornecimento de alimentos e uso de embarcações que estão sendo desenvolvidas. Chama-se atenção para o fato de que se não houver o efetivo envolvimento dos moradores locais, iniciativas como o TBC enfrentarão dificuldades, uma vez se tratar de uma forma de promoção do desenvolvimento endógeno, o que requer a participação dos afetados.

Diante do exposto acima, percebe-se que a Ilha Mem de Sá é hoje uma comunidade que tem se fortalecido com a prática do Ecoturismo na região. Além de apresentar organização para o desenvolvimento da atividade, identificou-se a compreensão do Ecoturismo de Base Comunitária muito além de uma alternativa, como uma forma de se fixarem em suas comunidades e contribuir para o desenvolvimento da mesma.

10.6 A EXPERIÊNCIA DO POVOADO PONTA DOS MANGUES

Em Ponta dos Mangues, as ações com o TBC iniciaram-se em agosto de 2012 com a criação do Projeto Tainha de Turismo de Base Comunitária. A ideia surgiu como estratégia de desenvolvimento local, simultâneo à preservação dos recursos naturais, a partir da observação das potencialidades desta região com relação a seus atrativos turísticos naturais, como também com a vontade de ter seus moradores envolvidos no processo iminente de desenvolvimento turístico.

As primeiras ações deste projeto foram oficinas de sensibilização destinadas à identificação de pessoas interessadas em participar da proposta e ressaltar a importância do trabalho coletivo e cooperado, esclarecimentos acerca do TBC, fortalecimento da identidade local e elucidação referente à possibilidade de obtenção de renda a partir de sua vida cotidiana.

Para trabalhar a identidade local realizaram-se oficinas utilizando três linguagens artísticas: fotografia, xilogravura e serigrafia. As oficinas possibilitaram uma amplitude no olhar acerca de vida cotidiana (espaços naturais, atividades econômicas, formas de alimentação etc.), como também, uma reflexão sobre o que representa o Povoado de Ponta dos Mangues para esses itens. Ademais, capacitou-os para confecção de produtos comercializáveis (Figura 4).

Figura 4: Etapa 2: Exposição dos trabalhos de arte que retratam a identidade de Ponta dos Mangues, como xilogravuras e fotografias, para o grupo da Ilha Mem de Sá no dia do intercâmbio. Ponta dos Mangues/Pacatuba - SE, 14 de novembro de 2013.



Crédito fotográfico: Thatiana Carvalho/2013.

Ao completar um ano de projeto, o grupo de trabalho organizou o I Festival Maré Lança com o propósito de expor os produtos das oficinas. Estes também são expostos e vendidos sempre que há oportunidade. Ainda que em fase de sensibilização os participantes foram estimulados para a oferta de refeições e hospedagens domiciliares. A primeira oportunidade se deu durante o Festival, momento no qual os moradores puderam experimentar a hospedagem e refeições em suas casas. Recentemente foi reaberto o único restaurante do povoado que estava

desativado há cerca de dois anos e um morador transformou sua casa efetivamente em hospedagem domiciliar.

Dentre as potencialidades reconhecidas pelos moradores do povoado está a tranquilidade, as belezas naturais, dunas, praias e o Projeto de Conservação das Tartarugas Marinhas (TAMAR), as croas, com evidência para uma região chamada de lagoa azul, a criação de ostras, cata de massunim e mariscos no mangue, a culinária em geral, o artesanato, a festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição e o Festival Maré Lança, criado por eles enquanto participantes do projeto Tainha de TBC.

Para os moradores, as principais dificuldades são a participação reduzida da comunidade nas atividades desenvolvidas no projeto, falta de apoio da Associação de Pescadores, o avanço das drogas e da violência, a presença de moradores de fora do povoado nos barracos do porto, o transporte, a estrada que dá acesso ao povoado sem pavimentação e a ausência de pousada, restaurante e centro comunitário.

Atualmente, está sendo desenvolvido o segundo ano de projeto com temas de TBC, e as ações dessa fase são as oficinas de artesanato em conchas e culinária, resgate do reisado e oficinas de hospitalidade e roteirização. Referente à perspectiva de futuro, mostraram-se desejos em adquirir novos conhecimentos por meio de cursos de capacitação e melhorias na organização do grupo, além do acréscimo de fontes de renda comunitária e das condições de vida.

10.7 A PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES EM FOCO

As quatro primeiras questões aplicadas na fase de avaliação do processo se relacionam com as características das comunidades. Na primeira questão em que se pergunta sobre as semelhanças entre elas, ambas evidenciaram o rio, o mangue e a atividade da pesca, refletindo a importância destes recursos naturais, no contexto sociocultural des-

tas comunidades. A pesca é de fato a principal atividade econômica de ambas e por isso mesmo, deve-se conferir importância aos ambientes relacionados.

A segunda questão refere-se às diferenças entre as comunidades, e o único ponto de convergência entre as respostas foi acerca da preservação dos manguezais, onde ambas afirmam que o manguezal da Ilha Mem de Sá apresenta-se mais preservado quando comparado com o de Ponta dos Mangues. A paisagem de Ponta dos Mangues é marcada pela presença de inúmeros viveiros de camarão o que sugere ser uma das principais práticas responsáveis pelo desmatamento dos manguezais nesta região. Carvalho e Fontes (2007), em seu estudo de caracterização desta atividade no estado de Sergipe, destacaram a bacia do São Francisco, onde está inserido este povoado, como a maior em área produtiva de camarão, sendo o município de Pacatuba o que contém o maior número de empreendimentos de carcinicultura no Estado.

A diminuição dos manguezais tende a comprometer a economia das comunidades ribeirinhas, como também a sua cultura e seus valores. O TBC tem se mostrado uma alternativa para comunidades que possuem relações socioeconômicas e culturais estreitas com os recursos naturais. Coriolano *et al.* (2009) ressaltam que as atividades turísticas comunitárias são integradas às demais atividades econômicas e que as fortalecem. A Comunidade do Curral Velho, estado do Ceará, que tem a atividade de carcinicultura como a grande responsável pelo seu processo de degradação ambiental, buscou no TBC uma alternativa à crise na pesca, ao desenvolvimento local e preservação do ecossistema manguezal, consequências do avanço desta prática na região (LOUREIRO; GORAYEB, 2013). Nesta ocasião, segundo estes autores, o TBC funcionou como ferramenta para a sensibilização e conscientização de moradores e visitantes e uma alternativa de renda para os pescadores em períodos de defeso de algumas espécies marinhas e do manguezal.

Ainda sobre a segunda questão, os participantes da Mem de Sá comentaram sobre a localidade apresentar mais segurança pelo fato de ser uma Ilha. Enquanto que a comunidade de Ponta dos Mangues destacou a distância com relação à capital e o meio de acesso, sendo mais distante e todo o percurso feito de carro. Lembraram também sobre a presença de praias e dunas em sua paisagem, o que não se observa na Ilha. E por fim, foi citado que a sensação de menos organizados enquanto grupo de trabalho, quando comparados ao grupo da Ilha. Este fato pode ser compreendido pelo maior amadurecimento do processo na Ilha, visto que os envolvidos possuem um tempo maior de trabalho e acompanhamento com o Turismo de Base Comunitária.

A terceira questão solicitou que cada comunidade listasse os atrativos efetivos e potenciais observados nas localidades. Ambas evidenciaram a paisagem, a culinária, o artesanato e o Projeto Tamar. Além disso, as integrantes da Ilha citaram a paisagem da estrada que dá acesso à Ponta dos Mangues, como um atrativo, principalmente o mirante do Robalo, localizado no Povoado Tigre. O fato de a estrada, rodovia SE-100 norte, não está totalmente pavimentada é um dos motivos pelo qual ainda se preserva a riqueza natural e as características do modo de vida simples dessa região, onde é possível observar construções de moradias e igrejas simples, com frequentes lagoas, dunas, vegetação de restinga e mata atlântica, o que torna o percurso um grande atrativo.

Os integrantes de Ponta dos Mangues, ainda na terceira questão, citaram como potencial atrativo o porto principal, chamado de croinha, sendo que ressaltaram a necessidade de uma melhor organização dos barracos lá existentes usados para moradia e depósito de apetrechos de pesca, e o criatório de ostras localizado ao longo do canal do Parapuça, que interliga o Povoado Ponta dos Mangues à Foz do Rio São Francisco.

A quarta questão referiu-se aos atrativos e potenciais atrativos observados na Ilha Mem de Sá. O manguezal, o passeio de barco, o samba

de coco e o catado de aratu foram itens citados pelas duas comunidades, configurando-se em elementos importantes de sua identidade. O auto reconhecimento da identidade é importante para o processo de implantação de TBC, visto que evidencia o sentimento de pertencimento e conseqüentemente a valorização dos seus símbolos resultantes da sua relação com o meio ambiente. O aratu pode ser encontrado em ambas as comunidades, porém, foi dito pelos integrantes do grupo de Ponta dos Mangues que não é tradicionalmente coletado e comercializado pelos moradores do Povoado, e em contrapartida, é um elemento representante da identidade da Ilha Mem de Sá.

Nesta questão, acrescentou-se pelos participantes da Ilha Mem de Sá o fato de se tratar de uma Ilha, a tranquilidade e a produção orgânica dos quintais. A condição insular confere à comunidade características peculiares positivas e negativas para o processo de implantação do TBC. A sua exclusão com relação a atuação das políticas públicas municipais e serviços básicos de infraestrutura na comunidade pode ser visualizada, por exemplo, pelo acesso recente dos moradores à energia elétrica e água encanada. Por outro lado, favorece a segurança, como já citado pelos próprios moradores, visto que é possível visualizar todo o movimento ao redor da Ilha, sabendo quem está chegando ou saindo, como também permite o estabelecimento de relações laborais, culturais e sociais peculiares que expressam vínculos na construção social das identidades (SANTANA, 2009).

Os quintais configuram-se também como espaços de preservação do conhecimento tradicional. Santos et al. (2013) estudaram 13 quintais produtivos na Ilha Mem de Sá e observaram que, de modo geral, estes apresentam características marcantes inerentes aos princípios da agroecologia, evidenciando dentre outros itens, o saber popular. Este estudo permitiu destacar o potencial deste espaço para a geração de alimentos, segurança alimentar e nutricional e na manutenção da agrobiodiversidade. Deste modo, é pertinente considerar as vivências

agroecológicas como um forte atrativo, aproveitando o potencial da comunidade.

As questões cinco, seis e sete referem-se aos aspectos acerca do TBC em cada comunidade. A questão cinco, busca contemplar o que Ponta dos Mangues oferece para o TBC que não é oferecido pela Ilha. A praia, as dunas e artesanato foram itens respondidos pelas duas comunidades. Além destes, os participantes da Ilha citaram o Projeto Tamar, o mirante do Robalo localizado na estrada que dá acesso ao povoado e eventos de forró. Enquanto que os participantes de Ponta dos Mangues citaram o grupo de capoeira, as lagoas e a presença de mercadinho, lojas e pensão. Já a questão seis aborda o que a Ilha oferece para o TBC que não foi visualizado em Ponta dos Mangues. Os itens que convergiram foram, mais uma vez, o manguezal preservado, o catado de aratu e o samba de coco. Outros itens citados pelos participantes da Ilha foram o fato de ser mais tranquila e silenciosa e a festa do caranguejo. Foram citados pelos participantes de Ponta dos Mangues as embarcações mais adequadas para passeios, restaurantes em funcionamento e a produção orgânica nos quintais produtivos.

A referência aos quintais produtivos na Ilha Mem de Sá sugere que os moradores de Ponta dos Mangues não reconhecem seus quintais como potenciais espaços utilizados para o TBC. Para estes, os quintais servem apenas para fornecer frutas e verduras para a família e no modelo de turismo que até então eles conheciam, estes espaços não faziam parte dos roteiros.

Considerando as duas questões anteriores, a questão sete solicita o que cada comunidade gostaria de incorporar para o TBC. Ambas as comunidades evidenciaram embarcações adequadas para o turismo, pousadas e restaurante, ou seja, equipamentos básicos, reconhecidos por eles como essenciais para que seus processos com o TBC avancem.

As embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais são classificadas como de pesca. É necessária para a atividade de turismo

uma dupla classificação, pois a intenção é que o pescador artesanal continue sua atividade, porém possa também desenvolver o turismo. A classificação de embarcações é realizada pela Capitania dos Portos (Marinha), e somente ela pode autorizar a dupla classificação. A embarcação necessita de adaptação para o turismo, como se estabelece nas Normas da Autoridade Marítima (NORMANS), com material de salvatagem e outros (MARCHESINI; CRUZ, 2014).

Ainda na questão sete, a comunidade de Ponta dos Mangues fez referência ao catado de aratu, organização social, farmácia, fábrica de gelo, melhor educação na escola, centro comunitário, brincadeiras/danças, ponto de ônibus e praça.

As questões oito, nove e dez dizem respeito aos aspectos relacionados à experiência do diálogo. A questão oito está voltada para as dificuldades enfrentadas na hospedagem, alimentação, condução/recepção e transporte. Para a hospedagem, apenas o grupo de Ponta dos Mangues listou dificuldades, a exemplo da preocupação com a organização da casa, a falta de tempo para receber os hóspedes, visto que os participantes que os receberam estavam envolvidos em outras atividades do intercâmbio. Com relação à alimentação, o grupo da Ilha citou como dificuldade a organização comunitária e a quantidade de trabalho executado, enquanto que Ponta dos Mangues se queixou da falta de água e energia, observado inclusive nos dias que recebeu os visitantes da Ilha Mem de Sá (Figuras 5 e 6). E referente à condução, ambos os grupos citaram como dificuldade a timidez.

Figura 5: Etapa 2 - Almoço ofertado pela Ilha Mem de Sá para o grupo de Ponta dos Mangues. Ilha Mem de Sá/Itaporanga D'Ajuda - SE, 02 de outubro de 2013.



Crédito fotográfico: Bento Cruz/2013.

Figura 6: Etapa 2 - Café da manhã ofertado pelos moradores de Ponta dos Mangues para o grupo da Ilha Mem de Sá. Povoado Ponta dos Mangues/Pacatuba - SE, 15 de novembro de 2013.



Crédito fotográfico: Thatiana Carvalho/2013.

A questão nove tratou das lições aprendidas ao visitar outra comunidade. Ambos os grupos fizeram referência a importância de receber com alegria e atenção, a necessidade de organização, de trabalho coletivo e companheirismo. Os participantes de Ponta dos Mangues acrescentaram ainda questões relacionadas à preservação do meio ambiente, tais como o cuidado com o lixo e com a produção orgânica que foi observada durante a visitação a Ilha Mem de Sá.

Por fim, questionou-os sobre as lições aprendidas ao receber a outra comunidade. De modo geral, as duas comunidades registraram a importância da organização do grupo mais uma vez, acrescido da necessidade de se ter paciência e diálogo durante o processo de organização de recepção dos visitantes.

10.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas etapas deste projeto, com evidência para a etapa 2, os encontros entre as comunidades mostraram-se importantes para que uma conhecesse a outra, como também para que pudessem perceber ou se reconhecer dentro do seu processo com o TBC. A revisitação de seus processos, a partir do momento do diálogo, por parte das comunidades, foi fundamental para o reconhecimento de seus potenciais e fragilidades.

As respostas das questões avaliativas evidenciaram que cada grupo reconheceu suas principais características favoráveis ao TBC, como também suas necessidades de melhoria. A partir das atividades vivenciadas na realização do projeto e dos relatos de cada comunidade, ficou reconhecida por ambas a importância da organização comunitária, tanto para realização de atividades e resoluções de problemas pontuais, como para alcançar objetivos coletivos para a melhoria comunitária. Foi admitida, enquanto grupo de trabalho, que a organização coletiva favorece o alcance dos objetivos. Identificou-se também

que o principal anseio das duas comunidades está na estruturação dos equipamentos básicos para o TBC (embarcações adequadas, restaurantes e hospedagem).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. C. O.; CURADO, F. F.; SOUZA, R. M.. Relações socioambientais na comunidade pesqueira Mem de Sá, Sergipe. In: V Encontro Nacional da (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Florianópolis-SC, 2010. **Anais...** Florianópolis-SC, 2010.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L.. A Carcinicultura no Espaço Litorâneo Sergipano. **Revista da Fapese**, v. 3, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: Ed. UECE, 2009, 312 p.

CURADO, F. **Gestão participativa para o desenvolvimento sustentável da comunidade Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe. Macroprograma 6**. Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

HONEY, M.. **Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?** 2ed. Washington DC: Island Press, 2008. 568p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Universo, Censo Demográfico 2010**.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Proposta de retificação e atualização dos limites da Reserva Biológica de Santa Isabel, no Estado de Sergipe**, 2010. 36p. (Relatório Técnico).

LOUREIRO, C. V.; GORAYEB, A.. O Turismo Comunitário como Alternativa para a Preservação dos Ecossistemas litorâneos: O caso da Comunidade Curral Ve-

lho, Acaraú-CE-Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo - RTC**, v. 1, n. 1, p. 1-17, jul./dez. 2013.

MACEDO, R. F. de; MEDEIROS, V. C. F. de A.; AZEVEDO, F. F. de; ALVES, M. L. B.. Ecoturismo de Base Comunitária: Uma realidade ou uma utopia. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 9, n. 2, p. 437-448, 2011.

MARAFIGA, D. S.; SEVERO, F. A.. Ecoturismo e Conservação do Patrimônio Natural: Um Caminho para o (Des)envolvimento? **Geografia: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 67-76, 2010.

MARCHESINI, R.; CRUZ, R. A. da. Turismo de Base Comunitária em estuário de manguezal: Uma alternativa para o pescador artesanal. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 5, p. 896-909, nov.-2013/jan.-2014.

MITRAUD, S.. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MTUR – Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Ministério do Turismo – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88p.

NASCIMENTO, K. L. S.. Zona Costeira Cearense: Explorando o Roteiro Fortaleza-Amontada. **Revista Discentes Expressões Geográficas**, Florianópolis n. 8, p. 203-221, 2012. Disponível em: http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed08/relatorio_05_ed08.pdf.

NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Baurer: Manole, 2010.

PIRES, P. dos S.. A dimensão conceitual do Ecoturismo. **Turismo – Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75-91, 1998.

PIRES, P. dos S.. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PERALTA, N.. Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia: Uma análise Comparativa. Observatório de Inovação do Turismo – **Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2012.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I.. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.

(Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTANA, M. C. S.. O trabalho (re)faz o gênero: rede de pescarias e catação na Ilha Mem de Sá/SE. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009, p. 115.

SANTOS, G. N dos; ARAGÃO, I. R.. Ações para a implantação do Turismo de Base Comunitária em Sergipe, Brasil: caso do Plano de Gestão Participativa do Turismo do município de Santa Luzia do Itanhy. In: **Congresso Latino Americano de Investigação Turística**, 2, 2012, São Paulo. Disponível em: http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Santos_Aragao_VF.pdf

SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C.. O litoral sul de Sergipe: Contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, p. 1128-1138, 2012.

SANTOS, A. da S. dos; OLIVEIRA, L. C. L. de; CURADO, F. F.; AMORIM, L. O. do. Caracterização de desenvolvimento dos quintais produtivos agroecológicos na Comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 100-111, 2013.

Formato: 16cm x 22cm
Tipologia: texto, Cambria
Papel miolo: Off-set 75g/m²
Papel capa: Cartão Supremo 250g/ m²
Impresso no Brasil

A obra está composta por três partes e dez capítulos interconectados a partir das seguintes ideias básicas: o significado do TBC que norteia os trabalhos empíricos; a contribuição do IFS, enquanto instituição pública de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, com práticas pedagógicas voltadas para tecnologias aplicadas em Ciências Sociais, nesse caso o turismo; e as práticas efetivas levadas a cabo em termos de conhecimento da realidade local, e as possibilidades e desafios de desenvolvimento do TBC na Ilha Mem de Sá.



Programa de Pós Graduação
de Mestrado Profissional
em Turismo



PROPEX
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão